

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Higor Mozart Geraldo Santos

Minas Gerais - O Eden Brasileiro:

Notas sobre a propaganda imigratória
mineira e suas alusões territoriais no findar
dos oitocentos

Juiz de Fora
2016

HIGOR MOZART GERALDO SANTOS

**MINAS GERAIS – O ÉDEN BRASILEIRO: NOTAS SOBRE A PROPAGANDA
IMIGRATÓRIA MINEIRA E SUAS ALUSÕES TERRITORIAIS NO FIM
DOS OITOCENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, na área de concentração de Dinâmicas Sócio-Espaciais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Gabrich Ambrozio

Juiz de Fora
2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos, Higor Mozart Geraldo.

Minas Gerais – O Éden Brasileiro : notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar dos oitocentos / Higor Mozart Geraldo Santos. -- 2016.

265 f. : il.

Orientador: Júlio César Gabrich Ambrozio

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2016.

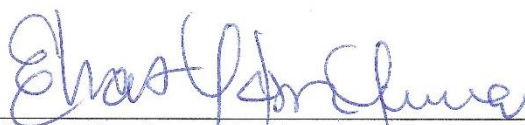
1. Imigração. 2. Propaganda. 3. Território. 4. Discursos . 5. Minas Gerais. I. Gabrich Ambrozio, Júlio César , orient. II. Título.

MINAS GERAIS – O ÉDEN BRASILEIRO: NOTAS SOBRE A
PROPAGANDA IMIGRATÓRIA MINEIRA E SUAS ALUSÕES
TERRITORIAIS NO FINDAR DOS OITOCENTOS

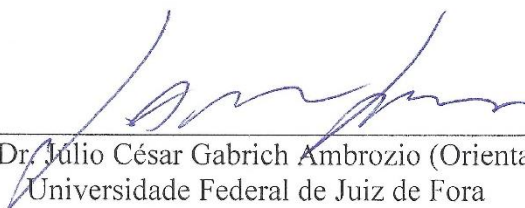
HIGOR MOZART GERALDO SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Espaço e Ambiente, linha de pesquisa Dinâmicas Sócio-Ambientais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/05/2016



Prof. Dr. Elias Lopes de Lima (Membro Interno)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Julio César Gabrich Ambrozio (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (Membro Externo)
Universidade Federal de Viçosa

Dedico este trabalho aos meus pais, José Elói e Neusa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela infinita bondade. Aos meus pais – José Elói e Neusa – pelo imensurável amor e incondicional apoio. Sem a presença carinhosa deles, nada disso seria possível.

Ao professor Júlio César Gabrich Ambrozio, agradeço pela orientação percuciente e entremeada de provocações de extrema relevância para consubstanciação deste trabalho. Agradeço ainda pelas valiosas indicações de livros, filmes, discos e artigos – não necessariamente vinculados à temática dessa dissertação, mas, sem dúvidas, indispensáveis para vislumbrar novos horizontes.

À professora Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, agradeço pelo carinho e inestimáveis contribuições ao longo de minha trajetória geográfica! De forma indelével, se sigo apaixonado pela Geografia Histórica, seu quinhão de “culpa” é grande. Este trabalho simplesmente inexistiria se um dia ela não tivesse comungado seu sensível olhar geográfico para as questões relativas à imigração. Muito obrigado por todo zelo, ensinamentos, contribuições e palavras sempre encorajadoras! Sou ainda muito grato por ter aceito participar da qualificação e da defesa.

Ao professor Elias Lopes de Lima – através de quem estendo meus agradecimentos aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJF –, agradeço pelas acuradas observações realizadas nas aulas e durante a qualificação e a defesa. Sou também muito agradecido por todo incentivo.

À professora Janete Regina de Oliveira – através de quem propalo minha gratidão aos professores do curso de Geografia da UFV – agradeço pelas aulas e discussões que contribuíram sobremaneira para que eu enxergasse a Geografia e a docência a partir de novos prismas. Obrigado pelos conselhos e preciosos exemplos!

Ao professor Laurent Vidal, agradeço pela indicação de materiais de pesquisa, pelas sugestões sempre bem-vindas, pelo auxílio na elaboração da base de alguns mapas e, sobretudo, por toda atenção.

À professora Adriana Barbosa, agradeço por todas ocasiões em que ela, pronta e gentilmente, me atendeu, indicou referências e se colocou inteiramente disponível para quaisquer esclarecimentos.

À turma de 2014 do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, sou grato pelas amizades e frutíferas discussões. Obrigado a todas e todos pelos ensinamentos e por comungarem angústias e alegrias! Valeu Dayana, Leandro, Vitor e Thaís pelas agradáveis conversas e trocas! Agradeço, em especial, ao grande amigo Yuri pela cumplicidade e parceria edificada logo no início do mestrado. Obrigado pelas discussões acadêmicas, conselhos e divertidos diálogos sobre os mais variados espectros. E, como não poderia deixar de ser, às queridas Cris e Ruth agradeço por brindarem meus dias com muitas reflexões, sorrisos e deliciosos almoços recheados por prosas & poesias! Obrigado a vocês pela companhia e amizade!

Também não poderia deixar de lembrar, com muito contentamento, dos estimados amigos e amigas, de longa data, que estiveram caminhando lado a lado na realização dessa pesquisa e em muitos momentos outros. E quando escrevo isso estou pensando em vocês: Alexandra, Angélica, Bruna Flausino, Bruna Soares, Cátia, Davi, Daniel, Dayanne, Edmar, Edmilson, Edilberto, Fernanda Moraes, Gisele, Iuri Paglioto, Lucas Silveira, Marcileide, Nayhara, Tássia, Regiane, Samira, Simone e William. Muito obrigado por tornarem a travessia muito mais leve e agradável! Obrigado pelas infindáveis risadas que só foram menores que as palavras de carinho e incentivo.

Rememoro ainda os prestativos funcionários do Arquivo Público Mineiro, do Museu Murilo Mendes, do Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora e da Biblioteca Murilo Mendes. Obrigado por todo apoio e por facilitarem a consulta de importantes materiais.

Agradeço, por fim, aos técnicos da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal de Juiz de Fora – (em especial, a Marcelo da Costa, funcionário sempre prestativo e amigo para ótimas prosas) – e à CAPES, através dos quais amplifico minha gratidão à população que sustenta tais instituições. Obrigado pelo indispensável apoio estrutural e financeiro.

RESUMO

“Tudo estacionou!”. Esse era um dos brados utilizados pelo governo mineiro com o fito de narrar a letárgica situação em que Minas Gerais se encontraria nos anos finais dos oitocentos. Argumentava-se que a abolição da escravatura teria contribuído para desorganizar o trabalho e comprometer drasticamente as atividades da lavoura cafeeira. Na tentativa de alterar esse panorama, o governo investiu vultuosas somas na introdução de emigrantes europeus. Mas de que forma seria possível atraí-los? Uma das alternativas se consubstanciou através da divulgação de propagandas nas quais determinados elementos do território – com destaque para aqueles vinculados ao mundo fisiográfico, mas sem que se olvidasse da população e das construções humanas – ganhavam sobrelevado realce na tentativa de pintar uma edênica imagem das Gerais. No entanto, é emblemático atinar que o território – tão efusivamente incensado ao plano discursivo – aparecia representado de forma dissociada daquilo que lhe é imanente: as relações de poder. Na dicção dos políticos, o “território” não passava de uma palavra manejada com o intento de descrever um substrato que abrigava um manancial de belezas naturais, valorosas pessoas e infraestruturas. A despeito de esse sentido esvanecido, os materiais propagandísticos – e demais discursos ao redor da imigração – acabavam trazendo à baila, de maneira velada ou escancarada, os jogos de poder travados no âmbito de um estado que apresentava pronunciadas disparidades regionais. E são justamente tais jogos que conferem um caráter bifronte às *alusões territoriais* presentes no título deste trabalho: elas se referem às copiosas propagandas que pavoneavam as benesses do “território” mineiro, mas também dizem respeito ao *jogo de xadrez* no qual os imigrantes eram visualizados como peças medulares para que os representantes da oligarquia rural mineira – quase ia dizendo “reis” e “rainhas” – seguissem ditando as regras no tabuleiro.

Palavras-chave: Imigração; Propaganda; Território; Discursos; Minas Gerais.

ABSTRACT

"Everything is stopped!" This was one of the sayings used by the Minas Gerais government aiming to tell the lethargic situation where Minas Gerais would meet in the final years of the nineteenth century. It was argued that the abolition of slavery would have contributed to disrupt the work and dramatically undermine the activities of the coffee crop. In an attempt to change this situation, the government invested considerable sums of money in the introduction of European immigrants. But how would it be possible to attract them? One of the alternatives found was consolidated through the dissemination of advertisements in which certain parts of the territory - especially those linked to the physiographic world, but without forgetting the population and human settlements - earned raised enhancement attempting to demonstrate an Edenic image of the state of Minas Gerais. However, it is emblematic to observe that the territory - so effusively acclaimed at the discursive level - was represented through a dissociated form of what is inherent to it: the power relationships. For the politicians, the "territory" was just a word managed with the intention to describe a substrate that housed a wealth of natural beauty, valorous people and infrastructure. Despite this vanished sense, propagandistic materials - and other speeches on immigration - ended up bringing up, in a veiled or blatant manner, the power disputes in a state that had relevant regional disparities. And it is precisely those disputes that adds a bifrontal character to the territorial allusions present in the title of this work: they refer to the abundant advertisements that flaunted the benefits of the Minas Gerais "territory", but also refer to the "chess game" in which immigrants were viewed as medullary pieces so that the representatives of the Minas Gerais rural oligarchy – "kings and queens" of a chess set – keep dictating the rules on the board.

Keywords: Immigration; Propaganda; Territory; Speeches; Minas Gerais.

Que é emigrar?

Emigrar não é resolver o problema da vida; é esrevel-o n'uma pagina em branco.

De todas as emprezas humanas, não ha nenhuma mais complicada, nenhuma mais perigosa, nehuma que retribua mais caro o que se suppõe que ella possa dar. Não consente vantagens, senão aos resolutos, aos energeticos e pacientes só a lenda é que a prestigia com aspectos seductores.

Transportar um homem para meio social totalmente novo, collocar-o em sólo e sob céos novos, é tarefa pelo menos tão penosa e difficil, quanto transplantar uma arvore ja crescida. O pobre operario dos campos não tem bastantes conhecimentos para apreciar isso, os letrados parecem, como elle, ignorar esta verdade. Olhem, porém, attentamente para uma arvore transplantada em pleno vigor, em plena vegetação, e terão ante os olhos a imagem do espectaculo, em que serão, elles proprios actores na terra estrangeira, desde o dia que tentarem ahi fixar-se. Por mais cuidados de que rodeiam essa arvore, não tardará muito perderá o viço e a força, convido que lhe cortem os ramos mais alentados, lhe pódem a frança e lhe supprimão os botões de fructo, que a seiva não nutre mais. Essa apparencia de decripidez, que cumpre imprimir-lhe, guardará até que reverdesça com energia e d fructos, quando, salva da crise e de todos os perigos, puder alcançar mais clemente estação.

Muitos annos passarão ainda antes que a America seja para a generalidade do publico, outra cousa mais do que a terra de promissão dos Robinsons suissos. Em longinquos e illuminados horizontes, ella se apresenta coberta de luxuriantes florestas, em que o macaco põe a nota da alegria, o passaro a do encanto e da muzica, primavera eterna de saborosos fructos, de flôres capitosas, que enlanguem todas as vontades e justificação toda a sorte de inercias. Ficou pela imaginação do leitor falseada a moralidade das historias de Robinson. Elle a comprhenderá quando, uma vez immigrante, verificar que, nas sociedades novas, mas ainda do que nas solidões, precisa contar só comsigo e por si tudo produzir. Eis o que é colonisar. É portanto penoso commetimento; mas um desses empenhos que, em seu exito, mas salientão todas as qualidades do homem e mais depressa o levantão acima de si mesmo e da sua condição. Basta isto para que seja attrahente e seductor...

Émile Daireaux
(A ORDEM, 12.mai.1890, p.2).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Anúncio de uma companhia de navegação.....	36
Figura 2 – As sub-regiões de Minas Gerais (XIX)	57
Figura 3 – Jornal Correio de Minas	74
Figura 4 – Divisão provisória do território do estado em distritos para fiscalização, recebimento e colocação de imigrantes (Decreto nº 626 de 1893)	94
Figura 5 - Núcleos coloniais instalados em Minas Gerais (1893/1910)	96
Figura 6 – Capa da Revista O Imigrante (1908).....	128
Figura 7 – Contracapa da Revista Industrial de Minas Geraes (1894)	142
Figura 8 – Capa do Guia do Emigrante.....	153
Figura 9 – Seção “Aos Leitores” do opúsculo “Guia do Emigrante Portuguez”	154
Figura 10 – Capa do opúsculo Lo Stato di Minas.....	156
Figura 11 – Índice do opúsculo Lo Stato di Minas.....	158
Figura 12 – Tamanho do território mineiro frente alguns países	165
Figura 13 – Posição do Brasil na América do Sul e de Minas Gerais no Brasil	167
Figura 14 - Viação Férrea em tráfego, em Construção e em Estudos da Zona do Sul e Oeste de Minas.....	171
Figura 15 - Plano de Viação Ferrea e Fluvial do Estado de Minas Geraes (1893)	172
Figura 16 – Ouro das Gerais exibido na Exposição Universal do Chile (1895).....	184
Figura 17 – Plantação de Café	186
Figura 18 – Vista de uma fazenda (1896)	186
Figura 19 – Lado a lado: o “velho” e o “novo”	193
Figura 20 – Estação de General Carneiro (Belo Horizonte)	194
Figura 21 – Vista parcial de Juiz de Fora	197
Figura 22 - Cidades representadas no opúsculo Lo Stato di Minas.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cidades-sede e zonas dos periódicos mineiros utilizados na pesquisa.....	73
Tabela 2 – Divisão provisória do território do estado em distritos para fiscalização, recebimento e colocação de imigrantes (Decreto nº 626 de 1893)	93
Tabela 3 – Núcleos coloniais instalados em Minas Gerais (1893/1910).....	95
Tabela 4 – Comparação entre a produtividade de brasileiros, italianos e portugueses no Núcleo Colonial Ferreira Alves, com base nas informações de Nominato José de Souza Lima (1896)	103
Tabela 5 – Progresso da rede de estradas em Minas Gerais (1875-1889)	174

MINAS GERAIS – O ÉDEN BRASILEIRO: NOTAS SOBRE A PROPAGANDA IMIGRATÓRIA MINEIRA E SUAS ALUSÕES TERRITORIAIS NO FINDER DOS OITOCENTOS

Prelúdio: Imigração, Pensamento Geográfico & Território	15
Introdução: Sobre inércia e necessidade de movimento	22

PARTE I – MORRER AQUI PARA RENASCER ACOLÁ: A CENA MIGRANTE EUROPÉIA NO FINDER DOS OITOCENTOS

31

CAPÍTULO ÚNICO – MORTE & VIDA: A RESSURREIÇÃO DO EMIGRANTE	32
A. Do pesadelo ao sonho: esperança e movimento.....	35
B. Fagulhas da explosão imigratória	42
C. Morrer em busca do paraíso	48

PARTE II – TUDO ESTÁ PARADO! – UMA ODE AO MOVIMENTO

53

CAPÍTULO 1 – O MOSAICO MINEIRO	55
1.1. Um “minissistema federal”	59
1.2. Trilhos do progresso.....	61
1.3. A criação de hospedarias e suas contendas	65
1.4. A sociedade mineira	69
1.5. Sons polifônicos: notas sobre a imprensa	70

CAPÍTULO 2 – SEMÂNTICAS DA ESPERA.....	79
2.1. Esperar alguém.....	82
2.2. Vaticínio e opulências territoriais	87

CAPÍTULO 3 – IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO EM MINAS	89
3.1. Diretrizes para a introdução de imigrantes	90
3.2. O antídoto contra a inércia	98

PARTE III – “PUXAR BRAZA PARA A NOSSA SARDINHA”: ARTIFÍCIOS, DILEMAS E ENCANTOS DA PROPAGANDA IMIGRATÓRIA MINEIRA

105

CAPÍTULO 1 – O FAZER PROPAGANDÍSTICO.....	108
1.1. O que é propaganda?.....	108
1.2. Dos oito pecados capitais do serviço imigratório	111

CAPÍTULO 2 – CONCORRÊNCIA, INVEJA & IRA	113
2.1. Só há São Paulo no Brasil!?	115
2.1.1. Você já foi a Minas? Não? Então vá!	119
2.1.2. <i>Italia e Italiani in Brasile</i>	122
2.1.3. Malquistos vizinhos do Prata	130
2.1.4. Malogrados esforços	134
CAPÍTULO 3 – ESTRATAGEMAS PROPAGANDÍSTICOS	137
3.1. Mostrar ao Brasil e ao estrangeiro o que temos e o que valem!	139
3.2. Da necessidade de se conhecer o “território”	143
3.3. Estratégias locais e perfil almejado	145
CAPÍTULO 4 – O CANTO DA SEREIA: UMA NARRATIVA SOBRE O “TERRITÓRIO” A PARTIR DE OPÚSCULOS PROPAGANDÍSTICOS.....	151
4.1. Apresentação das obras.....	151
4.1.1. Guia do Emigrante Portuguez.....	151
4.1.2. Lo Stato di Minas Geraes.....	155
4.2. O que os livros narravam sobre as Gerais?.....	159
4.2.1 Extensão territorial e características da população	159
4.2.2. Vias de comunicação	168
4.2.3. Aspectos climáticos	175
4.2.4 Riqueza mineral	179
4.2.5 Terrenos	184
4.2.6 Núcleos coloniais	187
4.2.7. O mundo urbano	190
4.3. Do sonho à quimera	201
4.3.1. Imagens do Éden	201
4.3.2. – Ser imigrante em terra de latifundiários	206
4.3.3. – A arte da prestidigitação	209
Considerações Finais	219
Fontes Primárias.....	222
Fontes Secundárias.....	242
Anexos	262

Prelúdio: Imigração, Pensamento Geográfico & Território

Por pensamento geográfico entende-se um **conjunto de discursos a respeito do espaço** que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura. **Eles emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica, etc. Em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo-se certos valores.** Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço. Uma mentalidade acerca de seus temas. Um horizonte espacial, coletivo (MORAES, 2002, p. 32, grifos nossos).

Exemplos lapidares de discursos acerca do espaço podem ser visualizados através da política de imigração formulada pelo governo mineiro entre o final dos oitocentos e o alvorecer do século XX. A despeito disso, poucos são os trabalhos comprometidos a interpretar tal temática a partir de uma perspectiva geográfica¹. De nossa parte, na esperança de prestar alguma contribuição nessa seara, tentamos sublinhar em que medida os discursos sobre *imigração* estavam eivados por alusões ao território. De forma mais específica, é nossa intenção realçar as questões territoriais trazidas à baila por meio de propagandas que visavam atrair imigrantes.

Antes de tudo, salientamos que os políticos, ao se referirem ao *território*, usualmente colocavam em evidência alguns atributos – com notório destaque para aqueles vinculados ao mundo fisiográfico, mas sem olvidar também da população e das construções humanas – e os vinculavam a aspectos de cunho econômico. Isso pode ser percebido quando alguns deles alegavam que os estrangeiros apenas sugariam as incomensuráveis riquezas do “território”. Por

¹ Os trabalhos existentes nos brindaram com basilares aportes e pistas de sobrelevado valor para a visualização dos liames entre a *introdução de emigrantes e ideias acerca do espaço*. Dentre estes, salientamos a seminal abordagem empreendida por Norma de Góes Monteiro, em 1973, na obra “Imigração e Colonização em Minas Gerais – 1889-1930”. Acrescemos também textos outros que, direta ou indiretamente, tangenciam questões atinentes à imigração e colonização nas Gerais. São eles: Iglesias (1958); Diegues Júnior (1967); Lanna (1986); Anastásia (1990); Lopes (1990); Oliveira (1990; 1992); Aguiar (2006); Cosentino (2006); Botelho et al (2007); Rodrigues (2009); Greco (2009); Giarola (2009; 2010a; 2010b); Gasparetto Júnior (2010a; 2010b); Teixeira (2009; 2011; 2012); Cordovil (2011; 2013); Campoli (2013); Santos (2013; 2014); Chrysostomo e Santos (2014).

outro lado, havia também discursos que condicionavam o progresso do estado à introdução de imigrantes. Tais falas costumavam se valer do seguinte estratagema: em um primeiro momento, de forma profusa e generosa, certos atributos territoriais eram realçados. Mas nem tudo eram flores! Na sequência era chegada a vez de se lamentar por tais atributos não serem utilizados de maneira satisfatória. Admitia-se que esse subaproveitamento ocorria porque a população, embora laboriosa, era insuficiente e esparsa².

De essa constatação, a respeito da rarefação populacional, emergiam justificativas sobre a necessidade de se introduzir imigrantes que aumentassem o contingente de “braços” aptos ao trabalho. Do desejo e dos esforços para atrair tais “braços” nascia um discurso de viés propagandístico que não se diferia muito daqueles antes mencionados. Nas propagandas, no entanto, havia uma crucial e sutil diferença: nelas, apenas as virtudes tinham vez. Quiçá até pudéssemos dizer que essas propagandas criavam uma espécie de “território-paraíso³”. A

² No final do XIX havia cerca de 3.000.000 habitantes nas Gerais e a rarefação da população despertava avultada preocupação nas autoridades. Exemplo disso é que no ano de 1891 o então senador Silviano Brandão, dizia: “Realmente, fica-se pasmo, comparando-se o territorio de Minas e sua população com o territorio de alguns paizes e suas respectivas populações. Com effeito, a Suissa conta menos de 42 mil kilometros quadrados e tem uma população de tres milhões de habitantes; a Belgica conta, menos de 30 mil kilometros quadrados e tem uma população de seis milhões de habitantes; a Inglaterra com 315 mil kilometros quadrados, conta uma população de trinta e seis milhões de habitantes [...] e assim muitos outros; ao passo que o estado de Minas Gerais, com um vastissimo territorio de 574 mil kilometros quadrados conta menos de tres milhoes de habitantes! (O ESTADO DE MINAS, 8. out. 1891, p. 2, grifos do autor). Outro relato nessa mesma direção é o do Presidente do estado Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira que, em 1892, assinalava de forma enfática: “É incontestavel a necessidade da approximação das differentes zonas do territorio mineiro, vasto, cheio de recursos de toda sorte e que opulentariam nações, entretanto ocupado por população laboriosa, mas insufficiente, enérgica, mas segregada, e que, quase estranha, se conhece mal e por isso não encontra nessa reciprocidade diurna de interesses e aspirações comuns das populações numerosas e compactas os constantes estímulos de iniciativa, que são a secreta emulação do progresso por nós próprios admirado entre irmãos, aliás menos aquinhoados da fortuna” (MINAS GERAES, MENSAGEM, 1892, p.17). Necessário ainda assinalar que vários dos libertos não desejaram continuar nas fazendas e rumaram para outras regiões, sobretudo aquelas vinculadas à lavoura do café que, nas épocas de colheita, acenava com melhores salários. Assim, muitos foram os ex-cativos que se dirigiram para São Paulo, Rio de Janeiro e para a própria Zona da Mata.

³ Necessário assinalar que as representações paradisíacas sobre o Brasil constam de longa data. Holanda (1969), em *Visão do Paraíso*, resgatou a mística daqueles que tentaram conferir uma aura edênica à América Lusitana. Uma dessas investidas teria sido engenhada no século XVIII pelo português Pedro de Rates Hanequim que viveu por um bom tempo em Minas Gerais. No entanto, como ele teria sido condenado pelo poder real luso, “de pronto irrompe a pergunta, perplexa, assustada: por que tamanha dureza do poder real? Qual o crime do obstinado Hanequim? Foi o de ter afirmado que o Paraíso Terrestre não fora extinto quando da expulsão de Eva e de Adão, porém ocultado no interior do Brasil à espera de homens que pela sua virtude e coragem o localizassem. A afirmativa de Pedro de Rates foi considerada ameaça religiosa e política para as instituições da época. Religiosa porque contrariava a Bíblia; política porque o povo que mantinha sólido o império nas duas margens do Atlântico tenderia a entender que, se Deus tivesse privilegiado este lado do oceano, estaria indicando qual delas a mais importante.

ideia era difundir a crença de que o emigrante⁴ poderia desfrutar do “paraíso terrestre” que se encontraria nas Gerais – não por acaso, a expressão “O Éden Mineiro”, presente em um dos jornais do estado, compõe o título de nosso trabalho.

Toda essa preocupação em atrair estrangeiros ocorria porque parte das autoridades acreditavam que o futuro estadual estaria condicionado, de forma inextricável, à presença de imigrantes que pudessem dar vazão aos tesouros presentes no “território”. Ou melhor: presentes *naquilo* que era designado de *território*.

Reescrevemos a frase que encerra o parágrafo anterior para demarcar que em nossa ótica o território congrega, sim, elementos fisiográficos – conforme acentuado em muitos dos discursos. Porém ele não pode ser subsumido a apenas isso. A presença de recursos naturais é extremamente importante, mas é também imprescindível dimensionar quais grupos se apropriam desses recursos. Do mesmo modo, é também imperioso tentar desvelar os desígnios que propulsionam as ações de tais grupos. Dizemos isso por entendermos que

[...] é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. Tal conceito traz, assim, duas vantagens: impede qualquer retorno às concepções naturalistas (que tanto marcaram a Geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, posto, não mais como o lugar (a paisagem ou a superfície da Terra), mas diretamente como a relação sociedade-espço em si. E mais, equacionando como entidade movente – *formação* – resgata também a unidade dialética entre forma e processo, vital para a ótica geográfica que se busca (MORAES, 2002, p. 45, grifos do autor).

O território, portanto, não pode ser concebido como algo estático. Ele não é um palco e tampouco um mero substrato físico. Devemos compreender as outras dimensões que o compõem e que o fazem ser muito mais que um grupamento de formas naturais. Quem também adverte isso é Santos (2002, p.22), quando ele nos diz que:

Com isso colocaria o Brasil acima da Metr pole. E isso Portugal não podia tolerar. De fato, Pedro de Rates meteu-se numa conjura para aclamar o infante Manuel rei do Brasil, o que independentizaria o país uns 80 anos antes do grito de Pedro I no Ipiranga. A conspirata foi desarticulada e seus participantes, aprisionados. Ela nos serve como prova de quanto Hanequim – filho de holand es de Roterdã – amava o Brasil, onde viveu 26 anos nas montanhas de Minas” (DONATO, 2000, s/p).

⁴ A título de realce: “o imigrante é aquele que realiza a presença estrangeira e, correlativamente, o emigrante é aquele ausente que se encontra no estrangeiro (SAYAD, 1998, p. 266).

O território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder. O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo.

O processo de constituição de um território é decorrente de uma série de acúmulos que estão sempre em constante movimento (MORAES, 2002). Tais acúmulos, cumpre reforçar, são alimentados pelas ações humanas, pois

os usos do solo, os estabelecimentos humanos, as formas de ocupação e as hierarquias entre os lugares expressam os resultados de lutas, hegemonias, violências, enfim, são resultados de atos políticos. A produção do espaço agora sendo vista como processo teleológico, isto é, sustentado em projetos e guiado por concepções de atores sociais específicos. **Logo, a construção dos territórios envolvendo representações, discursos, consciências e articulações práticas.** Nesse quadro, o discurso geopolítico, por exemplo, aparece como a fundamentação dos desígnios de um dos atores mais poderosos nesse jogo: o Estado. Um ator que ao emergir na cena histórica tende a monopolizar as ações básicas do processo de formação territorial (MORAES, 2002, p. 46).

Ou seja, os discursos e representações que os governantes das Gerais elaboravam sobre a realidade do estado eram substância fundamental na constituição do território mineiro. Dessa forma, as imagens criadas – enaltecidas de um substrato simploriamente chamado de *território* – teriam papel assaz relevante no sentido de engendrar ações que atendiam interesses específicos.

Assim, mesmo que o *território* sobre o qual os políticos versem evoque a imagem de um palco, não podemos perder de vista que o conteúdo⁵ desses discursos deve ser visualizado como um relevante movimento que integra e qualifica as relações imanentes ao território. Tudo isso pois “o espaço (sua gestão, sua representação, os projetos e imagens a seu respeito) representa um dos condutos mais eficazes do poder” (MORAES, 2002, p. 33).

Aliás, já que falamos em poder, é propício inquirir: de que forma as concepções expressas pelas autoridades deixavam transparecer ambições particulares? Com o fito de responder tal indagação devemos enfatizar que o *território* era comumente retratado como um *recurso* que gabaritaria Minas

⁵ Conteúdo este que, conforme vimos, acaba por reduzir o sentido pleno do *território*. Aliás, estava longe de ser uma preocupação dos políticos conceituarem o *território*. Na dicção deles o *território* era muito mais uma palavra – usada para designar o substrato físico – que um conceito. No lugar de *território*, em determinadas ocasiões poderia perfeitamente ser pronunciada/grafada a palavra *natureza*, *espaço* ou até *paisagem*.

Gerais a desfrutar de um futuro alvissareiro. Não por acaso, nas páginas do jornal oficial do governo do estado, líamos dizeres como este:

O Estado de Minas, excepcionalmente fadado pela natureza, que caprichosamente grupou em seu vasto território riquezas variadas e enormíssimas, **destinado a ocupar a vanguarda do progresso**⁶, está infelizmente, forçoso é confessal-o, atravessando uma crise má, em que a tradicional energia de seus filhos está se deixando perniciosamente avassalar por **imperdoável apathia** sem razão de ser (MINAS GERAES, 18. set.1892, p.882, grifos nossos)⁷.

Mas esse pensamento divulgador de um bem comum mascarava que muitos dos políticos mineiros estavam preocupados, sobretudo, com seus interesses pessoais. Na maioria dos casos, o que estava em jogo não era o futuro afortunado da totalidade da população mineira, mas sim o progresso de parco quinhão de privilegiados.

Se os imigrantes eram considerados elementos vitais, era porque acreditava-se que seus “braços civilizados” seriam capazes de domar a natureza e assim otimizar a extração das riquezas provenientes do *território*⁸. Essa era uma ótica marcadamente econômica na medida em que colocava ênfase no entendimento do “território como fonte de recursos” e na sua participação na relação “capital-trabalho” (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Outrossim, pavonear as virtudes da natureza era um movimento contumaz em um contexto como este no qual “o pensamento geográfico foi incorporado, em sentido metafórico ou não, às representações sobre o território e a população brasileira, nos discursos e no imaginário coletivo [...]” (MACHADO, 1995, p. 347). Por extensão, não é tarefa difícil se deparar com diversas falas que exaltassem as “riquezas naturais incomensuráveis”, a “tropicalidade”, a

⁶ Sobre o ideal de progresso acalentado pelas elites políticas mineiras recomendamos os seguintes trabalhos: Guimarães (1993); Dulci (1999); Aguar (2006) e Pádua (2012).

⁷ Aproveitamos o aparecimento desse excerto para sinalizar que em todos outros manteremos a ortografia original.

⁸ Ao analisar algumas obras geográficas (programas da disciplina localizados no Colégio Pedro II, livros didáticos e o semanário infantil O Tico – Tico) veiculados no contexto da Primeira República, Tenório (2014) realça essa crença na capacidade de domínio da natureza através do esforço do homem. De acordo com sua análise, “as representações do território e da natureza brasileira estão incluídas dentro do paradigma iluminista, o qual privilegiava a transformação da natureza pela técnica e pela ciência. Assim, os artigos publicados no seminário infantil e o ensino de Geografia têm íntima relação com os projetos de transformação da agricultura brasileira, defendidos por intelectuais como Fábio Luz, Júlia Lopez de Almeida e instituições como a Sociedade Nacional de Agricultura” (*op. cit.*, p. 13). No caso das Gerais, conforme adiante veremos, os governantes mineiros acreditavam que essa transformação seria otimizada a partir das técnicas supostamente dominadas pelos imigrantes europeus.

dimensão continental, os "espaços vazios" e a oferta ilimitada de terras [...]" (MACHADO, 1995, p. 347)⁹.

Tais falas, portadoras de ideias espaciais, enaltecem que os discursos adjetivados como *geográficos* não estão confinados ao âmbito da Geografia. Alusões ao espaço são enredadas em quaisquer outros meios, uma vez que o olhar espacial brota da sensibilidade humana. Com isso ambicionamos dizer que os discursos geográficos,

[...] - no sentido mais amplo desse termo (discursos referidos ao espaço terrestre) - variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados. São construções engendradas dentro de mentalidades vigentes, isto é, de formas de pensar historicamente determinadas, com epistemes próprias que conformam não apenas os paradigmas da reflexão mas a própria sensibilidade humana. Nesse sentido, qualquer olhar geográfico já se exercita dentro de determinações históricas, qualquer leitura da paisagem sendo densa de uma temporalidade própria. Se assim é já com os elementos da percepção e da intuição, com muito mais vigor as determinações históricas se exercitam sobre a elaboração dos textos, produtos também de um raciocínio que não foge a tais condicionantes temporais. O conhecimento científico sobre o espaço terrestre e sobre seu uso bem exprime essa qualidade.

A geografia, como concebida nos parágrafos anteriores, emerge em todas as épocas históricas, pois refere-se à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga. Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer sociedade existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização. A variedade destas geografias é inerente à variedade de culturas existentes na história humana. Logo, há necessidade de diferenciar e historicizar as culturas para bem contextualizar as suas geografias (MORAES, 2000, s/p, grifos nossos).

Nessa vereda, esta dissertação constitui-se em uma tentativa de contemplar a política mineira de imigração para que assim possamos compreender algumas questões de grande vulto presentes nesse momento. Mas ainda que concedamos realce para questões atinentes aos discursos, não podemos ignorar que a *geografia discursiva* está umbilicalmente enlaçada a uma

⁹ Segundo Magnoli, "História e Geografia, especializações acadêmicas e disciplinas escolares consolidadas junto com o Estado-Nação, participaram como protagonistas do empreendimento criador. A primeira dedicou-se à produção da 'biografia nacional', inscrevendo a pátria no tempo. A segunda, à cartografia nacional, entalhando-a no espaço. Elas moldaram narrativas poderosas, conferindo identidade, singularidade e drama à comunidade que se imaginava". A Geografia, acrescenta o autor, "[...] **dedicou-se à idealização do território nacional, ancorando-o na natureza**, cartografando as suas 'regiões' e identificando os 'gêneros de vida' típicos de cada uma. Por essa via, imaginou o 'corpo da pátria', inculcando-o nas sucessivas gerações e erguendo o mapa do país à condição de símbolo tão poderoso quanto a bandeira nacional" (MAGNOLI, 1997, p.8, grifos nossos).

geografia de corte material. Isto porque a representação do espaço é uma das etapas primeiras de sua transformação.

Não olvidemos, inclusive, que as representações espaciais desempenham importância avultada nos mais variados poros da vida humana. Os discursos acerca do espaço se confundem com a própria civilização, pois,

mais do que fonte de sobrevivência, a superfície terrestre é, por excelência, continente de registros simbólicos e, apesar de a racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e nas suas projeções. **Esta é certamente uma questão para a geografia na medida em que ela é conhecimento do espaço, mas também um modo de vê-lo, de interpretá-lo e de codificá-lo, tanto através do seu discurso acadêmico como por intermédio das diferentes formas de compreensão contidas nos discursos do senso comum.** Desde a aurora dos tempos, a Terra foi fonte de símbolos e de significados. O discurso geográfico, começando por aquele contido no relato dos viajantes do mundo antigo até o dos intérpretes contemporâneos dos espaços globalizados, tem contribuído, com sua narrativa, para construir e alimentar as representações sociais. Portanto, se a interpretação dessas representações é necessária para a produção do conhecimento, a geografia, nada inocente no assunto, tem mobilizado seus recursos intelectuais para participar desta tarefa (CASTRO, 2006, s/p, grifos nossos).

Se as raízes históricas auxiliam na contextualização das *geografias da sociedade*; iniciamos aqui nossa jornada na tentativa de sublinhar as alusões territoriais presentes na política mineira de imigração.

Introdução: Sobre inércia e necessidade de movimento

Quatro crianças de um só parto

Em Santa Maria de S. Felix, municipio do Peçanha, neste estado, uma mulher deu á luz quatro crianças, sendo tres do sexo feminino que morreram ao nascer e uma do sexo masculino, que sobrevive, com todo o vigor (O ESTADO DE MINAS GERAES, 20 jan. 1892, p.1).

Ao ler a notícia supracitada você talvez possa ter se indagado: mas esta não é uma dissertação que pretende abordar questões relativas à introdução de imigrantes? Afinal de contas, o que um acontecimento tem a ver com o outro?

Calma! Antes que pense estar diante de uma *propaganda enganosa*, tratamos logo de dizer que a suposta falta de nexos começa a ser desfeita a partir do momento em que o fatídico relato é encerrado através da seguinte e espirituosa conclusão: “a pegar a moda, e a vingaram os filhotinhos, fica por esse modo resolvida a magna questão da ocupação do território” (O ESTADO DE MINAS GERAES, 20.jan.1892, p.1). Trata-se de uma frase emblemática na medida em que ela, de forma inusitada, coloca em relevo a necessidade de promover o incremento populacional.

Tal incremento, grosso modo, poderia ser engenhado a partir de duas políticas: uma delas, mais *lenta*, viabilizada através do estímulo à natalidade; outra, mais *veloz*, efetivar-se-ia por meio do estímulo à imigração (RAFFESTIN, 1993). Mas tendo no horizonte essas alternativas, qual foi o caminho trilhado pelo governo?

A resposta é simples! Diante de um cenário caracterizado pela *urgência*, as autoridades julgavam que não seria sinal de sensatez ficar à espera de nascimentos quádruplos outros¹⁰. A busca por uma solução imediata foi, portanto, o que impôs a escolha pela segunda possibilidade. Mas espere, estamos indo rápido demais! Algo não ficou claro e você, com razão, tem todo

¹⁰ Na análise de Raffestin (1993), embora mais veloz, a imigração apresentaria a desvantagem de engendrar uma modificação qualitativa da população. Transformação esta que poderia redundar em problemas inúmeros, sendo alguns de ordem racial. No cenário brasileiro, porém, esse problema se apresentava com uma solução na medida em que os imigrantes europeus eram considerados bons elementos colonizadores. Em outras palavras: o governo preferia imigrantes brancos por acreditar em uma pretensa superioridade destes em relação aos demais. Não custa lembrar, aliás, que em 1892 o senador Mello Franco alegava ser imprescindível introduzir imigrantes. Mas ele versava sobre imigrantes quaisquer? Não! Definitivamente não. Ele era bem específico ao falar de imigrantes de “raça europeia” (O ESTADO DE MINAS GERAES. 2. abril.1892, p.2).

direito de se indagar: por qual motivo falamos em *urgência*? Por que o governo tinha demasiada pressa?¹¹

Essa dúvida se esvai ao verificarmos o que a matéria “A imigração em Minas” narrava a respeito da situação do estado no findar dos oitocentos. Na oportunidade, em tom lamurioso tecia-se o seguinte diagnóstico: “num território extensíssimo, onde a uberdade do sólo e a riqueza mineral, rivalisam com a caudal de seus rios e a amenidade e diversidade de seu clima, acha-se infelizmente em embryão o aproveitamento dos imensos recursos que possui” (MINAS GERAES, 5.ago.1894, p. 5).

O mencionado estágio de *dormência* era sintetizado por uma lacônica, porém grandiloquente frase que a plenos pulmões berrava: “tudo estacionou”. A culpa por esta *apatia* era atribuída à administração ineficaz de boa parte dos estadistas da então província mineira e também à considerada “humanitária, mas intempestiva” abolição da escravatura. A combinação de esses dois ingredientes teria acarretado a “desorganização do trabalho” e o conseqüente comprometimento das atividades da lavoura cafeeira que era descrita como a “mais forte e primitiva fonte de riqueza¹² da nação” (MINAS GERAES, 5. ago.1894, p. 5).

¹¹Registre-se que o entusiasmo exibido pelo governo em relação à imigração não era comungado pelos proprietários mineiros que, ao mirarem casos de fracasso envolvendo a experiência de parceria em São Paulo – ainda na época do Império –, acreditavam que somente o braço escravizado seria apto a labutar na lavoura do café. Com efeito, ao final do XIX, poucos eram os fazendeiros que envidavam esforços com vistas a atrair estrangeiros para suas propriedades. De forma contrastante, nos relatórios presidenciais pululavam menções à falta de braços (MONTEIRO, 1973).

¹² Prado Junior, em *História Econômica do Brasil*, ajuda-nos a compreender porque a lavoura cafeeira era tão valorizada. Segundo ele, “de todos os produtos brasileiros modernos, o primeiro e soberano lugar cabe ao café. Já o encontramos na fase anterior, sob o Império, em marcha ascendente e avassaladora das principais e melhores atividades do país. Encontrá-lo-emos agora na República atingindo o zênite da sua grandiosa trajetória, e colocando-se em nível que deixará definitivamente numa sombra medíocre todas as demais produções brasileiras. Mesmo em termos absolutos e mundiais, o café adquirirá posição de relêvo. Ele se classificará, no século atual [XX], entre os primeiros se não o primeiro gênero alimentício do comércio internacional; e o Brasil, com sua quota a 70% da produção, gozará de primazia indisputada” (2004, p. 225-226). Essa importância atribuída ao café é expressa nas palavras Pedro de Vasconcellos Teixeira da Motta. Esse político mineiro clamava: “Nossa lavoura que, como já tive a honra de dizer em ocasião idêntica, é a **fonte quase que exclusiva de nossas rendas e a poderosa alavanca de nosso progresso definha e morre inanida, por falta de braços**”. Adiante acrescentava: “O trabalho escravo está quase extinto e, para que o possa prontamente substituir o trabalho livre, duas condições são de imprescindível necessidade; **estradas de ferro**, que dêem valor ao producto do trabalho, facilitando a permuta e **assim chamando para nosso paiz o estrangeiro**, que nunca emigra, nem vai colonisar paiz algum, senão levado ficto de lucro; e leis que obriguem o nacional ao trabalho e que, diminuindo o numero dos consumidores ociosos, vão augmentar os productores uteis”(A PROVINCIA DE MINAS, 9. out.1881, p. 4, grifos nossos).

Mas além de lástimas, o texto trazia uma cristalina saída ao afirmar que a reversão desse quadro dependia “[...] apenas de quem [pudesse] aplicar um pouco de esforço e actividade no desenvolvimento” das “inumeráveis e inesgotáveis riquezas” existentes (MINAS GERAES, 5.ago.1894, p.5). Em outras palavras: acreditava-se que uma verdadeira e sonhada transformação seria atingida a partir da introdução de trabalhadores estrangeiros.

Tal sonho se tornava palpável na medida em que, no ano de 1890, o Governo Provisório havia aberto “largamente os portos nacionais à corrente imigratória de estrangeiros facilitando por todos os meios a introdução destes no território da República” (MINAS GERAES, 9.set.1898, p.4).

Aproveitando-se de favorável cenário, o governo mineiro então promulgou a Lei Estadual n. 32 de 18 julho de 1892¹³. No alvorecer do período republicano foi essa a principal lei que estabeleceu as diretrizes relativas à instalação de imigrantes em Minas Gerais. Tudo isso porque considerava-se que um futuro auspicioso somente seria alcançado após solvido o problema da carência de “braços”¹⁴.

Ou seja: ainda que, numa situação hipotética, diversas mães tivessem múltiplos filhos e – ao contrário do relato inicial – todos sobrevivessem, isso não seria o bastante. Essa definitivamente não era a solução ideal! Mais que pessoas, esperava-se adquirir braços. Mais que braços, esperava-se adquirir aqueles que fossem *brancos* e *habitados* à lida com a enxada.

Metonímia e adjetivações essas reveladoras das aspirações precípuas do governo: atender as demandas da lavoura cafeeira através da introdução de “braços” que deveriam estar acoplados a homens *europæus*. Estes eram

¹³ A Lei Provincial n. 3417 de 26 de agosto de 1887 e o Decreto Provincial n. 108 de 25 de janeiro de 1888 que a regulamentava, "delinearam pela primeira vez, e de forma profunda e detalhada, o espírito e os aspectos do tratamento da questão da imigração da Província de Minas Gerais" (CAMPOLI, 2013, p.36). Assim, a mencionada lei e seu respectivo decreto poderiam "ser considerados os atos normativos mais importantes sobre a imigração em Minas Gerais" (idem). Isso porque através de ambos foram estabelecidas questões que tratavam sobre alguns dos seguintes itens: subvenção a passagem de navio; indenizações; núcleos coloniais; inspetoria de imigração; incentivos financeiros destinados aos fazendeiros ou às associações particulares que eventualmente comercializassem terras com os imigrantes.

¹⁴ Junto à imigração, outros dois alicerces para esse futuro auspicioso seriam a construção de estradas e a edificação de uma nova capital (GUIMARÃES, 1993).

preferidos por serem considerados mais “civilizados”¹⁵, propensos ao trabalho, difusores do progresso e portadores de técnicas avançadas¹⁶.

Nesse contexto, simplesmente “esquec[ia]-se da pessoa humana que há no imigrante, para ver-se nêle apenas o braço ou a máquina que a lavoura necessita” (DIEGUES, 1964, p. 52). Não é por acaso que se ouvia uma frase que sintetizava a situação do estado através da seguinte reflexão: “Há muitas pernas e poucos braços¹⁷” (MINAS GERAES, 5.out. 1896, p. 3).

Essa assertiva evidencia o quão vigorosas eram as súplicas por *mão-de-obra* que abastecesse as diversas atividades do estado¹⁸ e, especialmente, as lavouras cafeeiras da Mata e do Sul. Explica-se: como essas duas regiões eram consideradas fonte de renda e importante base eleitoral (MONTEIRO, 1973), o projeto capitaneado pelos representantes da oligarquia rural estava voltado, sobretudo, para alavancar a produção da riqueza simbolizada pelo café.

Com o intento de ampliar tal riqueza, ao redor da política de imigração várias foram as providências adotadas. Entre essas, uma delas dizia respeito à propaganda imigratória. Não por acaso, em 1894 o governo instalou em Gênova

¹⁵ Ao longo do século XIX o governo brasileiro direcionou variados esforços na tentativa “tornar” o Brasil um país civilizado. Dimensão de essa necessidade pode ser vista a partir das palavras de Naxara (2001, p. 428) que disserta: “Subjacente ao sentimento, a idéia de que a história, tal qual a conhecemos, é a história do mundo ocidental, portador de um conjunto de características e valores a que se atribuiu o nome de civilização, conceito simultaneamente incluyente e excluyente. Desta forma, estar ou sentir-se fora dela, à margem, num mundo visto e representado como não civilizado, significaria estar fora da história e do que mereceria registro para a posteridade. Convicção que conferiu sentido a todo o esforço de civilização realizado pelos brasileiros, especialmente ao longo do século XIX, quando do momento de constituição e construção da nação e da sua história, ainda que à custa da exclusão de grandes parcelas da população”.

¹⁶ “Modernizar o campo, renovando as práticas agrícolas correntes e diversificando a produção agropecuária, e estimular o estabelecimento de um número significativo de pequenos e médios agricultores dispostos a atender às demandas do mercado interno do estado eram também objetivos do governo mineiro na primeira década republicana e faziam do empreendimento de imigração e colonização uma iniciativa de modernização regional em bases agrárias” (AGUIAR, 2006, p. 32).

¹⁷ Na ocasião, essa frase fora proferida pelo senador Costa Sena. Entretanto, não conseguimos precisar quem seria o autor original. Os próprios políticos também pareciam não saber. Exemplo: em certa feita, após Costa Sena dizer que faltavam braços e que, por isso, a imigração se fazia necessária, o político Necesio Tavares de forma enfática afirmou: “**Braços nós temos muitos, precisamos é de lei para fazer trabalhar**”. Sena então replicou: “Sim v. exc. pensa como certo escriptor, **si não me engano o padre Vieira, que já dizia que não faltavam braços, porém sobravam pernas**. Venha, pois, algum antidoto contra esta **superabundancia de pernas**, aqui, porém está o problema. Reclamam todos leis que façam trabalhar!” (MINAS GERAIS, 5. jun. 1895, p. 6, grifos nossos).

¹⁸ Apesar de notória ênfase concedida à cafeicultura, cabe destacar que política de imigração e colonização não direcionava força-de-trabalho apenas para essa atividade, mas também para empreendimentos relacionados à modernização regional. Exemplo disso é a construção da nova capital e a instalação de novas estradas de ferro.

uma Superintendência de Emigração. Sua função era a de “[...] tornar conhecidas na Europa, por meio de publicações, conferências e todos os meios regulares de propaganda, as riquezas naturais do Estado, sua situação física, moral, política e econômica” (DECRETO N. 795, art 2º, item I)¹⁹.

A propagação de essas informações seria um dos principais trunfos mobilizados para convencer europeus a rumarem para as terras mineiras. Persuadi-los era imprescindível na medida em que o Brasil competia “diretamente com outros países do Novo Mundo no aliciamento de imigrantes” (SKIDMORE, 1989, p. 158)²⁰. Outrossim, Minas Gerais enfrentava ainda concorrência dos demais estados da Federação²¹. Mas vejamos, se existia assim tanto interesse em atrair imigrantes, inquirimos: por qual motivo esperava-se que várias pessoas saíssem de onde nasceram em busca do desconhecido?

Essa expectativa torna-se compreensível quando temos em vista que no final dos oitocentos a situação de pauperismo instaurada na Europa²² demonstrava que os europeus tinham boas razões para arrumar suas malas e acatar o chamado que Jeová fez a Abraão ao lhe aconselhar: “Sai de tua terra” (SCLIAR, 1998, p. 137).

É, então, na esperança de erigir nova vida que os europeus deixavam a pátria para marchar em busca de “uma terra de promessa, um segundo paraíso terrestre. Para o homem, abria-se a oportunidade de alcançar ainda em vida a tão sonhada oportunidade de uma vivência tranquila, livre dos tantos percalços que povoavam o seu dia a dia” (SANTOS, 1999, p. 140).

¹⁹ De acordo com relatório do Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, em 1897 a Superintendência passou a contar com duas agências, uma em Genova e a outra em Lisboa (MINAS GERAES, MENSAGEM, 1896, p. 19). Gasparetto Júnior (2010, p. 807) diz que “a primeira foi transferida mais tarde para Paris, deixando Gênova apenas como uma agência, dirigida por Rubem Tavares”.

²⁰ O político Luiz Pereira Barreto advertia: “Não percamos de vista que outros países, e com especialidade os nossos vizinhos, precisam igualmente de abundante imigração, e que a luta pela vida os impele irresistivelmente a mover a seu favor, e contra nós, uma propaganda activa, incessante, implacável, em todos os tons e sob todas as formas” (MINAS GERAES, 8 mar.1895, p. 2).

²¹ Oliveira (2001) assevera que no século XIX o ingresso de imigrantes no território brasileiro apresentava dois perfis. Por um lado, atendia-se a pequena propriedade agrícola – tal como foi observado nos estados sulistas. Por outro, privilegiava-se a utilização da força-de-trabalho dos estrangeiros nas fazendas de café, a exemplo do que aconteceu no Oeste paulista.

²² “No século XIX foram [...] sobretudo as causas econômicas que motivaram os movimentos populacionais: miséria, más colheitas, falta de trabalho e, em alguns casos, uma política deliberada do Estado de se livrar de uma parcela da população, a mais pobre” (SILVA, 2001, p. 6). Essas questões econômicas guardam estreitas relações com o desenvolvimento do capitalismo industrial, conforme iremos discutir adiante.

Dessa forma, com o intuito de que os emigrantes acreditassem que essa venturosa terra se localizava nas Gerais e não em lugares outros, o governo²³ selecionava uma série de ingredientes – clima, solo, vegetação, hidrografia, infraestruturas, população – e os “embrulhava” sob um vistoso invólucro ao qual eles chamavam de *território*. Tal embrulho assumia caráter notadamente ideológico na medida em que contribuía para mascarar – ou ao menos esvanecer – as relações de poder que constituíam o território mineiro²⁴.

A veiculação desse discurso propagandístico – eivado de ideias alusivas ao substrato físico, às infraestruturas e virtudes mineiras – seria um dos principais estratagemas que contribuía para obnubilar, de forma acintosa ou não, as relações sociais já cristalizadas nas Gerais. Muitas dessas relações, conforme discutiremos, estavam permeadas por conflitos que se expressavam, sobretudo, nas disputas pela alocação de recursos e nas divergências sobre como a política de imigração e colonização deveria ser executada.

Tendo em vista que em meio a essas discussões o interesse dos latifundiários falava mais alto, erguemos a seguinte indagação: em que medida o *discurso propagandístico* trazia à baila – de forma velada ou escancarada – questões atreladas ao domínio exercido pela oligarquia rural mineira? Dito de outra forma: será que através das várias falas a respeito dos atributos territoriais poderemos também enxergar o nosso conceito de *território* – que, para nós, diz respeito, sobretudo, às relações de poder?

Na tentativa de amearhar elementos que nos possibilitem responder essas indagações tentaremos **interpretar de que forma as representações sobre o território mineiro, expressas no discurso propagandístico, contribuía para fundamentar a ideologia das autoridades favoráveis à introdução de imigrantes**. Para tanto, pretendemos contemplar os seguintes pontos:

²³ Essa não era, naturalmente, uma especificidade do governo mineiro. Prova disso são os trabalhos de Bytsenko (2006) e Smith Júnior (2011; 2012). Ambos autores concentram suas análises no alvorecer do século XX e, de forma indireta, ajudam a demonstrar que uma das marcas da propaganda imigratória é a mobilização de atributos físicos do território. Enquanto Bytsenko estuda a imigração da Rússia para o Brasil, Smith Júnior se debruça sobre a propaganda empreendida pelo governo brasileiro para atrair imigrantes espanhóis para a Amazônia.

²⁴ Uma discussão aprofundada sobre o *conceito* de território pode ser encontrada em: Ambrozio (2013).

- i.) investigar e analisar os principais meios utilizados para disseminar a imagem de Minas Gerais na Europa;
- ii.) compreender de que maneira o território mineiro era construído via oligarquia rural;
- iii.) identificar algumas das estratégias persuasivas adotadas pelo governo na tentativa de seduzir os imigrantes e evitar concorrências outras;
- iv.) compreender o que ficava na penumbra enquanto outros elementos eram iluminados nas propagandas;
- v.) verificar se, e em que medida, o discurso propagandístico refletia os diferentes interesses em torno da política de imigração e colonização.

E, como não poderia deixar de ser, tecemos aqui a nossa *propaganda* ao anunciar que este trabalho seguirá o seguinte curso: na primeira seção – MORRER AQUI PARA RENASCER ACOLÁ: A CENA MIGRANTE EUROPÉIA NO FINDER DOS OITOCENTOS – examinaremos os motivos que levaram os trabalhadores europeus a procurarem vida melhor em um Novo Mundo.

Principiamos a seção seguinte – TUDO ESTÁ PARADO: UMA ODE AO MOVIMENTO – na tentativa de evidenciar algumas das variegadas disputas regionais existentes no chamado mosaico mineiro. Perpassaremos por discussões sobre imprensa, polêmicas ao redor da criação de hospedarias e discussões a respeito da mineiridade. Outrossim, nesse momento ainda chamamos atenção para os discursos nos quais se disseminava a ideia de que as Gerais apenas “esperavam” por imigrantes que dessem vazão a todas as riquezas existentes.

Na seção derradeira – “PUXAR BRAZA PARA A NOSSA SARDINHA”: ARTIFÍCIOS, DILEMAS E ENCANTOS DA PROPAGANDA IMIGRATÓRIA MINEIRA – analisaremos os mecanismos empregados com a finalidade de atrair trabalhadores estrangeiros. A intenção é verificar não apenas como a propaganda imigratória era engenhada, mas também visualizar como o “território” era representado.

Nesse momento trabalharemos ainda com duas obras de propaganda elaboradas em tal contexto²⁵. São elas: o *Guia do Emigrante Português para*

²⁵ Afinal, as representações geográficas extrapolam o campo científico da Geografia e podem estar contidas, por exemplo, em obras literárias (MORAES, 1996; 2002).

Minas Geraes (1894), de autoria atribuída a Antonio Gomes Sanches da Silva; e o livro *Lo Stato di Minas Geraes – Informazioni utili agli emigranti, operai e capitalisti*²⁶ (1896), redigido por David Campista.

Válido dizer que o período de publicação de tais opúsculos é o que direciona o recorte temporal adotado. Nossa investigação, portanto, se concentrará nos anos finais do século XIX²⁷ – período em que a imigração nas Gerais se realizou de forma mais expressiva (MONTEIRO, 1973)²⁸. Esclarecemos ainda que os discursos desse período foram coletados junto ao Arquivo Público Mineiro e também através da Hemeroteca Digital Brasileira²⁹ no qual estão disponíveis: atas do Congresso Mineiro; Relatórios dos Presidentes do Estado e variados periódicos veiculados no fim do período analisado³⁰.

Ao fim e ao cabo, tentaremos analisar em que medida o governo elaborava representações sobre o “território” com a finalidade de atrair imigrantes e, por essa via, não ficar na dependência de nascimentos múltiplos semelhantes àqueles narrados anteriormente. Até porque, conforme destacamos, ainda que muitas crianças nascessem, o governo não estava nem um pouco disposto a esperar³¹ o tempo necessário para que elas se convertessem em *braços* úteis ao trabalho³².

²⁶ O Estado de Minas Gerais – Informações úteis aos emigrantes, operários e capitalistas.

²⁷ Ainda que, com vistas a oferecer maiores esclarecimentos, eventualmente possamos alargar esse período.

²⁸ Na análise de Moraes (1991, p. 170), “foi nesse período de transição da monarquia para a República (e do trabalho escravo para o trabalho livre) que a visão da identidade pelo espaço parece adquirir certo relevo na representação simbólica do Brasil. A mudança da forma de governo recoloca o tema da unidade nacional e do ordenamento (ou reordenamento) do Estado. É um período de muitos ensaios que tematiza na tarefa das elites – a construção do país –, questionando bastante ‘o povo de que dispomos para realizar tal tarefa’”. Importante também mencionar que as duas primeiras obras abrangem o período republicano no qual a política de imigração e colonização foi alvo das maiores somas do orçamento estadual já endereçadas para esse fim. Entre 1891 a 1900, o dinheiro investido abocanhou 13,40% do orçamento estadual. De 1901 a 1910, este valor foi de 0,25%; já entre 1911 a 1920, os gastos totalizaram 0,92% do orçamento. Por fim, 0,83 foi o percentual investido entre 1921 a 1930 (MONTEIRO, 1973). Ver: Anexos B e C.

²⁹ Endereço este mantido pela Fundação Biblioteca Nacional e que pode ser visitado em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 10. dez. 2014.

³⁰ Todas estas fontes, nunca é demais reforçar, estão imersas em subjetividade e, portanto, são imensamente tendenciosas.

³¹ Além disso, especulamos que na ótica do governo essas crianças não seriam tão benquistas por serem filhas de pais, supostamente, contaminado por variegados vícios. Além disso, muitas delas poderiam não ser brancas como os europeus tão desejados.

³² Além de tudo isso, não podemos deixar de mencionar a grata surpresa que tivemos quando nos deparamos com a tese de doutorado elaborada por Guilherme Mendes Tenório e defendida em 2014. No referido trabalho, intitulado “Conhecei o Brasil, Crianças: Representações do Território”, o autor se debruça sobre produções de cunho geográfico e traz à baila as representações sobre o território brasileiro veiculadas através desses materiais ao longo da

Primeira República. O autor analisa os seguintes materiais: três programas de Geografia presentes no Colégio Pedro II (1898, 1912 e 1925); três livros didáticos (*Compêndio elementar de geografia física, política, econômica*, de Joaquim Batista de Lacerda; *Os Estados do Brasil*, de Sebastião Paraná; e *Geografia do Brasil*, de autoria de Carlos Miguel Delgado de Carvalho) e o semanário infantil "O Tico - Tico" (que circulou entre 1905 e 1961). Trata-se, portanto, de um estudo que guarda parentesco com este que propomos: se Tenório (2014) visitou as imagens sobre o território nacional apresentadas às crianças brasileiras, uma de nossas tarefas é conhecer quais eram as imagens do território mineiro propagadas a fim que os emigrantes estrangeiros se apaixonassem por Minas Gerais.

PARTE I – MORRER AQUI PARA RENASCER ACOLÁ: A CENA MIGRANTE EUROPEIA NO FINDAR DOS OITOCENTOS

Tinham passado cinco annos desde o dia em que Pedro Rublanos, o marido da Manuela, filha do tio Miguel, se despedira da mulher para embarcar para America.

la o antigo calafate em companhia de outros desgraçados que abalavam para longinquos paizes, em demanda de trabalho e de pão para as familias.

Pintar a desesperação de Pedro e de Manuela quando se separaram, seria empreza quasi impossivel. Havia apenas um anno que tinham casado, e aquella ausencia era superior ás suas forças. **Tinham lutado enormemente antes de se decidirem por essa resolução extrema, mas a miseria mais d'uma vez batêra á porta daquelles infelizes**, e não podia hesitar-se mais um dia sem tomar um expediente qualquer, mas definitivo.

- **Não ha remedio senão emigrar disse um dia Pedro a mulher.** Não se encontra trabalho; está tudo perdido. O pedacito de terra que te deixou teu pae, ninguem o quer, nem eu adiantaria nada cultivando o não ha quem dê dez-reis por elle, se o quizer vender...quanto me custa deixar-te, sobretudo partir sem conhecer o filho que trazes no seio...Deus assim o manda e eu tenho obrigação de sacrificar-me pelos três.

Manuela não respondeu; suffocava-se em lagrimas.

Certo que aquella sepração a endoidecia de desespero, porque amava Pedro de toda a sua alma, porém a creança prestes a nascer reclamava já dos paes o cruento sacrificio, ella estremeia de dôr pensando na miseria que a rodeava, que tambem poderia victimar o innocentinho.

Afinal, após muitos dias de lucta e prantos, soou a hora que devia separal-os, sabe Deus até quando.

- Voltará?...perguntava Manuela ao seu coração, horrorizada de vel-a saltar nobote que o transportava ao paquete. Tornarei a estreital-o ao seio, ou será esta a ultima despedida?

Algumas caritativas mulheres a arrancaram, quasi a foça, do caes, onde se quedara immovel, petrificada, olhos fitos na immensidade do mar, no qual se não divisava senão um ponto negro que se sumia no horisonte.

Aquella sombra, que se desvanecia, era a do navio que levava Pedro para longe, para muito longe da Patria. Talvez elle fitasse tambem, com olhos de desespero, a praia que acabava de abandonar e onde deixava tudo que na vida lhe era querido. Para o pobre desterrado, aquelle pedaço de areia que ainda enxergava do tombadilho do vapor, constituia, o que para elle havia de grande na existencia, – a patria, o amor, a felicidade.

Por fim, desdobrou-se a noite, e a lua, clara e melancolica, subia pela immensidade do céu azul, espalhando a chuva de argenteos raios sobre a cabeça do desolado emigrante, que em silencio devorava as lagrimas.

(Trecho do texto “A Volta do Emigrante”, assinado por Francisco Mysterio e publicado no jornal *A Cidade do Turvo*, 23. ago. 1891, p. 3).

CAPÍTULO ÚNICO – MORTE & VIDA: A RESSURREIÇÃO DO EMIGRANTE

As folhas de Vienna d'Austria noticiaram em Março numerosos casos de suicídio.

O que maior sensação causou foi o do Dr. Magenstern, professor de philosophia muito estimado e publicista de merito. O infeliz atirou-se ao Danubio, sendo o seu corpo encontrado no dia seguinte.

O Dr. Magenstern tinha 35 annos de idade e foi a miseria que o levou ao suicidio.

Em uma carta encontrada no bolso do sobretudo que deixara na margem do rio, diz elle que neste inverno estivera muitas vezes sem pão e sem fogo, suportando as mais duras privações. Perdendo de todo a esperança de chegar a dias melhores, procurava na morte o termo de seus sofrimentos.

(A PROVINCIA DE MINAS, 28. mai. 1887, p. 1).

A condição de pauperismo instaurada no Velho-Mundo levou o Dr. Magenstern a cometer suicídio. Entretanto, diferente postura foi vislumbrada pelo eu-lírico da poesia “A ilusão do migrante”. Este, sem condições de sobreviver onde nasceu, decretou, sim, sua morte; mas o fez com a intenção de que suas esperanças abrolhassem n’outro lugar: “Quando vim da minha terra, / se é que vim da minha terra / (não estou morto por lá?) / (...) não vim, perdi-me no espaço / na ilusão de ter saído / Ai de mim, nunca sai” (Carlos Drummond de Andrade).

Se o “imigrante, antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante” (SAYAD, 1998, p. 18) torna-se fundamental conhecer algumas das circunstâncias que incitaram essa espécie de “ressurreição” metamorfoseada através do ato migratório¹. Sendo assim, neste capítulo analisaremos os vínculos entre a conjuntura socioeconômica europeia e a imigração em massa observada no findar do XIX.

Começemos a partir da seguinte pergunta: “Por que as pessoas migram?” Segundo Klein (2000), tal indagação nunca foi satisfeita de maneira completa. O cerne da questão está associado à forma como os fatores de expulsão e atração repousam sobre a balança². Afinal, se houvesse solução, dificilmente alguém

¹ Na visão de Sayad (1998, p. 55), “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir, é ele, quando termina que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser”.

² Franzina (2006, p. 33) – ao se debruçar sobre o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil – rememora que “a emigração representa um fenômeno demográfico e econômico caracterizado pela duplicidade dos seus fatores formativos. Há uma área de partida e uma área de destino, estímulos “expulsores” e estímulos “atrativos”: a importância de cada um, ou mesmo o seu caráter decisivo, varia de acordo com as situações históricas, mas sempre nos remete a um quadro complexo, que é o da evolução do capitalismo a partir dos anos 50 do século XIX”. Valeria

escolheria deixar a terra em que nasceu³. Com efeito, o movimento imigratório se inicia quando as pessoas se apercebem que não mais tem meios de sobreviver onde estão. Sem condições de sustentar a si mesmos e tampouco à própria família, a mudança passa a ser vista muitas vezes como a única salvação⁴ (KLEIN, 2000).

Esta alternativa, sobretudo no final dos oitocentos, foi adotada por desesperados camponeses famintos por pão e sedentos por condições mais dignas. Assim, na década de 1880 cerca de “[...] 700 a 800 mil europeus emigraram por ano” e, na de 1890, esse número oscilou de 1 a 1,4 milhões anuais (BRITO, 1995, p. 55)⁵.

Não é ocasional que o uso da palavra *imigração* – derivada do latim, significando *sair, mudar, ir embora* – tenha se vulgarizado neste contexto. Por consequência, diante de esses volumosos fluxos de pessoas, o termo *imigração* passou a ser empregado no sentido de *sair e entrar* em um determinado território (GIRON, 1999). Não podemos olvidar, no entanto, que os deslocamentos humanos já ocorriam muito antes da imigração em massa. Lúgubres e dilacerantes reminiscências são os movimentos compulsórios realizados em decorrência da escravização de negros.

ainda acrescer que no século XIX o nome do geógrafo e cartógrafo inglês Ernst Georg Ravenstein aparece como o principal quando o assunto são as teorias formuladas a respeito das migrações. Esse relevo ocorre porque, em 1885 e 1889, Ravenstein publicou – sob o auto-explicativo título “The Laws of Migration” – textos que teorizavam os deslocamentos populacionais internos e externos realizados no final dos oitocentos. De forma sintética, os postulados expressos compreendem o fenômeno migratório como reflexo do sistema capitalista de mercado e das leis de oferta e demanda. Embora os enunciados de Ravenstein apresentem caráter elementar, não se pode deixar de reconhecer o pioneirismo e validade dos estudos deste autor. Em primeiro lugar, suas pesquisas oferecem “[...] uma análise empírica pormenorizada dos fenômenos migratórios, onde se reconhecem muitos dos procedimentos metodológicos ulteriores. Em segundo lugar, vários dos temas e conceitos que anuncia são os posteriormente estudados: classificações de migrantes (temporários, de curta e média distância, entre outros), migrações por etapas, regiões de atracção e repulsão, efeito da distância, contra-correntes, acção de estímulos económicos, etc..” (PEIXOTO, 2004, p. 4). Ver: Ravenstein (1885, 1889).

³ Excetuando-se o caso de pessoas ávidas por mudanças e aventuras.

⁴ Em algumas situações a migração pode ser propulsionada por motivos vinculados à perseguição étnica ou religiosa, por exemplo.

⁵ “Estima-se que entre 1850 e 1914, aproximadamente 30 milhões de pessoas emigraram da Europa para a América, principalmente para os Estados Unidos, Brasil e os países da Bacia do Prata. Até aquele momento, este foi o maior movimento migratório internacional da história dos povos. Entre 1846 e 1875, 9 milhões de pessoas, quatro vezes a população de Londres, deixaram a Europa (...) (BRITO, 1995, p. 55). Cumpre dizer que, em relação ao Brasil, “O período no qual se deu a maior entrada de imigrantes [...] foi entre 1890 e 1929, com destaque para o decênio 1890-99, quando aqui chegaram quase 1,2 milhão de imigrantes” (BRITO, 1995, p.24).

Mas nos atendo especificamente à imigração em massa, torna-se emblemático rememorar que ao longo do final do XIX várias narrativas evocavam a imagem de sangue jorrando de vasos sanguíneos em alusão à saída de um denso continente populacional:

A imagem de um dessangramento – ou um *sanguinatio* – está presente em muitas das narrativas sobre a imigração de massa de finais do século XIX, nas suas mais diversas variações. Em diferentes romances, relatos de viagem e diários, a percepção metafórica do sangue a escorrer confere um valor a esse movimento sangüíneo, identificando uma determinada percepção sobre o fluxo humano. Esse sangramento traz consigo tanto uma idéia de sucção – o sangue que é retirado do organismo por um processo mecânico, participando de um ato purgativo e regenerador – quanto aquela de um derramamento espontâneo, mesmo que abundante, do sangue que verte dos vasos sangüíneos, aludindo, então, a uma partida em massa, fruto de um processo interno de expulsão (BENEDUZI, 2007, p.1-2).

No panorama dos oitocentos, caracterizado pela imigração em massa, “o Emigrante é um foragido da Miséria do Velho-Mundo⁶” (REVISTA DE ENGENHARIA, 1888, p. 208). Esta alcunha teria sua razão de existir em virtude de três principais problemas enfrentados pelos camponeses europeus: i.) dificuldades de acesso à terra e, por extensão, ao alimento; ii.) variação da produtividade da terra; iii.) número de membros da família a serem alimentados (KLEIN, 2000).

Mediante tais infortúnios, o emigrante tornava-se “[...] uma pessoa que obedec[ia] – o mais das vezes a contragosto – ao chamado/ordem de Jeová a Abraão” que teria dito: ‘Sai de tua terra⁷’ (SCLIAR, 1998, p. 137). O desenrolar da história nos revela que muitos foram aqueles que “acataram” tal imposição. Por isso, investigaremos como alguns elementos se agruparam ao ponto de incitar a emigração de diversas pessoas que partiam em direção ao Novo Mundo carregando sonhos. Afinal, se o desespero afetou até o renomado Dr. Magenstern, levando-o ao suicídio, veremos que a realidade camponesa também era nefasta. Quiçá, mais.

⁶ Frase extraída do panfleto de propaganda escrito por S. Daynaud (em 30 de Março de 1884) intitulado *Études Sociales – Le Familistère de Guise - Solution de la Question Ouvrière*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709743&PagFis=2692>>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

⁷ Prossegue o autor: “É em busca da Terra Prometida que ele [o imigrante] vai, mas ao fazê-lo paga o preço do desenraizamento e da frustração; e contrai, com o país que o acolhe, uma relação ambivalente, de ódio e amor. Por outro lado, é privilegiado o olhar que lança o recém-chegado à sua nova terra; um olhar revelador, um olhar capaz de perceber até aquilo que Marx denominou de “poros da sociedade”. Pois são nesses poros que o imigrante, muitas vezes, vai encontrar sua única forma de sobrevivência (SCLIAR, 1998, p. 138).

A. Do pesadelo ao sonho: esperança e movimento

Ante-hontem, reuniram-se em Nogara [comuna italiana] os emigrantes daquela região que estão a partir para a America. Desde as 10 horas da manhã a pequena estação estava apinhada de tanta gente – emigrantes, parentes, amigos – que mui difficilmente pode effectuar-se o embarque nos 8 wagões expressamente preparados para tal fim. A banda de musica da cidade acompanhara os que iam partir até a estação, abertas as portinholas dos wagões, 86 famílias comprehendendo ao todo 360 pessoas, atiram-se dentro para occuparem os respectivos logares e collocarem as trouxas. Depois, começaram as despedidas. É facil imaginar a scena que apresentava aquella multidão de gente de todos os sexos e idades, no momento de separar-se talvez para sempre, dos seus e da terra natal. O sentimento porém, que predominava não era a tristeza. Os emigrantes estavam cheios de esperanças. Os amigos e parentes bradavam-lhes: – Mal chegardes a America, escrevei-nos, contai como vos achais; se nos mandardes boas noticias venderemos os nossos poucos trastes e voaremos a ter comvosco.

Às 11 horas e 20 minutos chegou o comboio. Trazia outros tres wagões repletos de emigrantes de Noventa Vicentina.

Houve gritos, saudações, applausos trocados entre esses companheiros de viagem e de sorte. No momento da partida, havia na estação nada menos de 4.000 pessoas. Apesar de tanta multidão não houve o mais pequeno desacato.

Os emigrantes foram a Genova. Alli embarcaram para o Brazil. (Ao deixar a pátria)⁸

Migrações transoceânicas, êxodo rural, industrialização e urbanização mais acelerada podem ser visualizados como elementos de um mesmo processo. Isso é compreendido quando temos em vista que o capitalismo industrial desempenhou papel destacado na promoção e auxílio das migrações transoceânicas. Em tal contexto, consideráveis foram as somas de capital investidas na marinha mercante que transportava tanto os emigrantes como os produtos que eles estavam habituados a consumir (PETRONE, 1982).

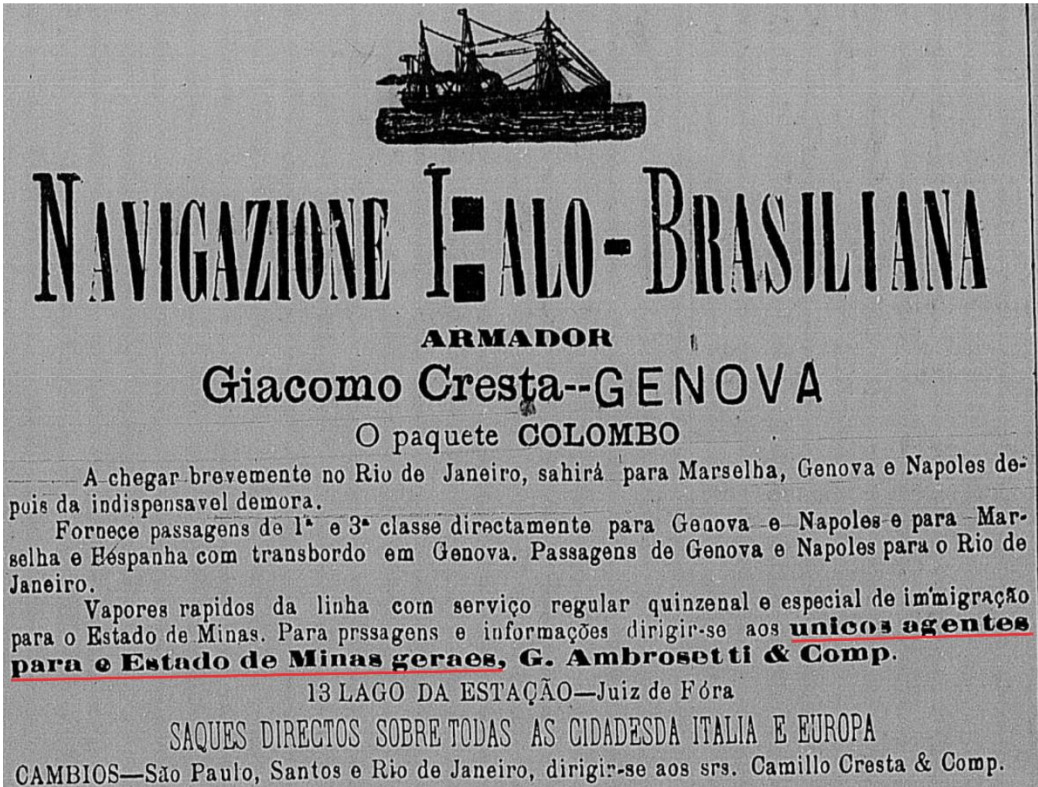
Tudo isso foi possibilitado graças aos avanços tecnológicos que contribuíram para "encurtar" o Atlântico através da redução do tempo e dos gastos envolvidos nas viagens. Nesse momento, aliás, "uma leitura da história das técnicas" nos mostraria como o mapa do mundo no século XIX foi redesenhado pelos progressos obtidos através dos transportes e comunicações" (DIAS, 1995, p. 142). Essas novas possibilidades não apenas viabilizaram o


⁸ Trecho de notícia que teria sido veiculada no *Secolo*, de Milão, a respeito do embarque dos emigrantes para o Brasil. Este trecho fora transcrito no boletim n. 40 de 1887 do jornal 'A imigração – órgão da sociedade central de imigração'. Ver: A IMMIGRAÇÃO (dez, 1887, p. 4).

deslocamento em massa de várias pessoas que partiam da Europa, como também contribuíram para os lucros de amadores e de companhias de navegação.

Isso sem falar da rede de intermediários que foi se constituindo. Afinal, comércio local e internacional estavam interligados através de agentes e subagentes de emigração, agências de recrutamento, instituições públicas, companhias ferroviárias, companhias de colonização, propagandistas, bancos, hospedarias, entre outros (GONÇALVES, 2009). Exemplo de um desses intermediários pode ser notado através de um anúncio de uma companhia que fornecia viagens especiais em direção às terras mineiras:

Figura 1 – Anúncio de uma companhia de navegação





NAVIGAZIONE ITALO-BRASILIANA

ARMADOR
Giacomo Cresta--GENOVA

O paquete **COLOMBO**

A chegar brevemente no Rio de Janeiro, sahirá para Marselha, Genova e Napoles depois da indispensavel demora.

Fornece passagens de 1ª e 3ª classe directamente para Genova e Napoles e para Marselha e Hésanha com transbordo em Genova. Passagens de Genova e Napoles para o Rio de Janeiro.

Vapores rapidos da linha com serviço regular quinzenal e especial de imigração para o Estado de Minas. Para prssagens e informações dirigir-se aos unicos agentes para e Estado de Minas geraes, G. Ambrosetti & Comp.

13 LAGO DA ESTAÇÃO—Juiz de Fóra

SAQUES DIRECTOS SOBRE TODAS AS CIDAESDA ITALIA E EUROPA

CAMBIOS—São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, dirigir-se aos srs. Camillo Cresta & Comp.

Fonte: (CORREIO DE MINAS, 1º. jul. 1898, p.4)

A figura acima, representativa de um importante vapor⁹, aviva que aos poucos desbravar o oceano passou a ser uma tarefa exequível apenas por

⁹ No período de 1894 a 1901, o Colombo – cujo anúncio vemos acima – foi o vapor que mais realizou viagens para Minas Gerais, contabilizando 20 trajetos concluídos: Bearn (15); Anquitaine (15); Minas (11); Italie (10); Alacritá (8); Provence (8); Les Alpes (8); Solferino (7); Arno (7);

companhias marítimas de grande porte que monopolizavam os deslocamentos transoceânicos e geravam elevados dividendos. Nessa via, pode-se dizer que

o oceano integrou-se ao Velho e ao Novo Mundo como espaço geográfico da acumulação capitalista. O emigrante transformou-se em mercadoria a ser transportada para além-mar, consumindo capitais para seu deslocamento e instalação. Oportunidade que não foi desperdiçada por muitos agentes econômicos (GONÇALVES, 2009, p. 432).

Prova disso é que uma matéria publicada no Diário de Minas (1888) destacava a necessidade de se criar uma repartição geral que fiscalizasse o número de imigrantes recebidos. Advertia-se que do caso contrário as estatísticas poderiam ser falseadas e isso acarretaria

prejuízo para o Estado e províncias, e só lucros para as empresas encarregadas do serviço, que tanto mais ganhar[iam] quanto mais imigrantes introduzirem, venham elles da Italia, dos Açores, ou de procedencia americana, pouco se lhes dando que fiquem ou não na província (DIARIO DE MINAS, 21. set. 1888, p.1).

Dizia-se então que a fiscalização seria indispensável já que as companhias responsáveis por imigrantes só estariam preocupadas com seus interesses próprios. Mas, mais que averiguar a veracidade de tais afirmações, interessa-nos sublinhar que o lucrativo “comércio de humanos” – viabilizado, enfatiza-se, pelo avanço dos transportes e pela estrutura que se criou em torno das viagens transoceânicas – catapultou a saída de vários camponeses que acalentavam o desejo de conseguir trabalho e um naco de terra. Isto porque nos países europeus várias eram as pessoas imersas em uma realidade lancinante marcada pelo pauperismo, falta de trabalho e dificuldades de acesso à propriedade privada.

Acresça-se ainda a existência de “problemas políticos e a unificação da Itália e da Alemanha “[...] que só contribuía para agravar este caos” (PETRONE, 1982, p.9). Em contrapartida, os países de imigração acenavam com promessas de fácil aquisição de terras, trabalho abundante e vastas perspectivas de enriquecer – ou de, pelo menos, manter uma sobrevivência digna (PETRONE, 1982).

Enquanto essas sedutoras possibilidades se insinuavam no Novo Mundo, a Europa oitocentista era pintada com cores sombrias dramatizadas pelas palavras que se seguem:

Assiduitá (7); Ativitá (7); Edilio R (7); Les Andes (7); Mateo Bruzzo (6); Rio (6); Sempione (50 e Rosário (5) (MONTEIRO, 1973).

[...] é a miséria na Europa, sobretudo na Belgica, Alemanha, Russia, Suíça, Itália, que prepara a mais terrível das revoluções: a revolução social, que já infeccionou as classes baixas, que tornando-se emigrantes auxiliados, hoje só desembarcariam nas praias americanas empobrecidos, descontentes e impicantes (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13. ago.1886, p. 2).

A Europa está apertada de fome, pelo flagello da excessiva população, as grèves o provam (O APOSTOLO, 24. jun.1891, p.1).

Se o Velho Mundo estava abarrotado de pessoas famintas, os governantes de países da América estavam afoitos por aumentar o contingente de braços úteis. A propósito: você se recorda do relato inicial que envolvia o nascimento de quatro bebês?

É justamente a respeito desse afã por resolver a “magna questão da ocupação do território” que aqui nos referimos (O ESTADO DE MINAS GERAES, 20 jan. 1892, p.1). Em relação a esse assunto, válido ilustrar que a preocupação das autoridades da então Província Mineira aparecia em tons vivazes:

De feito a imigração é o problema culminante dos paizes novos aos quaes, como ao nosso Brazil, **sobra espaço e fallecem braços**. Confiar tão sómente da natureza o augmento da população, quando a **riqueza exuberava em vastissimo territorio** inexplorado á mingua de homens importaria condemnar-nos, geração actual e geração futura, a **lento progresso** que bem cedo nos faria perder no continente a proeminencia que ainda mantemos, mas que a roda de nós está sendo disputada com ardor (A PROVINCIA DE MINAS, 22 nov.1883, p.2, grifos nossos)¹⁰.

Se nas terras brasileiras sobrava espaço e faltavam braços, entendia-se ser um comportamento temerário deixar que a “natureza” se encarregasse em solucionar esse imbróglio. Considerava-se que a urgência da situação não abria margem para que esperasse a taxa de natalidade se elevar.

Nessa esteira, ainda antes da promulgação da lei republicana que autorizava a introdução de imigrantes nas Gerais¹¹, um texto veiculado no final de 1891 externava os seguintes clamores:

Elementos de prosperidade e riqueza não nos faltam.
Haja quem queira trabalhar, que serviço existe com abundancia.
Emquanto que na Europa milhares de operarios morrem de fome por falta de trabalho, aqui os campos estão incultos por falta de trabalhadores.

¹⁰ A matéria em questão – intitulada “Imigração” – foi originalmente publicada no Jornal do Commercio (em data não informada) e reproduzida no jornal “A Província de Minas”.

¹¹ Lei N. 32 de 18 de Julho de 1892.

Que nosso governo geral e estadual não se descuide da emigração européa, para que desfaleça entre nós a lavoura, a qual se acha tão abatida por falta de braços.

Organizado o trabalho livre, teremos o Brazil reconstruido e a Republica consolidada (A CIDADE DO TURVO, 6 dez.1891, p.1, grifos nossos).

Acreditava-se que a construção de um país assentado em bases sólidas dependeria, de forma inescapável, da existência do *trabalho organizado e livre*. Não por acaso, argumentava-se que “a transformação do trabalho escravo pelo trabalho livre e recompensado [era] uma medida de alto alcance economico, que [sempre tinha dado] aos paizes civilizados os melhores resultados” (A VERDADE POLÍTICA, 6. dez. 1888, p.1). De forma apaixonada, alardeava-se que através da imigração viria “[...] a educação do povo, o desenvolvimento da agricultura, novas industrias, enfim tudo quanto pód[ia] concorrer para o engrandecimento de um paiz” (A VERDADE POLÍTICA, 6. dez. 1888, p.1).

Em função de tal crença, alguns periódicos faziam questão de ressaltar as vultuosas possibilidades de atrair imigrantes provenientes da Europa. Exemplo disso é um artigo da Revista Industrial de Minas Gerais no qual encontramos a seguinte reflexão:

Por parte das nações européas o exodo impõe-se actualmente por maneira generica sob a pressão plethorica do proletariado. É a antithese da sphinge, que nos afflige; e resolvendo-se de um lado o proveito sahirá reciproco.

Os emigrados da Europa não repudiam a patria, trazem em si a sua imagem; e, fieis á tradição, felizmente educam as novas progênies.

[...]

A Italia tem admiravelmente comprehendido esta missão, favorecendo por todos os meios a sahida de seus **enxames**, com a condição, porém, de vel-os bem collcados.

(REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 20. abril.1897, p. 290, grifo nosso).

Seguindo a imagem acima suscitada, poderíamos asseverar que através da imigração amearhar-se-ia um grande contingente de pessoas que atuariam como “abelhas-*operárias*”. Essa vigorosa vontade de acolher os “enxames” vindouros do solo europeu é acentuada quando se dizia que a imigração teria o poder de “ludibriar” o tempo ao encurtar o prazo que as gestações impõem para o incremento populacional:

[...] a verdade é ainda que a immigração realiza nos paizes novos o que a natureza entregue á si não realizaria em seculos.

Ella improvisa o povoamento pela fórma, que se deseja, trazendo familias organizadas, braços validos, o trabalho immediato, a cooperatividade, a disciplina, a personificação

emfim de uma sociedade tradicional, formado á custa de sacrificios immensos: valores estes immateriaes, que só o tempo, a história, a experiencia mesmo dolorosa de nossos antepassados, conseguiram canalizar ao longo dos séculos REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 20. abril. 1897, p. 290, grifos nossos).

O improvisado acima reportado era considerado deveras necessário pois alguns admitiam que as qualidades do “território” estariam adormecidas. Por isso mesmo, suplicava-se por quem pudesse *despertá-las*:

A verdade é ainda que as tão falladas riquezas, de que dispomos, carecem do principal; e nada são por enquanto que possibilidades jacentes.

[...]

Precisamos de braços operosos, mas não de braços apenas robustos, que desses talvez sobejem; mas dos que a Europa expatria, movidos pela actividade profissional, e que pois venham tirar todo o partido das nossas riquezas naturaes.

Neste sentido é que a immigração preenche de jacto a lacuna, que nem quatro, nem dez gerações conseguiram..." (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 20. abril.1897, p. 290).

Tais “braços operosos” eram esperados com ansiedade na medida em que o trabalhador estrangeiro era visualizado como um *capital vivo*, um *martelo* que talha e valora o mármore:

O colono entra a trabalhar no dia seguinte ao da chegada; e, si a terra só faz-se valor economico pela cultura, como nos marmores a materia é vil sem o martello, o facto é que todo colono encarna o capital vivo, que se localiza.

[...]

Alem de todas as vantagens directas, os immigrantes trazem em si a regeneração também do trabalho agricola, pelo exemplo, sendo neste sentido mais efficaz a escola pratica, do que mesmo a theorica (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 20 de abril de 1897, p. 291).

Nesse momento, “o que se exigia era o ‘braço’ para a enxada nos trabalhos agrícolas” (DIEGUES JÚNIOR, 1964, p. 53). Prova disso é que Mello Franco¹², senador mineiro, alardeava que dos três elementos ditos imprescindíveis para a produção da riqueza só um faltaria ao estado. Discursava ele: “tinhamos terras, capitaes¹³; faltava-nos o terceiro elemento da riqueza – o trabalho” (MINAS GERAES, 9.set.1898, p. 4).

¹² Virgílio Martins de Mello Franco foi um político, promotor, magistrado, professor e jornalista nascido em 1839, na até então vila de Paracatu, Minas Gerais. Na República foi eleito Senador Constituinte Mineiro para a 1ª Legislatura (1891-1895), e teve seu mandato prolongado até 1922. Vale ressaltar ainda a sua participação na comissão composta por 11 parlamentares criada com a finalidade de elaborar o projeto da Constituição Estadual (MONTEIRO, 1994).

¹³ Em discursos outros podemos perceber que os políticos reclamam também sobre a falta de capitais – exemplo disso pode ser compreendido através da fala de Joaquim Alvares que ao realizar uma síntese sobre a crise da lavoura dizia: “[...] a lavoura actualmente soffre, e está em

Assim, se tratarmos de *terra e trabalho*, a Europa e o Hemisfério Ocidental podem ser visualizados a partir de um jogo de espelhos: na primeira região a terra assumia valores avultados e a mão-de-obra era barata. Na segunda, situação oposta ocorria: havia terra em abundância, porém a mão-de-obra era cara em virtude de sua escassez (KLEIN, 2000)¹⁴.

Teoricamente, tratava-se de um matrimônio fadado ao sucesso: de um lado, a necessidade de afoitos e sonhadores emigrantes; de outro, vantagens supostamente copiosas ofertadas pela América. “Parecia ser um negócio irrecusável: trocar o sofrimento por uma porção de terra na qual jorraria uma riqueza sem tamanho” (SANTOS, 2013, s/p).

Não por acaso, através de acesso a cartas, diários e relatos dos emigrantes, percebe-se que o fascínio causado pela perspectiva de conquistar um pedaço de terra mexia sobremaneira com o imaginário dos europeus. Esse sonho incluía também populações urbanas que, diante da situação de miséria agravada pelo advento da industrialização, desejavam adquirir a propriedade privada e assim deixar de fazer parte do proletariado (PETRONE, 1982, p. 18-19).

A chance de alcançar a ascensão social foi, portanto, o motor que propulsionou a imigração rumo a vários países latino-americanos (ROMERO, 2004). É nesse sentido que Hobsbawn (1988, p. 53) assinala:

[...] a agricultura não-modernizada das regiões atrasadas já não podia oferecer terra suficiente a futuros camponeses, que se multiplicavam nas aldeias. O que a maioria deles almejava, ao emigrar, decerto não era terminar a vida como trabalhadores. Eles queriam 'fazer a América' (ou o país para onde fossem) na esperança de ganhar

crise pela falta de crédito, e de capital. Ella está em crise por uma série de colheitas más, e em grande parte mal aproveitadas; ella está em crise pela elevação dos impostos; ella está em crise pela falta de trabalhadores, e pelo alto salário que se paga aos mesmos" (MINAS GERAES, 5 out. 1896, p. 3). A despeito disso, selecionamos a frase de Mello Franco por seu caráter emblemático e imensamente favorável à imigração.

¹⁴ Essa dualidade era também percebida pelo engenheiro francês Arthur Thiré que atuava nas Gerais e declarava: “A necessidade de introduzir colonos e imigrantes, a carencia de braços e a escassez da mão d'obra que tanto dificultam o progresso da lavoura brasileira, **contrastam singularmente com o phenomeno inverso que está se dando em outros paizes**. Em França por exemplo, os trabalhadores agricolas encontram as vezes grande dificuldade para achar trabalho e para segurar uma collocação nas fazendas. [...]. Este é mais um exemplo do caso assáz frequente em que a oferta e a procura andam desencontradas. **Aqui, ha falta de braços, e procura-se trabalhadores. Lá, ha falta de logares onde se empregar, e os trabalhadores andam a procurar serviço** (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 1895 p. 52 e 53, grifos nossos). Se havia esse desencontro, podemos considerar a política de imigração como um antídoto para se tentar corrigir tais alegadas distorções. Justamente nessa direção, Raffestin (1993, p. 88) assinala que as políticas de imigração apresentam notório relevo pois “controlam e administram os fluxos no espaço” – ou pelo menos, tentam, diríamos nós.

o suficiente, após alguns anos, para comprar uma propriedade ou uma casa e, como pessoas de posses, adquirir o respeito dos vizinhos, em alguma aldeia siciliana, polonesa ou grega (HOBBSAWN, 1988, p. 53).

Aliás, como lembra Braudel (1996, p. 217), “a terra não é imediatamente a nobreza, mas é o caminho para a nobreza, uma promoção social”. Em face disso, resta-nos tentar compreender porque a Europa ofereceria tantos obstáculos para que esse caminho fosse percorrido pelos camponeses.

B. Fagulhas da explosão imigratória

As migrações transoceânicas não podem ser compreendidas apenas como um jogo magnético entre atração e repulsão. Esse par deve ser analisado à luz do desenvolvimento do capitalismo industrial¹⁵ (PETRONE, 1982). Ao fazer isso, verificamos que a transição do sistema de produção feudal para a produção em moldes capitalistas exhibe linhas semelhantes em todos os países que se industrializaram. Variável apenas seria a época dessa transformação e, em comum, teríamos os seguintes elementos: terra concentrada nas mãos de poucos proprietários; altos impostos fundiários que levavam o pequeno proprietário a realizar empréstimos e contrair dívidas; latifúndio com produtos a preços mais acessíveis¹⁶; atuação do pequeno produtor como força-de-trabalho da indústria nascente (ALVIM, 2000).

A existência desses elementos contribuiu para promover a liberação de “[...] um excedente de mão-de-obra que a industrialização tardia de países como a Itália e Alemanha, por exemplo, não tinham condições de absorver” (ALVIM, 2000, p. 385)¹⁷. Ademais, mencionemos a transição demográfica que começou a se desenhar na Europa ocidental em idos do século XVIII, momento em que, de forma inédita na história mundial, as taxas de mortalidade permaneceram

¹⁵ As migrações, afinal, assumem destacado papel no fortalecimento deste capitalismo, tanto nas áreas de atração quanto nas de repulsão. Isso sem desprezar as próprias relações capitalistas entre estes dois extremos (PETRONE, 1982).

¹⁶ Aspecto que eliminava as possibilidades de concorrência do pequeno produtor.

¹⁷ Não a esmo, Lefebvre (2001, p. 144) sinaliza que a *superpopulação latente*, tanto no campo como na cidade, é uma característica intrínseca ao próprio capitalismo: “No campo, essa população excedente é liberada pelos progressos técnicos e investimentos do capital na produção agrícola; na cidade, é deixada flutuante, segundo as necessidades da indústria, detida pelos capitalistas e gerida segundo suas exigências”.

estáveis ao longo de décadas e regrediram de forma lenta, porém progressiva, até atingir níveis mais diminutos (KLEIN, 2000, p. 14)¹⁸.

Não se sabe ao certo se os índices de mortalidade se estabilizaram devido ao combate à varíola (alcançado através da vacinação); devido às mudanças vinculadas ao saneamento ou ainda em virtude do cultivo de novos alimentos nas Américas (com destaque para a batata andina). Certo é que essa mudança reverberou no crescimento populacional¹⁹ e que a maior parte dos países demorou várias décadas para se dar conta. Como resultado, registraram-se números históricos nos índices relacionados ao crescimento da população.

Tais acontecimentos, iniciados em meados do XVIII na Inglaterra e na França, paulatinamente se estenderam para o restante da Europa setentrional, meridional e oriental ao fim do XIX (KLEIN, 2000, p. 14). De forma corolária, o crescimento do número de indivíduos promoveu grande pressão nos setores agrícolas dos países (KLEIN, 2000). Desdobramentos de esses acontecimentos podem ser visualizados na notícia que, não fortuitamente, se intitulava “A Fome Universal”:

[...] Por meio de estatísticas minuciosas mostra-nos elle que a Inglaterra e todas civilizadas estão em perigo imminente, por insufficiencia de alimentos: a produção do trigo não está em proporção com o seu consumo. Nos povos *comedores de pão* o numero de individuos augmenta de 6.000.000 de boccas por anno. De vinte e cinco annos a essa parte, o consumo do trigo duplicou e, hoje, a produção da Europa já não basta para ella propria, é preciso importar trigo da America. Mas, antes de trinta annos, a America apenas produzirá o necessário para a sua propria alimentação.
'Mas, outros cereais, outros vegetaes existem que substituirão o trigo', allegar-se-ha. Puro engano (MINAS GERAES, 19. jun. 1899, p.3)

Na tentativa de satisfazer as demandas alimentares que se avolumavam, os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção foram alterados:

¹⁸ “O caráter errático anterior dessas taxas teve como consequência a manutenção por parte de quase todas as populações de altos índices de natalidade para assegurar taxas mínimas de crescimento populacional (geralmente menos de 0,5% ao ano)” (KLEIN, 2000, p. 14).

¹⁹ Sobre este aspecto, uma matéria publicada no jornal *Minas Geraes* – intitulada “População da Italia” – apresentava as seguintes informações: “Segundo o ‘Anuario Estatistico Italiano’, de 1895, publicação official, a população na Italia augmenta de anno para anno, apesar da immigração permanente para a America do Sul, especialmente para o Brazil, o que tira annualmente ao paiz 150.000 individuos. A mortalidade diminue todos os annos, o que é devido aos melhoramentos introduzidos nas condições hygienicas; tem augmentado o numero das escolas e dos alumnos que as frequentam. Quanto à criminalidade, segundo a mesma publicação, dá-se o facto de diminuirem os crimes de homicidio e de assassinato e augmentarem os de roubo, furto, burla, resistencia a auctoridade, etc., etc” (MINAS GERAES, 21. set. 1896, p. 6).

“Os enclosures²⁰ (cercados), a supressão dos tradicionais direitos de acesso à terra e outros instrumentos foram usados para a criação de unidades econômicas viáveis” (KLEIN, 2000, p. 15). Consequentemente, muitos camponeses perderam seus direitos relacionados à terra e passaram a trabalhar para outrem.

A conjunção entre o incremento de produtividade e o aumento da mecanização na agricultura concorreu para diminuir a demanda por mão de obra²¹. Porém, de forma paradoxal, este era o momento em que abundavam pessoas aptas ao trabalho. Para agravar a situação, a ausência de apoio governamental contribuiu para que a fome se configurasse em um problema de envergadura ainda maior para os despossuídos de terra ou para quem as possuía em quantidade restrita (KLEIN, 2000)²².

Estes fatores, como era de se esperar, impuseram duras restrições econômicas aos camponeses. Inicialmente houve quem buscasse soluções dentro da própria Europa, entretanto as possibilidades mais vistosas se encontravam mesmo no Hemisfério Ocidental (KLEIN, 2000). O próprio chefe da Repartição de Estatística em Roma apontava que a imigração seria uma saída para amainar a pressão populacional e a fome na Europa:

Segundo recentes estatísticas annuaes, organizadas pelo sr. Bodio, chefe da Repartição de Estatística, em Roma, o reino de Italia tem presentemente 31.102.833 almas. O augmento da população, que é de 1% e dos mais fortes na Europa, é quasi o mesmo que o da Inglaterra, e encontra **correctivo na imigração**.
[...]

²⁰ De acordo com a nota do tradutor, o termo “enclosures” designa o “processo de passagem de terras livres ou comuns para o uso privado, com a demarcação de áreas e seu cerceamento”.

²¹ Alvim (2000, p. 386), ao analisar o caso italiano, escrevera: “O fenômeno emigratório na Itália não era desconhecido. O fato de ser um país de condições naturais difíceis, com áreas de montanha e colina de cultivo penoso e regiões de planície boas para a cultura mas de extensão reduzida, foi um dos motivos que transformaram a Península num país emigratório. Desde o período napoleônico, o agricultor costuma sair, durante o inverno, das suas montanhas para buscar trabalho nas regiões planas ou na Europa central. Isto, aliado a um crescimento demográfico sem precedentes, como o ocorrido no século XIX – que aumentou a população da Europa em duas vezes e meia –, ao avanço da tecnologia que fez com que tarefas antes executadas pelo homem pudessem ser realizadas por máquinas, além da melhoria sem precedentes dos transportes, colocou à disposição do mercado verdadeiras hordas de camponeses sem terra e desocupados”.

²² Esses últimos ainda tiveram suas terras divididas, pois em virtude do nascimento de mais crianças, as famílias camponesas não viram outra opção a não ser dividir suas terras para custear as necessidades de seus herdeiros. Aspecto este, verificado principalmente nos países que adotavam o sistema da herança com a partilha de bens. No entanto, ainda assim nos países que se baseavam na primogenitura como forma de assegurar os direitos à terra, o aumento populacional acabou também forçando a subdivisão da terra (KLEIN, 2000).

A Republica Argentina, o Brazil e os Estados Unidos são os paizes de preferencia procurados pelos italianos²³.

O sr. Bodio delcara que as condições sanitarias da Italia têm melhorado muito nestes ultimos annos. A mortalidade desceu em 1895 a 25 por 1.000, de 30 que era em annos precedentes.

Notava-se especialmente esta melhoria no tocante a vida de creanças. Com pesar lamenta o distincto funcionario que a alimentação do camponez e das classes operarias não seja nada satisfactoria.

O camponez raramente come carne e bebe vinho (MINAS GERAES, 6. mar. 1897, p. 6, grifos nossos).

O fato de os italianos enxergarem a imigração como uma possibilidade de atingir condições diferentes daquelas existentes em solo europeu²⁴ ilustra que

uma das características da história do capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população. Dentro de cada país, as cidades se transformaram em locus hegemônico da acumulação de capital, acelerando os processos de urbanização, fruto não só do crescimento vegetativo da população mas, principalmente, das migrações internas originárias do campo. Cada país, é claro, tem a sua própria história e, portanto, processos específicos de desenvolvimento, urbanização e mobilidade espacial da população. Entretanto, não houve economia e sociedade que se desenvolvessem sem que

²³ Trento (1989, p. 100) lembra: "Bem mais numerosos resultavam os italianos em Minas Gerais, a terceira área em ordem de importância dentre as atingidas pela emigração peninsular".

²⁴ Crença essa compartilhada por Thomas Robert Malthus – eminente economista e demógrafo britânico – que visualizava a *migração* como inescapável consequência advinda de um quadro de superpopulação. Em sua célebre teoria, o britânico considerava que a população cresceria em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência aumentariam em progressão aritmética (RICHMOND, 1988). Nesse cenário desolador – em que a humanidade estaria vaticinada à miséria –, a migração era tida como medida paliativa para se escapar de tal infortúnio. Lapidar exemplo das funestas predições de Malthus pode ser visualizado através de espirituoso poema – sem título e assinado pelas iniciais “C.S” – que parcialmente reproduzimos adiante: "Malthus, outro inglez trombudo e frio / D'esses lords que não conhecem dores / Senão as proprias, classifica os seres / Em dois grupos - comida e comedores / D'est'arte representa o nosso mundo / De briggs uma taboa somnolenta; Em cima vão os termos que devoram / Em baixa a progressão do que se alimenta / Mas indo alli geometrico galope, / Aqui um mais calmo arithmetico rythmo, / Batalhão entre si, oh dor! os numeros, / E dos fracos se faz um logarithmo" (LIBERAL MINEIRO, 1885, p.4). Entretanto, ainda no final do século XIX, nas páginas dos jornais mineiros encontramos relatos nos quais estudiosos já se atentavam para os equívocos cometidos por Malthus. Argumentava-se, entre outros aspectos, que a alimentação poderia se realizar à revelia da fertilidade do solo e, quiçá, à revelia do próprio solo. Em matéria de 1896, publicada no Correio de Minas, informava-se que alguns estudiosos colocavam por terra as profecias malthusianas. Entre outros informes, asseverava-se: "[...] Que ninguem se assuste! A chimica já demonstrou que a alimentação era, ou pelo menos podia ser, independente da fertilidade do solo e até do proprio solo. Em 100 libras de trigo empregadas no fabrico de pão, apenas uma provém da terra. As restantes 99 vêm do ar, cujas reservas são inexgotaveis. Recentes descobertas, diz elle, mostraram que a agua podia facilmente substituir a terra. O professor Wolff, no estabelecimento de experiencias agricolas de Hohenheim, fez brotarem desse modo quatro pés de aveia que deram 1335 grãos perfeitamente desenvolvidos. O professor Nobbe fez crescer em vasos de barro uma planta japoneza de 9 pés inglezes de altura, pesando 4.786 vezes mais que o grão primitivo e com 982 sementes. O mesmo se experimentou com o trigo, o milho, varias plantas e arvores! Assim, mesmo quando a terra, por tão cansada, viesse a faltar á sua missão, haveria a agua. Mas da terra os unicos elementos cuja ausencia tem podido causar preocupação são o phosphoro, o potassio e o azote. De todos elles, porém, minas e jazidas tão ricas estão desbertas, que não se prevê, por largos seculos a hypothese da sua falta. Tudo, portanto, ao ver do professor Altwalter, elva a crer que a humanidade não têm, tão longe ao menos quando se estende a previsão humana, que receiar os horrores da fome" (CORREIO DE MINAS, 6.set.1896, p.1).

houvesse uma intensa mobilidade espacial da população (BRITO, 1995, p. 21).

Segundo Brito (1995), no início dos oitocentos o capitalismo emergente na Inglaterra traçou estratégias para maximizar os mercados para sua produção: primeiro a indústria têxtil e, em seguida, máquinas, bens intermediários e de consumo durável. Em sua análise, simplesmente inexistiria o capitalismo caso não houvesse a articulação internacional dos mercados. O capitalismo inglês, em sua hegemonia internacional, “exigiu liberdade de comércio para as mercadorias e recursos financeiros, rompendo as rédeas dos monopólios e do exclusivo comercial” (BRITO, 1995, p.22). Como reflexo dessa mudança, o século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade, foi marcado pela movimentação internacional de pessoas.

A crise econômica do fim do século (1873-90), associada à intensa concorrência intercapitalista, também contribuiu para acelerar as migrações²⁵. Causa outra estaria atrelada à instabilidade política. Devemos nos lembrar, afinal, que a Europa se encontrava fragmentada em impérios e alianças e, com efeito, determinados Estados buscavam obter mais espaço para suas pretensões²⁶.

Mas a crise econômica e a instabilidade política apenas contribuíram para catalisar as migrações internacionais, sendo que o verdadeiro motor propulsor desses deslocamentos estaria na "reestruturação produtiva do capitalismo – que potencializou o excedente demográfico europeu – e na inédita integração econômica do mundo, fortalecida pelo fantástico progresso técnico nos transportes de curta e longa distância" (BRITO, 1995, p. 24).

Como se vê, "a acumulação capitalista pressupõe a produção capitalista, e esta, por sua vez, a concentração nas mãos dos produtores de mercadorias de massas consideráveis de capital ou força de trabalho" (MARX, 1983, p. 171). Tratar-se-ia de um círculo vicioso do qual só escapamos ao pressupor uma acumulação primitiva²⁷ que é o próprio elemento desencadeador do modo de produção capitalista.

²⁵ "Aliás, as repercussões desta crise nas economias dos países mais avançados não foram tão notáveis a ponto de comprometer a tendência histórica de crescimento" (BRITO, 1995, p. 24).

²⁶ O desenrolar desse processo foi a Primeira Guerra Mundial.

²⁷ Essa “acumulação primitiva” – mencionada por Marx – recobre largo período histórico que começa a se esboçar por volta do século XIV e “[...] que privou da terra os camponeses livres, assumiu várias formas, e durou séculos. Esse processo é chamado por Karl Marx de acumulação

Modo de produção esse que traz como cicatriz a separação entre os operários e a propriedade. Assim, a acumulação primitiva reflete o processo que desarticula o produtor e os meios de produção (MARX, 1983). A origem da estrutura econômica da sociedade capitalista, portanto, estaria atrelada a confrontos com a estrutura da sociedade feudal:

O operário não podia ter a livre disposição de sua pessoa senão depois de que deixou de estar preso à gleba como servo de outro. Para se tornar livre vendedor de força de trabalho e levar sua mercadoria onde quer que houvesse mercado para ela, precisava também se livrar da dominação das corporações, dos regulamentos sobre aprendizes e oficiais, de todas as prescrições que embaraçavam o trabalho (MARX, 1983, p. 171).

O movimento histórico relacionado à transformação dos produtores em assalariados diz respeito à liberdade destes em relação à servidão e à coação corporativa. Em virtude de tal processo, os então “emancipados” tornaram-se vendedores de suas próprias forças-de-trabalho. Mas eles só o fizeram depois de serem expropriados de todos os meios de produção que detinham e também de todas as garantias de existência atreladas às velhas instituições feudais.

Essa história de “[...] expropriação se acha inscrita com letras de sangue e de fogo nos anais da humanidade” (MARX, 1983, p. 172):

Os capitalistas industriais – esses novos potentados – tinham que desalojar, além dos artesãos das corporações, os senhores feudais possuidores das fontes de riqueza. Dêsse ponto de vista, seu triunfo se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra a potência feudal e seus privilégios revoltantes, bem como contra as corporações e os entraves que colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas os cavaleiros da indústria só puderam desalojar os cavaleiros da espada explorando fatos dos quais estes últimos não eram em nada responsáveis. Eles se elevaram por meios tão vis quanto os que usaram os romanos emancipados que se tornaram senhores de seus velhos senhores.

Nessa perspectiva, a escravidão, antes realizada através da exploração feudal, passou a ocorrer em moldes capitalistas. Sendo que o pontapé do

[...] desenvolvimento que gera tanto o operário assalariado como o capitalista foi a servidão do trabalhador. O progresso consistiu numa mudança de forma desta servitude, na transformação da exploração feudal em capitalista. Para compreender o seu curso não precisamos de recuar muito. Embora os primeiros começos de produção capitalista se nos deparem esporadicamente já nos séculos XIX e XV em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data apenas do século XVI. Ali onde ela aparece está a abolição da servidão há muito consumada,

originária, ponto de partida da acumulação capitalista, já que a relação do capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade sobre as condições de realização” (DAMIANI, 2011, p.12).

e o ponto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, desde longo tempo a empalidecer (MARX, 1983, p. 172-173).

Importante frisar que a conversão da terra em mercadoria foi um dos principais elementos que possibilitaram a transição do *feudalismo* para o *capitalismo*²⁸. A situação da Inglaterra após o advento dos cercados – ou melhor: após a “revolução dos ricos contra os pobres” (POLANYI, 2012, p.53) – pode parcialmente ser visualizada abaixo:

O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. Embora isso ocorresse apenas em determinadas áreas, os pontos negros ameaçavam fundir-se numa catástrofe uniforme (POLANYI, 2012, p. 53).

Em face das condições acima alinhavadas, escritores de diferentes opiniões e partidos – sejam eles, socialistas ou capitalistas, conservadores ou liberais – afirmavam que a situação social poderia ser descrita como um “abismo de degradação humana” (POLANYI, 2012, p. 58). Em meio a essa horripilante condição – que se alastrava pela Europa –, camponeses italianos entoavam versos como estes:

No se viveva più. Se moriva... sara quel che sara. Peggio del presente non sarà certo... Tentiamo la sorte. La sarà come la sarà. E poiché abbiamo presto o tardi da morire, tanto vale di lasciare la nostra pelle in America come in Europa [...]. Viva l'America! Morte ai signori! [...] Noi andiamo in Brasile. Ora toccherà ai padroni lavorare la terra (VILLA, 1995, p.79)²⁹.

C. Morrer em busca do paraíso

O emigrante é aquele que, sem condições de sobreviver no lugar onde nasceu, morre sonhando conquistar um paraíso existente em um mundo novo. Como vimos, essa contraposição entre *vida* e *morte* não pode ser compreendida à revelia da acumulação primitiva do capital e do subsequente desenvolvimento do capitalismo industrial. Tais processos desempenham medular papel nas explicações acerca das migrações; eles contribuíram para desapossar os

²⁸ Transição esta, frisa-se, ocorrida na Europa.

²⁹ “Não se vivia mais. Se morria...quem será o próximo a morrer. Pior que o presente é certo que não será...Vamos tentar a sorte. Como ela será. E porque mais cedo ou mais tarde temos de morrer, tanto faz deixar a nossa pele na América como na Europa. Viva a América! Morte aos Senhores!... Nós vamos para o Brasil. Agora cabe aos proprietários trabalhar a terra”.

camponeses de suas terras – em um processo de desterritorialização –, derramando massas de trabalhadores em cidades que não apresentavam trabalho para todos.

Expropriado de sua terra, o camponês se via coagido a se transformar em trabalhador livre. Despossuído também de seus meios de subsistência, lhe restava a saída de comercializar sua força-de-trabalho (MARX, 1984). Não existindo em sua terra natal quem “comprasse” tal força e diante das periclitantes circunstâncias relatadas, ao camponês restava a opção de tentar vender sua mão-de-obra na América. É por isso que o Brasil recebeu um grande afluxo de imigrantes muitas vezes atraídos pela imagem de “paraíso nos trópicos” (SOUSA, 2006, p. 4)³⁰.

Como veremos ao longo desta dissertação, o governo mineiro estava imensamente interessado em retratar que esta imagem paradisíaca encontraria verdadeira expressão nas Gerais. Toda essa preocupação tinha um objetivo cristalino: solucionar problema da *desorganização do trabalho* acarretado pela abolição da escravatura. Ainda que esta não tenha sido uma saída consensual, muitos acreditavam que a imigração de fato seria a melhor solução:

Ponderamos que, faltando-nos o elemento servil, com o qual era movida a nossa industria agricola, não se nos deparava outro meio de substituição, senão dirigindo as nossas vistas para o velho continente, de onde diariamente emigram milhares de braços validos, á procura de maior salario, que compense o exercicio de sua actividade.

[...]

A emigração existe, é um producto da civilização moderna.

Aos paizes, como o nosso, que necessitam de braços, incumbe **o esforço no sentido de attrahi-rem** para si as grandes correntes emigratorias, já pelas amplas leis protectoras, como ainda pela garantia efficaz de todos os direitos (DIARIO DE MINAS, 18. ago. 1888, grifos nossos).

Portanto, no findar dos oitocentos, a *busca por trabalho* era um dos principais elementos que enlaçava o sonho de prosperidade, ansiado pelos

³⁰ Cabe lembrar que em virtude de relatos sobre maus tratos sofridos pelos emigrantes ou devido a problemas relacionados a doenças, nem sempre a imigração para o Brasil era vista com bons olhos. Sobre tais questões, em uma edição do *Minas Geraes* (8. mar. 1888, p. 2) dizia-se: “O nosso clima é a mina inexgotavel de que se servem para incutir o terror no animo dos homens do povo, dos fracos e dos ignorantes. O clima de café tornou-se synonymo de clima de febre amarella, e a febre amarella é o pavoroso espantelho com que se procura aterrar os hesitantes e desviar de nossas plagas a corrente immigratoria. E não são sómente os fracos e os ignorantes que se têm deixado seduzir pela inicialmente propaganda. Os proprios homens de sciencia, na Europa, até bem pouco tempo estavam imbuidos dos mais pasmosos prejuizos a nosso respeito, a respeito do nosso clima”.

emigrantes europeus, ao ambicioso projeto de modernidade idealizado pelas autoridades mineiras.

Mas lembremos: não apenas os mineiros estavam interessados na introdução de emigrantes. Diversos outros estados e países manifestavam aspirações semelhantes. Por isso mesmo, o político Luiz Pereira Barreto³¹ aconselhava:

Não percamos de vista que outros paizes, e com especialidade os nossos visinhos, precisam igualmente de abundante immigração, e que a lucta pela vida os impele irresistivelmente a mover a seu favor, e contra nós, uma propaganda activa, incessante, implacavel, em todos os tons e sob todas as formas (MINAS GERAES, 8 de março de 1895, p. 2).

Nessa senda, registre-se que Minas também enfrentava a concorrência dos demais estados da Federação. No ano de 1891, por exemplo, uma matéria destacava Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, em especial, São Paulo, como os estados brasileiros³² que exibiriam a corrente emigratória mais vigorosa no Brasil (A CIDADE DO TURVO, 16 de ago. 1891, p.1)³³.

Por isso, não podemos olvidar que as migrações também assumiram proeminente relevo no contexto nacional. Aliás, não seria absurdo algum dizer que “a história da constituição e evolução do Estado brasileiro tem sido, também, em boa medida, a história de conceitos, instituições e práticas voltadas para

³¹ Barreto Pereira nasceu no ano de 1840, na cidade de Rezende (RJ) e formou-se em Medicina, em Bruxelas. Em 1865 retornou ao Brasil onde atuou como um ferrenho difusor de ideias positivistas (SOARES, 1998). “Descendente de fazendeiros, foi um apaixonado pela agricultura. Batalhou pelo incremento da viticultura em São Paulo. [...]. Deixou-nos uma alentada bibliografia em que se destacam centenas de artigos de cunho filosófico, a maioria deles de caráter polêmico, entretido com grandes vultos nacionais. [...]. Publicou vários artigos de difusão do Positivismo na Europa, em francês, inglês e alemão. [...]. Como político foi eleito pelo Partido Republicano Constituinte estadual em 1891; pelo seu prestígio foi escolhido Presidente da Assembléia Constituinte, e, enfim, Presidente do Senado Estadual.” (91-92). Segundo Campos da Paz, “O maior serviço por elle [Barreto Pereira] prestado foi o de nos habilitar a provar a Europa que o Brazil, especialmente o Estado de Minas, é próprio para a habitação do europeu e facilitar assim a immigração expontanea, que é justamente a que nos convem” (MINAS GERAES, 3. abril.1895).

³² Embora a matéria não mencione, devemos também nos lembrar de estados outros, como é o caso do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Se falarmos em números, o censo de 1890, por exemplo, apontava que entre a população de 3.184.099 indivíduos em Minas Gerais, havia 1,4% de estrangeiros. Na população de 1.384.753 habitantes, 5,4% deles eram imigrantes (MONTEIRO, 1973). Informava-se que, no final do XIX, haveria 600.00 italianos no Brasil e complementava-se: “destes uma bôa metade acha-se no Estado de S. Paulo, o mais rico do Brazil; 150.000 segundo relatório do consul italiano sr. Legrenzi, no Rio Grande do Sul, e os restantes esparsos aos milhares pelos Estados de Minas, Rio de Janeiro, Santa Catharina, Paraná, Espírito Santo, Bahia, Pará, etc” (MINAS GERAES, 30.out.1897, p.4).

³³Tendência esta que efetivamente concretizou, posto que as experiências imigratórias foram muito mais expressivas nas terras paulistas e sulistas do que foram nas Gerais. (MONTEIRO, 1973).

equacionar e administrar a mobilização e localização de populações” (VAINER, 2000, p. 15).

Na análise de Diegues Júnior (1964), a história da imigração no território brasileiro pode ser subdividida em três momentos. O primeiro deles, compreendido entre 1808 e 1850, seria caracterizado, sobretudo, pela existência da escravidão – aspecto que atravancava, em muito, a vinda de estrangeiros. No segundo período, de 1850 a 1888, as ações que ensaiavam o fim da escravatura ganham destaque por terem contribuído para criar um cenário mais favorável à introdução dos estrangeiros. Na terceira fase – entre 1888 a 1950 – mereceria realce a abolição da escravatura e a proclamação da República. Nesse momento,

ao apagar das luzes do Império, face às dificuldades para engajar os ex-escravos e os homens livres da ordem escravocrata nos duros trabalhos das grandes fazendas, o sonho do povoamento com brancos industriais torna-se necessidade prática.

Se por várias décadas o Império viu a imigração sobretudo como mecanismo que permitiria ocupar o território com brancos, bem como incrementar a produção alimentar complementar à monocultura exportadora do latifúndio, cada vez mais se vai impor a necessidade de braços para a lavoura (VAINER, 2000, p. 17).

De um lado, a eliminação do regime servil concorreu para aumentar e diversificar as correntes imigratórias que se dirigiam ao Brasil. Do outro, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 abriu margem para que a imigração fosse promovida e incrementada pelos governos estaduais³⁴ (DIEGUES JÚNIOR, 1964). Assim,

enquanto os estadistas da União preocupavam-se como assumpto da imigração que parecia ser o mais eficaz propulsor da prosperidade nacional, os diversos Estados da Republica se organizavam e seus poderes publicos não ficaram indiferentes á questão da organização do trabalho tão profundamente abalada pela emancipação dos escravos (MINAS GERAES, 9. set.1898, p.4).

Por conta disso, Minas Gerais tinha a companhia de outros estados na disputa por emigrantes. E como é sabido, as experiências paulistas e no Sul do Brasil se revelaram muito mais expressivas do que aquelas vigentes nas terras mineiras (MONTEIRO, 1973; DIEGUES JÚNIOR, 1964). Isso ocorria, em parte, porque a então província das Gerais abrigava o maior contingente de escravos

³⁴ "A legislação imigratória foi grandemente beneficiada com a promulgação do decreto de 28 de junho de 1890, chamado posteriormente de lei Glicério (em honra do ministro paulista que o havia proposto ao governo central), que se referia ao transporte e à introdução de imigrantes no território da República, além de estabelecer novas normas para a colonização das propriedades agrícolas particulares" (CENNI, 2003, p. 212). Monteiro (1973) lembra ainda que o serviço de colonização fora transferido para os Estados a partir da Lei n.126 A, de 21 de novembro de 1892.

do Império Brasileiro. Com efeito, mesmo com a redução do número de cativos observada ao longo do século XIX, os escravos envolvidos na decadente mineração facilmente foram direcionados para as florescentes e lucrativas lavouras de café do Sul e da Zona da Mata.

Ainda que ensaios imigratórios já fossem realizados desde meados do XIX, quando efetivamente escancarou as portas para imigração – isto é, quando direcionou vultosos recursos para atrair estrangeiros – o governo mineiro já tinha a companhia de outros estados que exibiam experiência mais robusta. Independente disso, os representantes mineiros diziam ser tarefa cardeal introduzir estrangeiros a fim de resolver o problema de uma Minas em que tudo estaria estacionado.

PARTE II – TUDO ESTÁ PARADO! – UMA ODE AO MOVIMENTO

Num territorio extensissimo, onde a uberidade do sólo e a riqueza mineral, rivalisam com a caudal de seus rios e a amenidade e diversidade de seu clima, acha-se infelizmente em embryão o aproveitamento dos immensos recursos naturaes que possúe, dependendo apenas de quem possa applicar um pouco de esforço e actividade no desenvolvimento de suas innumeraveis e inexgotaveis riquezas.

A desorientação dos estadistas, salvo honrosas excepções, que se succederam na administração da então Provincia de Minas Geraes; a politica que em todas as côres e normas – tudo invadia e avassalava, não permittia que se attendesse ás necessidades de serem impulsionado os seus recursos; a isso, acresce que a desorganização do trabalho, consequencia da humanitaria, mas intempestiva lei de 1888 – que trouxe os sérios embaraços com que até hoje lucta a lavoura, a mais forte e primitiva fonte de riqueza da nação – **tudo estacionou**” (MINAS GERAES, 1894, 5 ago, p.5, grifos nossos).

Representações, normas e valores

"Qual a primeira condição necessária para que uma classe consiga realizar seus interesses, atuando no sentido de ampliar ou manter seu espaço?" (GARCIA, 1982, p. 24). Ou, indagado de outra maneira: de que forma alguns políticos buscavam garantir o *status quo* da oligarquia rural mineira?

Antes de mais nada, é necessário que os membros dessa classe se apercebam da existência de tal possibilidade. Eles precisam ter ciência do contexto no qual estão situados a fim de saber não só a força que possuem, mas também para dimensionar as demais forças. Isso é primordial para que eles estipulem os objetivos e percursos para a concretização de seus interesses:

Em outras palavras, é preciso que a classe adquira consciência das suas reais condições de existência e das possibilidades de mudança ou da necessidade de manutenção nessas mesmas condições. Essa consciência nada mais é que um conjunto de idéias a respeito da realidade social, ou seja, **uma ideologia** (GARCIA, 1982, p. 25, grifos nossos).

A ideologia seria então integrada por três tipos básicos de ideias: *representações, valores e normas*. As *representações* podem ser concebidas como "ideias a respeito de como é a realidade" (GARCIA, 1982, p. 25); os *valores* exprimem as ideias sobre como a realidade deve ser; as *normas*, por sua vez, dizem respeito às ideias que determinam o que é necessário fazer para que a realidade seja transformada ou conservada como está. Assim,

Uma vez definida, a ideologia serve como **modelo para a compreensão da realidade** e guia orientador da conduta de todo o grupo e de cada indivíduo em particular. Resta verificar de que forma essa ideologia é propagada, tornando-se conhecida pelos diversos membros de uma classe social ou, até mesmo, por toda a sociedade

[...]

Por essa razão que um grupo, percebendo possibilidades de progresso ou a necessidade de defesa contra certas ameaças, **procura difundir suas idéias**. Sua expectativa a de integrar o maior número de pessoas que, aceitando os mesmos valores e normas, atuem numa mesma direção, permitindo que os objetos sejam atingidos. Senão houver idéias comuns, torna-se impossível coordenar, integrar as ações, organizar as lutas e os movimentos (GARCIA, 1982, p. 26, grifos nossos).

Tendo em vista que a ideologia é uma forma de visualizar o mundo, interessa-nos compreender de que maneira os políticos *representavam, valoravam e normatizavam* a realidade do estado das Gerais. No entanto, como essa realidade era retratada, amiúde, a partir de perspectiva valorativa de aspectos atinentes ao espaço, podemos asseverar que um conjunto de discursos estavam eivados de *ideologias geográficas*:

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política (MORAES, 2002, p.44).

Diante de tudo isso, nas linhas subsequentes, buscaremos realçar as alusões espaciais presentes nas discussões acerca da introdução de imigrantes. Mas antes de abordar essas alusões, no capítulo inicial é nossa intenção chamar atenção para algumas singularidades do chamado “mosaico mineiro”.

CAPÍTULO 1 – O MOSAICO MINEIRO

O território mineiro é um **mosaico de zonas** que se diferenciam uma das outras pelo clima, pela produção, pela densidade de população, pelos meios de viação, pelo adiantamento industrial [...] (MINAS GERAES, edição n. 41, 1899, p. 2, grifos nossos).

Sintomático atinar que a expressão “mosaico de zonas”, presente no trecho acima¹, reaparece quase um século depois nas páginas da obra “O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira²”. Neste texto, publicado ao final dos noventa, o historiador John Wirth (1982) escreve que Minas Gerais é, entre os estados brasileiros, aquele que apresentaria a maior diversidade de paisagens³.

Toda essa pluralidade seria fruto de um arranjo político já que as fronteiras mineiras não teriam contribuído para esculpir uma região geográfica coerente. O estabelecimento de tais limites apresentaria raízes diretamente atreladas à primeira corrida do ouro do mundo moderno (1690-1740). Nesse momento, a Coroa Portuguesa, com a finalidade de isolar as Minas Gerais das potências europeias e ainda combater o contrabando e a evasão de divisas, buscou obstaculizar de todas maneiras as possibilidades de acesso ao estado⁴ (WIRTH, 1982).

Com efeito, a geografia mineira carregaria as ultrajantes cicatrizes impostas pela política colonial portuguesa. Expressão vicejante de essas marcas seria percebida ao se olhar para o estado e notar que ele é um *mosaico* composto por sete diferentes zonas (ou sub-regiões) que apresentariam protuberantes particularidades geográficas, políticas, econômicas e culturais.

¹ Trecho extraído de uma discussão a respeito de imposto territorial. A passagem selecionada é completada da seguinte forma: “E seria iníquo e impolítico igualá-las na tributação. A taxa territorial que for mínima para a zona cafeeira, assumirá proporções intoleráveis, revertir-se há do carácter de imposição socialista, para a maior parte do Estado, onde a terra é, às vezes mais um onus do que um provento” (MINAS GERAES, 1899, p. 2).

² O capítulo introdutório da obra de Wirth (1982) se intitula “O Mosaico Mineiro”.

³ Oliveira (2005) tece algumas críticas a essa noção de “mosaico” ao mencionar os nexos internos existente entre as regiões mineiras.

⁴ “As comunicações se restringiam a estradas de terra facilmente vigiadas, em especial para o norte até a Bahia, a oeste para Cuiabá e ao sul para a capital no Rio. A estrada para o porto de Vitória no litoral do Espírito Santo foi mantida fechada e não acabada até o presente século. Consequentemente, Minas não teve um porto próprio de 1850 a 1930, a fase de crescimento orientado para a exportação. O transporte deficiente atrasou a circulação interna de bens. As modernas rodovias e fatura de energia elétrica foram introduzidas na década de 1950, mas os velhos obstáculos à integração continuaram” (WIRTH, 1912, p. 41).

Diante de toda essa pluralidade, torna-se

[...] fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões⁵ [...] Por um lado, este estado heterogêneo, que perfaz 7% do Brasil, refletia o impulso histórico de outras unidades além das fronteiras políticas da região. Por outro lado, cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos. Em suma, essas sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns (WIRTH, 1982, p. 41).

Salvaguardadas as devidas proporções, poderíamos dizer que as palavras supracitadas ecoam, de forma parelha, aquelas que descortinam este tópico. Em ambos casos o que está em evidência é o caráter variegado das paisagens mineiras. Nessa vereda, ao fazer coro com Guimarães Rosa, talvez até pudéssemos dizer: “Minas, são muitas”.

Múltiplas “Minas” que, na visão de Wirth (1982), estariam distribuídas em sete zonas – Norte, Leste, Oeste, Triângulo, Mata, Sul e Centro – conforme adiante podemos visualizar:

⁵ Na análise de Wirth (1982, p. 31) uma *região* pode ser concebida a partir das seguintes perspectivas: “1. Parte uma unidade maior e interdependente com outras regiões que constituem, com ela, a unidade maior; 2. Coisa localizada geograficamente, dimensionada, e politicamente definida; 3. Unidade composta de subunidades (sub-regiões) contíguas; 4. Capaz de gerar fidelidades, devoção, apego nos seus habitantes, embora variáveis no tempo, em importância e intensidade; 5. Capaz de inspirar também uma lealdade subordinada à unidade maior, a União (pelo menos nominalmente) entre os diversos setores politicamente eficazes da população regional; essa lealdade, como os apegos já mencionados, são igualmente variáveis em importância e intensidade”. Ademais, conforme Saes *et al* (2000) lembram, a despeito das críticas endereçáveis aos métodos utilizados na regionalização propostas por Wirth (1912), o que não se pode perder de vista é a nítida diversificação espacial existente nas Gerais.

Figura 2 – As sub-regiões de Minas Gerais (XIX)



Fonte: Wirth (1982, p.42).

A Zona da Mata, Sul e Triângulo, regiões mais desenvolvidas, estariam historicamente vinculadas ao crescimento do Rio e São Paulo. Em contrapartida, o Norte e Oeste – sub-regiões identificadas como as menos desenvolvidas – seriam extensões da Bahia. Tratar-se-ia de um mosaico no qual algumas regiões comungavam mais afinidades/relações com os estados limítrofes⁶ do que entre si.

Diante dessa pluralidade, as paisagens de Minas ofereceriam “[...] diferentes leituras ao historiador” (WIRTH, 1982, p. 43). Naturalmente, essa diversidade suscita também a atenção de outros pesquisadores como é caso dos geógrafos que tem na diferenciação espacial um componente assaz relevante.

Ao lançar um abreviado olhar para essas muitas faces mineiras podemos notar que

⁶ Em 1877, por exemplo, o presidente dizia que o sul de Minas era “[...] o celeiro do Rio Janeiro” (MINAS GERAES, 1877, p. 84).

o Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880. Cultural e economicamente, era uma zona nova. O Norte, ao contrário, seguiu o curso da economia de estâncias do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830). Suas velhas cidades se estagnaram nas margens dos vastos latifúndios até a chegada da estrada de ferro no final da década de 1920. O Oeste exportou gado para o sul, sendo que suas cidades interligavam-se por meio de velhas trilhas de gado e, no presente século, por estradas de ferro e rodovias. O café financiou a ascensão das zonas da Mata e do Sul e em meados do século XIX. As terras da zona da Mata eram indígenas até 1830, ano em que a fronteira do café começou a expandir-se para o leste penetrando na floresta virgem. O Sul também desenvolveu uma agricultura calcada do café; no século XVIII, sua economia estivera centrada na mineração do ouro (WIRTH, 1982, p. 43).

De essa longa passagem interessa-nos afirmar que, após a Proclamação da República, a Zona da Mata e o Sul se tornaram as regiões mais importantes no que diz respeito à riqueza, população e poder político. Todo esse prestígio, não custa reforçar, foi sustentado pela rubiácea que era tida como o “[...] produto de exportação mais valioso do estado, o suporte orçamentário” (WIRTH, 1982, p. 81). O café era, portanto, “[...] a razão por que duas regiões [...] dominaram a política do estado na maior parte da República Velha” (WIRTH, 1982, p. 81).

O Centro, por seu turno, que outrora ocupava essa posição de eminência, perdeu espaço em virtude da decadência da mineração, momento em que várias famílias da elite voltaram seus investimentos para a agricultura e se dirigiram para o vale do Rio Paraíba.

Assim como o centro de Minas empobrecen-se por ter perdido os imensos capitaes, que hoje vemos representados em ruínas e destroços da mineração, assim também a sorte das zonas cafeeiras será igual, se a imigração não vier salvar de completo abandono as grandes fazendas.

O escravo passa trabalhando sem allivio; mas em toda a parte deixou por vingança divina a desolação, a miséria e o deserto (A UNIÃO, 2.set.1887, p.1).

Diante de tais particularidades, muitas eram as tensões nesse “mosaico” cujas peças, certas ocasiões, pareciam estar dispostas a compor um quadro outro. Tendo tudo isso em vista, no item a seguir procuraremos visualizar as arestas dissonantes das regiões mineiras.

1.1. Um “minissistema federal”

Minas tem, não ha contestal-o, vantagens incomparaveis sobre qualquer dos demais Estados da União a tal respeito, com suas diversas zonas, a cada um dos quaes corresponde, por assim dizer, clima e aptidões diversas e adequadas a variadas industrias e culturas (MINAS GERAES, 6.mai.1894, p.6).

Como era de se imaginar, o “mosaico mineiro” nem sempre revelava uma imagem inspiradora de harmonia. Além de características propriíssimas, as diferentes sub-regiões apresentavam também interesses díspares. Não é por acaso, o senador Carlos Alves⁷ já advertia: “A separação do Estado de Minas em diversos Estados é a pedra que já rolou da montanha [...]” (MINAS GERAES, 31.ago.1893). Evidência disso pode ser percebida quando verificamos que os representantes da região norte almejavam edificar um futuro independente. Por isso mesmo, no ano de 1888

[...] corria a anedota de um jovem do norte que sonhava despertar em 1938 na próspera Montes Claros, onde os jornais gordos de anúncios de montes de estradas de ferro e minas de diamantes eram exibidos em ruas movimentadas nas quais passavam ruidosamente o coche e a escola do governo de Minas do Norte (WIRTH, 1982, p. 67).

Esse desejo separatista era também identificado no Triângulo. Lá, no ano de 1870, os representantes de algumas cidades – descontentes com os elevados impostos, com a negligência da capital, entre outras reclamações – intencionavam se juntar a São Paulo ou mesmo constituir uma nova província. Tal fato é a deixa para sublinharmos que ao longo dos oitocentos várias foram as tentativas separatistas⁸ para se criar a Província de Minas do Sul e para se anexar o Sul à porção norte de São Paulo (WIRTH, 1982)⁹.

⁷ Carlos Ferreira Alves, além de político, era médico. Durante a Monarquia pertenceu ao Partido Conservador e na República ao Partido Republicano Mineiro. Entre 1891 a 1898 (1ª e 2ª Legislatura) atuou como Senador Constituinte Estadual (MONTEIRO, 1994).

⁸ Trata-se da região em que se registraram mais movimentos separatistas e de fragmentação. Isto porque, “[...] de um lado várias comarcas foram atraídas para se fundirem à província de São Paulo, como as de Sapucaí e Rio Verde; de outro houve fortes movimentos separatistas, sendo a vila de Campanha da Princesa (Depois Campanha) a principal localidade a liderar estes movimentos” (SARAIVA, 2008, p.34). Devemos salientar que essas tentativas separatistas ganhavam voz através de vários periódicos, haja visto que no sul de Minas, a cidade de Campanha se destacava por abrigar 33 jornais até o final do ano de 1897. A maioria desses foram criados depois de meados do XIX (MENDES, 2007).

⁹ Uma dessas propostas separatistas foi formulada, em 1862, pelo deputado Evaristo Ferreira da Veiga que almejava criar a Província de Minas do Sul que teria a cidade de Campanha como sede. Já em 1868, um abaixo assinado (que contou com 47 assinaturas), liderado pelo deputado Américo Lobo Leite Pereira propunha a criação da Província do Sapucaí que, provisoriamente, teria a cidade de Campanha como sede (SARAIVA, 2008). Acresça ainda que uma dessas tentativas logrou êxito em 1892 quando se criou o Estado do Sul de Minas, tendo a cidade de

Isso sem mencionar que tanto o Triângulo quanto o Norte alegavam estarem sendo “asfixiados” pela ascensão das áreas cafeeiras que abocanhavam a maioria das verbas para construção de ferrovias. Mas se versamos em áreas cafeeiras, é curioso notar que até então não tenhamos feito menção alguma às tentativas separatistas envolvendo a Zona da Mata. Isso não significa que ao longo do XIX elas não tenham existido. Porém, se comparadas às outras regiões, tais ensaios eram notoriamente mais fracos e menos sistemáticos (SARAIVA, 2008).

Ressalta-se que diante a derrocada do Império as atenções se voltaram para o fortalecimento do estado recém-criado, mas, ainda sim, o sentimento da separação permanecia vívido junto com as “deficientes comunicações internas e as desigualdades de poder entre as zonas” (WIRTH, 1982, p. 67). Tais questões eram observadas pelo presidente do estado, Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira¹⁰, que em 1892 alegava ser

[..] incontestavel a necessidade da aproximação das diferentes zonas do territorio mineiro, vasto, cheio de recursos de toda sorte e que opulentariam nações, entretanto occupado por população laboriosa, mas insufficiente, energica, mas segregada, e que, quasi estranha, se conhece mal e por isso não encontra nessa reciprocidade diurna de interesses e aspirações communs das populações numerosas e compactas os constantes estímulos de iniciativa, que são a secreta emulação do progresso por nós proprios admirado entre irmãos, aliás menos aquinhoados da fortuna (MINAS GERAES, MENSAGEM, 1892, p.17).

Para exemplificar a necessidade de aproximação das diferentes zonas, Cerqueira trouxe o exemplo nortista e ergueu o seguinte raciocínio:

O **norte do Estado**, por exemplo, rico como qualquer das regiões irmãs, mas internado por centenas de leguas do coração do paiz, cortadas as comunicações com o resto do mundo que se corresponde e se entende pelas vias acceleradas e pelo telegrapho, ou não produz ou produz sómente para as necessidades do consumo local, subordinado á demanda de um povo viril, mas sobrio e resumido. Onde o é elo que o deve prender á zona extrema, ao sul, sem essa convivencia, que irmanava e fortalece os povos, si lhes faltassem os laços da tradição, que seu patriotismo avigora e santifica?" (MINAS GERAES, MENSAGEM, 1892, p.17).

A carência de transportes, dramatizada parágrafo acima, aparecia com frequência nos relatos políticos. Essa era uma preocupação compreensível já

Campanha como capital provisória. Sua existência, porém, foi curta: pouco mais que uma semana já que o governo federal contornou a situação lançando mão de uma tropa.

¹⁰ Natural de São João Del Rei. Entre ocupações outras, foi senador (1891 a 1895) e Presidente interino do Estado (entre 16 a 18 de junho de 1891 e de 9 de fevereiro a 14 de julho de 1892).

que, em virtude de uma geografia muito peculiar e da carência de portos, as diferentes zonas ou se restringiam à produção de subsistência ou mantinham relações com estados outros. Por esse motivo, “a estrutura econômica mineira aparecia como uma colcha de retalhos, sem suficiente integração orgânica de suas atividades (DULCI, 2005, p. 116). No entanto, conforme adiante veremos, acreditava-se que sem uma generosa ossatura de circulação seria mais custoso pavimentar os trilhos rumo ao progresso.

1.2. Trilhos do progresso

O capital particular financiou a maioria das estradas de ferro presentes na Zona da Mata, mas, mesmo assim, o governo participou desse processo através de duas formas: i) assegurando aos investidores um retorno de 7% do capital aplicado; e ii) destinando subsídios às companhias tendo como base a quilometragem. Portanto, ainda que contasse com poucos recursos e agisse de forma tímida, genuína era a preocupação do governo provincial em incentivar esse empreendimento¹¹ (BLASENHEIM, 1996).

Muitos políticos acreditavam que as ferrovias, ao interligarem as regiões e fomentarem as exportações, colocariam toda a Província Imperial nos trilhos do crescimento econômico. O raciocínio era o seguinte: uma vez que a Zona da Mata abrigava um produto muito valorado, os representantes das demais zonas teriam concordado que o sistema de transportes deveria ser instalado primeiramente na principal área cafeeira:

Os Matenses afirmavam isto enfaticamente e os outros mineiros concordavam de má vontade. Quase 60% da rede total de 106 km da província estava localizada na Mata em 1884, embora a Mata constituísse apenas 5% da superfície de Minas. Ocasionalmente um representante do Centro ou do Sul reclamava da concentração das

¹¹ Em meados de 1870, várias estradas de ferro foram construídas na Zona da Mata. Somente depois de 1890 é que elas surgiram no Sul e Triângulo. “Embora desordenadas e subcapitalizadas, muitas das primeiras estradas de ferro em Minas funcionavam razoavelmente bem, desde que o café – produto de alto valor e peso baixo – pudesse sustentar as elevadas taxas de frete necessárias para gerar lucros. Todo o estado acometeu-se de uma febre por estradas de ferro na década de 1890. Porém, com exceção da Estrada de Ferro Bahia e Minas, uma linha ineficiente entre Teófilo Ottoni e o litoral baiano, poucas companhias particulares realmente se aventuraram para fora das zonas mais ao sul” (WIRTH, 1982, p. 103). Monteiro (1973) assinala que a partir do momento em que o café assumiu destacado papel em muitas cidades sulistas, várias foram as ferrovias instaladas: Estrada de Ferro Minas e Rio (que já em 1884 passava por Três Corações); Estrada de Ferro Muzambinho e Sapucaí prontas no alvorecer da República e constituidoras da Rede Sul Mineira; Mogiana cujo ramal de Poços de Caldas foi inaugurado em 1886 e o de Jaguará-Uberaba em 1889.

ferrovias de Minas numa pequena área. Mas as outras regiões votavam constantemente a favor das concessões destinadas à Mata, na esperança que as receitas provinciais geradas pela exportação de café um dia pagariam por ferrovias para as zonas menos produtivas (BLASENHEIM, 1996, p. 84).

Portanto, como já era de se imaginar, o conflito entre as diferentes regiões em Minas também se expressava quando o assunto envolvia as locomotivas que, segundo as crenças, cortariam o estado deixando o rastro do progresso. Uma prova de tal convicção pode ser vislumbrada na década de 1870 quando o deputado Xavier da Veiga¹² argumentava sobre a necessidade de levar vias férreas ao sul do estado. Em sua exposição ele rememorava a seguinte frase atribuída ao naturalista Saint Hilaire: “Se esiste alcun paese che possa un giorno vivere independentemente dal resto del mondo, questo paese será certamente la provincia di Minas Geraes¹³” (DIARIO DE MINAS, 17. nov. 1874, p.4).

Na interpretação do político, essa afirmativa seria verossímil não apenas em virtude de toda opulência da província, mas, em especial, por conta das qualidades da região sul. Dizia ele: “Si o sólo mineiro mereceo aquella exclamação feita por Saint Hilaire em homenagem á verdade, o solo do sul pode sem duvida ser considerado como a parte a que mais justamente se pode aplicar esse juizo” (DIARIO DE MINAS, 17. nov. 1874, p.4).

Adiante, com vistas a fortalecer seu argumento, Xavier da Veiga chamava atenção para os incontáveis dons com as quais a Providencia teria agraciado o Sul da Província:

A situação geographia d'aqualla zona, o factio de ser ella banhada pelos fertilisores rios Verde, Grande e Sapcuahy, e outras circumstancias conhecidas, comprovão esta minha proposição, que não pode ser vantajosamente contestada por qualquer juiz imparcial. Entretanto, Srs., si a força productiva do sólo sul mineiro é a que acabo de referir, si os elementos de prosperidade com que dotou-nos a

¹² José Pedro Xavier da Veiga nasceu em 13 de abril de 1846, na cidade da Campanha, Sul de Minas e faleceu em 8 de agosto de 1900, em Ouro Preto (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO). “Foi um dos grandes intelectuais mineiros do século 19, um jornalista de destaque, um importante historiador e político. Além disso, foi o precursor nos estudos sobre jornalismo nas Minas Gerais. Sua monografia *A imprensa de Minas Gerais 1807-1897* (In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898. pp. 169-249) foi o primeiro trabalho sobre jornalismo produzido no estado [...]. De 1870 a 1878, foi escrivão dos Órfãos, em Lavras, onde estabeleceu um cartório e passou a militar no Partido Conservador. Ele seria uma das lideranças conservadoras da província (depois estado), elegendo-se em vários pleitos como deputado estadual e uma vez senador, e se destacaria defendendo questões nobres como a educação pública e a abolição da escravatura.” (MENDES, 2014, s/p).

¹³ Em livre tradução: “Se há alguma região do globo capaz de sobreviver à revelia do resto do mundo, essa região é a província de Minas Geraes”.

natureza, em relação aos productos de seos tres reinos, são innumerables, poderosos e inexgotaveis, eu sinto-me amargurado ao contemplar a situação presente do sul de Minas, situação que retardará indefinidamente o esplendoroso futuro que pode ter ee a que fadou-o o Creador, si o amor de seos filhos e si o patriotismo de seos habitantes não forem aproveitar sem aais demora os thesouros alli accumulados pela Providencia!

Além de colocar o Sul como a região mais próspera, Xavier da Veiga dizia que esta seria a zona mais abandonada. Suas lamúrias podem ser ouvidas em alto e bom tom:

Sr. presidente, assim como eu particulariso ao sul de Minas o dito de Saint Hilaire, particulariso também a essa parte da provincia de Minas, tão esquecida nos cuidados da administração, a phrase acerba de um dos ex-presidentes desta provincia, o Sr. conselheiro José Bento da Cunha e Figueredo, quando disse que - **em Minas dorme a riqueza somno profundo sob os pés da pobreza acordada** - porque até hoje a viação ferrea não tem merecido dos poderes provinciaes de Minas a solicitude, o exame acurado, o impulso, que deverao ser seo primeiro cuidado! (DIARIO DE MINAS, 17. nov. 1874, p.4, grifos nossos).

Como vemos, em paráfrase à Saint Hilaire, o político insinuava que se houvesse uma região que pudesse sobreviver à revelia do restante da Província, essa seria o Sul de Minas. No entanto, em contraste a todo esse alegado esplendor, reclamava-se que a área não estaria recebendo a devida atenção. A despeito disso, cumpre avivar que diferentemente do restante do estado, o Sul e a Zona da Mata foram substancialmente contemplados pela instalação de ferrovias que, diga-se de passagem, seguiam essencialmente o rastro do café.

Através desses argumentos verificamos que as vias férreas escancaravam as tensões regionais. Muitos, aliás, eram aqueles que sonhavam com os vagões que carregariam consigo o progresso. Tratava-se um assunto de tanta envergadura que havia até quem encorajasse extravagâncias orçamentárias com o fito de viabilizar a instalação das almeçadas estradas de ferro. Por isso mesmo, dizia João Pio:

Cortemos o nosso Estado de estradas de ferro, abramos essas grandes arterias por onde corre a jorros a vida, e o nosso orçamento crescerá; **levemeos até á loucura a decretação de despesas na parte referente ás estradas de ferro**; e assim que o Estado de S. Paulo se engrandeceu; é assim que a América do Norte se tornou o primeiro paiz, porque está cortada de vias de comunicação atravessando-a de fóra em fóra, e vivificando-a ao impulso desse grande factor do progresso (MINAS GERAES, 18.ago.1896, p.4, grifos nossos).

Na visão de João Pio, a prosperidade da Zona da Mata estaria diretamente atrelada à presença de ferrovias. A fim de que essa prosperidade se espraiasse para o norte, ele então sugeria a instalação de novos trilhos:

A Mata concorre com dous terços para o orçamento, porque está quasi toda servida de vias de comunicação (apoiaidos), cortemos o norte de estradas de ferro e veremos que naquellas regiões ja riquezas exhuberantes, a exemplo do sul de Minas que se desenvolveu extraordinariamente depois que lá chegou a estradas de ferro, (apoiaidos) podendo hoje aquella zona quasi competir com a Mata em riqueza e produção (MINAS GERAES, 18.ago.1896, p.4).

Como se nota, João Pio construiu um discurso incensador dos benefícios advindos das vias férreas para em sequência chegar ao seu objetivo: defender alguns interesses nortistas. Era como se ele clamasse: já que principiamos a introdução de ferrovias a partir da Zona da Mata, agora é chegada a vez das locomotivas pintarem as paisagens nortistas¹⁴.

Contudo, através dos exemplos amealhados, tentamos assinalar que

a retórica separatista [ou uma retórica regionalista, diríamos] ajudava os políticos a extrair recursos e concessões do governador¹⁵. No entanto, essas demandas zonais ocorriam numa República cujo centro ideológico de gravidade era o palácio do governador e num estado cuja existência estava baseada num único tipo de solidariedade regional (WIRTH, 1982, p. 67, acréscimos nossos).

Mas, a despeito de todas as diversidades, Minas acabava se portando “como um minissistema federal, o que permitiu que os interesses regionais fossem balanceados e compensados a partir de uma concepção razoável do todo” (WIRTH, 1982, p. 67, grifos nossos).

Em tal minissistema, a instabilidade era gerada, sobretudo, pelo embate entre as elites da Mata (atreladas primordialmente à cafeicultura) e aquelas do centro (onde havia políticos que historicamente se vinculavam à mineração). Os políticos sulistas desempenhavam papel-chave ao atuarem como *tertius*; ora

¹⁴ Exemplo de crença promotora do enlace entre ferrovias e o progresso pode ser visualizada em 1888 no periódico *Propaganda*, de Diamantina, que trazia o seguinte informe: “Entre os parallelos 15 e 20, cerca de dous terços da grandiosa Provincia de Minas, existe vasto territorio, quiçá o mais fertil da Provincia, mas completamente segregado do litoral. A sua numerosa população, perto de milhão e meio de habitantes, pouco concorre para a riqueza nacional, por faltar-lhes vias de comunicação com as praças commerciaes, situadas a beira mar. Sem poder, por essa causa, augmentar a sua propria riqueza, socorre-se aos thesouros do sub solo, que explora em detrimento do solo, do qual só tira os productos necessarios a sua subsistencia. Si os justos reclamos dos municipios situados ao redor da Capital da Provincia, forão, ha tempos attendidos, e vêem elles seus territorios cortados ou approximados ás vias ferreas; outrotanto não acontece ao norte da Provincia. [...] Futuro tenebroso aguardava, portanto, o norte da Provincia, si os seus justos reclamos ao Governo, para que se lhe concedesse comunicação facil como o litoral não fosse por elle attendidos (PROPAGANDA, 26.jun.1888, p.1).

¹⁵ Ou *Presidente do Estado* como temos denominado.

pendendo seu apoio para Mata ou para o Centro. Essa posição garantiu privilégios e poderio político às elites do sul (VISCARDI, 1995).

1.3. A criação de hospedarias e suas contendas

A diversidade de interesses poderia ser captada por meio das reivindicações das municipalidades. Caso notório pode ser visualizado através das contendas em torno da criação de hospedarias no estado.

Em um exemplo lapidar, Nominato José de Souza Lima – fiscal do segundo distrito de imigração (sediado em Leopoldina) – afirmava que menos oneroso e mais pertinente seria se as municipalidades tomassem a iniciativa de edificarem suas próprias hospedarias. Esse ponto de vista era sustentado com base no decreto n. 612 que em seu artigo 36 garantia às municipalidades um auxílio às hospedarias que elas criassem (MINAS GERAES, 27.ago.1893, p. 6).

O argumento era o de que a existência de tais hospedarias permitiria que as municipalidades assumissem as rédeas do serviço de imigração e escolhessem os imigrantes que mais se adequassem às demandas. Por isso, Nominato afirma ser

[...] evidente que cada municipalidade introduziria no seu solo por este modo maior somma de agricultores, industriaes, mechanicos, ou ainda cultores de artes liberaes, conforme as necessidades de cada uma, na proporção das forças do seu orçamento, exigencia de sua produção, aptidão do solo para tal ou tal exploração, ou para o aproveitamento da materia prima, variavel conforme o clima, altitude da zona, ou propriedades especieaes do solo.

A diffusão de forças productivas seria assim mais racional, mais methodica, mais fertil em resultados para o Estado e para cada um dos municipios, sem haver os desperdicios que são impossiveis de evitar se quanto a dispendios que decorrem da montagem e custeio de grandes hospedarias (MINAS GERAES, 27.ago.1893, p. 6).

Souza Lima argumentava ainda que a *propaganda* também deveria ficar à cargo das municipalidades. De forma enfática ele dizia:

Não devemos tambem esquecer a conveniencia da propaganda a favor da introdução do maior numero de estrangeiros, que venham partilhar connosco a faina de pedir ao nosso torrão tantas riquezas que seu seio encerra.

A propaganda é, porém, muito mais do dominio das municipalidades do que do Estado.

[...]

e como admittireis commigo: a propaganda será tanto mais proficua, quanto mais facil o contracto, quanto maior a confiança e estima pessoal que naturalmente deve ligar os municipes aos seus chefes executivos e districtaes (MINAS GERAES, 27.ago.1893, p. 6).

Souza Lima julgava ser necessário aumentar a autonomia das municipalidades nas questões relativas à introdução de imigrantes. Essa maior participação começaria desde os esforços para se atrair os estrangeiros – através de propagandas – até o momento de acomodá-los nas hospedarias e encaminhá-los para atividades diversas.

Como se vê, no processo de instalação de hospedarias entrecruzavam-se muitas polêmicas. Isto ocorria principalmente porque a existência desse objeto geográfico estava condicionada à liberação de verbas para as localidades onde ele fosse instalado¹⁶. Isso sem mencionar que havia quem acreditasse que a presença de uma hospedaria necessariamente implicaria em mais mão-de-obra para a municipalidade onde o edifício fosse erguido.

A crença mencionada no parágrafo anterior se faz vívida em discussão ao redor de projeto que determinava a construção de uma hospedaria em Juiz de Fora. O político Moraes e Castro estava descontente com essa decisão pois, em sua ótica, tal escolha teria se pautado em aspirações bairristas. No entanto, outros políticos insistiam em dizer que de forma alguma estariam se deixando levar por interesses particulares. José Severiano de Rezende¹⁷, por exemplo, afirmava que, se assim o fosse, ele pediria a instalação de uma hospedaria em São João d’El-Rei, cidade em que seu pai nascera¹⁸, e também em outras localidades pelas quais ele tinha apreço.

¹⁶ “O governo auxiliará a manutenção das hospedarias que forem creadas pelas municipalidades para recepção e agasalho dos imigrantes destinados as respectivas zonas” (Artigo 36 do decreto n. 612 de 1893, Capítulo II).

¹⁷ Entre outras atribuições, foi poeta, escritor, jornalista e padre. Nascido em Mariana (MG), passou sua infância em São João del-Rei (MG) e, em sua adolescência, estudou no Liceu Mineiro de Ouro Preto. “Concluídos os estudos preparatórios dirigiu-se para São Paulo, em 1889, para cursar Direito. Em 1890, quando era aluno do segundo ano, participou do incidente envolvendo o Dr. Justino de Andrade, reconhecido mestre que acabou jubilado por suas simpatias pela monarquia. Severiano defendeu o mestre e envolveu-se em célebre polêmica. Desgostoso com a perseguição ao mestre pelas autoridades da República, deixou Santos e voltou para Minas Gerais. Matriculou-se na Academia Livre de Ouro Preto, porém em março de 1894, com 23 anos de idade, ingressou no Seminário de Mariana. Ordenou-se em 18 de dezembro de 1897 e trabalhou, primeiramente, em Ouro Preto e Mariana” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO).

¹⁸ Severiano Cardoso Nunes de Resende – pai de José Severiano Resende – era editor do jornal são-joanense *Arauto de Minas*, publicado de 1877 a 1899. Esse periódico era o órgão oficial do Partido Conservador no 6º Distrito Eleitoral em Minas Gerais. Além disso, ele foi diretor do semanário *Resistente* oriundo da fusão entre o *Arauto* e a *Verdade Política* que pertencia à Carlos Sanzio (MONTEIRO, 1994; PAGANINI, 2010). Acresçamos ainda que Severiano Cardoso Nunes de Resende foi “político, escritor, professor e advogado provisionado, nasceu em São João del-Rei, Província de Minas Gerais, a 8 de novembro de 1847, e faleceu na mesma cidade, a 14 de maio de 1920. [...] Em sua terra natal foi Vereador e Presidente da Câmara

Severiano de Rezende: E V. Exc, compreende facilmente, Sr. presidente, que, si a mesma comissão tratasse de attender aos interesses de uma zona ou de um territorio em particular, encontraria difficuldades no seu proprio seio (apoiado do Sr. Souza Lima), porque eu seria o primeiro a pedir que se estabelecesse uma hospedaria em S. João d'El-Rei, terra do meu berço e que tanto estremeço.

Domingos Viotti: 'É a menina dos olhos de V. Exc.

Severiano de Rezende: Outra na cidade de Oliveira, em cujo municipio, lá n'um afastado recanto chamado Sesmária, tive meus maiores, e outras nas importantes cidades de S. José d'El-Rei, Bomfim e Bom Sucesso, onde conto dedicados amigos e parentes.

Apesar de esses vários enlaces, Severiano de Rezende dizia que uma questão de tamanha envergadura – como é o caso da criação da hospedaria – não poderia deixar se contaminar por interesses menores.

Severiano de Rezende: Mas, compreendo que, diante de uma questão como esta, uma questão de utilidade geral, devia subir á esphera superior dos altos interesses da provincia e não enxergar d'esse ponto de vista pequeninos interesses de um bairrismo injustificavel, (*muito bem*); devia elevar-me acima desse sentimento e como representante da provincia attender ao que convinha-lhe em seu todo (A PROVINCIA DE MINAS, 19. ago. 1887, p. 1).

Silveira Drumund e Souza Lima engrossam o coro daqueles que estavam contentes com a instalação da hospedaria em Juiz de Fora. O principal argumento era o de que o edifício seria apenas um local para acomodação e distribuição dos colonos:

Silveira Drumund: E hospedaria não quer dizer collocação de colonos.

Severiano de Rezende: Além d'isso, como acaba de dizer o nobre deputado, o Sr. Drummond, hospedaria não quer dizer - ponto onde se fixem ou se agrupem os colonos; para ali chegão elles e têm pouco temporario até que tomem seu destino, buscando as localidades que mais lhe convenhãem na provincia (*apoiados*).

Souza Lima: É um ponto de recepção e mais nada.
(A PROVINCIA DE MINAS, 19. ago. 1887, p. 1).

Severiano de Rezende não apenas apoia as colocações acima, como confronta Moraes e Castro ao inquirir se o mesmo saberia indicar alguma outra localidade que fosse mais propícia à instalação de uma hospedaria. Provocava ele:

[...] E, diga-me o nome deputado que localidade offerceria mais vantagens para receber e distribuir por todos os pontos da provincia os immigrantes que chegarem, do que a cidade de Juiz de Fôra (*apoiados*), que é hoje o centro de linhas de ferro, facilitando o transporte para qualquer ponto preferido? (A PROVINCIA DE MINAS, 19. ago. 1887, p. 1).

Municipal. Deputado Provincial na 24ª Legislatura (1882-1883), na 26ª (1886-1887) e na 27ª (1888-1889), presidiu à Assembléa e obteve vários melhoramentos para São João del-Rei, entre os quais a criação da Escola Normal, de cujo corpo docente veio a fazer parte”.

Moraes e Castro não responde ao questionamento e ainda faz uma insinuação:

V. Excelencia parece que tem parentes em Juiz de Fora.

Severiano de Rezende: É exacto; tenho ali, como em quasi toda a provincia, muitos parentes, porém não quero acreditar que o nobre deputado ache n'este facto o movel que me leve a aceitar a medida tão fortemente impugnada; porquanto, revertendo-se o argumento, deve-se tambem concluir que V. Exc não tem em Juiz de Fora nem partentes, nem amigos, nem conhecidos (*riso*).

Souza Lima: - Nem a cidade conhece.

(A PROVINCIA DE MINAS, 19. ago. 1887, p. 1).

Através dessa querela nossa intenção é evidenciar a existência de uma ferrenha disputa em torno da criação de hospedarias. Embora se dissesse o contrário, nas entrelinhas desses e de outros discursos fica nítida a esperança de que um edifício desse gênero contribuiria para o desenvolvimento da localidade onde ele fosse erguido¹⁹.

Ademais, nota-se que um dos principais argumentos acionados para justificar a escolha de Juiz de Fora estava associado à sua centralidade. Não por acaso, Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo – presidente da Província – afirmava que a hospedaria mineira deveria ser construída em terras juiz-foranas. Com base na centralidade exercida por tal cidade, ele dizia ser necessário

[...] montar uma hospedaria onde [fossem] recolhidos os recém chegados marcando-se o prazo de demora que ahi poderão ter, sustentados pela provincia. O logar mais apropriado para o recebimento dos immigrants é sem duvida a cidade de Juiz de Fóra, centro da principal lavoura da provincia e servida por diversas estradas de ferro (MINAS GERAES, 1887, p. 71, acréscimos nossos).

Válido dizer que, tendo sua criação estribada nos argumentos supracitados, no ano de 1888 foi erguida, em Juiz de Fora, a Hospedaria Horta Barbosa. Importante também assinalar o peso que tal cidade exercia em Minas Gerais. Essa centralidade seria justificada, em grande parte, devido a contingências geográficas: além de ela ter sido um dos itinerários da rota de circulação entre Ouro Preto e a Capital do Império, no chamado Caminho Novo²⁰,

¹⁹ Interessante notar que o Souza Lima que apoiava a construção da hospedaria em Juiz de Fora é o mesmo político que anos mais tarde arvora defesa em prol da criação de edifícios municipais.

²⁰ “Embora o povoamento da área do município de Juiz de Fora tenha se iniciado de forma simultânea à abertura do Caminho Novo, foi a partir das obras de retificação e melhoramento desse caminho – dando origem à Estrada do Paraibuna– que o núcleo urbano se formou [...]. Desfrutando de uma localização privilegiada – na rota obrigatória dos viajantes e comerciantes que circulavam entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro – o povoado conheceu um crescimento relativamente rápido” (SOARES, 2009, p. 146-147).

ela estava ainda situada numa posição central da porção sul do que hoje conhecemos como Zona da Mata. Tais fatores contribuíram para que Juiz de Fora se tornasse um centro urbano regional proeminente e uma das cidades mais importantes do território mineiro (SOARES, 2009).

Quiçá não seja por acaso que muitos imigrantes, quando diziam que viriam para as Gerais, pensavam, de imediato, em Juiz de Fora. Pelo menos isso é o que sugere o *Jornal Correio de Minas*:

É um facto de observação, para quem estuda e acompanha o movimento da imigração, que o imigrante que se destina ao Brazil faz grande cabedal de ir para o logar que, em sua mente, é para elle muitas vezes um Estado. Confundem quasi sempre uma localidade com um Estado, como disse, assim como este até com a nação toda. Muitas vezes Minas Geraes e Juiz de Fóra, assim como pensam que o Brazil é S. Paulo” (CORREIO DE MINAS, 10. set.1896, p.1).

Diante de tudo isso, além da avultada influência juiz-forana e das polêmicas em torno das hospedarias, queremos realçar outro ponto que nos chamou bastante atenção. Estamos nos referindo ao peso que o *senso de lugar* possuía entre os políticos mineiros. Não custa lembrar, afinal, que Moraes e Castro e Severiano Rezende insinuaram a existência de interesses bairristas. Por isso mesmo, para compreender um pouco sobre essas questões, no item seguinte apresentamos alguns traços da sociedade mineira.

1.4. A sociedade mineira

A situação era a seguinte: os fazendeiros comandavam a economia da província e determinavam em boa parte das escolhas políticas. Os escravos estavam a serviço desta classe dominante e, junto deles, também encontravam ocupação muitos negros libertos e indivíduos livres, que não viviam de subsistência. Na segunda metade do século XIX os fazendeiros estavam no ápice do seu poder de influência nas decisões políticas. Os escravos representavam mais da metade do capital destes fazendeiros e a economia cafeeira estava em franco crescimento. A única maneira que a elite desta sociedade podia enxergar a abolição da escravidão era como **algo a ser evitado a qualquer custo** (CAMPOLI, 2013, p. 25, grifos nossos).

Na segunda metade dos oitocentos, os rumos das Gerais eram sobremaneira influenciados pelos desígnios dos fazendeiros. A segmentada sociedade mineira era regida por latifundiários que dominavam os escravos, negros e índios:

A população de Minas Gerais do final do século XIX, sem dúvidas, já representava uma sociedade bem coesa, com identidade própria,

hábitos bem definidos e valores comuns oriundos da própria história recente da mineração. Era uma sociedade muito jovem, com menos de 300 anos, gerada pela coexistência entre nativos e conquistadores, portugueses e brasileiros, escravos e libertos, que se confrontaram, se aliaram, compartilharam ideais e, principalmente, misturaram-se entre si, formando um grupo heterogêneo como jamais se vira anteriormente no Brasil. Havia, porém, dois extremos bem definidos: a classe dominante e os escravos (CAMPOLI, 2013, p.26).

Tratava-se de um modelo no qual um grupo diminuto dominava o comércio, a agricultura e a política. Um traço marcante dos representantes dessa elite seria o sobrelevado orgulho da família e das raízes. Característica esta que redundaria em um bem demarcado *senso de lugar*.

A arte de definir-se em algum lugar importava porque a famosa TFM [Tradicional Família Mineira] era uma útil rede de parentesco que sustentava o poder social e econômico. Através desse parentesco, um homem ganhava informações privilegiadas e a acesso privado a todas as instituições em termos de município, zona ou estado. As extensas genealogias que formam o núcleo de muitas histórias municipais atestam a força desse nexo-família comunidade (WIRTH, 1982, p. 120).

Já que o *lugar de origem* assumia posição tão central, faz-se necessário delinear quais grupos dominavam as principais regiões do estado: na porção “norte e oeste” do mosaico mineiro predominavam famílias que se dedicavam à pecuária; no Centro, por sua vez, encontramos antigas famílias, vinculadas à mineração e comércio, que buscavam se manter no poder através da atividade comercial. E aqui é válido rememorar que diante da decadência da mineração, algumas famílias rumaram para a Zona da Mata e lá constituíram a “Nobreza do Café”. Ao Sul e no Triângulo, válido ainda dizer que as famílias dominantes mantinham laços estreitos com São Paulo.

Com efeito, “as sub-regiões nas quais o estado se dividia por fatores econômicos e geográficos também tinham ligações distintas de clãs” (WIRTH, 1982, p. 121). Esse *senso de lugar* se revelava forte não apenas no aspecto regional, mas também no que diz respeito às municipalidades. Isso pode ser visto com nitidez na citada polêmica envolvendo a criação de uma hospedaria, mas pode também ser visualizado quando analisamos os periódicos mineiros.

1.5. Sons polifônicos: notas sobre a imprensa

Se o estado mineiro estava configurado como um mosaico de regiões, era improvável se esperar que as vozes soassem em uníssono. Com essa afirmação

sublinhamos que a diversidade entre as regiões também poderia ser observada ao voltarmos os ouvidos para a imprensa. Não podemos olvidar, aliás, que os diversos periódicos assumiam viés propagandista ao veicularem os interesses das cidades/regiões nas quais eles eram editados.

Os jornais mineiros se multiplicaram depois de 1880 diante o “ritmo acelerado da vida municipal” (WIRTH, p. 1982, p.131). O centro jornalístico, ao longo do XIX, se concentrou em Ouro Preto até meados de 1897. No entanto, nas últimas décadas dos oitocentos começaram a se multiplicar jornais em cidades que não estavam diretamente atreladas ao circuito do ouro.

Isso mostra que a imprensa vai acompanhando o movimento da população mineira, que migra da região mineradora para outros locais. Os jornais que, na primeira metade do século XIX, vão se concentrar em cidades como Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará, Mariana, Serro e Diamantina, no final do século XIX, passam a se concentrar em regiões como o Triângulo Mineiro, a Zona da Mata e, na nova capital, Belo Horizonte (que é criada em 12 de dezembro de 1897, com o nome Cidade de Minas) (MENDES, 2005, p. 18).

Espelhando as informações acima aludidas, o inventário realizado por Xavier da Veiga (1898) aponta a criação de 867 periódicos mineiros entre os anos de 1823 a 1897. Sendo que, para ficar só nos exemplos mais vultosos, Ouro Preto concentraria 167 jornais; Uberaba, 57; Juiz de Fora, 55; São João Del Rei, 41; Diamantina, 45; Campanha, 33.

Há que se frisar que os hebdomadários tinham abrangência muito reduzida e eram impressos em poucas tiragens. Somente uma publicação costurava todo o território. Estamos nos referindo ao *Minas Geraes – Orgam Oficial dos Poderes do Estado* – cuja primeira edição fora publicada em 21 de abril de 1892 com o fito de celebrar o centenário da morte de José da Silva Xavier (O Tiradentes).

Com tiragem inicial de 4.100 exemplares (WIRTH, 1982), esse diário trazia os “atos oficiais da administração do estado”, constituindo-se em um “portador de noticiário do executivo, do legislativo e do judiciário” (GONÇALVES NETO, ALVES FILHO e NABUCO, 1998, p. 105). Entretanto, engana-se quem pensar que este jornal apresentava apenas informações políticas e/ou se restringia a assuntos relativos ao estado mineiro ou ao Brasil. Na verdade, havia notícias sobre uma miríade de países e a respeito das questões em voga na

política e economia nacional²¹ (GONÇALVES NETO, ALVES FILHO e NABUCO, 1998).

No que diz respeito à temática agrícola, a imigração recebia elevada atenção: discutia-se sobre o imigrante ideal²², sobre a potencialidade de novas culturas e a respeito da distribuição de sementes mais produtivas e resistentes²³. Sobre esse jornal, é ainda oportuno assinalar seu elevado poder de impacto garantido, sobretudo, por ele ser o órgão oficial e o único periódico a abranger todo o estado.

Apesar do inestimável valor desse periódico editado em *Ouro Preto*, é válido lembrar que a Zona da Mata foi o “centro jornalístico incontestado” até 1920 (WIRTH, 1982, p. 132)²⁴. Necessário também sublinhar que no contexto deste trabalho, além do próprio *Minas Geraes*, utilizaremos os seguintes hebdomadários:

²¹ Ainda que as temáticas sociais fossem abordadas de forma sutil e cautelosa.

²² Por isso, há vários artigos defensores da imigração chinesa que era considerada mais barata que a italiana. Sobre este tema, vale reavivar que em 1892 o jornalista e advogado Gustavo Penna redigiu um livro voltado a defender as vantagens da imigração de indivíduos dessa nacionalidade para Minas Gerais. Em determinada passagem, demonstrando preocupação com a crise agrícola e a carência de trabalhadores, escreveu ele que pouco importava se o braço fosse “mais amarelo ou menos negro” (PENNA, 1892, p.II).

²³ Outro assunto bastante em voga dizia respeito aos meios de transporte. Uma análise nos jornais nos permite verificar que “as decisões referentes às companhias ferroviárias se fazem sempre presentes. E o seu papel de difusoras do avanço e, até civilizadoras, fica bem claro em reportagem que aborda a importância para o norte de Minas Gerais, onde o que está escrito é válido não apenas para esta, mas também para outras regiões do estado (e também do Brasil) (GONÇALVES NETO, ALVES FILHO e NABUCO, 1998, p. 106). A reportagem em questão trazia os seguintes apontamentos: “O objetivo principal da Cia. Ferrea é desenvolver a agricultura, levando àquella terra privilegiada capitães e pessoal, que a uberdade do solo convida a cultivar, e que insensivelmente aumentará os povoados existentes, levantando cidades, que sejam o empório do comércio, tornando aquella zona a grande productora, a grande abastecedora do país, quiçá dos mercados estrangeiros” (MINAS GERAES, 30. abril.1892, p. 275).

²⁴ Em trabalho mais recente, Mendes (2007) afirma que no século XIX, a imprensa mineira apresentou dois grandes centros: Ouro Preto (até 1885) e, em seguida, Juiz de Fora (a partir de 1885). Após a fundação da Cidade de Minas (atual Belo Horizonte), desenhou-se a constituição de novo polo jornalístico, mudança esta que teria se consubstanciado por volta de 1927.

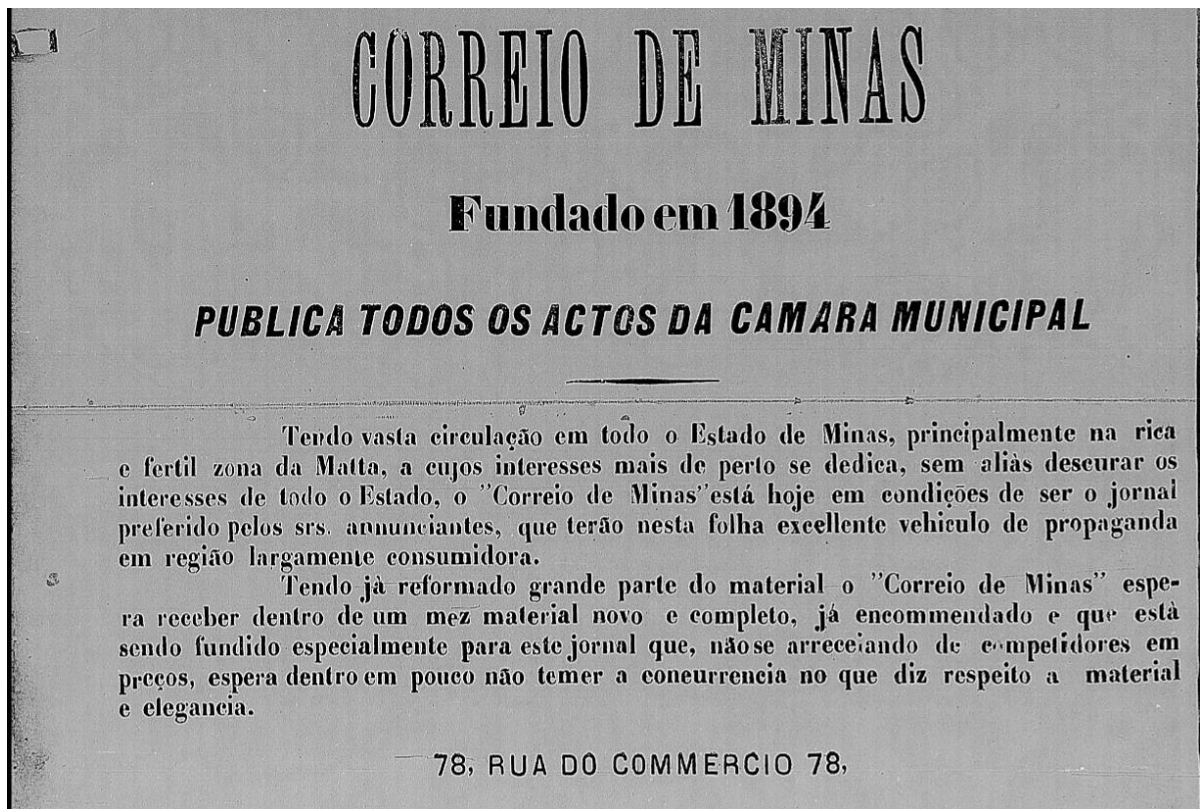
Tabela 1 – Cidades-sede e zonas dos principais periódicos mineiros utilizados na pesquisa

Jornal	Cidade	Zona
A União A Província de Minas Minas Geraes O Estado de Minas Revista Industrial de Minas Geraes Diário de Minas Liberal Mineiro	Ouro Preto	Centro
A Verdade Política O Arauto de Minas	São João Del Rey	Centro
A Lavoura	Barbacena	Centro
O Bêbé	Taboleiro Grande (atual Paraopeba)	Centro
A Cidade do Turvo	Cidade do Turvo (atual Andrelândia)	Sul
Correio de Minas Diário de Minas O Pharol	Juiz de Fora	Zona da Mata
Propaganda	Diamantina	Norte

Fonte: REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO. A imprensa em Minas Geraes. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=321389&PagFis=1792>>. Acesso em 30 mai 2015.

Através desse quadro avivamos que nas páginas de cada um dos periódicos estavam impressos interesses políticos associados às diferentes localidades das Gerais. Cada um desses jornais servia, amiúde, como um porta-voz na guerra de representações travada entre os municípios/regiões. Isso fica patenteado quando verificamos que o juiz-forano *Correio de Minas* se posicionava como um jornal defensor dos interesses de todo o Estado, mas com especial atenção à considerada rica e fértil Zona da Mata:

Figura 3 – Jornal Correio de Minas



Fonte: Correio de Minas (4.jul.1898,p.4).

Nessa mesma linha, um exemplo a esmo: um texto veiculado no são-joanense *A Verdade Política* afirmava ser vantajoso edificar uma hospedaria justamente em São João Del-Rei. O argumento básico era o de que a cidade apresentaria qualidades superiores àquelas encontradas na Mata. Ouçamos abaixo tais justificativas:

[...] a considerarem-se as conveniências do proprio colono, que quanto mais afastado da matta menos rigor encontra no clima e mais similitude com o de sua patria.

A nossa cidade, por exemplo, se não entra em paralelo com as da mata quanto a lavoura sobrepuja-as na amenidade do clima e os terrenos de seu municipio adaptando-se a qualquer agricultura proporcionam ao colono facilidade de subsistencia e meios de continuar aquellas a que já está habituado (A VERDADE POLÍTICA, 1º nov. 1888, p.1).

Como se observa, para se defender a viabilidade do empreendimento, claramente lançava-se mão de um discurso incensador de aspectos fisiográficos. A força de tal discurso era tamanha que, graças aos jornais e à atuação de

deputados locais, São João-del Rei foi, de fato, um dos municípios escolhidos para abrigar uma hospedaria filial a de Juiz de Fora²⁵ (TEIXEIRA, 2011).

Esse desdobramento contribui para reforçar que ao redor da imigração havia uma cálida batalha pela alocação de recursos e imigrantes. Na esperança de tentar conseguir posição vantajosa em tal embate, era comum a existência de uma guerra de representações veiculada através dos jornais²⁶. E se falamos em guerra é porque, conforme argumentava o deputado estadual David Campista²⁷, parecia-se que estava se “estabelecendo rivalidades entre as diferentes zonas de Minas, como se estabeleceram no congresso federal entre os diversos Estados da União” (MINAS GERAES, 23. mai.1891, p.2)²⁸. E exatamente aqui reside o busílis da questão: havia em Minas uma tensão regional que, guardadas as devidas proporções, emulava o embate entre as múltiplas unidades da Federação. Tudo isso realça que o estado mineiro não pode, em hipótese alguma, ser visualizado como um bloco monolítico.

Mas além dessas dissensões, cumpre dizer que existia também um discurso integrador professado pelas autoridades que buscavam adesão em torno de questões que seriam indispensáveis ao progresso das Gerais. E quando escrevemos essas linhas estamos pensando nas diversas falas que pavoneavam a *identidade regional mineira* no que se convencionou chamar de *mineiridade*. Lastreada por fatos históricos regionais e também por aspectos

²⁵ “Situada na região das Vertentes, São João, foi um importante centro urbano durante o século XIX e no período das políticas de subsídio a imigração conseguiu aval para construção de uma hospedaria para receber imigrantes. Posteriormente, colônias de imigrantes italianos formaram-se nos entornos da cidade” (TEIXEIRA, 2011, p. 16).

²⁶ Isso sem falar, ainda, das divergências partidárias existentes entre próprios jornais. O *Arauto de Minas*, por exemplo, ao relatar informações sobre o núcleo colonial de São Del Rey tocava em tais nuances através dos seguintes dizeres: “a imprensa local tem se ocupado ultimamente dos negocios deste nucleo; vendo uns jornaes tudo por um prisma cor de rosa e outro a Verdade Política enchergando ali cousas do arco da velha, patotas enormes e comedeira revoltante” (ARAUTO DE MINAS, 19.jan. 1889, p.3).

²⁷ “David Moretzsohn Campista nasceu na cidade da antiga Côrte, aos 22 de Janeiro de 1863. Filho de um droguista, Antonio Leopoldo da Silva Campista, fez os seus preparatórios no Collegio D. Pedro II e em 1878 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo” (CARVALHO, 1936, p.15). Entre outros cargos, ele atuou como propagandista da República; deputado da Assembleia Constituinte Mineira, Secretário da Agricultura e Obras Públicas, no governo de Affonso Penna; superintendente do Serviço de Imigração no mandato de Bias Fontes; secretário das Finanças, na presidência de Silviano Brandão; professor de Economia Política e Direito Público Constitucional, na Faculdade de Direito de Minas Geraes; deputado federal; ministro da Fazenda; ministro na Dinamarca e Suécia (CARVALHO, 1936).

²⁸ Tal frase fora proferida em discussão a respeito dos critérios para se definir a existência de um município. Campista, na oportunidade, argumentava sobre a necessidade de se adotar padrões diferentes em virtude de toda diversidade que seria imanente ao estado mineiro.

fisiográficos, tal mineiridade seria um constructo *sui generis* calcado em uma pronunciada alteridade das Gerais em relação às unidades irmãs da federação²⁹.

Ilustração assaz paradigmática ao redor de essa *mineiridade* pode ser visualizada a partir do artigo “A Indústria do Ferro” publicado no ano de 1892. A julgar pelo epíteto, poder-se-ia esperar que as informações focalizariam assuntos relacionadas à metalurgia. No entanto, o longo texto se dedica a uma inusitada comparação entre mineiros e ingleses:

Minas e a Grã-Bretanha têm entre si muitos pontos de contacto, sob muitos aspectos se assemelham.

A segunda é separada de um continente por uma nesga do mar.

A primeira é um cofre de joias escondidas no tope de montanha inacessível.

O mineiro e o ingles na sua infancia viveram no isolamento; dahi o aferro de ambos esses povos à família e a liberdade.

Como o inglez, o povo mineiro é uma raça fôrte e emprehendedora.

[...]

Estes dous paizes, a principio segregados do mundo habitado, um pelas ondas e outro pela distancia aos centros populosos e pelas montanhas que o cercam, tiveram ensejo de constituir-se lentamente, e por isso o caracter de seus habitantes offerece um cunho indestructivel.

Mas o inglez não é o mineiro da Europa.

Faltam-lhe para isso essas qualidades que adornam os povos do meio dia da Europa, e que se transmittiram ao mineiro (MINAS GERAES, 6.jul.1892, p.7).

Além dos mencionados contrastes, as linhas subsequentes são visceralmente emblemáticas aos nos apresentarem características que seriam propriíssimas de um modo mineiro de ser no mundo:

Temos a nossa indole a parte, nossa educação de montanhezes, nosso caracter – é verdade que um pouco desconfiado, mas caracter sisudo, reflectido, firme, tenaz até a birra, nosso amor á liberdade e á família, e os nossos habitos pacificos e economicos aprendidos nas agruras de uma vida pobre e toda intima.

O isolamento no inglez produziu o genio britanico pouco affavel na apparencia e pouco comunnicativo na realidade.

O mineiro, ao contrario, no isolamento bebeu toda essa affabilidade com que attrahe o estrangeiro para desforrar-se da solidão.

Da mesma causa dous effeitos differentes: questão de meio, ou effeito de climas diversos.

O mineiro é por consequencia um povo que está armado para marchar aos mais brilhantes destinos.

Não poderá exceder ao inglez nas collossaes maravilhas que esse povo de gigantes pôde tirar do barro de sua ilha, mas poderá ir tão longe como elle.

Ha um aspecto, porém, sob o qual Minas se avanta por certo: pelo genio a indole do povo, pela amenidade do clima, pelas

²⁹ Poder-se-ia argumentar que a *mineiridade* seria um mito, mas, como defende Reis (2007), mesmo se assim o for, não podemos desprezar a dimensão histórica de tais criações.

variedades de zonas, vastidão do território de multiplicidade de productos.

Digamos ainda: si Minas não dispõe da facilidade de communicações que o mar offerece, em compensação ella é mais rica em mineraes do que a Inglaterra, digamos com certa modestia – cincoenta vezes³⁰.

Em these podemos hoje passar muito bem sem o mar como vehiculo: quem está sobre uma montanha pode descer para todos os lados sem fadiga.

O outeiro é melhor de descer de subir disse o poeta (MINAS GERAES, 6.jul.1892, p.7, grifos nossos).

A mineiridade, portanto, se definiria a partir de fatos históricos regionais, mas também a partir de atributos telúricos – como a presença de montanhas que teriam contribuído para esculpir a alma ressabiada dos mineiros³¹. O imaginário ao redor desse perfil dito idiossincrático fora construído através da exaltação de um suposto caráter pacífico e moderado dos mineiros aliado ao amor pela família, pela liberdade e ao gosto pelo trabalho.

Tratar-se-ia de uma individualização forjada pelas elites políticas com o fito de assegurar privilégios e a manutenção do poder (REIS, 1997). Tal identidade

[...] adquire significado com o fim do Império e, mais particularmente, com o advento da República. É a partir de então, que

³⁰ Conforme veremos ao longo deste trabalho, justificativas no sentido de afirmar que a ausência de mar seria compensada por facilidades outras é uma tônica frequente nos discursos dos políticos mineiros.

³¹ Outra ilustração emblemática pode ser visualizada na ocasião em que representantes de Ouro Preto endereçaram uma carta ao Congresso a fim de rechaçar supostos boatos afirmadores de que os ouro-pretanos – descontentes com as polêmicas vinculadas a (então) possível mudança da capital – estariam conspirando contra o mandato do atual presidente. Na ocasião, a carta era principiada da seguinte forma: “Senhores representantes do Estado de Minas Geraes no Congresso Mineiro – O povo de Ouro Preto vindo diante daqueles que representam nesse Congresso **a soberania, o patriotismo e a integridade moral nunca desmentida das populações mineiras**, reclamar a bem de seus direitos a vossa fidelidade e a vossa atenção para seus interesses ameaçados, não vem attentar contra a independencia que mantendes e deveis manter contra as imunidades de que vos investiu o voto popular, no dia em que se tratou de eleger quem dignamente gerisse os negocios do Estado. O povo de Ouro Preto sabe que, medrando e florescia ao ar livre como os cogumellos que brotam dos terrenos infeccionados, boatos vários, **que deprimem o caracter mineiro e contradizem singularmente as tradições de patriotismo, de cordura e de respeito à lei que temos procurado manter até hoje**, têm vindo á luz, contribuindo para vos fazer acreditar que respeitabilidade suprema de vosso mandato não estaria em segurança...”. Mais adiante, em exemplo notório de um discurso conciliador, bradava-se: “**O Estado de Minas é um só**; e a propria rivalidade e o proprio ciume que pudessem reinar (e não reinam) entre pontos varios de seu dominio servirão apenas para demonstrar que, nesta livre porção da terra brasileira, o patriotismo é tão grande que de parte a parte todos os elementos se esforçam para conseguir o progresso geral. **Minas indivisivel não tem pequenos odios de bairrismo que turvem o congraçamento e paz em que tem vivido, durante o Imperio como durante a Republica** [...]”. As perturbações de toda a especie agitam o Brazil sem que repercutam aqui; e, mais ainda, si alguma commoção tem vindo perturbar a marcha dos negocios do Estado, ella não partiu, bem o sabeis, desta zona accostumada a respeitar e fazer respeitar tudo quanto tende a manter illesa a **integridade** e a **independencia** do povo mineiro. (MINAS GERAES, 2.dez.1893, p.2, grifos nossos).

se percebe como uma subcultura regional transforma-se em objeto de reflexão consciente e torna-se parte integrante das práticas sociais dos agentes, especificamente das elites políticas mineiras. A questão da identidade regional serviu para dar coesão à bancada legislativa mineira durante a República Velha, além de oferecer parâmetros para a preservação da autonomia estadual. Já os viajantes haviam realçado os matizes, as gradações, as cores que compõe as particularidades dos mineiros (ARRUDA, 1986, p.3).

Assim, o discurso da mineiridade era a substância utilizada nas vezes em que as elites políticas tentavam criar adesão para pleitear verbas estaduais ou federais que garantiriam a concretização de seus projetos. Poder-se-ia especular que a *mineiridade* seria uma espécie de *cola* utilizada na (tentativa) de reunir as diferentes peças do mosaico mineiro ao redor de questões que (pretensamente) seriam benéficas a todo estado³². É nessa perspectiva que, no primeiro decênio republicano, os políticos situavam a *imigração* como uma inescapável medida que permitiria o aproveitamento de todas singulares virtudes com as quais a Providência teria aquinhado as Gerais e seus filhos.

Não à esmo, conforme veremos ao longo deste trabalho, as autoridades frequentemente alardeavam que o futuro do estado apenas dependia da introdução de imigrantes que aniquilariam o estágio de inércia no qual o “território” se encontraria. Tratava-se de uma estratégia orquestrada tanto para convencer os diferentes grupos do estado a respeito da importância dos braços estrangeiros como também para chamar a atenção da União para o suposto atraso que pararia sob as Gerais.

³² A *mineiridade* seria assim uma forma de exibir aos olhos do Brasil e do mundo uma imagem coesa, harmônica e assaz valorosa desse mosaico nominado Minas Gerais.

CAPÍTULO 2 – SEMÂNTICAS DA ESPERA³³

Ao despertar do lethargo, em que por tanto tempo jazera, Minas sentiu-se envergonhada do atraso em que se achava; mas, consciente de suas forças, não trepidou em marcar, desde logo, o rumo em que devia orientar-se.

O seu sólo é uberrimo e incomparavel o seu clima; cortam-na poderosos cursos de agua de franca navegabilidade; nas mattas seculares as mais preciosas essencias; debaixo do seu sólo, depositos inexauriveis dos mais ricos mineraes.

Por toda parte pois encontram-se elementos de variadas producções, que **só esperam** a mão do homem, para que se transformem em valiosissimas riquezas.

Precisa, assim, **recuperar o tempo perdido** e aparelhar-se para o aproveitamento dos dons com que prodigamente a dotou a Providencia e de forma tal que possa attrahir do estrangeiro os braços que lhe faltam³⁴ (MINAS GERAES, 12. set.1895, grifos nossos).

Imagens de uma *Minas Gerais estacionada*, visualizadas de forma esparsa ao longo dos oitocentos, passaram a assombrar a cabeça das elites e do governo no final do XIX. Era como se eles, imersos em meio ao desespero, se indagassem: de que forma conseguiremos fazer Minas *andar*? Como colocaremos em *movimento* as inúmeras riquezas que adormecem em nosso “portentoso território”?

Essas imagens de atraso eram alimentadas pela comparação entre a florescente Minas do período aurífero e aquela dos oitocentos descrita como *parada no tempo e no espaço*. Tal sensação de paralisia ficava ainda mais gritante quando se olhava o desempenho do restante do país – e, em especial, a performance de São Paulo. No entanto, o diagnóstico quiçá fosse

[...] demasiado sombrio, pois, embora em ritmo lento, a economia mineira cresceu durante o século XIX. O contraste entre esse crescimento moderado e a mais rápida expansão de outras áreas é que definiria o declínio na posição relativa de Minas em termos nacionais, que textos e declarações de seus líderes mais influentes

³³ Embora seja uma perspectiva diferente, as discussões sobre a *espera* inevitavelmente nos lembram dos trabalhos realizados por Vidal (2005, 2010). Ao versar sobre a “**história social da espera**”, este autor nos convida a visualizar situações nas quais homens e mulheres em deslocamento vivenciam situações de espera. Mas não nos enganemos: tais situações – motivadas por questões de ordem técnica, política ou climática, etc – não são caracterizadas apenas pela espera ligada à passagem do tempo, na medida em que a componente espacial é também assaz relevante. Afinal, poder-se-ia intuir: quem espera, espera em algum lugar. Neste feixe de ideias, o autor utiliza a expressão “territórios da espera” para designar os espaços que provisoriamente abrigavam grupos em deslocamento. Como exemplo destes territórios, Chrysostomo e Vidal (2014) mencionam as hospedarias de imigrantes. Segundo os autores, as hospedarias eram concebidas como dispositivos criados para receber os emigrantes-imigrantes no território. Outrossim, a hospedaria contribuiria ainda para promover a metamorfose do emigrante em imigrante, introduzindo-se, por essa via, uma nova categoria social.

³⁴ Trecho de matéria publicada no *Jornal do Commercio* destinada a relatar a respeito de algumas infraestruturas instaladas em Belo Horizonte. O texto foi reproduzido no *Jornal Minas Geraes* aos 12 de setembro de 1895. Ver: Minas Geraes (12. set. 1895).

qualificavam de 'perda de substância econômica'. **De toda forma, daí surge a percepção do atraso, a insistência nas potencialidades inexploradas da região e o debate sobre a recuperação econômica**, tema dominante na agenda política estadual ao longo do século XX (DULCI, 2005, p. 115, grifos nossos).

Um dos que acentuavam tais contrastes era um autor que no *Jornal O Pharol* assinava seus artigos com o nome de *Felix, o Infeliz*. Nessa estreia – com o perdão do calembur – poderíamos dizer que a infelicidade ostentada pelo mencionado alter-ego nascia quando o autor mirava o desenvolvimento paulista e depois voltava seus olhos para a realidade mineira. Não por acaso, demonstrando muito espanto, ele bradava:

É prodigioso o desenvolvimento material da provincia de S. Paulo.

As estradas de ferro, cruzando-se em diversas direcções; as chaminés de centenaes de fabricas, atirando aos ares densas espiraes de fumo; o ruido e a agitação incessante de um comercio activo e solido, dão áquella nossa briosa irmã o aspecto brilhante de uma zona dessa poderosa republica norte-americana, que é o emporio de todas as grandisas manifestações do Progresso.

Tudo alli caminha a passos gigantescos, conquistando-se aujour le jour novos elementos de vitalidade que, aliados aos outros já existentes, vêm tornar mais sensível o engrandecimento daquella pequenna parte deste vastissimo territorio (O PHAROL, 3.mai.1887, p.1).

Linhas adiante, o autor desvendava quais seriam uma das chaves de todo esse admirável desenvolvimento:

A transformação do trabalho, o grande problema, a cuja solução se prende a felicidade do Brazil, vae se effectuando alli sem embaraços, suavemente, porque aos agricultores paulistas comprehenderam bem cedo as vantagens da immigração em grande escala.

Sem o immigrante, nossas innumeradas riquezas naturaes se conservarão occultas, porque o braço escravo, não sendo movido por esse esforço consciente e nobre, que suavisa o mais improbo labor, é insufficiente para arranca-las ás profundezas do solo.

E convencidos dessa verdade, que mais tarde será reconhecida por todos nós, os agricultores da provincia de S. Paulo acolhem com entusiasmo os europeus, que á procura de trabalho abandonam a patria e a familia, esperando encontrar neste imperio uma vantajosa compensação a esses sacrificios (O PHAROL, 3.mai.1887, p.1, grifos nossos).

Seu descontentamento estaria, portanto, no fato de Minas Gerais não contar com o braço imigrante assim como São Paulo o fazia:

Em quanto Minas, que possui extensas porções de terreno inculto, recebe menos de 100 imigrantes, em março, a S. Paulo chegaram na mesma occasião 831!

Ao passo que em nossa fertilissima provincia não se tracta ainda de desenvolver a immigração europeá, S. Paulo que já contém

avultado numero de estrangeiros, espera receber mais nove mil familias italianas!

Admiremos e procuremos imitar este exemplo de amor ao progresso, presadissimos comprovincianos.

O futuro de nossa lavoura, commercio e industria depende do impulso vigoroso do braço livre e e educado sob o regimen do trabalho.

Um bon mouvemente, senhores fazendeiros: chamae a vossas propriedades um punhado de immigrantes, que em breve tempo vereis consideravelmente augmentado o valor de vossas terras.

Felix, o Infeliz

(O PHAROL, 3.mai.1887, p.1).

O autor não tergiversava; o recado era cristalino: o braço branco era tido como o elemento responsável pelo progresso. Exatamente por isso, necessário e urgente seria imitar o exemplo paulista! Ademais, mergulhado em preconceito, argumentava-se que o braço escravo não era movido por esforço “consciente e nobre” capaz de amainar a labuta. Mas convenhamos que pedir esforço consciente e nobre de quem violentamente era forçado a trabalhar era exigir demais. Um disparate³⁵.

De fato, São Paulo exhibia grande pujança econômica, mas havia uma subestimação excessiva por parte dos mineiros (DULCI, 2005). Desse sentimento de inferioridade emergiam discursos que valoravam os tesouros presentes em Minas, mas que, simultaneamente, mostravam desagrado pela não utilização eficaz das riquezas.

Exemplo contundente é o relato compartilhado pelo deputado João Alfredo que, à época, declarava:

A provincia de S. Paulo é o exemplo vivo da politica, que o ministerio se propõe seguir em todo Império. Ella teve a coragem de empenhar o futuro e progrediu admiravelmente. Quando se rescendiam os contratos que o governo geral celebrara para a

³⁵ E eis aqui uma descabida solicitação que confere significado novo ao alter-ego escolhido por Felix, o Infeliz. Análise um pouco menos desvairada estampava o jornal *A Lavoura*, em que líamos os seguintes dizeres: “Uma lei sabia e previdente, podia, ter, após 13 de maio de 1888, evitado a crise por que tem passado a classe agricola e de cujas graves consequencias muito tem sofrido o paz. A decretação da aurea lei exigia um previdente meio de não pôr em embarços aquelles a quem vinha ella affectar directamente. Decretada como foi a abolição, sem se prever o *modus vivendi* de grande pessoa inteiramente estranho aos misteres ordinarios da vida, lançando em campo livre esse pessoal acostumado á submissão e a trabalho forçado, sem se lhe mostrar o caminho a seguir, sem se estabelecer as relações que deviam existir entre o patrão e o empregado, era natural que se desse o que temos observado - a desorganização completa do serviço agricola. Si, por ocasião do grande feito de 13 de maio, fossem adoptadas medidas policaes que impedissem a vagabundagem, talvez hoje a nossa situação agricola fosse outra. Os libertos, com razão, acostumados ao mais severo trabalho forçado, vendo se soltos, sem obstaculo, não cuidaram do dia seguinte, e sim de saciar o seu tão aspirado desejo (A LAVOURA, 9.jul.1899, p.1).

introdução de imigrantes, a província de S. Paulo, por seus esforços e recursos, abriu as portas á immigração, levantou capitães para as estradas de ferro e empreendeu grandes melhoramentos.

Em relação á província de Minas, quantas vezes percorri seu solo fertilissimo, tantas admirei suas enormes riquezas naturaes, suas industrias começadas, para as quaes serão um dia de inestimavel valor as suas abundantes quedas d'agua! Com a certeza que tenho de que o mineiro é o brasileiro mais economico (Apoiados) e de que nessa província ha mais capital dormente, guardado, do que em todo o imperio, acredito que, quando ella tiver a coragem que teve. S. Paulo, não haverá outra que possa, não digo ir adiante, mas acompanha-la facilmente na sua marcha de progresso (Apoiados) (A UNIÃO, 1.set.1888, p.2, grifos nossos).

Esse e outros discursos intentavam solidificar a ideia de que faltaria apenas algo que fizesse Minas “andar” a passos largos em direção ao progresso. Devido a essa miscelânea entre *angústia* e *expectativa*, as semânticas associadas ao verbo esperar³⁶ abrolhavam com frequência nas falas atreladas à política de imigração. Exatamente isso é o que a seguir pretendemos assinalar.

2.1. Esperar alguém

A lavoura actual definha por falta de braços e á ella precisamos acudir; e fique o senado certo que não estou phantasiando
Os cafezaes não são tratados convenientemente, como deviam ser, por falta de braços e as novas lavouras são feitas com grandes dificuldades (O ESTADO DE MINAS, 20. nov. 1891, p.1)³⁷.

Embebidos por esse afã ao redor da introdução de estrangeiros, parte dos políticos disseminavam a ideia de que as Gerais estariam de “braços abertos” à espera de “braços imigrantes”. Manifestação dessa ânsia é visualizada em matéria veiculada, em meados de 1891, no jornal *A Cidade do Turvo*. De início, o texto iluminava quais eram os estados brasileiros que mais atrairiam imigrantes e, logo adiante, apresentavam-se duas razões fundamentais que justificariam tal comportamento:

S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio-grande do Sul são os Estados do Brazil para onde a corrente emigratoria afflue com maior pujança por muitas circumstancias, **salientado-se entre ellas a uberdade do solo e a salubridade do clima.**

Pelas circumstanciadas narrações cuidadosamente feitas pelo Dr. Martins Costa, Sgaud, Saint-Hilaire, Van Lede, Langdorf, Moris e Duperry, sobresaem vantajosamente n'esses quatro Estados essas duas condições de prosperidade – **clima salubre e solo fertil.**

³⁶ Tais definições foram coletadas junto ao Dicionario da lingua portugueza (SILVA, 1813).

³⁷ Frase proferia por Carlos Alves por ocasião da 94ª Sessão Originaria, aos 11 de Novembro de 1891.

E com effeito, desde que um paiz é dotado de instituições livres, são estas as duas condições primordiales que fazem desalogar de seu paiz natal o emigrante que vai procurar em outras plagas remuneração que compense os afanosos trabalhos agrestes.

Na verdade que, por mas attrahentes que sejam as vantagens remuneradoras do trabalho, ninguem terá coragem de desprender-se de sua patria para longe d'ella arriscar a vida em inhospitas regiões em busca de fortuna, que a falta de saude impede conseguir (A CIDADE DO TURVO, 16. ago. 1891, p.1, grifos nossos).

Como vimos, *salubridade do clima e fertilidade do solo* seriam dois elementos essenciais para atrair imigrantes. Ademais, somos informados que São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se sobressairiam como os que mais abrigavam estrangeiros. Os holofotes, porém, foram lançados para um desses quatro estados:

Supponho que podemos afirmar sem medo de exagerar que o Estado de S. Paulo encerra em seu seio maior numero de emigrantes que se dedicam exclusivamente aos trabalhos da lavoura, do que dous ou tres Estados reunidos que tenham sido mais favorecidos pela emigração européa.

Muito tem contribuido para tão rapido progresso o patriotismo e esforços do eminente estadista conselheiro Antonio Prado, que impellindo a emigração pra o Brazil, como toda a razão procura encaminhal-a para seu Estado (A CIDADE DO TURVO, 16. ago. 1891, p.1)³⁸.

Perante tais questões, recomendava-se que Minas Gerais definitivamente deveria sair de seu estágio de *apatia* e canalizar esforços para a introdução de imigrantes. Imaginava-se que isso não seria uma tarefa hercúlea vez que território mineiro reuniria qualidades muito superiores àquelas encontradas nos estados antes mencionados. Exatamente em razão dessa supremacia – e de forma a chamar atenção da União para o projeto imigrantista mineiro – exclamava-se de maneira eloquente:

É tempo de Minas-Geraes sair de sua apathia em que o governo decahido a conservava, negando-lhe os auxilios de que necessitava, para conquistar o logar que lhe compete na vanguarda dos Estados do Brazil.

As circumstancias favoraveis que tem servido aos outros quatro Estados alludidos para lhes attrahirem a emigração, sobrepujam no Estado de Minas-Geraes.

Sendo o maior Estado em população e em riqueza que seu solo encerra, é tambem um dos maiores em extensão territorial; e por ser o Estado do Brazil cuja superficie é mais variada [...].

³⁸ “Desde os meados do século, imigrantes europeus começaram a entrar em número crescente no Brasil, principalmente entre 1870 e 1900, e o período de maior imigração situa-se nos anos que se seguem à abolição. Só o Estado de São Paulo recebeu, em pouco mais de um decênio, isto é, entre 1890 e 1901, cerca de setecentos mil colonos: italianos, portugueses, espanhóis e austríacos, não contando os de outras nacionalidades” (COSTA, 1994, p. 252).

Em parte alguma do Estado de Minas sente-se o rigor do inverno dos Estados do sul, nem o do verão dos Estados do norte.

A uniformidade e constancia do clima que destingue a região de serra-acima faz do Estado de Minas o **Eden brasileiro** (A CIDADE DO TURVO, 16. ago. 1891, p.1, grifos nossos).

Alegava-se, portanto, que, de superior aos mineiros, os demais estados da Federação apenas gozariam de um elemento: os auxílios concedidos pela União. Tal discurso – exaltador das qualidades das Gerais, mas também avivador de assombrosa letargia – atuava como uma forma de chamar a atenção do governo Federal para o projeto imigrantista mineiro. Não era concebível que um estado de maior população e com solos ricos permanecesse estacionado.

Ademais, outro argumento mobilizado para elevar as Gerais frente às unidades irmãs da Federação está vinculado ao clima que, de tão afável, alçaria o estado à condição de *Eden brasileiro*. Mas isso não é tudo. Esses ares paradisíacos podiam ainda ser respirados linhas adiante quando o texto versara sobre os variegados bens alimentícios que aflorariam do solo mineiro:

Na lista das produções do Brazil nenhum Estado póde competir com o de Minas que, a excepção da borracha que ainda não foi explorada, reúne todas as outras produções de todos os outros Estados reunidos.

O café, a canna de assucar, o fumo, o algodão e toda a sôrte de cereaes são cultivados com extraordinaria vantagem.

A uva, o trigo, a cevada, o centeio e linhaça têm sido experimentados com resultados satisfatorios.

A sericultura pouco a pouco vai se desenvolvendo no Estado [...]. (A CIDADE DO TURVO, 16. ago. 1891, p.1).

Na parte derradeira, após considerações outras, afirmava-se que a administração dos estadistas mineiros abriria margem para se acreditar em um horizonte glorioso:

A patriotica admnistração encetada pelo illustre presidente d'este Estado e a boa orientação que têm tido os nossos representantes nos fazem augurar rapida prosperidade nos publicos negocios, tão descurados nos tempos idos.

Sendo **tão dotado de riquezas naturaes**, o Estado de Minas **só espera** da illustração e sabedoria do seu governo o impulso patriotico que virá colocal-o no **logar de proeminencia** que lhe compete entre os Estados da Republica Brasileira (A CIDADE DO TURVO, 16. ago. 1891, p.1, grifos nossos).

Tendo em vista que em Minas existiriam tantas riquezas naturais, *aguardava-se* apenas que os representantes estaduais agissem com sapiência para erigir um futuro condizente com a abastança disponível. Tal crença permanecia vívida em outro texto d'A Cidade do Turvo. Enfatizava-se na ocasião

que os imigrantes deveriam ser introduzidos em virtude da periclitante situação em que o Brasil e o estado mineiro se encontrariam:

Em Minas, cujo sólo **é o mais variado do universo**, onde, além das riquezas minerais, se cultivam todos os productos-agricolas brasileiros e estrangeiros, dividindo-se os braços em diversos misteres de tão variada produção, encerrando-se além disso uma quinta parte da população geral do Brazil, a escassez de generos de primeira necessidade pôde trazer grandes perturbações economicas, pelo que se faz sentir a intervenção do publico poder para atenuar as circumstancias actuaes e futuras (A CIDADE DO TURVO, 27. set. 1891, p.1, grifos nossos).

Em face desse panorama, logo em seguida indicava-se qual seria o caminho para a resolução deste problema:

A nosso ver, uma das primeiras medidas de que o governo do nosso Estado deveria cogitar é a imigração estrangeira e a colonização do nosso produtivo sólo.

[...]

Ao governo do nosso Estado compete iniciar os melhoramentos de que necessitamos para o engrandecimento de Minas, e melhoramento do **estado lastimoso da nossa lavoura, que por falta de braços peritos vae se definhando gradativamente**, tornando-nos na dependencia da importação de generos de primeira necessidade, quando o nosso Estado deveria produzi-los não só para consumo, como também para exportal-os em grande quantidade.

Do patriotismo de nossos representantes e do tino administrativo do Sr. Presidente d'este Estado, esperamos que se envidarão todos esforços para que nossas circumstancias agricolas tomem outro character, e nos prometta prospero futuro, a fim de que não se diga que Minas, sendo o primeiro Estado da Republica em riquezas naturaes, não é o primeiro no desenvolvimento de sua agricultura (A CIDADE DO TURVO, 27. set. 1891, p.1, grifos nossos).

Dito de outro modo: um grande empenho das autoridades era considerado profundamente indispensável a fim de que o estado das Gerais atingisse todo esplendor que dele se *esperava*. Isto porque, conforme o deputado João Luiz Alves³⁹ exortava, de nada adiantaria se entusiasmar com um manancial de tesouros caso não houvesse quem pudesse manejá-los. Essas súplicas podem ser ouvidas a seguir:

Não basta nos embarmos na doce illusão das riquezas inesgotaveis da nossa terra.

Estamos habituados a dizer que o nosso Estado é riquissimo; que seus rios rolam em leitos de esmeraldas e diamantes; que suas montanhas são massiços de ouro e de ferro; lemos sr. Presidente, em um livro admiravel de um nosso patricio illustre, uma bella manifestação de seu amor a esta terra quanto elle disse que sua natureza era tão opulenta que nós tinhamos cidades chamadas Diamantina, Ouro Fino e Ouro Preto.

Lembro, porém, em cruel antithese, phrase de Nowicow:

³⁹ Segundo informações obtidas junto ao endereço eletrônico do Supremo Tribunal Federal, João Luiz Alves foi deputado do Congresso Mineiro entre junho de 1899 a dezembro de 1902.

'Um paiz pode possuir os maiores e mais maravilhosos recursos; **emquanto eles não forem explorados pelo trabalho humano, serão como as riquezas da lua**; é isso o que muitas nações não puderam ainda compreender' (MINAS GERAES, 21. jul. 1899, p. 5, grifos nossos).

Ainda que Alves não versasse especificamente sobre imigração, suas palavras são emblemáticas. Elas evidenciam a categórica tendência em se visualizar o território nacional como a própria expressão do paraíso terrestre⁴⁰. Não é coincidência, aliás, que os elementos rotineiramente mencionados nos discursos remetam exatamente aos predicados acionados para descrever o paraíso terreal:

De fato, a Bíblia, no livro do Gênesis, afirma que o paraíso terrestre, terra de leite e mel, cortado por quatro rios, localiza-se no Oriente⁴¹. A partir do relato bíblico, as grandes profecias, particularmente as de Isaías, descreveram com profusão de detalhes o oriente-paraíso, terra cortada por rios **cujos leitos são de ouro e prata, safiras e rubis, por onde correm leite e mel, em cujas montanhas derramam-se pedras preciosas, habitadas por gentes belas, indômitas, doces e inocentes como no Dia da Criação, promessa de felicidade perene e redenção** (CHAUÍ, 2000, p. 61, grifos nossos).

Os dons supramencionados guardam laços com os atributos alardeados pelos políticos mineiros. A explicação para essa convergência possui raízes no contexto de conquista e colonização do território nacional. Nesse momento havia

⁴⁰ Del Gaudio (2007, p. 56) assevera que “[...] em relação à discussão sobre a natureza brasileira há, pelo menos, duas percepções dominantes. Uma que afirma ser a natureza brasileira “edênica”, e o Brasil, ‘um paraíso terreal’. Outra, associada muitas vezes à construção discursiva das primeiras missões jesuítas sobre o Brasil, afirma ser este um “lugar abandonado por Deus”, um lugar ‘infernai’. Se ambas se confrontam na constituição do imaginário e na literatura, por que perdura mais a primeira percepção que a segunda? Porque acreditamos, ela auxilia a construir uma imagem nacional “positiva”, na ausência de um passado histórico mítico e permeada por “heróis nacionais” e na relativa ausência de “povo”, já que a sociedade encontrava-se cindida entre senhores e escravos. Acreditamos ainda que, mesmo a segunda percepção (natureza “infernai”) auxilia a construir nossa identidade, na medida em que se torna – a natureza, e não a sociedade – a grande “vilã” e causa de nossas mazelas econômicas e sociais. Desistoriciza-se e naturaliza-se, com a percepção da “natureza infernai”, processos econômicos, políticos e sociais, enquanto o “paraíso terreal” fornece uma imagem “positiva” e “esperançosa” para o porvir desta sociedade (p. 56). Castro (2006, s/p), por seu turno, também assinala essas diferentes nuances ao dizer que: “A frase cunhada por Osório Duque Estrada na letra do Hino Nacional brasileiro [*“Gigante pela própria natureza”*] expressa os termos fundadores de um imaginário, cujo conteúdo assumiu perspectivas intelectuais opostas em momentos diferentes das representações do país. Estas encontram-se tanto nas ressonâncias das visões do Paraíso, que alimentaram o imaginário europeu sobre o Novo Mundo a partir do Século XVI, como nas proposições sobre a inviabilidade do processo civilizatório nos climas quentes que, desde Montesquieu e suas teses sobre o clima e as condições morais dos homens, estabeleceu a natureza como limite para o desenvolvimento humano”.

⁴¹ “*Oriente* significa, por um lado, o Japão, a China e a Índia, portanto impérios constituídos com os quais se pretende tanto a relação econômica como a diplomática, mas, sobretudo, se possível, uma dominação militar e política pelo Ocidente. Mas Oriente é também o símbolo do Jardim do Éden” (CHAUÍ, 2000, p. 61).

narrativas recheadas por ingredientes responsáveis pela elaboração de um mito fundador da nação brasileira⁴². Um desses ingredientes pode ser saboreado exatamente através da abundância de relatos marcados por alusões ao paraíso⁴³ (CHAUÍ, 2000).

De certa feita, as palavras de Alves sintetizam a crença daqueles que rogavam pela presença de mão-de-obra. Por conta desse pensamento e devido à abolição da escravatura, as discussões sobre a introdução de trabalhadores estrangeiros – outrora já presentes – se recrudesceram. Dizia-se que estava “na moda a questão de imigração e colonização” (MINAS GERAES, 21. abril.1892, p.7).

Os debates ao redor dessa “questão da moda” acabaram por desembocar na Lei n. 32 de 18 de Julho de 1892 que “autorizava o presidente do Estado a promover a imigração de trabalhadores mediante a concessão de diversos favores” (MINAS GERAES, 21. abril. 1892, p.7)⁴⁴. No entanto, mesmo após a aprovação da mencionada lei, os temas relativos à imigração permaneceram candentes. Isso é perceptível através dos vários discursos que, além de *representarem* uma realidade descrita como inaceitável, apontavam que um caminho inexorável para se modificá-la seria por meio do toque de Midas do estrangeiro. Concebia-se, assim, que os *valores* de um futuro auspicioso inescapavelmente passariam pela imigração.

2.2. Vaticínio e opulências territoriais

Minas, a quem a natureza prodigalizou todos os seus encantos e todas as suas riquezas, não pôde ter melhor e mais dedicado culto de seus filhos, **do que este de fazel-a progredir pelo trabalho incessante, consistindo no cultivo de suas terras uberrimas, no aumento de sua população pelo elemento immigratorio**, na navegação dos seus rios caudalosos, na exploração de seus thesouros guardados no fundo das rochas, finalmente na rapidez de

⁴² “O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente” (CHAUÍ, 2000, p.7).

⁴³ Ou marcadas pela “visão do paraíso” – para fazer menção à expressão utilizada por Sergio Buarque de Holanda (CHAUÍ, 2000).

⁴⁴ Ver anexo A.

comunicação entre os seus futuros municípios, no goso de uma autonomia que o imperio jamais lhes poderia conceder nos tempos decahidos do governo hereditario e centralizador (MINAS GERAES, 18. abril. 1896, p. 3, grifos nossos).

Na medida em que se criava uma umbilical relação entre atributos territoriais e possibilidade de um futuro promissor, identificamos a presença de um *discurso geográfico* eivado pelo determinismo⁴⁵. E aqui é oportuno rememorar que o pensamento geográfico – juntamente com pensamentos oriundos de outros campos do saber – se manifestou no erguimento de um projeto de redefinição de identidade nacional. Nesse contexto, tal pensamento

[...] esteve presente nos debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes, e as possíveis consequências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro. Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias programáticas do "progresso". Dela emerge como questão subordinada, mas não menos importante, o papel da imigração européia na mudança da composição étnica da população – majoritariamente negra mestiça, e como elemento (des) organizador da estrutura sócio-espacial do país (MACHADO, 2003, p. 311).

Na tentativa de verificar como o "pensamento geográfico" – na versão moderna desse período – integrou representações sobre o *território* e *população*, a autora supracitada chama atenção para algumas teses. Dentre as quais, destacamos uma de viés *determinista* “que projetava um destino de grande potência, considerando como elementos determinantes as riquezas naturais, a dimensão territorial e a tropicalidade” (MACHADO, 2003, p. 311). Tal crença sobre esse destino bem-aventurado nos remete a meados de 1500, momento em que

o *Brasil* foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha⁴⁶, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escrever: “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos” (CHAUÍ, 2000, p. 58)

⁴⁵ Discurso este acionado em favor da construção de uma Minas *moderna, desenvolvida e próspera*.

⁴⁶ Segundo Carvalho, dos cronistas quinhentistas, Gandavo seria aquele que conseguiu suplantar Caminha no quesito entusiasmo. Isso poderia ser percebido através da *História da Província de Santa Cruz, de 1576*, na qual Gandavo escrevera que a província em questão era “[...] sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras de América, por ser comumente de bons ares e fertilíssima, em grã maneira deleitosa e aprazível à vista humana (Gandavo, 1980, p.81). A província, continua, é restiva de alto e espesso arvoredado e regada com águas de muitas ribeiras, a terra é sempre verde, o clima de permanente primavera: 'nunca nela se sente frio nem quentura excessiva' (idem, p. 82)” (CARVALHO, 1998, p. 1).

Em simples paráfrase à Afonso Celso⁴⁷ especulamos que os políticos mineiros talvez dissessem: “Se Deus aquinhoou Minas Gerais de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”.

Como se vê, as autoridades buscavam difundir *valores* que enredavam uma espécie de amálgama entre *imigração, virtudes territoriais e progresso do estado*. Esses mesmos políticos, como adiante veremos, lançavam mão de *normas* com o fito de criar meios legais para viabilizar o ingresso dos imigrantes.

CAPÍTULO 3 – IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO EM MINAS

Até então, vezes inúmeras versamos sobre uma “política de imigração e colonização”. Expressão essa permeada por um conectivo “e” denotador de *adição*. Apesar disso, em momento algum apontamos as diferenças existentes entre uma prática e outra. Julgamos que este é o momento oportuno para fazê-lo e quem nos auxilia é Prado Júnior (2004, p. 189) quando ele tece a seguinte distinção:

O “[...] processo de recrutamento e fixação dos imigrantes passou a ser denominado "imigração subvencionada", reservando o nome de "colonização" ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos. A 'imigração' tem naturalmente a preferência dos maiores e mais diretos interessados: **os proprietários necessitados de braços**. Resolviam com êle desde logo e sem delongas o seu problema de trabalho. O plano da 'colonização' não apresentava solução tão pronta e imediata; mas suas perspectivas eram mais amplas. Argumentavam seus partidários que **o principal era incrementar o povoamento do país**; a questão de braços para a lavoura se resolveria naturalmente no futuro como consequência de tal incremento: dos núcleos coloniais sairiam logo os trabalhadores necessários (grifos nossos).

Cada um desses sistemas contava com seus defensores. De forma geral, aqueles que se interessavam primordialmente pelo fornecimento de *braços para*

⁴⁷ Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior foi poeta, professor, historiador e político. Sendo também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras na qual ele ocupou a cadeira n. 36. Além disso, "Foi eleito por quatro mandatos consecutivos deputado geral por Minas Gerais. Com a proclamação da República, em 1889, deixou a política para acompanhar o pai no exílio, que se seguiu à partida da família imperial para Portugal. Afastado da política, dedicou-se ao jornalismo e ao magistério. Divulgou durante mais de 30 anos seus artigos no Jornal do Brasil e Correio da Manhã. No magistério, exerceu a Cátedra de Economia Política na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1892, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Após a morte do Barão do Rio Branco, em 1912, foi eleito presidente perpétuo dessa instituição, cargo que ocupou até 1938". Escreveu variados livros, entre os quais destacamos "Por que me ufano de meu país (1900)" que será alvo de abordagens vindouras (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTOS).

a *lavoura cafeeira* defendiam a imigração. Por outro lado, era mais inclinado à colonização quem se preocupava sobretudo com o *aumento da população* e com o direcionamento dos imigrantes para *atividades* não apenas atreladas à agricultura.

Seguindo este feixe de ideias, necessário avivar que Monteiro (1973) subdivide a política mineira de imigração e colonização do período republicano em duas fases. Na primeira delas, que se estenderia entre 1892 a 1907, o objetivo precípua teria sido o abastecimento de trabalhadores para a lavoura cafeeira. Na segunda, entre 1907 a 1930, as ações estariam mais voltadas ao povoamento do território por meio dos núcleos coloniais e da concessão de terras devolutas. Apesar disso, devemos assinalar que tal periodização merece ser relativizada na medida em que a mencionada distinção – entre fornecimento de mão-de-obra e povoamento – em termos práticos não era tão clara. Vale lembrar, a título de exemplo, que mesmo na fase inicial da política imigratória, significativos foram os esforços envolvendo a instalação de núcleos coloniais.

A autora supracitada enfatiza ainda que em termos práticos observou-se pouca distinção entre *imigração e colonização*. No entanto, ainda assim é importante salientar que alguns políticos eram mais propensos a um sistema ou outro⁴⁸. Mas, e em termos efetivos, como funcionava o serviço de imigração e colonização?

3.1. Diretrizes para a introdução de imigrantes

O que p^ode salvar é a imigração. Voltemos os nossos olhos para o velho mundo; façamos propaganda da salubridade do nosso

⁴⁸ Portanto, ainda que em termos oficiais não tenha havido tanta distinção, sublinhamos a existência das nuances apontadas. Essas nuances não seriam verificadas apenas nas Gerais. Afinal, “tendo por base o corpo legislativo sobre Imigração e Colonização no âmbito do governo brasileiro, é possível, em primeiro lugar, identificar nas leis, lutas e contradições na fase que precedeu – e até mesmo acompanhou – a grande imigração subsidiada, a disputa entre duas distintas políticas de imigração: **de um lado, a criação de núcleos coloniais com pequenos proprietários e, de outro, o fornecimento de braços para a grande lavoura exportadora** – projeto que prevaleceu em São Paulo. Em segundo lugar, compreender como essas leis favoreceram financeiramente determinados grupos ou indivíduos ligados à execução dos serviços de imigração e colonização, pois, em ambos os casos, percebe-se que agências e companhias privadas sempre estiveram presentes, associando-se aos governos (imperial/federal e provincial/estadual) em empreendimentos onerosos ao Estado que, em contrapartida, além de favoráveis aos fazendeiros, eram bastante lucrativos a elas” (GONÇALVES, 2008, p. 157, grifos nossos).

clima, da fertilidade do nosso solo; attrahiamos, por todas as maneiras, os estrangeiros para o paiz; contemos com a nossa iniciativa antes do que com a problematica sollicitude do governo.

Está ahi indicado o caminho a trilhar.

Sigamos corajosos pela estrada que nos levará ao progresso; pela immigração, que é o trabalho; pelo cruzamento das raças, que é a fortuna publica (DIÁRIO DE MINAS, 1.ago.1888, p.1).

A Lei de 18 de julho de 1892 estabeleceu as diretrizes para a introdução de imigrantes no estado e o regulamento n. 612 de março de 1893 traçou as normas para a organização e funcionamento do serviço. De acordo com o citado regulamento, a introdução e colocação de imigrantes seria realizada pelo estado e em momento subsequente seriam efetuados contratos com proprietários e empresas particulares.

Além disso, o mencionado decreto estabelecia que o serviço de introdução de colonos agricultores se realizaria pelo Estado ou através de contratos com: i.) proprietários fundiários; ii.) empresas ou companhias de estradas de ferro que se comprometessem a colonizar os terrenos marginais das estradas que eles adquirissem; iii.) empresas industriais que financiassem e arcassem com os custos de fábricas manufatureiras ou estabelecimentos voltados ao aperfeiçoamento, venda ou exportação de produtos naturais (incluindo aqueles relacionados à lavoura ou criação).

O Decreto n.612 estipulava que a fixação do imigrante poderia se consubstanciar a partir de duas formas: por meio de núcleos coloniais ou através da compra de terrenos derivados do parcelamento de propriedades agrícolas particulares. Na primeira situação, bastaria que o imigrante tivesse como sustentar a si mesmo e a sua família no período de ao menos um ano.

No segundo caso, o proprietário interessado em introduzir estrangeiros deveria seguir alguns passos: i.) registrar o terreno junto a Repartição de Terras e Colonização; ii) dividi-lo em lotes de 25 a 50 hectares, abastecidos por água, providos de matas e, ao menos, de caminhos; iii.) em cada um dos lotes deveria ser construída uma habitação provisória para cada colono seguindo as determinações da Repartição de Terras e Colonização. Uma vez contempladas tais condições, os proprietários seriam agraciados por alguns favores de acordo com a categoria da propriedade que eles possuíam.

Já o trabalhador, para ter direito de se dirigir à propriedade agrícola, deveria comprar um dos lotes pagando o valor máximo de 25\$ no caso de terras

incultas e 50\$ para aquelas cultivadas – tais valores não incluíam o custo da casa provisória. Ademais, o pagamento seria “feito por prestações annuaes, a contar do primeiro dia do segundo anno do prazo, que não [poderia ser] maior de 10 annos, addicionando-se á importancia de cada prestação o juro nunca excedente a 9% ao anno” (Decreto n.612, Capítulo VI).

Os proprietários fundiários ou empresas ficariam ainda incumbidos de adiantar, no prazo de até nove meses, as ferramentas e sementes aos imigrantes localizados, além de fornecer meios de subsistência para o estrangeiro e sua respectiva família. As somas despendidas com tais adiantamentos seriam acrescidas ao preço do lote que, já contando com todas benfeitorias, ficaria hipotecado até sua quitação. Ou seja: quando se estabelecia, o imigrante recebia um título provisório que somente seria trocado por um definitivo mediante o pagamento de todas dívidas. Tratava-se de um processo moroso, burocrático e que sobrecarregava os bolsos dos imigrantes (vide a elevada taxa de juros).

Ainda sobre as diretrizes da política de imigração e colonização, também é oportuno sublinhar que a direção do serviço ficava a cargo da Repartição de Terras e Colonização⁴⁹ – órgão subordinado à Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas:

O serviço é dirigido pela Repartição de Terras e Colonização dependente da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, a qual tem sob suas ordens um superintendente estabelecido em Genova, encarregado de propaganda em favor da emigração para o Estado de Minas Geraes e, quatro fiscaes postos a frente das quatro zonas em que foi dividido o Estado em relação à colonização. É encargo destes últimos, fiscalizarem e dirigirem tudo o quanto se refere a recepção dos immigrants, a seu alojamento provisorio nas hospedarias e ao seu transporte para o ponto de collocação (MINAS GERAES, 15. nov. 1896, p.6).

Válido observar que o governo se apoiou em uma série de propostas inseridas em conjunto legislativo que visava regulamentar as terras e organizar a distribuição de imigrantes no estado. Isso pode ser visto, por exemplo, quando temos em vista que o território mineiro fora dividido em diferentes zonas de colonização (ou distritos de imigração). Em cada um deles havia um fiscal que cuidava da recepção dos imigrantes, do alojamento provisório e do encaminhamento para algum ponto do estado.

⁴⁹ Essa Repartição, regulamentada pelo Decreto nº 608 de 27 de fevereiro de 1893, anteriormente era conhecida pelo seguinte nome: “Serviço das Terras, Colonização e Imigração”.

Essa proposta de divisão foi estabelecida a partir do Decreto n.626 de 1893, que determinou a existência de cinco distritos⁵⁰, conforme verificamos na tabela e mapa adiante:

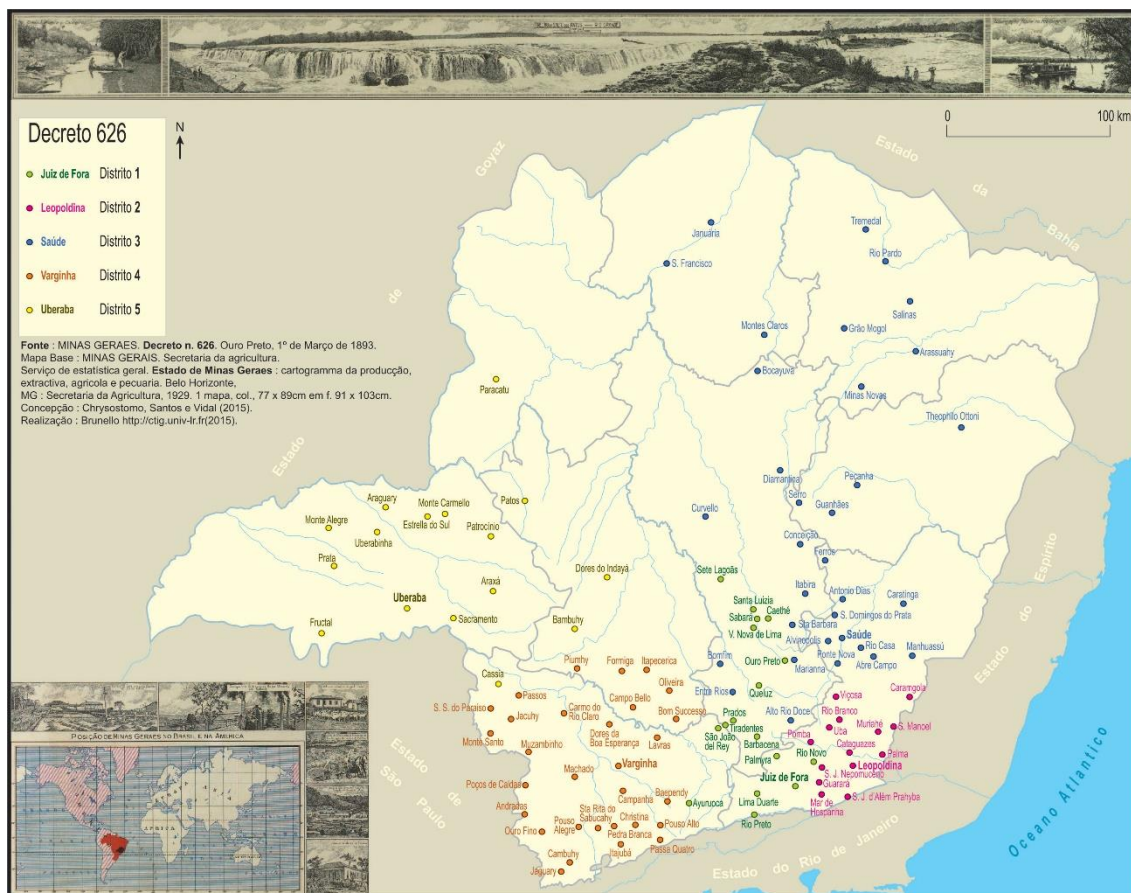
Tabela 2 – Divisão provisória do território do estado em distritos para fiscalização, recebimento e colocação de imigrantes (Decreto nº 626 de 1893)

Distrito	Sede	Demais Municípios
1º	Juiz de Fora	Rio Preto, Rio Novo, Lima Duarte, Palmyra, Barbacena, Queluz, Ouro Preto, S. João d'El-Rey, Tiradentes, Prados, Bom Sucesso, Oliveira, Itapacerica, Formiga, Pitanguy, Pará, Lavras, Ayuruoca, Turvo, Sabrá, Santa Luzia, Caethé, Abaeté, Sete Lagôas e Villa Nova de Lima.
2º	Leopoldina	Leopoldina, São José de Além Parahyba, Pomba, São João Nepomuceno, Guarará, Mar de Hespanha, Rio Branco, Ubá, Cataguazes, São Manoel, Palma, São Paulo de Muriahe, Santa Luzia do Carangola, Viçosa.
3º	Saúde	Ponte Nova, Ferros, Itabira, Carantiga, Manhuassú, Abre Campo, Piranga, Alto Rio Doce, Entre Rios, Bomfim, Marianna, Santa Barbara, São Domingos do Prata, Alvinópolis, Curvello, Conceição, Serro, Guanháes, Peçanha, Diamantina, São Joao Baptista, Minas Novas, Arassuahy, Contendas, Januaria, Rio Pardo, Grão Mogol, Salinas, Tremedal, Montes Claros, Bocayuva, São Francisco, Theophilo Ottoni.
4º	Varginha	Varginha, Pouso Alegre, Muzambinho, Carmo do Rio Claro, Dolores de Bôa Esperança, Piumhy, Passos, São Sebastião do Praizo, Monte Santo, Jacuhy, Christina, Campanha, São Gonçação do Sapucahy, Caracol, Ouro Fino, Poços de Caldas, São José do Paraíso, Jaguary, Cumbuhy, Itajubá, Santo Antonio do Machado, Santa Rita do Sapucahy, Pedra Branca, Passa Quatro, Pouso Alto, Baependy, Tres Corações, Campo Bello.
5º	Uberaba	Uberaba, Paracatú, Santo Antonio de Patos, Araguay, Araxá, Bagagem, Carrmo da Bagagem, Fructal, Parnahyba, Monte Alegre, Patrocinio, Prata, Sacramento, S. Pedro de Uberabinha, Dolores do Indaiá, Bambuhy, Santa Rita de Cassia, Inhaúma.

Fonte: MINAS GERAES. Decreto n. 626. Ouro Preto, 1º de Março de 1893.

⁵⁰ Essa configuração, no entanto, sofreu alguns rearranjos ao longo dos anos.

Figura 4 – Divisão provisória do território do estado em distritos para fiscalização, recebimento e colocação de imigrantes (Decreto nº 626 de 1893)



Fonte: MINAS GERAES. Decreto n. 626. Ouro Preto, 1º de Março de 1893.

Além de esse esforço em se criar os distritos de imigração⁵¹, o governo cuidaria ainda da edificação de hospedarias e albergues para acolher os imigrantes. Entre tais estruturas, destacava-se a Hospedaria Horta Barbosa, localizada em Juiz de Fora⁵²:

Este asylo que data de 1888, acha-se acerca de 2 kilometros da cidade de Juiz de Fora e tem capacidade para mais de 1.000 pessoas. A organização e funcionamento do mesmo são estabelecidos pelo regulamento que baixou com o decreto de 3 de agosto de 1894. O imigrante que não tenha podido encontrar immediatamente collocação ou não possa dirigir logo para o logar do seu destino, encontra alli accomodação e sustento para si e sua familia durante cinco dias mais ou menos; porém em caso de necessidade sem limite de tempo” (MINAS GERAES, 15 nov. 1896, p.6).

⁵¹ Válido dizer que no âmago das diferentes discussões veiculadas pelos políticos mineiros não encontramos claramente os critérios que fundamentam a disposição dos distritos.

⁵² Os demais estabelecimentos congêneres – de dimensões mais modestas – atuavam como “derivativos à grande hospedaria de Juiz de Fôra” (MINAS GERAES, 15. nov. 1896, p.6).

Mencionamos ainda tanto a presença de núcleos estaduais (a maioria deles), como de particulares criados para localizar os imigrantes e estabelecer um maior controle sobre as terras devolutas. A seguir podemos avistar os principais núcleos instalados no período de nossa pesquisa:

Tabela 3 – Núcleos coloniais instalados em Minas Gerais (1893/1910)

Nome do Núcleo	Ano de Fundação	Local	Situação em 1930
01 – Francisco Sales	1893	Pouso Alegre (Sul)	-
02 – Carlos Prates	1899	Subúrbio. Capital (Centro)	Emancipado
03 – Américo Werneck	1899	Subúrbio. Capital (Centro)	Emancipado
04 – Afonso Pena	1899	Subúrbio. Capital (Centro)	Emancipado
05 – Bias Fortes	1899	Subúrbio. Capital (Centro)	Emancipado
06 – Adalberto Ferraz	1899	Subúrbio. Capital (Centro)	Emancipado
07 – Nova Baden	1900	Lambari (Sul)	Emancipado
08 – Vargem Grande	1907	Subúrbio. Capital (Centro)	Emancipado
09 – Itajubá	1907	Itajubá (Sul)	Emancipado
10 – João Pinheiro (fed.)	1908	Sete Lagoas (Centro)	Extinto
11 – Constança	1910	Leopoldina (Zona da Mata)	Emancipado
12 – Santa Maria	1910	Cataguases (Zona da Mata)	Emancipado
13 – Barão de Ayuruoca	1910	Mar da Espanha (Zona da Mata)	Emancipado
14 – Inconfidentes (fed.)	1910	Ouro Fino (Sul)	Emancipado

Fonte: Monteiro (1973, p. 189). Legenda: (fed): Núcleos Federais. (adm. Estado): Administração estadual.

Figura 5 - Núcleos coloniais instalados em Minas Gerais (1893/1910)



Fonte: Monteiro (1973)

Como a tabela e o mapa evidenciam, além dos núcleos na Zona da Mata e Sul de Minas – importantes áreas cafeeiras – também merecem realce os núcleos instalados ao redor da capital. Exatamente por isso é oportuno lembrar que a instalação de

[...] colônias agrícolas nos arredores da nova cidade, formando a zona colonial, foi a iniciativa do governo mineiro para impulsionar a modernização agrária do estado. Como o projeto de mudança de capital e de construção de uma grande cidade, a criação da zona colonial inseriu-se em uma estratégia de diversificação econômica que buscava o desenvolvimento regional através do estímulo às indústrias e produções agropecuárias de modo a superar o predomínio da cultura cafeeira e assentar a economia mineira em bases mais sólidas (AGUIAR, 2006, p. 21).

A tabela nos revela que o governo de fato tentou levar a cabo o projeto de diversificação econômica através dos núcleos suburbanos da nova capital. No entanto, em virtude da ausência de um apoio mais vigoroso oriundo desse mesmo governo, as experiências não foram muito exitosas. Assim, “a zona colonial não se converteu em centro de produção e de difusão de inovações técnicas e de estímulo à diversificação da produção agrícola na região”

(AGUIAR, 2006, p.302). Ademais, a despeito da concentração dos núcleos ao redor da capital, é importante assinalar que em período mais alargado, de 1889 a 1930, teriam sido instalados vinte e nove núcleos⁵³, sendo que a grande maioria se situou na Zona da Mata e no Sul de Minas (MONTEIRO, 1973).

Contudo, devemos ainda acrescentar que a fim de favorecer os latifundiários do estado, as normas que buscavam controlar o acesso à terra e a labuta nas fazendas/núcleos coloniais foram cuidadosamente traçadas. Esse esmero era estratégico na medida em que muitos fazendeiros exibiam desconfianças em relação à imigração por recearem perder seus privilégios e, além disso, acreditarem que apenas o braço escravizado seria apto ao trabalho nas lavouras de café. Com efeito,

para contrastar esta adversidade foi concebida uma participação importante dos fazendeiros locais nas leis sobre a imigração, dando-lhes uma posição de protagonistas, mirando o cultivo de suas terras abandonadas e também o desmembramento dos latifúndios em várias entidades destinadas à colonização. Ambas tinham como contrapartida conspícuas subvenções e financiamentos. Este arranjo era raro nas políticas dos outros Estados e, quando presente, não representava uma parte crucial delas (CAMPOLI, 2013, p. 94).

Os favoreces concedidos àqueles que dispusessem realizar o parcelamento de suas terras com fins de colonização nos oferecem dimensão sobre os cuidados dispensados aos proprietários fundiários. Se tudo estava parado, o governo parecia não estar mesmo disposto a perder o apoio daqueles que eram donos das fazendas nas quais se cultivava o carro-chefe da economia mineira⁵⁴.

⁵³ Há algumas divergências em relação à quantidade de núcleos existentes. Para maiores informações, consultar Costa (2012).

⁵⁴ De forma abreviada, estes são alguns dos principais pontos das numerosas (e praticamente repetidas) leis e medidas criadas com o intuito de retirar as Gerais de seu dito inacreditável estágio de apatia. Sobre tal aspecto, Monteiro (1973, p. 157) escrevera que “a ação oficial se fez presente na elaboração de leis e regulamentos, em sua maioria repetidos, com mínimas ou reduzidas alterações, demonstrando que quase nada foi realizado. Se a legislação foi expressiva quanto ao número, qualitativamente não apresentou caráter inovador. As medidas, além de uniformes – chegando mesmo à monotonia da repetição – não eram eficazes. Se fossem, não havia necessidade de tanta lei regulamento: a multiplicidade é a prova de que pouco se cumpria”.

3.2. O antídoto contra a inércia

Philosophemos sobre a imigração. Ainda hontem chegaram homens robustos, mulheres coradas, de cujas faces parecia quererem brotar gottas de sangue.

Era bello o espetaculo que se desenhava aos olhos de nós outros, acostumados ao meio quasi inerte de uma estagnação, com apparencia de movimento. Parece que em cada imigrante viamos uma **mollecula do progresso a desprender-se do grande corpo** do futuro.

Aquella massa enorme de estrangeiros afigurava-se-nos o regaço de uma Cornelia a criar batalhadores do porvir esplendoroso de nossa patria.

Em seus rostos alegres lia-se a esperança que lhes alentava a alma, e para essa natureza esplendida olhavam, como que procurando arrancar uma palavra mysteriosa, que se casasse com suas lisongeiros aspirações.

Quantos sonhos de ventura não se lhes despertavam no cerebro, em meio ás noites mal dormidas nos porões do nnavio que os expatriava?...

Quantos sorrisos se não desenhavam nos lavios desses anjinhos que só em apparecer no meio da noite, predizendo gentil felicidade.

Entretanto, a par de tanto gozo, de tanta alegria em perspectiva, quanta magoa lhes fere o coração!

Entre a jovialidade e a estupefação de quasi todos, viamos algumas lagrimas que brotavam a medo, de palpebras ennegrecidas.

Aqui, pobres velhos cujas cans já perderam o brilho pela ferocidade das chuvas e dos sóes, que as castigaram.

Alli, mães entristecidas que faltavam os olhinhos azuaes de seus filhinhos e como que queriam advinhar nelles o presagio funesto de um porvir tenebroso e luctulento.

Mas adeante creancinhas pallidas e emmagrecidas com os horrores de uma viagem penosa, e quiçá trahidora, que lhes minou a existencia e que concorrera poderosamente para fazell-as baquearem.

Arrancadas aos pobres paes, sumir-se-ão talvez na terra, que lhes rouba aquillo que vieram mendigar - a vida.

É horrível o quadro do progresso.

Se de um lado a nossa patria sente o sangue novo correr-lhe nas veias, dando-lhe uma vida de prosperidade; a medalha tem tambem o seu reverso.

Essa mesma voz do progresso atira-nos o pensamento até a miseria e faz-nos ver nessa pobre gente expatriada as victimas da fome, que fogem á terra natal, em busca do pão negro da desgraça, menos horrivel que a morte...

Que pensamentos tristes não irão naquelles cerebros apoucados?

E, consolação unica para elles, no reflexo pallido da lua e no brilho sintillante das estrellas divisam o verde de Deus, que se traduz em esperança...

Confraternisemos os infelizes expatriados (O ARAUTO DE MINAS. 4. dez.1888, p. 2-3, grifos nossos).

Duas faces da medalha. De um lado, imigrantes em cujas bagagens estavam pesadas reminiscências de um passado amargo. Do outro, observadores maravilhados que perscrutavam as feições dos estrangeiros e projetavam as cores do futuro. Todo esse otimismo era cultivado por parte

daqueles que concebiam a *imigração* como o remédio para aniquilar o indesejável estágio letárgico das Gerais⁵⁵.

Os imigrantes – atores por excelência do deslocamento – eram concebidos como os responsáveis por resgatar o “território mineiro” de sua *dormência*. Fazia-se questão de enfatizar que Minas Gerais apenas estava à espera desse “ente milagroso” que, segundo as crenças, teria “o poder de transformar uma terra improdutiva em fértil” (MONTEIRO, 1973, p. 78).

O imigrante seria, afinal, a “mollecule do progresso”. Assim, ante essa “aura miraculosa”, o governo não poupou esforços com vistas a preparar o “território” para recebê-los: foram construídos albergues e hospedarias, demarcaram-se terras, criaram-se núcleos coloniais, entre ações outras.

Se se preconizava de forma tão efusiva a necessidade de introduzir imigrantes, era porque acreditava-se que os “braços estrangeiros” iriam catapultar as atividades econômicas do estado – sobretudo àquelas vinculadas à lavoura cafeeira – e, dessa forma, garantir a manutenção do poderio da elite agrária. Dever-se-ia romper, a qualquer custo, o estágio de paralisia para que tudo quedasse como antes.

Acreditava-se que a sonhada mudança seria alcançada através do *trabalho livre* que possibilitaria *transformar* em *riquezas* os potenciais predados que jaziam em solo mineiro. O trabalho livre passava a ser visto, então, como o “[...] elo, a ponte para o mundo superior, civilizado, moralizado, desenvolvido, asséptico (DUTRA, 1990, p. 30). Não deve ser à toa que uma edição do jornal *A Verdade Política* – veiculada menos de um ano após a abolição da escravatura – trazia à baila uma poesia sugestivamente intitulada “Trabalho Livre”:

De toda actividade proveitosa.
De todo bello movimento humano,
E's tu, oh! Liberdade, a prodigiosa,

⁵⁵ Sintomático asseverar que para se romper a *inércia*, repetidas vezes se pronunciava uma palavra que em seu seio carrega o espírito do *movimento*. Entretanto, no contexto analisado, esse *movimento* deve ser relativizado. Ele ocorreu sobretudo por conta das condições precárias às quais camponeses europeus estavam submetidos. “Já foi dito que a emigração é uma expressão da liberdade de movimento, mas é também um produto da escassez, já que foi o novo arranjo industrial na Europa, com grande concentração populacional nas cidades, que produziu uma população excedente, aquela que vai procurar condições de vida em outras terras” (OLIVEIRA, 2001, p. 11). De modo semelhante, também devemos acrescer que, por conta de tristes reminiscências escravocratas, a história dos negros desterritorializados evidencia que a *emigração* pode não guardar laço algum com a liberdade, mas tão somente com a ausência dessa condição. Nesse caso, portanto, a liberdade seria melhor simbolizada pela inércia – ou melhor: pelo direito de quedar-se onde se deseja.

A eterna força, o movel soberano

Sob a abobada immensa e magestosa
Do céu, ou sobre o intermino Oceano,
Sobre a terra que dá o trigo e a rosa,
Ferve o trabalho abençoado e insano

Elle tudo transforma e vivifica
Na febril e complexa actividade
Da picareta, do alvião, do malho

Da riqueza eis a fonte, sempre rica,
Abençoada, pois a liberdade,
- Mãe fecunda do Amor e do trabalho.

Valentim Magalhães

(A VERDADE POLITICA, 25. jan. 1889, p. 3).

Se inescapável seria sair do estado de *morbidez* e marchar em direção ao *dinamismo*, considerava-se não existir nada melhor que o trabalho que “tudo transforma e vivifica”. Em contrapartida, a vadiagem – uma das alardeadas características de uma Minas onde tudo estaria parado – era rechaçada de forma veemente.

Nesse período não se pode perder de vista que havia no Brasil crenças a respeito de uma suposta incapacidade dos negros para o trabalho livre. Eles eram preteridos e descaracterizados duplamente: como força-de-trabalho e, sobretudo, como cidadãos. Avaliava-se que além de pertencerem a uma raça inferior, com propensões ao ócio, desagregação social e ao crime, os descendentes de africanos seriam maus trabalhadores e, portanto, inaptos ao trabalho livre (AZEVEDO, 1987).

Exemplo de essa concepção pode ser percebida por meio do parecer que a comissão da Agricultura Commercio e Obras Publicas de Jequitinhonha emitiu para relatar a situação da agricultura naquela região. Na oportunidade reportava-se que a classe operária estaria contaminada pelos vícios de progenitores caboclos e negros:

A immigração espontanea, embora feita com lentidão, é a que mais nos convem, porque será de pessoal escolhido, que introduzirá na zona **usos e costumes progressivos, e nos instruirá no trabalho agrícola, pastoril e manufactureiro.**

Enquanto não decretar-se o trabalho livre obrigatorio, enquanto não preparar-se convenientemente a classe operaria para todos os mistéres da vida, ao menos a geração nascente, todas as tentativas do governo no intuito de melhorar a situação do paiz serão inuteis, **porque a classe operaria, composta entre nós de caboclos e descendentes de africanos, quasi sem mescla de brancos,**

resentem-se dos vícios de seus progenitores; todavia tanto o caboclo como o crioulo dão bons trabalhadores, sendo aperfeiçoados convenientemente. Os mestiços entre nós, são os melhores trabalhadores do mundo, falta-lhes apenas instrução (MINAS GERAES, 10. set. 1893, p. 1, grifos nossos).

Relatos como este devem ser visualizados tendo em mente que a imigração realizada no Brasil ao longo do século XIX e XX fora influenciada por uma política de branqueamento alimentada por teorias raciais oriundas dos Estados Unidos e Europa⁵⁶. Expressão dessa política era observada através de posicionamentos que rechaçavam o trabalho escravo – não por questões humanitárias, diga-se de passagem – e exaltavam o livre⁵⁷.

Havia quem dissesse que se faltavam braços era porque sobravam pernas. De certa forma, essa desproporção pode ser percebida quando temos em vista que Minas no século XIX, abrigava o maior contingente de indivíduos escravizados e de população livre no cenário nacional (MONTEIRO, 1973). Então, é por isso que inquiremos:

Qual o objetivo de tal política, se o estado apresentava população significativa que permitiria até mesmo superar internamente o problema da mão-de-obra no contexto de final da escravidão? Pode-se pensar em algumas respostas complementares. Em primeiro lugar, embora Minas Gerais contasse com a maior população entre os estados brasileiros, ela era relativamente rarefeita, o que provocava uma situação em que os trabalhadores livres podiam contar com terras relativamente fartas para prover sua subsistência por conta própria, sem terem de se submeter ao trabalho para outrem. Nesse contexto, a introdução de novos contingentes populacionais direcionados para determinadas áreas do estado poderia auxiliar na diminuição desse contingente de terras livres à disposição daqueles que não queriam se submeter a relações formais de trabalho. Entretanto, a vinda de imigrantes europeus foi sempre encarada como parte de um processo

⁵⁶ Uma visão instrumental sobre a população pode facilmente ser identificada nos debates que perpassaram o pensamento brasileiro ao longo do século XIX e das décadas iniciais do XX. Exatamente nesse contexto estaria inserida a política imigratória (MORAES, 2002) visualizada, por algumas das autoridades mineiras, como um mecanismo indispensável para se fazer jorrar os tesouros do território. Nesse momento, uma das primordiais inquietações dos governantes brasileiros poderia ser resumida através do seguinte questionamento: “Com que povo contamos para construir o país?” Na busca por oferecer uma resposta a tal indagação, dois principais aspectos ganhavam destaque: “de um lado, a retórica otimista apontando a **positividade dada pela natureza e magnitude do território**; de outro, o discurso pessimista difundindo **juízos racistas** sobre a baixa qualidade da população nacional. [Nesse contexto, vemos portanto] a idéia de que o Brasil positivo é um lugar, cuja negatividade advém dos habitantes (o projeto nacional, em certo momento, sendo a substituição da população, leia-se seu branqueamento) (MORAES, 2002, p. 94, grifos nossos).

⁵⁷ Além do escravo, vale dizer que o trabalhador nacional era também enxergado de forma pejorativa. Aliás, lembra Kowarick (1994, p.43): “Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela ‘escola do trabalho’, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho”.

de educação do produtor agrícola mineiro. Para a elite mineira, o estado apresentava um enorme potencial que estava sendo subutilizado em função do desconhecimento ou da resistência em utilizar técnicas mais eficientes de exploração da terra. O exemplo do imigrante, que, **imaginava-se, dominava tais técnicas, poderia ajudar a difundir-las** (BOTELHO et al. 2007, p. 161, grifos nossos)⁵⁸.

Amalgamada à questão racial devemos nos lembrar que havia a visão de que os imigrantes europeus seriam mais gabaritados a colocar em movimento as riquezas existentes. Nos braços deles era depositada a esperança de ver o desenvolvimento da agricultura e a modernização do estado⁵⁹. Dizia-se, inclusive, que em Minas “o neto pratica[va] como praticou o avô e educa[va] os filhos na mesma desoladora rotina!” (A PROVINCIA DE MINAS GERAES, 31.mar. 1881, p. 3).

Mas além da existência de poucos *braços qualificados*, causava temor a abundância de *pernas* que não estavam acorrentadas aos ditames do trabalho livre. Com efeito, havia o apelo por leis que encaminhassem as *pernas dos*

⁵⁸ Greco (2009), a seu modo, também realça essa questão ao se inquietar com as reclamações que Estevam de Oliveira – redator-chefe do jornal Correio de Minas – tecia em relação ao fim da escravidão. Por esse motivo, refletia ele: “É complexo entender como o Correio de Minas, republicano, e seu redator-chefe, que disse ter lutado pela Abolição, reclamavam tanto do fim da escravidão. Se a escravidão era tão importante é porque existiam muitos braços no trabalho e que grande parte da atividade econômica em Minas era realizada pelo escravo. E depois da Abolição? Não se poderia continuar utilizando-o no trabalho? Por que Estavam de Oliveira citava tanto a existência do braço escravo e após a libertação ele só falava em organizar o trabalho com o imigrante?” (GRECO, 2009, p. 124). No esforço de reunir elementos para responder essa indagação, o autor cita: os preconceitos em relação ao trabalhador nacional; o fato de São Paulo ter utilizado imigrantes; a crença de que o indivíduo antes escravizado não poderia se habituar ao trabalho livre.

⁵⁹ Nesse contexto, de transição do século XIX para o XX, o debate a respeito da modernização era marcado por diversos temas: “Em primeiro lugar, o peso da cafeicultura no arcabouço econômico e fiscal do estado motivava propostas que, por um lado, visavam diversificar a produção agrícola, buscando a policultura como meio de evitar a vinculação da economia mineira a um único produto de exportação e que, por outro lado, tentavam amparar a lavoura de café, protegendo, através de tarifas de importação e da redução de fretes ferroviários, os interesses do setor agroexportador. Em segundo lugar, a modernização agrária dizia respeito também ao desenvolvimento da indústria pastoril, voltada para o mercado interno, e tentava transformar a pecuária, através da introdução de novas raças bovinas e do estabelecimento de uma indústria de laticínios capaz de concorrer com produtores estrangeiros. Em terceiro lugar, a modernização técnica e a racionalização da produção, ou seja, a transformação das práticas rurais, especialmente na agricultura, emergiam nas considerações sobre o ensino agrícola, não apenas para formar e aperfeiçoar os trabalhadores do campo, mas também como meio adequado para introduzir novas técnicas de cultivo e para, através do emprego de mão-de-obra qualificada, aumentar a produção rural. **Formar mão-de-obra tornou-se, assim, questão relevante, dando origem a iniciativas políticas dentro de uma estratégia de diversificação econômica. Por fim, a questão da qualidade da mão-de-obra articulava-se também com a superação do trabalho escravo e, a partir desta, com a política de terras, com a colonização e com a imigração, subvencionada ou espontânea.** Durante o regime monárquico, esses assuntos dependiam do governo central, mas após o advento da República, passaram à alçada dos estados federados” (AGUIAR, 2006, p. 44-45, grifos nossos).

mineiros em direção ao trabalho⁶⁰. Acreditava-se que isso seria uma medida inescapável para que o estado caminhasse à passadas galopantes rumo ao progresso.

Desnecessário dizer, portanto, que o preconceito – somado também à interesses políticos – foi a tinta que contribuiu para a impressão de páginas e mais páginas nas quais os habitantes nacionais eram desvalorizados enquanto lisonjeiras palavras eram reservadas aos imigrantes europeus.

Caso emblemático ocorreu quando Nominato José de Souza Lima apresentou informações sobre o Núcleo Ferreira Alves (localizado em São João Nepomuceno) e estabeleceu uma comparação entre a produtividade dos brasileiros, italianos e portugueses que lá trabalhavam.

Ele noticiou, inclusive, que o estágio da mencionada colônia era “[...] próspero evidenciando-se delle maior esforço e maior productividade por parte dos colonos de origem itálica” (CORREIO DE MINAS, 4.set.1896, p.1). Esse maior esforço poderia ser quantificado ao se notar que a produção por indivíduo apresentaria o seguinte panorama:

Tabela 4 – Comparação entre a produtividade de brasileiros, italianos e portugueses no Núcleo Colonial Ferreira Alves, com base nas informações de Nominato José de Souza Lima (1896)

PRODUÇÃO			
Por cabeça	em café	Milho	Tijolos
Por um brasileiro	8,6 arrobas	1,5 carros	2553
Por um italiano	37,0 arrobas	2,0 carros	6521
Por um português	1,0 arroba	1,0 carro	0000

Fonte: CORREIO DE MINAS (4.set.1896, p.1).

⁶⁰“Para os homens dependentes da mão-de-obra rural barata para obter suas margens de lucro, o chamado **‘problema da vadiação’** foi uma obsessão. Em resposta a um questionário do estado em 1894, diversos fazendeiros afirmaram que o transporte e a vadiação eram os dois maiores obstáculos à agricultura mineira. Consideravam os trabalhadores volúveis, não confiáveis e desleais, todos querendo viver da terra na ociosidade – em resumo um problema social para as autoridades. Nas palavras de um fazendeiro **‘é dever da sociedade colocar esses miseráveis filhos da floresta sob regime de trabalho fixo, modificando assim seus hábitos grosseiros’** (WIRTH, 1982, p. 80, grifos nossos). Espelhando tais aspirações, o artigo do jornal *A Província de Minas Geraes* assinalara que entre as ações necessárias para o progresso mineiro estaria “uma lei que reprim[is]se com severidade o ocio, tão fatal à milhares e milhares de indivíduos, que por sua vez se torna[riam] nocivos e perigosos para a sociedade...” (31.mar. 1881, p. 3). Nesse sentido, valeria ainda mencionar as discussões acerca da criação de *colônias correccionais agrícolas* que seriam voltadas, exatamente, para regeneração dos sujeitos considerados vadios. Ver: Silva (2006).

Diante da suposta eloquência desses números, o fiscal era incisivo ao dizer que "[...] o colono italiano se destaca notavelmente sobre os demais, justificando assim os favores e a solícitude que o Estado tem dispensado á colonização italiana" (CORREIO DE MINAS, 4.set.1896, p.1). Tratava-se, em suma, de uma forma de justificar os privilégios que eram concedidos aos italianos e não aos nacionais.

Observe, no entanto, que no início do parágrafo anterior versamos sobre uma *suposta* eloquência. O motivo de desconfiança é simples: Souza Lima não forneceu maiores explicações sobre os critérios utilizados para alcançar os resultados apresentados. Apesar da veracidade das informações, vale ressaltar que esse e demais discursos – combativos ao ócio, exaltadores das habilidades dos estrangeiros e da necessidade de se incrementar a produtividade – foram essenciais na tentativa de se criar ambiência favorável à introdução de imigrantes⁶¹.

Entretanto, além de cimentar tal ideário, era também imperioso desenvolver meios para atrair os estrangeiros. É nesse contexto que a propaganda ganha vulto maior neste trabalho. Vejamos, a seguir, quais eram as estratégias adotadas pelo governo com a intenção de “puxar *braza* para a sardinha mineira”.

⁶¹ Em muitos casos, aliás, a preferência não era simplesmente por estrangeiros, mas sim por italianos que eram considerados como excelentes e ordeiros trabalhadores. Mas essa não era uma opinião consensual haja vista a publicação, em 1892, do opúsculo “Imigração Chinesa para o Estado de Minas” de autoria de Gustavo Penna. Em tal obra, esse jornalista e advogado Gustavo Penna argumentara que, em face da crise agrícola e rarefação de força de trabalho no meio rural, qualquer braço poderia ser útil.

PARTE III – “PUXAR BRAZA PARA A NOSSA SARDINHA”: ARTIFÍCIOS, DILEMAS E ENCANTOS DA PROPAGANDA IMIGRATÓRIA MINEIRA

D'esta ou d'aquela fórma não existe mais a escravidão no Brazil; por consequencia, o problema hoje a **resolver é a substituição do braço escravo que era o sustentaculo da grande lavoura do paiz e que neste momento lhe falta.**

É para o velho continente que devemos lançar as nossas vistas, no sentido de chamar sobre a provincia de Minas a atenção dos povos, que emigram da Europa.

Mas como devemos fazel-o?

Empyricamente, como tem sido tratado até hoje o problema da immigração, ou pela realisação de grandes reformas, que venham equiparar o estrangeiro ao cidadão nacional.

Pagando-se a passagem ao immigrante, ou attrahindo-o pela liberalidade das nossas instituições, e garantia effectiva da liberdade individual em todas as manifestações da vida social?

Se podessemos ter as largas correntes de immigração espontanea, certamente não seriamos parvos a ponto de preferir a immigração estipendiada; mas **o facto é que o immigrante espontaneo não nos procura em primeiro logar, por ignorar a existencia da nossa provincia, condições de vida, seus elementos de riqueza, por falta de propaganda da nossa parte...**(DIÁRIO DE MINAS, 6. ago.1888, p. 1, grifos nossos).

Para encaminhar e promover a corrente immigratoria da Europa para o Estado será nomeado um superintendente geral, que possa tornar conhecidas as nossas riquezas naturaes, clima, condições economicas e agricolas, de modo a habilitar os emigrantes europeus sobre a melhor escolha para sua localização entre nós.

Por toda a parte a lavoura queixa-se de falta de braços e da alta de salario.

Affonso Augusto Moreira Penna.

(MINAS GERAES, 28.abril.1893, p. 3)

Visões do inferno

A Europa regogita de gente que, acossada pela necessidade e pelo mal estar que se respira no seu ambiente politico-social, só não se atira soffrega para o Brazil, porque é crença geral que o Brazil é o paiz do café, que para o europeu é o symbolo da zona torrida e da febre amarela, que é o grande espantalho.

O europeu, até mesmo nas classes illustradas, accredita que isto aqui é um inferno, que está povoado de horriveis serpentes que avançam esfomeadas, invadindo mesmo os domicilios, de terriveis escorpiões, que nos assaltam aos bandos e cuja mordedura é rapidamente mortal, fazendo a sua victima cadaver dentro de 2 horas, que por toda a parte passeiam enormes jaguares, valentes tigres, medonhas onças, monstruosas giboias e toda a sorte de feras, os cafres dos mais invios sertões africanos, de sorte que, mesmo nos centros povoados, a vida corre constante perigo.. Ainda não é tudo; na luta pela existencia, vivemos em toda parte a combater hordas bugres ferozes (MINAS GERAES, 4.abril.1895, p. 4).

Segundo Campos da Paz, o horripilante cenário dramatizado linhas acima teria sido habilmente esculpido em ocasião de eficiente e organizada propaganda arquitetada contra o Brasil. Alegava-se que para o triunfo dessa empreitada os argentinos se valiam de toda sorte de artimanhas:

E a propaganda feita contra nós é sem treguas e muito bem organizada.

De todos os meios elles se servem, os nossos vizinhos; têm em toda parte propagandistas habéis, homens inteligentes, verdadeiras capacidades, que dispõem de fundos para pagar nos jornaes de maior circulação de toda a parte os elogios á Republica Argentina e mantêm jornaes destinados a desacreditar o Brazil (MINAS GERAES, 4.abril.1895, p. 4).

Parágrafos adiante, em tom de denúncia e inconformismo, eram apresentadas situações que seriam expressão dos artifícios metodicamente mobilizados “pelos vizinhos do Prata”:

Assim é que um amigo me informou que, quando viajou pela Europa, em 1878, havia em Pariz um jornal, a *Revue Sud-Americaine*, redigida pelo sr. Pedro Lanes, custeada pela Republica Argentina **para desacreditar o Brazil.**

Não ha muito tempo um dos jornais diarios da Capital Federal, O Paiz, noticiou que em Trieste um jornal, cujo titulo me escapa, **escreveu verdadeira verrina contra Minas**, e que o nosso consul, o dr. Beltrão, se me não engano, dirigiu á redação uma carta contestando as asseverações d'aquelle jornal.

E não lhes faltam argumentos.

E é assim que a Republica Argentina atrahe a sua immigração que a nós custa somas fabulosas.

(MINAS GERAES, 4.abril.1895, p. 4).

Sendo essas estratégias verídicas ou não, afirmava-se que, de forma indubitável, o Brasil deveria engenhar uma contra-propaganda. Ou melhor:

recomendava-se que os brasileiros deveriam aprender com os “bons vizinhos do Prata a *puxar braza* para a [...] sardinha” mineira (MINAS GERAES, 4 de abril de 1895, p. 4). Mas apenas isso não seria suficiente. Concebia-se que era preciso mais:

Mas, não basta: é preciso fazer com que também modifiquem o seu juízo, os homens de letras e o povo.

É preciso ainda provar-lhes que temos melhores climas de que a generalidade dos climas europeus, aos quaes, excessivos calores, como os que não temos, substituem-se frios que gelam as águas e accumulam-se nas calçadas, de modo a exigir, como acontece em Paris, um verdadeiro exercito de gente para retirar a neve das ruas. É preciso demonstrar-lhes que a nossa maçã, e nosso pecego, o nosso butiá, o nosso morango, são mais saborosos do que os que produz a Europa e demandam menos cuidados culturaes, que não nos são estranhos nem a mais delicada tamara, nem o mais precioso caqui que o nosso asparago, a nossa couve flor e a nossa beterraba far-lhe (MINAS GERAES, 4.abril.1895, p. 4, grifos nossos).

Na parte final do texto, após exaltação aos climas e aos produtos mineiros, reforçava-se o quão indispensável seria valer-se de todos meios para se criar na Europa uma valorosa imagem sobre o Brasil:

É preciso demonstrar a Europa que, além de tudo quanto de mais precioso ella produz, vegetam em pleno ar, variedades das mais preciosas de fructos delicadissimos que ella não pôde saborear, senão rachiticos e mal sazoados, creados em estufas.

Para isso sirvamo-nos largamente da tribuna, da imprensa e, sobretudo, das exposições repetidas (MINAS GERAES, 4.abril.1895, p. 5, grifos nossos).

Diante a alegada validade de se empregar um vasto espectro de recursos propagandísticos, adiante buscamos compreender de que forma o governo tentava “tirar *brazas*” de outros países – e de outros estados da Federação – com o intento de trazê-la para “aquecer a sardinha mineira¹”.

¹ Um relatório enviado por David Campista a Dr. Carlos Prates apontava que quase todos escritores italianos que versavam sobre a imigração para as Gerais o faziam de forma pejorativa: “seus livros esta[vam] quase sempre cheios de tristes descrições, nos quais a sorte dos emigrantes, principalmente para o Brasil, [era] pintada com cores sombrias” (MONTEIRO, 1973, p. 94).

CAPÍTULO 1 – O FAZER PROPAGANDÍSTICO

1.1. O que é propaganda?

Se pretendemos versar a respeito dela, esse questionamento é indeclinável e exatamente por isso lançamos mão das contribuições de Pinho (1990), Sani (1998) e Garcia (1982). O primeiro autor chama atenção para a etimologia da palavra *propaganda* ao atentar que ela é definida como o

[...] gerúndio latino do verbo *propagare* que quer dizer: propagar, multiplicar (por reprodução ou por geração), estender, difundir. [Por extensão,] fazer propaganda é propagar idéias, crenças, princípios e doutrinas (PINHO, 1990, p.19)².

A utilização primeva dessa palavra teria sido realizada pela Igreja Católica, ainda no século XVII:

a primeira apropriação do termo *propaganda* foi feita pela Igreja Católica, no século XVII, com o estabelecimento pelo papa Gregório XV de uma Comissão Cardinalícia para a Propagação da Fé (*Cardinalitia Commissio de Propaganda Fide*), tendo por objetivos fundar seminários destinados a formar missionários para difundir a religião e a imprimir livros religiosos e litúrgicos. Procurando contrapor-se aos atos ideológicos e doutrinários da Reforma luterana, o Papa Gregório XV editou a bula *Inscrutabili Divinae*, que criou a Sagrada Congregação para a Propagação da Fé. Com o título oficial de *Sacra Congregatio Christiano Nomini Propaganda* e composta de 13 cardeais e dois prelados, a instituição tornou-se, a partir de 1622, responsável pela disseminação do catolicismo e pela regulamentação dos assuntos eclesiásticos em países não-católicos (PINHO, 2001, p. 20).

Sani, por sua vez, sinaliza que a *propaganda* recobre uma disseminação intencional e sistemática de informações para um público específico com a finalidade de talhar uma determinada imagem e incitar comportamentos:

A Propaganda pode ser definida como difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos. A Propaganda é, pois, um esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações

² Vejamos no dicionário qual é a definição do vocábulo *propaganda*: “**sf (lat propaganda)** 1. Ato ou efeito de propagar. 2. Disseminação de ideias, informação ou rumores com o fim de auxiliar ou prejudicar uma instituição, causa ou pessoa. 3. Doutrinas, ideias, argumentos, fatos ou alegações divulgados por qualquer meio de comunicação a fim de favorecer a causa própria ou prejudicar a causa oposta. 4. **arc** Sociedade que vulgariza certas doutrinas. 5 O mesmo que **publicidade**. **P. enganosa, Propag**; propaganda que anuncia determinado produto ou serviço, atribuindo-lhe qualidade superior à real, ou características que o mesmo não possui”. (DICIONÁRIO MICHAELIS).

de um certo público ou de uma sociedade total. É no sentido da difusão de idéias, isto é, sem conotações explicitamente negativas, que o termo foi originariamente usado pela Igreja católica para designar a sua atividade de proselitismo (SANI, 1998, p. 1018).

Ao prosseguir sua explanação, o autor arrola fatores surgidos no século XIX que teriam contribuído para a origem da *propaganda*. Seriam eles: i.) o elevado aumento da população mundial (duplicada entre 1800 a 1900); ii.) impactos da Revolução Industrial que, entre efeitos outros, incitou a urbanização em larga escala; iii.) avanço contínuo da tecnologia das comunicações e, em especial, a penetração da imprensa em amplos estratos; iv.) aparecimento de movimentos políticos de massa (entre eles, o movimento socialista); v.) maior realce concedido à ideologia entendida como premissa ou justificativa de ações – tendência essa acentuada a partir da Revolução Francesa; vi) mudanças nas características da guerra que, antes restrita à mercenários ou especialistas, passou a exibir a tendência de abranger toda a população.

É fácil observar que estas tendências se acentuaram cada vez mais nestes últimos cinquenta anos: os ventos do nacionalismo invadem os países que emergem da derrocada dos impérios coloniais, as comunicações de massa acrescentaram à palavra escrita a palavra falada, primeiro, e, depois, também a imagem, alcançando uma difusão onipresente, impossível de imaginar algumas décadas atrás; houve sociedades inteiras que elevaram a religião do Estado a ideologias exclusivistas; finalmente, os conflitos bélicos assumiram características de tal maneira totais que implicam o risco da destruição de toda a humanidade (SANI, 1998, p. 1019).

O autor ainda assinala que a *propaganda* possui duas principais facetas: uma *interna*, identificada quando as preocupações se voltam para o sistema político; e outra *externa* notada quando o foco se concentra nas relações entre estados. Nesse caso último, os esforços dirigidos para o exterior miram a opinião pública ou setores específicos.

Outro aspecto relevante diz respeito aos *princípios da deformação e da parcialidade*. Tais princípios equivalem a um texto redigido a carregadas tintas privilegiando certos ângulos enquanto outros ficam esvanecidos ou até mesmo invisíveis:

a informação nunca é apresentada em toda a sua inteireza, contendo sempre um elemento de valor bastante acentuado, geralmente assinalado pela presença de **adjetivos "fortes"**, ao mesmo tempo, **os argumentos eventualmente contrários, ou são ignorados, ou ridicularizados, ou tratados como irrelevantes, mas sem nunca se entrar na sua essência**. Mais: a posição de quem emite a informação é sempre a de quem apresenta conclusões absolutamente certas e incontroversas e não pontos discutidos: **a**

expressão da dúvida e da perplexidade não é o ponto forte do propagandista (SANI, 1998, p. 1020, grifos nossos).

Simplesmente não há espaço para argumentos que coloquem em xeque as informações veiculadas; e isso acontece porque as mensagens disseminadas estão revestidas de aura dogmática. Poder-se-ia até dizer que o emissor pretende ser o dono da verdade.

Ademais, devemos acrescentar que a propaganda – entendida como um fenômeno comunicativo – abrange dois processos: a *informação* e a *persuasão* (PIZARROSO QUINTEIRO, 1999, p. 146). No primeiro deles, o emissor compartilha certos dados ou conhecimentos com o receptor³. A *persuasão*, por seu turno, descreve um processo comunicativo que tenta influenciar alguém por meio da *formação*, *reforço* ou *modificação* da resposta do receptor:

Persuasión no es otra cosa que el proceso comunicativo cuya clave está em la respuesta del receptor, es decir, aquél que pretende promover una dependência interactiva entre emisor y receptor mediante la formación, reforzamiento o modificación de la respuesta del receptor. **Es, pues, un proceso comunicativo cuya finalidad u objetivo es la influencia.** Un mensaje persuasivo se conforma según una conducta deseada por el emisor para que sea adoptada voluntariamente por el receptor. Un mensaje persuasivo se conforma según una conducta deseada por el emisor para que sea adoptada voluntariamente por ele receptor.

La persuasión como fenómeno comunicativo es inherente al hombre desde el momento en que éste es tal. Pero la propaganda no existe sino en u medio social complejo. El fenómeno de la propaganda es inherente también a la organización estatal. Estado y propaganda son inseparables. La propaganda es, pues, propaganda política, civil, estatal, o contrapropaganda⁴ (PIZARROSO QUINTEIRO, 1999, p. 146, grifos nossos)⁵.

³ Para Pizarroso Quinteiro (1999), em termos práticos, a informação não existiria de forma isolada vez que o emissor da mensagem sempre possui intencionalidade persuasiva. Com isso ele diz não querer sugerir que toda informação é persuasiva, mas ao final das contas acaba sublinhando este aspecto ao considerar que o sujeito, ao informar, espera uma resposta do receptor. E, de acordo com o próprio autor, todo processo comunicativo que busca uma resposta pode ser definido como um processo persuasivo.

⁴ Em livre tradução: “A persuasão nada mais é que o processo de comunicação cuja chave está assentada na resposta do receptor, ou seja, trata-se daquele processo que intenta promover uma ‘dependência interactiva’ entre emissor e receptor através da formação, reforço ou modificação da resposta do receptor. É, portanto, um processo comunicativo cuja finalidade u objetivo é a influência. A mensagem persuasiva porta elementos que emissor anseia que o receptor voluntariamente adote. A persuasão como fenômeno comunicativo é inerente ao homem desde o momento em que ele se faz como tal. Mas a propaganda só existe em um meio social complexo. O fenômeno da propaganda é também inerente a organização estatal. Estado e propaganda são inseparáveis. Propaganda é, portanto, propaganda política, civil, estatal ou contra-propaganda” (PIZARROSO QUINTEIRO, 1999, p. 146).

⁵ “Por otro lado, religión y política, organización religiosa y organización estatal, son inseparables en su origen y en buena medida de su desarrollo histórico. La Historia misma no es otra cosa, en su origen, que un fenómeno propagandístico y, de hecho, lo sigue siendo inevitablemente hoy en día de manera más o menos explícita” PIZARROSO QUINTEIRO, 1999, p. 146).

A propaganda é, portanto, este artifício através do qual se disseminam mensagens com a finalidade de persuadir o emissor e induzi-lo a tomar determinadas decisões. Assim, ao fim e ao cabo, visualizaremos a *propaganda* a partir de seu viés *ideológico*; a interpretaremos como um recurso que objetiva "formar a maior parte das idéias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social" (GARCIA, 1982, p. 11).

Isto posto, adiante verifiquemos como esses traços teóricos imprimiram suas marcas na propaganda imigratória mineira.

1.2. Dos oito pecados capitais do serviço imigratório

Em 7 de julho de 1892 – portanto, poucos dias antes da promulgação da Lei N. 32 de 18 Julho de 1892 – ao discursar sobre a "[...] magna questão da imigração e colonização", Bernardino de Lima⁶ declarou que nenhum outro assunto seria mais urgente para o desenvolvimento industrial e, até mesmo social, do Estado. Por esse motivo, ele chamava a atenção do presidente para uma espécie de estudo dedicado a apontar causas responsáveis pelo *avanço* da imigração em determinados países e pelo *retardo* em outros (MINAS GERAES, 7. jul. 1892, 595)⁷.

Quando comparado ao Brasil, argumentava-se que uma das vantagens dos Estados Unidos seria sua maior proximidade aos portos europeus. Em relação à Argentina dizia-se que embora este país se localizasse mais distante de tais portos, os emigrantes prefeririam ir para lá em virtude da liberdade religiosa, da presença de instituições e de vantagens outras existentes.

Lima ainda rememora que em 1875 o conselheiro Menezes de Souza teria apresentado, à Costa Pereira Junior (então ministro da agricultura), um relatório no qual enumeravam-se causas atravancadoras do processo imigratório para o Brasil. Essas causas – que aqui batizamos de “os oito pecados da imigração” – aparecem listadas abaixo:

1º - a falta de liberdade de consciencia; a não existencia do casamento civil como instituição; a imperfeita educação, a ignorancia e a immoralidade do clero.....

⁶ Entre feitos outros, Bernardino de Lima – nascido em Congonhas de Sabará, atual Nova Lima (MG) – foi deputado ao Congresso Constituinte Mineiro, cargo que ocupou de 1891 a 1894. Além disso, ele atuou como senador estadual no ano de 1897.

⁷ O mencionado estudo foi elaborado no Império entre o período de 1875 a 1879.

2º a insuficiência do ensino e principalmente a ausência de instrução agrícola e profissional;

3º - o diminuto número de instituições de crédito, especialmente de bancos destinados a auxiliar a pequena lavoura e indústria;

4º - as restrições e estorvos que a legislação e a pública administração do império põe a liberdade de indústria, impedindo, em vez de desenvolver a iniciativa individual;

5º - os defeitos da lei de locação de serviços e dos contratos de parceria com estrangeiros; as lacunas e a inexecução da lei das terras públicas e a não existência do imposto territorial sobre os terrenos baldios e sem edificação;

6º - a falta de transportes e de vias de comunicação, que liguem o centro e o interior do império aos mercados consumidores e exportadores;

7ª - a criação de colônias longe desses mercados e em terreno ingrato e não preparado, bem como a falta de providências para a recepção dos imigrantes e colonos nos portos do império e para seu estabelecimento permanente nas colônias do Estado, ou nos lotes de terras, que comprem; (MINAS GERAES, 7. jul. 1892, 595).

Chamamos atenção, agora, para o oitavo item:

8ª - incuria em fazer conhecido o Brasil nos Estados donde procede a imigração, de que necessitamos, e em refurtar, por todos os meios de bem entendida publicidade e por pennas habeis e desinteressadas, os escriptos por meio dos quaes naquelles Estados nos deprimem, exageram nossos erros em relação aos emigrantes e nos levantam odiosos aleives (MINAS GERAES, 7. jul. 1892, 595).

Após breves reflexões, o deputado disse que o último item era o que melhor explicaria o atraso da imigração para as terras brasileiras. Segundo ele, solução necessária e eficaz para engrossar o fluxo imigratório se realizaria através de práticas que tornassem o país conhecido. Mas, a despeito disso, essas recomendações pareciam não estar sendo satisfeitas:

Entretanto, como ninguém ignora, além de não termos no estrangeiro uma repartição ou escriptorio, ou qualquer outro meio de propaganda convenientemente organizado, que torne conhecida as nossas riquezas e as vantagens que podemos oferecer ao imigrante, temos uma propaganda negativa que é a dos nossos inimigos, principalmente os argentinos, que não adormem e que a todo o transe procuram por meio de invectivas e de inverdades negar as vantagens do nosso país e afirmar erros e males que nelle não existem (MINAS GERAES, 7. jul. 1892, 595).

Lima salientava que em função não apenas do clima, mas também devido às riquezas naturais e à índole do povo, os brasileiros não poderiam se considerar inferiores aos argentinos ou aos povos de outros países onde a imigração era espontânea e abundante. Em sua análise, para obter desempenho parecido, bastaria divulgar as vantagens nacionais no exterior. Em resumo: considerava-se que tudo estava em perfeitas condições. De forma alguma havia espaço para problemas sociais ou aspectos negativos quaisquer.

Diante esse cenário praticamente ideal, o político concluiu seu discurso reforçando que das causas apontadas em 1875, talvez a única que ainda acometesse a imigração brasileira seria a questão propagandística. Sendo assim, recomendava-se que o projeto imigratório deveria contemplar a divulgação das riquezas e vantagens nacionais.

Tais solicitações foram efetivamente atendidas: basta lembrar, afinal, que a Lei N. 32 de Julho de 1892, aprovada poucos dias após o discurso supramencionado, preconizava a necessidade de propaganda que disseminassem as riquezas mineiras.

CAPÍTULO 2 – CONCORRÊNCIA, INVEJA & IRA

Ao nosso lado, o visinho estado de S.Paulo progride vertiginosamente, attrahindo a flor da immigração, robustecendo-se tambem pelo exodo de consideravel numero de nossos melhores e mais activos agricultores e pela importação de capitaes mineiros; tudo isto porque á iniciativa individual não se levantam... (O PHAROL, 2.dez.1890, p.2)

Se anteriormente versamos a respeito de pecados atinentes à imigração, neste capítulo também discorreremos sobre “atos pecaminosos”. Nosso objetivo agora é abordar dois pecados capitais: a *ira* e a *inveja*. Mencionamos esses pecados na medida em que o afortunado fluxo imigratório nas terras paulistas incitava um misto de inveja e ressentimento nas autoridades mineiras que sonhavam em ver o estado amplamente conhecido no Velho Mundo.

Expressão de essa vontade pode ser presenciada no ano de 1890 em texto da Sociedade de Geographia Econômica de Minas Geraes⁸. Na oportunidade, afirmava-se que seria imperioso “mostrar ao mundo” as prodigiosas qualidades mineiras que permaneciam desconhecidas:

Até hoje, forçoso é confessal-o, Minas permaneceu desconhecida do resto do mundo e até quasi que ignorada mesmo pelas outras antigas provincias suas irmãs. Na Europa bem poucos a conhecem e ninguem sabe exactamente quão valiosos os elementos que possuimos para nos tornarmos fortes e respeitados (A ORDEM, 18. jan. 1890, p.1).

O mencionado marasmo era considerado inadmissível e, justamente por isso, havia efusiva súplica em prol do movimento:

⁸ Sociedade cujo propósito era o de contribuir para alavancar a indústria, o comércio e a imigração no estado. Para a realização dessa tarefa a Sociedade teria realizados publicações na Europa a respeito dos recursos naturais mineiros e sobre as vantagens ofertadas aos imigrantes (MONTEIRO, 1973).

É tempo de sairmos deste lethargo que a situação de Minas e mesmo nossa índole nos tem feito por tantos annos supportar.

Mostremos ao mundo o que realmente somos e o que possuímos. Tenhamos fé em nosso futuro, porque nada conseguem os que em nada creem.

Mostremos aos estrangeiros a uberdade de nosso solo, as riquezas de nossa terra e de nossas florestas e a amenidade de nosso clima. Unamo-nos em um pensamento patriótico e libertemo-nos, uma vez por todas, dos falsos preconceitos que pelo mundo correm sobre a insalubridade e difficuldades da vida no Brazil.

Chamemos a todos que quizerem auxiliar-nos e aproveitar-se dos beneficios e riquezas que a natureza á mão cheia derramou em nosso abençoado solo (A ORDEM, 18. jan. 1890, p.1, grifos nossos).

O Estado de Minas, que teria sido aquinhoado por vantagens inúmeras, decisivamente não poderia ficar jogado ao limbo. Indicava-se que os mineiros estariam autorizados a cometer outro pecado capital – o do orgulho – e alardear, em alto e bom tom, o quão soberbas seriam as características do território:

Sem receios de contestação, digamos bem alto que Minas – com territorio maior que grandes potencias da Europa, com recursos superiores aos de Estados que sustentão exercitos, armadas e governos aparatosos e custosos; com mais de tres milhões de habitantes, offerece a todos que quizerem trabalhar os meios de attingirem, mais facilmente que em qualquer outra parte, o fim que todos nós devemos ter em vista: crear filhos que vivão de um trabalho livre e independente. Não nos amendrontemos com a grandeza do commettimento, nem com as difficuldades a vencer. Unamo-nos tenhamos fé e venceremos (A ORDEM, 18. jan. 1890, p.1).

Como notamos, o texto da Sociedade de Geographia Econômica de Minas Geraes revelava cabal desvelo em disseminar os predicados mineiros. Mas as ações das autoridades estaduais não se restringiam a lastimar que Minas era pouco conhecida. Através de publicações outras nos deparamos com textos – patrocinados pelo governo estadual – nos quais buscava-se realçar que no Brazil não havia apenas o estado de São Paulo. Mais que isso, em algumas ocasiões, conforme veremos a seguir, tais relatos frisavam que Minas apresentaria qualidades semelhantes ou até superiores àquelas encontradas no estado paulista.

2.1. Só há São Paulo no Brasil?

Sejam quaes forem os esforços empregados para dirigir e localisar a immigração italiana nas provincias do Rio de Janeiro e de Minas, serão malogrados na nossa opinião, emquanto perdure o **encantamento da attracção paulista** (O PHAROL, 5.out.1888, p.1).

As palavras acima foram reproduzidas n' *O Pharol* (1888) sob a epigrafe *O Problema Agrícola*⁹. Entrementes, alegava-se que a predileção dos imigrantes por São Paulo estaria associada à aglomeração de italianos em terras paulistas. Dizia-se que isso acabava contribuindo para atrair mais cidadãos dessa nacionalidade. O argumento era simples:

O individuo que emigra para um paiz desconhecido procura e carece antes de tudo do ponto de apoio moral.

Esse ponto de apoio é o sentimento da cohesão nacional, que se não perde facilmente e que offerece o primeiro conforto á alma de quem se expatria, buscando em regiões longinquas e ignotas a substencia e o futuro.

Menos propicia que fosse a sorte do immigrante italiano na provincia de S. Paulo, ainda assim o simples facto de ahi existir a maior agglomeração dos filhos da Italia no Brazil bastaria para estabelecer a corrente espontanea dos recém-chegados, os quaes, ou já trazem São Paulo no espirito ou aqui informados pelos seus patricios, para lá se dirigem preferentemente (O PHAROL, 5.out.1888, p.1).

Ao final do relato, apesar de se reconhecer a grande atração exercida por São Paulo, de maneira esperançosa asseverava-se que os núcleos coloniais mineiros e fluminense poderiam contribuir para alterar a rota dos imigrantes.

De forma semelhante, outra estratégia era apresentada por Augusto Clementino¹⁰ no ano de 1892. O mencionado deputado defendia a criação de uma alfândega na cidade de Juiz de Fora como forma de tornar Minas Gerais mais conhecida ao redor do mundo. Por isso, discursava ele:

O Estado de Minas, dividido como se acha em diversas zonas commerciaes completamente diversas, com grandes e variadas industrias, com um desenvolvimento commercial sempre crescente, necessita forçosamente de diversos pontos onde possa fazer o seu commercio de importação, pelo Sul, pelo Rio de Janeiro, pelo Estado

⁹ Segundo o próprio *O Pharol*, tais palavras teriam sido originalmente publicadas no periódico *O Paiz*.

¹⁰ Augusto Clementino da Silva nasceu em Serro (MG), aos 18 de julho de 1861. "Foi deputado estadual em Minas Gerais entre os anos de 1891 e 1897, e participou assim da Constituinte mineira, na qual foi um dos líderes da campanha pela transferência da capital do estado, até então sediada em Ouro Preto. A polêmica envolvia a disputa entre Juiz de Fora e Ouro Preto. A imprensa juizforana e seus representantes políticos alegavam ser sua região a mais desenvolvida de Minas Gerais, econômica e culturalmente [...]. Em 1897 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Exerceu o mandato na legislatura 1897-1899 e em seguida passou a clinicar na sua cidade natal. Foi também fazendeiro, intendente do Serro e membro do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais" (SOUZA, I, s/i).

do Espírito Santo e finalmente pelo Norte, isto é, por Caravellas, necessita por consequencia de quatro saídas para os seus productos, não podendo de fôrma alguma ficar adstricto ao Rio de Janeiro sómente.

Nestas condições os nossos productos serão conhecidos na Europa como productos mineiros; o Estado de Minas tornar-se-ha cada vez mais conhecido como um Estado prospero, rico, laborioso e por consequencia nas condições de muito aproveitar uma corrente imigratoria que se estabeleça a nosso favor (O PHAROL, 29.mai.1892, p.1).

No ano seguinte, em discurso pronunciado no dia 12 de julho, o mesmo deputado dizia que a concretização de tal empreendimento¹¹ acarretaria ganhos inenarráveis, sobretudo em um momento no qual esforços eram direcionados para tornar Minas Gerais mais conhecida:

Principalmente hoje, sr. Presidente que devemos envidar todos os nossos esforços para tornar o Estado de Minas conhecido na Europa, a alfandega e o (?) Juiz de Fôra vem concorrer de modo extraordinario para esse resultado, porquanto os nossos productos serão exportados directamente para aquelles diferentes paises e lá se tornaram conhecidos como produtos mineiros, assim como acontece com os produtos paulistas, que são lá conhecidos como taes, porque são exportados directamente (MINAS GERAES, 29. jul. 1893, p.3).

Essa necessidade era endossada por Viriato Mascarenhas, político que tecera essa emblemática assertiva: “Na Europa, quando alguém pretende vir para o Brazil, diz – vou para S. Paulo” (MINAS GERAES, 29. jul. 1893, p.3). Em linha de raciocínio análoga, Clementino assinalara: “[...] na Europa não se fala no Brasil; só se fala em S. Paulo” (MINAS GERAES, 29. jul. 1893, p.3).

Mas por que tudo isso ocorreria? Essa é exatamente indagação alçada pelo próprio Clementino. Ao buscar respostas, ele concluiu que o grande trunfo paulista estaria relacionado às propagandas realizadas no Velho Mundo:

E porque se dá isto, sr. Presidente? Porque o Estado de S. Paulo não tem poupado esforços e dinheiro para fazer sua propaganda na Europa, não só tornando conhecidos seus productos allí, como encarecendo a uberidade de suas terras. E assim tem conseguido o resultado que é de todos nós conhecido em relação á immigração (MINAS GERAES, 29. jul. 1893, p.3).

O deputado alegava que a referida alfândega em Juiz de Fora contribuiria para demonstrar ao mundo que o estado mineiro progredia, era rico e, assim como São Paulo, teria capacidade de “[...] accomodar milhares e milhares de emigrantes proporcionando a todos trabalho e collocação (MINAS GERAES, 29. jul. 1893, p.3).

¹¹ Projeto que de fato foi concretizado no ano de 1893.

Essa questão sobre o mau aproveitamento da capacidade de Minas Gerais acolher imigrantes de fato causava grande incômodo. Tanto é que o senador Camillo de Britto¹², no ano de em 1894, relatava terem sido introduzidos 1580 imigrantes nas Gerais e 17.000 nas terras paulistas. Esses números falaram de forma ainda mais eloquente quando o também senador Costa Sena¹³ lembrou que os estrangeiros instalados no estado mineiro estavam distribuídos em uma superfície de 574,000 quilômetros:

C. Sena: – Sim, 1580 para uma superfície de 574,000 kilometros quadrados! 1580 não digo trabalhadores, porém immigrants, porque entre estes vêm mulheres e meninos que bem pouco ou quasi nada podem fazer, para soccorrer a uma lavoura quasi agonizante e de zona extensíssima (MINAS GERAES, 6. mai.1894, p.2).

Tendo em tela esses modestos índices, Sena afirmava que o estrangeiro somente seria fixado quando se tornasse um proprietário. Afinal, justificava o político: “Um pedaço de terra e alguns animaes são para elle atractivo muito mais poderoso que os salarios elevados” (MINAS GERAES, 6. mai.1894, p.2).

Do seu ponto de vista, a colonização era remédio mais lento, o que seria incompatível com a urgência reclamada pela lavoura. Ele compreendia que o governo não poderia esperar que a imigração para São Paulo se saturasse e, diante de esse novo cenário, os imigrantes viessem para Minas (MINAS GERAES, 5. jun. 1895, p.6). Dizia ele:

A colonização [...] é um remédio lento, e a lavoura reclama serios e urgentes auxilios, sem os quaes não poderá mais lutar com os embaraços que contra ella surgem.

O Estado de S. Paulo é bastante vasto. Si formos esperar que elle se sature de immigração para que de lá venha ella para cá, ou para que, sem sua concurrencia possamos fazer o serviço em melhores condições, a lavoura, terá tempo de se aniquilar algumas dezenas de vezes, e o Estado de amontar *deficit sobre deficit*. (MINAS GERAES, 5. jun. 1895, p.6).

Sena estava ciente de que o imigrante custava muito ao estado e, em sua visão, isso seria resultado de forte concorrência:

¹² Camillo Augusto Maria de Brito foi político, promotor, magistrado e professor. Durante a Monarquia pertenceu ao Partido Liberal e na República ao Partido Republicano Mineiro. Elegeu-se para a Constituinte Estadual e para a 1ª Legislatura do Senado (1891-1895), ao qual foi reconduzido da 2ª a 9ª Legislatura (1895-1926) (MONTEIRO, 1994).

¹³ Joaquim Cândido da Costa Sena, nascido em Conceição do Serro, Minas Gerais, em 13 de agosto de 1852. Formado em Engenharia de Minas de Ouro Preto (1880), tendo sido também diretor dessa mesma escola. Entre outras ocupações, participou da Constituinte Mineira e do Senado de Minas. Após a morte de Silvano Brandão, chegou a Presidência do Estado de Minas (ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO).

S. Paulo tem na Europa bem organizada propaganda e tem ainda espaço para milhões de imigrantes. A Republica Argentina lá com seus pampas, este oceano de relva onde por assim dizer o gado borta do sólo. Sim lá e cá ella com sus ferteis campos, onde com facilidade o estrangeiro estabelece suas culturas, porque facilmente o arado revolve o solo quasi sem encontrar tropeços; lá estão as imensas plantações de trigo de S. Luiz, Rosario, Catamarca, concorrendo cem os poderosos mercados da Europa, e tendo ainda espaço para milhões de imigrantes, até os pampas da Patagonia. São estes concurrentes que há de terminar o alto preço do trabalhador estrangeiro... (MINAS GERAES, 5. jun. 1895, p.6).

Também em tom de análise sobre a predileção dos imigrantes pelas terras paulistas, a matéria “A Immigração em Minas II” apresentava as seguintes asserções:

A opulenta e grandiosa lavoura de S. Paulo, bem como o seu poderoso commercio e as suas promettedoras industrias devem seu masculino progresso e expansão á imigração européa.

Fallamos particularmente deste ultimo Estado, porque não só o conhecemos mais de perto – como porque de ha muito acompanhamos as suas maravilhosas transformações materiais no estylo e gosto da architectura de seus edificios, tanto publicos, como particulares (MINAS GERAES, 6. ago. 1894).

Diante de tais constatações, *esperava-se* que nas Gerais fossem observados efeitos similares àqueles verificados em São Paulo. Seria preciso, para tanto, que o governo buscasse inspiração no exemplo paulista. Conselho este que teria sido seguido quando o Congresso Mineiro sabiamente abriu “[...] o seu território ao braço estrangeiro” (MINAS GERAES, 6. ago.1894). Ademais, nessa mesma matéria, ao se relatar a respeito da predileção dos europeus pelas terras paulistas, os seguintes argumentos eram apresentados:

A razão de preferencia da imigração européa para o Estado de S. Paulo – explica-se, não só pelo facto de nos últimos tempos da monarchia, em situação conservadora, teve sempre este Estado filhos seus no governo, que tendo incrementado a lei de 13 de maio, previam e preveniam em tempo e com acêrto para a substituição do trabalho escravo, como porque os paulistas, tinham e mantêm a perfeita confiança na immensa riqueza e no futuro de seu torrão natal (MINAS GERAES, 6.ago.1894).

Justamente por conta da alegada preferência, nota-se que o governo valorizava – e fomentava – notícias laudatórias das virtudes do estado. Fazia-se de tudo para atrair os emigrantes para as Gerais, criando uma espécie de convite semelhante ao que está expresso no título do item subsequente.

2.1.1. Você já foi a Minas? Não? Então vá!

Você já foi à Bahia, nêga?
Não?
Então vá!
Quem vai ao Bonfim, minha nêga,
Nunca mais quer voltar.
Muita sorte teve,
Muita sorte tem,
Muita sorte terá

Você já foi à Bahia, nêga?
Não?
Então vá!
Lá tem vatapá
Então vá!
Lá tem caruru, Então vá!
Lá tem munguzá,
Então vá!
Se quiser sambar
Então vá!

(CAYMMI, Dorival. Você já foi à Bahia? 1935)

Quando o mote era imigração e colonização, São Paulo parecia eclipsar Minas Gerais. No intento de emergir dessa área enevoadada e galgar um lugar ao Sol, o governo mineiro fomentava notícias que iluminavam as virtudes com as quais o “território” teria sido aquilatado. Essas notícias deixavam transparecer insistente necessidade de tornar Minas mais conhecida. Havia uma espécie de convite elaborado no mesmo tom daquele que Caymmi teceu nos versos que descortinam este tópico. Era como se se perguntasse: “Você já foi a Minas? Não? Então vá!” (SANTOS, 2013; 2014).

E, assim como o compositor baiano, o governo mineiro, bem antes, tratava de demonstrar que esse convite seria irrecusável. Só que ao invés de versar sobre *vatapá*, *caruru* e *munguza*, versara sobre características relacionadas à vastidão territorial, amenidade climática, abundância dos recursos minerais, fertilidade do solo, etc. (SANTOS, 2015). Tudo isso com o propósito de insinuar que o amargurado emigrante muita sorte teria desde que para Minas viesse.

O artigo publicado aos 6 de agosto de 1895, no diário político milanês *La Leya Lombarda* (e traduzido para o português nesse mesmo, aos 2 de novembro no *Minas Geraes*), oferece exemplo lapidar de tais artimanhas. Na ocasião afirmava-se que um estado do quilate das Gerais não poderia seguir sem ser conhecido (MINAS GERAES, 2. nov. 1895, p. 4). Questionava-se:

Quem ouviu jamais na Italia falar no Estado de Minas Geraes?
E, entretanto, é um dos mais vastos da grande Federação
Republicana do Brazil.

A sua superficie é de 574.855 kilometros quadrados, emquanto
que a Italia só mede 286.588.

Minas Geraes é o Estado mais povoado do Brazil, pois conta
hoje mais de 3 milhões de habitantes [...] (MINAS GERAES, 2 nov.
1895, p.2).

Mais que um recado, parecia se tratar de cristalina ordem endereçada aos europeus: “se você não ouviu falar sobre Minas Gerais, deveria procurar melhor se informar e arrumar suas malas com direção a esse *paraíso!*”. Por isso mesmo, o autor do artigo fazia questão de ofertar informações sobre o estado:

Creio cumprir um dever, dando-vos algumas informações
sobre este Estado, agora que elle se prepara com toda a solicitude para
receber colonos europeus e especialmente italianos.

[...]

Minas Geraes vem logo após. S. Paulo no progresso, na
cultura intellectual e no desenvolvimento da sua lavoura.

Tem uma rêde extenssima de vias ferreas e muitissimas linhas
já em adeantada construcção.

Novos troncos abrem-se ao trafego quasi todas as semanas: o
trabalho prossegue com a maxima actividade.

Por ser um Estado central e portanto desprovido de portos
proprios, todo o seu grande commercio tem sahida pelos portos de
Santos e do Rio de Janeiro.

[...]

Toda, ou quasi toda a enorme extensão de territorio do Estado
de Minas está situada sobre um planalto, cuja altitude varia de 400 a
800 metros acima do nivel do mar, razão pela qual é o seu clima
bastante temperado e salubre por excellencia, **requisito este
importantissimo para um Estado que está destinado a receber
uma grande corrente de immigração.**

São nelle acclimataveis todos os productos europeus; diz-
se mesmo possivel e proficua a cultura do trigo - para que, porém essa
cultura, si se podem obter productos de muito maior valor e se, além
disso, pôde-se importar o grão e por menor preço, da vizinha Republica
Argentina?

Na segunda das zonas obtem-se o café, o assucar, o algodão,
o fumo, etc.

Medra perfeitamente a vinha e esperam mesmo os brazileiros
que, com o tempo, tornar-se ha Minas um emporio vinicula sufficiente
para abastecer toda a Federação. [...] (MINAS GERAES, 2 nov. 1895,
p.2, grifos nossos).

Havia o nítido desvelo em situar Minas Gerais como um estado
extraordinariamente propenso à imigração. Em grande medida, essa propensão
era atribuída ao fator climático – aspecto este que, segundo informado,
possibilitaria o cultivo de diversos produtos.

Nessa mesma senda, um artigo veiculado na folha napolitana //
Paese (1895) também se revoltava contra as parcas informações que os
europeus teriam sobre o território mineiro (MINAS GERAES, 2. nov. 1895, p. 4).

Com indignação dizia-se que este desconhecimento era tamanho que não seria inusitado se os estrangeiros confundissem as terras mineiras com aquelas mais ermas da Groelândia. Isso era considerado um verdadeiro absurdo, ainda mais tendo em tela que Minas Gerais era descrito como o estado mais rico, mais florescente e mais “futuroso” da nação.

Se o texto em questão começa destacando que São Paulo, em relação ao progresso cultural e da lavoura, estaria um passo à frente das Gerais, adiante todo resquício de modéstia se esvai. Nas linhas seguintes a situação é pintada com cores ainda mais generosas para as terras mineiras:

A respeito de Minas Geraes, tem-se falado tão pouco em Italia que o leitor, sem pretender mostrar-se espirituoso, poderá com razão acreditar que se trata de uma das mais aridas paragens da Groenlandia.

Minas Geraes, no entanto, é o Estado mais rico, mais florescente e mais futuroso da União Brasileira.

Mais rico, porque é a unica região do Brazil que produz ouro, diamante, cobre, ferro e todas as demais especies de metal, além de preciosos marmores e madeiras de incontestavel valor.

Mais florescente, porque, quando assim não fosse, suas rendas e, por conseguinte, seus creditos não seriam considerados em constante alta nos mercados financeiros de Londres de Pariz.

Mais futuroso, porque homens illustrados e honestos como Affonso Penna, Bias Fortes, Sá e outros o têm governado e governam (MINAS GERAES, 1 out. 1895, p.4, grifos nossos).

Mas como um estado com tantas virtudes era assim tão pouco conhecido? De acordo com os informes, isso ocorria porque a imprensa e o povo italiano acreditavam que o Brasil se restringia a São Paulo e as autoridades deste estado se valeriam de privilegiadas posições:

Poucos compatriotas nossos dirigiam sua atenção para o Estado de Minas Geraes, porque na imprensa **e no povo tinha se espalhado a crença de que todo o Brazil era representado por S. Paulo**, para onde se dirigia a maior parte de nossos emigrantes, attrahidos pelos paulistas, – gente atilada e astuta – que sabendo impôr sua terra e seus costumes, tinha no governo central homens como Antonio Prado, Rodrigo Silva e outros que, auxiliados por amigos d'aquem mar, aproveitavam-se de sua posição especial para popularisarem na Europa, principalmente na Italia, sua provincia, hoje Estado (MINAS GERAES, 1 out. 1895, p.4, grifos nossos).

Apesar de tudo isso, o texto era finalizado trazendo um sopro de esperança ao apontar que a situação apresentava certa melhora: “De Minas Geraes, cuja extensão é tres vezes superior á de S. Paulo, só hoje se vae falando na Italia, graças ao serio incremento que vae tomando a immigração italiana para aquella ridente região [...]” (MINAS GERAES, 1 out. 1895, p.4).

Além dessas palavras alentadoras, ao final fez-se questão de salientar que o território mineiro suplantava o paulista em extensão. Sobrelevar o estado das Gerais era uma tarefa executada de forma metódica e insistente. Ações que caminhavam nessa direção eram muito louvadas vide o exemplo que se segue.

2.1.2. *Italia e Italiani in Brasile*

Em tom regozijo, um texto de 1894 encontrado no jornal Minas Geraes relatava a publicação do folheto *Italia e Italiani in Brasile* de autoria atribuída a Fellipe Ugolotti. Trata-se de um livro que reúne as observações oriundas da estadia e das viagens do autor no Brasil (ROVINA, 2012)¹⁴.

Ugolotti aborda questões relativas à imigração e exorta os italianos a migrarem para as Gerais pois, segundo ele, a imigração realizada nas terras paulistas exhibia aspectos problemáticos. Mas de que forma o considerado exemplar estado de São Paulo fora retratado assim de maneira aviltada?

Antes da resposta devemos dizer que, no início da matéria, as luzes são jogadas para a forma pejorativa pela qual o Brasil era visualizado no Velho Mundo:

Obedecendo ao intuito de concorrer para a melhor solução do problema da imigração italiana e da expansão colonial da mesma nacionalidade, o sr. Ugolotti teve também em vista registrar suas expressões sobre este paiz tão erroneamente julgado no estrangeiro, principalmente na propria Italia, onde para muitos somos "Il paese della febbre gialla", não sendo raros os que ainda suppõem que o brasileiro anda armado de frechas e vestido de pelle e de penas (MINAS GERAES, 28. jan. 1898, p.2)¹⁵.

Em sequência, o foco é direcionado para um ponto muito enfatizado pelo governo: a necessidade de demonstrar aos quatro ventos que o Brasil não se restringia ao Estado de São Paulo:

Outros, julgando-nos menos desfavoravelmente, acreditavam, entretanto, durante muito tempo que o Estado de S. Paulo era o unico ponto civilizado e habitavel do Brazil, do que tivemos prova eloquentissima, vendo a preferencia decidida que as primeiras levas de immigrants italianos manifestavam por aquelle Estado, dotado, realmente, de poderosos elementos de progresso e de riqueza, mas não tantos que devessem tornar esquecidos outros Estados da Republica.

¹⁴ Ugolotti viveu dez anos em São Paulo e passou aproximadamente três anos viajando pelo Brasil (ROVINA, 2012).

¹⁵ Os trechos em aspas simples são reproduções da obra em questão.

'Para combater esse preconceito e attrahir a corrente immigratória, até fixal-a em seu território, evitando a transmigração¹⁶, reconhece o sr. Ugolotti terem sido grandes as difficuldades com que luctou e tem luctado ainda o governo deste Estado, que o intelligente escriptor considera 'um dos mais ricos e dos mais salubres da União, especialmente ao norte e ao oeste, sendo, além disso, a região do Brazil em que vive a parte mais hospitaleira, mas sobreia e mais equilibrada de sua população' (MINAS GERAES, 28 jan. 1898, p.2).

Diante da forma positiva pela qual Minas é retratada, não podemos deixar de aventar a possibilidade de um financiamento por parte do governo para a redação dessas linhas mineiramente apaixonadas. Tal probabilidade se torna ainda mais latente na continuidade da matéria quando nos é informado que o sr. Ugolotti teceu uma abreviada comparação entre *paulistas* e *mineiros*:

Nesse sentido faz o sr. Ugolotti um rapido confronto entre os paulistas e os mineiros, do qual conclue que estes, despreocupados de questões politicas, acolhem sympaticamente o estrangeiro, 'convidam-no volutariamente a participar de sua vida economica e administrativa¹⁷, collaborando com elle no desenvolvimento e progresso do Estado (MINAS GERAES, 28 jan. 1898, p.2).

Além de situar os filhos das Gerais como pacíficos e hospitaleiros – em um típico gesto enaltecedor da mineiridade – o autor ainda fez menção aos cuidados dispensados pelo estado às colônias italianas de Juiz de Fora, Ubá, Ponte Nova, Ouro Preto, Barbacena e São João d'El Rei. Informava-se que tais colônias mantinham associações de socorros mútuos, beneficência recreativas e comemoravam de forma entusiasmada as datas patrióticas, sem quaisquer embaraços. Tudo isso para insinuar que Minas apresentaria condições muito superiores que aquelas de São Paulo.

Tal insinuação nos leva a enfatizar que, em matéria de imigração, São Paulo despertava *inveja e ira* dos dirigentes mineiros¹⁸. Válido reavivar, aliás, que o governo se condoía ao constatar que ao desejarem se dirigir para o Brasil, os europeus diziam: “Vou para São Paulo!”. No país parecia existir somente um estado e isso provocava profunda indignação.

Tendo tudo isso em vista é no mínimo revelador verificar que uma edição do Jornal do Brasil, de 1895, relatava percalços envolvendo imigrantes italianos

¹⁶ *idem*.

¹⁷ *idem*.

¹⁸ Não encontramos maiores referências sobre a concorrência exercida por outros estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo ou por aqueles situados ao sul do Brasil. As principais atenções pareciam mesmo estar voltadas para São Paulo.

que supostamente teriam embarcado acreditando ir para São Paulo quando, na verdade, teriam sido enganados e encaminhados para as Gerais.

Sabemos que alguma cousa de grave se passa a proposito da imigração italiana para o Estado de Minas. A ultima leva que veiu pelo vapor "Bormids" deu sérios motivo de queixos á legação e consulado italianos, especialmente para os immigrantes que sahiram no vapor "Arlindo" para Caravellas, destinados aos trabalhos de estrada de ferro Bahia e Minas.

Outros immigrantes, em Juiz de Fóra, deram também motivos para sérias reclamações, tendo sahido para aquelle destino hontem, o sr. vice-consul Garrou, com instruscções do consulado e da legação nesta cidade.

Parece que aquelles immigrantes desejavam ir para S. Paulo, e contra sua vontade foram mandados para Minas Geraes.

O sr. consul cav. Oreste Savia é quem está com toda a competencia que lhe reconhecem, dirigindo o inquerito sobre estes factos.

Informações particulares fazem-nos crer que os immigrantes que foram no "Arlindo" são destinados ao norte de Minas, logar denominado matta de Mucury, verdadeiramente inslaubre e com selvagens, ainda nem sequer com início de catechese (O PHAROL, 30.ago.1895, p.1).

Como se vê, acreditando chegar no almejado “paraíso paulista”, os imigrantes teriam caído no “infernical norte mineiro” repleto de indivíduos descritos como selvagens. Independente da veracidade dessa notícia e dos preconceituosos juízos professados, lembramos que uma das causas que explicariam o sucesso paulista estaria atrelada às condições de trabalho mais atrativas lá ofertadas¹⁹ (MONTEIRO, 1973). Também não podemos perder de vista que São Paulo exhibia um horizonte mais promissor e melhores salários já que era um estado

[...] dinâmico, centrado na própria modernização através da industrialização e da urbanização, da circulação de capitais, da diversificação da produção econômica e da consciência de atingi-la exatamente através da imigração (CAMPOLI, 2003, p. 92)²⁰.

Não por acaso, como reflexo de essas condições mais atraentes, Reminalfi – antigo cavalheiro provincial italiano que estava no Brasil a fim de

¹⁹ “Oferecendo melhores condições de trabalho, a lavoura paulista de café constituía fonte de atração para o imigrante entrado em Minas. Não faltaram elementos que rejeitaram o contrato de parceria, para aceitarem, simplesmente, a remuneração dos serviços prestados. Tinham o desígnio já formado de se transferir para São Paulo, logo que acumulassem recursos. Em síntese, o regime de propriedade da terra e o sistema de trabalho rural constituíam as duas forças de oposição à permanência dos imigrantes no território mineiro” (MONTEIRO, 1973, p. 78).

²⁰ Sobre esse assunto, há uma calorosa discussão em que Camillo de Brito e Carlos Alves tentam explicar o sucesso da imigração para as terras paulistas. Na ocasião, ainda que sustentassem visões distintas, ambos políticos tomam o exemplo do estado de São Paulo no ensejo de justificar as propostas que cada um julgava mais adequada para o desenvolvimento de Minas Gerais. Ver: Santos (2013; 2014).

estudar a situação dos seus conterrâneos – teria apresentado um relato²¹ sobre os italianos que chegaram na Hospedaria Ilha das Flores (Rio de Janeiro). Dizia ele:

Sobre os 700 imigrantes chegados utilmente pelo paquete Duqueza de Genova, 500 pelo menos destinam-se a S. Paulo, onde são bem tratados e ganham dinheiro; os outros vão de preferencia para as provincias do Sul, em que se está tão bem como na Italia, sob o ponto de vista do clima e productos a cultivar, e estão muito melhor sob o ponto de vista de resultados do seu trabalho.

Um pequeno numero vae para Minas, um dos melhores estados incontestavelmente, mas que os nossos imigrantes não devem por ora ao menos procurar, porque o seu trabalho não achará ahi remuneração sufficiente, bem que haja excepções (O PHAROL, 12.fev.1891, p.1).

Outrossim, embora tenha desempenhado relevante papel na produção de café, Minas Gerais era um considerado um produtor marginal. São Paulo, por outro lado, era reconhecido por abrigar terras melhores, mão de obra imigrante abundante e magnífica rede de ferrovias que partiam da fronteira do café em direção ao Porto de Santos. Embora também houvesse nas Gerais uma boa rede de ferrovia nas áreas cafeeiras, as terras desse estado eram menos férteis e os fazendeiros pagavam salários mais modestos²² (WIRTH, 1982).

Necessário também destacar que o fato de o território de Minas se configurar como um “mosaico” pode ser adicionado como um elemento que colocava os mineiros em posição de desvantagem em relação a São Paulo. Isto porque a diversidade regional obstaculizava a reunião dos produtores de café ao redor de interesses em comum. Afinal, como as regiões cafeeiras estavam sujeitas a processos específicos, diferentes também eram suas aspirações:

O sul produzia um terço do café, exportando-o através de Santos; o resto vinha principalmente da zona da Mata e era despachado através do Rio. Por causa das diferentes condições do solo, a zona da Mata produzia uma abundância de tipos inferiores [...]. Enquanto que o Sul se especializava em café de melhor qualidade, com mercado mais forte. Os fazendeiros da Mata preocupavam-se principalmente em manter os preços dos tipos de baixa qualidade, que sofriam severamente em épocas de quedas no mercado. Os plantadores sulistas queriam, como São Paulo, melhorar a posição global de comercialização da indústria, o que significava limitar os tipos inferiores, se necessário. Para complicar ainda mais as coisas, os cafeicultores da Mata, que exportavam através do Rio, suportavam toda a carga de impostos de exportação de Minas; os sulistas, que usavam o porto de Santos, recebiam um abatimento parcial de imposto

²¹ Publicado no jornal milanês *O Seculo* e reproduzido aos 12 de fevereiro de 1891 no jornal *O Pharol*.

²² Em algumas ocasiões eles se valiam do sistema de parceria.

dos exportadores e pagavam mais baixas de frete (WIRTH, 1982, P. 82).

Diante essa diversidade, os cafeicultores mineiros do Sul e da Mata não comungavam dos mesmos desígnios. Situação oposta ocorria em São Paulo onde os produtores da rubiácea conseguiam, de fato, exercer pressão significativa.

Enquanto a imigração paulista manifestava notório dinamismo, em Minas esse serviço se voltava essencialmente para o campo, era estático e exibia poucos vínculos com a cidade e a indústria²³. Os imigrantes ficavam praticamente enraizados às terras já que o pecúlio recebido não abria margem para compra ou ascensão social.

Acresça ainda que no território mineiro o dinheiro líquido não tinha circulação uma vez que a riqueza dos fazendeiros era representada pelas terras que atuavam como moeda de troca, pagamento e aluguel (CAMPOLI, 2013). Assim, diferentemente de outros estados, a mobilidade social dos imigrantes nas Gerais era menos factível.

Quiçá, essas discrepâncias tenham mesmo exercido peso significativo para que os imigrantes preferissem São Paulo. Não era fortuito, portanto, que os políticos mineiros, como o senador Carlos Alves, buscassem inspiração no exemplo paulista:

S. Paulo deve nos servir de exemplo.
Aquelle estado, so teve uma politica ousada, permita-se-me a expressão, nessa questão de immigração e colonisação, está hoje tirando magnificios resultados dessa politica.
É assim que S. Paulo é mais conhecido, por exemplo na Italia, do que muitos estados da Europa.
Lá o immigrante diz com toda a franquesa - eu não vou para o Brazil; vou para S. Paulo.
Nós temos uma hospedaria de immigrantes que o governo federal tomou a si, e entretanto, o que vemos é que os immigrantes, chegando ali, desde que entram em Minas, ficam aborrecidos, e logo fasem gréve para se retirarem o mais depressa para São Paulo (O ESTADO DE MINAS, 20. nov. 1891, p.1).

Diante da preferência pelas terras paulistas, o senador erigia o seguinte questionamento:

S. Paulo terá por ventura melhores condições que Minas, para offerecer ao estrangeiro, para o desenvolvimento das diversas industrias? É preciso não conhecer o territorio mineiro para affirmal-o,

²³ Naturalmente, existiam exceções como é o notório caso dos imigrantes que contribuíram para a construção da capital.

suas diversas zonas, a variedade de culturas a que ellas se adaptam (O ESTADO DE MINAS, 20. nov. 1891, p.1).

Embora reconhecessem o êxito logrado por São Paulo, os mineiros não deixavam de declarar que o território mineiro, com suas “variegadas zonas” – leia-se: “com seu mosaico” –, apresentaria um quadro mais exuberante que o paulista. Entretanto, é curioso que o excerto supracitado seja imediatamente seguido por essa conclusão: “S. Paulo tem uma zona cafeeira que é a mais fértil, que produz duas ou tres vezes mais do que Minas...” (O ESTADO DE MINAS, 20. nov. 1891, p.1). Xavier da Veiga, outro político presente na ocasião, era curto e direto: “Ahi está a explicação” (O ESTADO DE MINAS, 20. nov. 1891, p.1). Portanto, as condições ofertadas por São Paulo – somadas ao latossolo roxo – devem também ser consideradas como razões que explicariam o sobrelevado êxito da imigração para as terras paulistas.

Ademais, explicação outra – e assaz decisiva – estaria relacionada à adoção do federalismo. Neste momento, a colonização e a imigração passaram a ficar sob a batuta dos estados e São Paulo “[...] com maiores recursos, pôde se beneficiar dessa política”, conseguindo, assim, “subvencionar a imigração basicamente com o pagamento da passagem do imigrante” (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Tudo isso sem falar da própria propaganda que os governantes de lá evidentemente realizavam em favor da imigração para o estado. Para ficar em um só exemplo, podemos mencionar a revista *O Imigrante* – publicação realizada pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo com matérias escritas em seis línguas (português, espanhol, italiano, francês, alemão e polonês). Em sua edição primeira, em 1908, a capa ostentava a seguinte imagem:

Figura 6 – Capa da Revista O Imigrante (1908)



Fonte: O IMMIGRANTE, São Paulo, n. 1, ano 1, jan. 1908, capa. Apesp.

Os autores dessa revista diziam que a mesma se destinava a "[...] orientar, de modo sincero e imparcial, tudo o que diz respeito ao [...] meio agrícola, financeiro e econômico [paulista]". Alegava-se ainda que ela seria "o melhor informante e propagandista de tudo quanto deseja saber o trabalhador que expatria-se, em busca de uma melhoria de sorte" (O IMMIGRANTE, 1908, p.1).

Tal como a representação extremamente desproporcional de São Paulo nos revela, a propalada “imparcialidade” se esvai logo na capa. Isso sem falar que as feições das demais unidades da federação estão ocultadas e as letras que se juntam para grafar o nome “Brazil” estão estrategicamente dispostas logo ao norte de São Paulo como quem sugerisse que o país se resumia ao mencionado estado – crença essa que, segundo alguns políticos mineiros, de fato ecoaria entre os europeus.

Ademais, vale aqui registrar que os variegados discursos comparativos – quase sempre tendo o êxito da imigração nas terras paulistas como referencial – constituíam-se também em fulcral elemento persuasivo mobilizado pelos grupos pró-imigração. Era um importante trunfo que servia para sinalizar que a apoio a imigração poderia resultar em efeitos esplendorosos como aqueles que registrariam em São Paulo.

Essas informações aqui amalhadas evidenciam que se por um lado as elites mineiras regionais travavam uma acirrada disputa por recursos – haja vista, os debates ao redor da instalação de hospedarias –, por outro, os mineiros competiam com as elites dos demais estados brasileiros na obstinada peleja por imigrantes e recursos.

Isso nos lembra de alegórica fala do deputado estadual David Campista. No ano de 1891, diante acaloradas divergências sobre a organização municipal, ele afirmou que estava se “estabelecendo rivalidades entre as diferentes zonas de Minas, como se estabeleceram no congresso federal entre os diversos Estados da União” (MINAS GERAES, 23. mai.1891, p.2)²⁴.

Conforme visto, tais rivalidades existiam porque as elites mineiras ambicionam solidificar seu poderio no interior do estado e, de forma paralela, intentavam se afirmar no contexto nacional. Nesses dois casos, estes sujeitos desejosos do poder defendiam seus interesses sob a persuasiva alegação de que o futuro das Gerais estaria em jogo.

²⁴ Não é por acaso que Wirth (1892) tenha dito que havia em Minas um “sistema mini-federalista”. Afinal, conforme verificamos, salvaguardadas as devidas especificidades, a disputa entre as regiões mineiras de fato se assemelhava à tensão existente entre as unidades da Federação.

2.1.3. Malquistos vizinhos do Prata

Se ao nível nacional São Paulo despertava tantas preocupações, no âmbito *internacional*²⁵ o governo mineiro – e demais autoridades brasileiras – via(m) a Argentina como um dos principais e mais ardilosos competidores. Inclusive, não eram raras vezes nas quais as táticas argentinas eram colocadas como paradigma a ser perscrutado.

Camillo de Brito, por exemplo, ao discursar sobre a importância dos núcleos coloniais, explicitava que o governo deveria se espelhar no modelo argentino. Explanava ele:

Na Republica Argentina que deve nos servir de exemplo sobre este assumpto, e para onde a corrente immigratoria precipitou-se caudalosamente, tambem ella estabeleceu-a por meio de nucleos, sendo o Esperanza o primeiro fundado em 1854 e alguns tornaram-se povoações muito importantes, assim como entre nós (MINAS GERAES, 28 abril, 1892, p.3).

De fato, parecia ser coerente buscar inspiração na Argentina, na medida em que logo após os Estados Unidos, este "[...] foi o país que atraiu o maior número de imigrantes para as Américas, no período de 1890-1930, superando o Canadá e o Brasil (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 174).

Nessa linha, em artigo cujo emblemático título era: "Imitemos a Argentina", o boletim n. 42 da Sociedade Central de Imigração tecia sortidos elogios aos vizinhos brasileiros:

A Republica Argentina é um dos grandes laboratorios da experimentação applicada á empreza da immigração. Si exceptuarmos os Estados Unidos, não acharemos nenhuma no rol das nações, que tanto se tenha avantajado nesta ordem de interesses. É nessas circumstancias de que a Republica, em curto lapso de tempo, nos dá estes dous grandes exemplos. Organizou, não ha muito, vasto systema de propaganda nos principaes centros populosos da Europa, confiando de homens competentes a laboriosa tarefa, instituindo escriptorios de informação, fundando exposições permanentes, e por este modo pondo ao alcance dos emigrantes tosos os dados que possam oriental-o ácerca da escolha da região pra onde tenham de dirigir-se. Agora, não hesita no empenhar a responsabilidade do Estado, bem que subsidiariamente, para occorrer aos gastos do transporte do immigrante (A IMMIGRAÇÃO, jan.1888, p. 5).

²⁵ Outra grande referência era o modelo adotado pelos Estados Unidos. Isso nem diferente poderia ser posto que fora este o país que mais recebera imigrantes no intervalo de 1890-1930 (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Sob este último ponto é importante dizer que, na comparação entre Argentina e Brasil (1890-1930), a emigração subsidiada também exerceu destacado papel no território brasileiro, mesmo que nos últimos anos ela tenha sido menos expressiva.

Isso pode ser percebido quando verificamos que no último decênio do século XIX a emigração subsidiada “[...] representou em torno de 85% do total dos imigrantes para o estado de São Paulo e somente 40% no período 1914-1927, quando, no último ano iniciado, a política de subsídios cessou” (FAUSTO e DEVOTO, 2004, p. 174). Já no caso argentino, o subsídio apenas foi adotado no triênio de 1887 a 1889.

Essas informações sinalizam que a Argentina tinha na imigração espontânea um importante trunfo. Mas quais seriam as razões por essa predileção dos imigrantes?

Em artigo veiculado no *Diário de Minas* declarava-se que tais razões estariam atreladas às

[...] grandes vantagens oferecidas ao imigrante – dos lotes de terra, dos instrumentos de lavoura e animais – a produção em larga escala do trigo e vinho, que são a base da alimentação europeia, a grande prática que os argentinos têm deste serviço, os seus escriptorios de informação lá estabelecidos, outros tantos focos de poderosa propaganda – tudo isso há de pôr a provincia de Minas em posição bem desvantajosa para a aquisição de imigrantes que nos possam servir, com amor para o trabalho e honestidade porque não basta trazer imigrantes, é preciso trazer bons imigrantes (DIARIO DE MINAS, 5.set.1888, p. 2).

Ou seja, admitia-se que em virtude das vantagens ofertadas pela Argentina, o estado mineiro já se colocava em posição deveras desfavorável. Já na análise de Fausto e Devoto,

dentre os fatores que contribuíram para a preferência pela Argentina no continente sul-americano, devemos destacar as imagens contrastantes formadas nos países de emigração da Europa, muitas vezes com fundamento na realidade, especialmente na comparação entre a Argentina e o Brasil. Em primeiro lugar, as informações que circulavam nos centros de emigração assinalavam as melhores condições salariais e mesmo de oportunidades no caso argentino. Ao lado desse fator, havia a qualidade do clima, mais compatível com o europeu, o temor das doenças contagiosas e a presença do negro, sobre o qual incidia o preconceito, e o receio de que trabalhadores imigrantes fossem tratados como escravos – uma alusão comum nas queixas dos colonos, nas fazendas paulistas (2004, p. 175).

As representações difundidas na Europa pareciam ser mais favoráveis às terras platinas. Ademais, mesmo que a Argentina não tenha recorrido de forma

intensa à prática dos subsídios, isso não indica que não houvesse uma política que visasse atrair imigrantes. De maneira similar, isso não significa que os argentinos não se preocupassem com a concorrência exercida por outros países, entre os quais se destacava o Brasil (FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Este último ponto pode ser melhor entendido ao notarmos que as disputas entre Brasil e Argentina deixaram suas marcas ao longo dos anos (BERNASCONI e TRUZZI, 2002):

Por exemplo, em 1890, Assis Brasil – chefe da legação brasileira em Buenos Aires – informava ao ministro das Relações Exteriores a publicação de notícias em *La Prensa* e *La Nación* tendentes a prejudicar a imigração europeia para o Brasil. Um dos argumentos mais utilizados nessas disputas dizia respeito ao clima insalubre do país. Em contraste, uma enciclopédia publicada em Madri em 1910, para ficar só em um exemplo, destacava a similitude do clima entre Buenos Aires e o sul da Espanha, sublinhando a excelente salubridade e a baixa taxa de mortalidade (FAUSTO E DEVOTO, 2004, p. 175).

A realização de uma propaganda contra o Brasil e favorável à Argentina – alicerçada, em especial, na *questão climática* – seria uma das estratégias orquestradas pelos argentinos no sentido de animar a imigração para as terras platinas e desencorajá-la para as brasileiras²⁶. Essa rivalidade pode ser percebida através do boletim n. 72 da Sociedade Central de Imigração. Por meio de um artigo – sugestiva e ironicamente intitulado “Amabilidade e imparcialidade da republica Argentina para com o Brazil” – chamava-se atenção para as palavras que o jornal *Nacional de Buenos-Ayres* teria escolhido, em 1890, para narrar a situação dos imigrantes nas terras brasileiras. Asseverava-

²⁶ Essa rivalidade pode ser percebida através do boletim n. 72 da Sociedade Central de Imigração. Por meio de um artigo – sugestiva e ironicamente intitulado “Amabilidade e imparcialidade da republica Argentina para com o Brazil” – chamava-se atenção para as palavras que o jornal *Nacional de Buenos-Ayres* teria escolhido, em 1890, para narrar a situação dos imigrantes nas terras brasileiras. Asseverava-se que os argentinos haviam separado "lisongeiros conceitos" que demonstravam a "boa vontade e cordialidade" manifesta por estes "justiceiros vinhos". Após tais ironias, reproduzia-se a notícia publicada no jornal argentino e parte dela trazia as seguintes acusações: “Não sabem estes infelizes, contratados para o Brazil, que, logo após a sua chegada, serão internados em localidades afastadas do littoral por centenas de leguas, e para onde não ha siquer meios de locomoção; e que, uma vez entregues ás fazendas, ficarão sem amparo, sob a férula de feitores que, acostumados a governar negros escravos, tratam sem nenhuma compaixão os escravos brancos que lhes cahem nas mãos. E como sahirá daquellas paragens remotas o infeliz immigrante, quando se desenganar acerca da sua terrivel situação, achando-se em meios e exposto ás condições onerosas de contrato, que o maior numero assigna sem comprehender as artimanhas que elle encerra? Se foge, será perseguido e apanhado para ser de novo submetido, ou então será entregue a justiça e tratado como criminoso, sem achar quem o proteja na sua trista situação. [...] Aqui, em todo o caso, serão cidadãos livres, ao passo que no Brazil ficarão reduzidos de facto á triste condição de escravos" (A IMMIGRAÇÃO, out. 1890, p.2, grifos do autor).

se que os argentinos haviam separado "lisongeiros conceitos" que demonstravam a "boa vontade e cordialidade" manifesta por estes "justiceiros vinhos".

Após tais ironias, reproduzia-se a notícia publicada no jornal argentino e parte dela trazia as seguintes acusações:

Não sabem estes infelizes, contratados para o Brazil, que, logo após a sua chegada, serão internados em localidades afastadas do littoral por centenas de leguas, e para onde não ha siquer meios de locomoção; e que, uma vez entregues ás fazendas, ficarão sem amparo, sob a férula de feitores que, acostumados a governar negros escravos, tratam sem nenhuma compaixão os escravos brancos que lhes cahem nas mãos. E como sahirá daquellas paragens remotas o infeliz immigrante, quando se desenganar acerca da sua terrivel situação, achando-se em meios e exposto ás condições onerosas de contrato, que o maior numero assigna sem comprehender as artimanhas que elle encerra? Se foge, será perseguido e apanhado para ser de novo submetido, ou então será entregue a justiça e tratado como criminoso, sem achar quem o proteja na sua trista situação. [...] Aqui, em todo o caso, *serão cidadãos livres*, ao passo que no Brazil *ficarão reduzidos de facto á triste condição de escravos*" (A IMMIGRAÇÃO, out. 1890, p.2, grifos do autor).

Outrossim, os "hermanos" ofereceriam melhores condições de trabalho e contariam com uma moeda mais valorizada que a brasileira. Com efeito, as remessas de dinheiro enviadas do Brasil para a Europa eram inferiores que aquelas enviadas da Argentina – ou dos Estados Unidos²⁷, por exemplo – para o Velho Continente. Dito de outra forma: "a propaganda representada por essas remessas entre parentes e amigos que nas cidades e aldeias da Europa com elas se beneficiavam, eram muito menor da parte do Brasil do que da parte dos Estados Unidos ou da Argentina" (CARNEIRO, 1950, p. 30).

Para além disso, lembremos que a Argentina também procurava seduzir os estrangeiros ao projetar a "imagem de República Branca", alcunha esta que realmente começou a ter correspondência com a realidade (SKIDMORE, 1989). Efeitos nesse sentido podem ser vistos a seguir.

²⁷ Especificamente em relação ao Estados Unidos, Carneiro (1950) salienta que a descoberta do petróleo e do motor de explosão – que passou a demandar a utilização de *gasolina* – teria ajudado a dinamizar sobremaneira a economia norte-americana transformando as terras estadunidenses em um polo extremamente atrativo aos emigrantes.

2.1.4. Malogrados esforços

No alvorecer do século XX observou-se um declínio das levas de emigrantes que desembarcavam no Brasil. Vários deles, italianos em sua maioria, preferiam se dirigir para Argentina. Entre as causas para esse movimento estariam: i.) a implacável propaganda realizada por agentes de companhia de imigração; ii.) os preços reduzidos de passagem para o Prata; iii.) as promessas de vantagens generosas e vi.) o fim da subvenção à imigração por parte do governo brasileiro (DIEGUES JÚNIOR, 1964).

De fato, existia uma pronunciada concorrência entre Brasil e Argentina que pode ser percebida, por exemplo, através das palavras de Campos da Paz. Ferrenho defensor da viticultura²⁸, ele afirmava que em virtude de a lavoura mineira ser dominada pelo café, o imigrante só permanecia nas fazendas enquanto houvesse produtos para sua subsistência. Impossibilitado de obter tais produtos, ele rumaria para centros populosos (como São Paulo e Campinas) ou para a Argentina:

Logo que o café não permite tal cultivo [de produtos para subsistência], o imigrante não se sujeita mais ao salario e como já adquiriu algum peculio, **ou se dirige para os centros populosos**, como S. Paulo e Campinas, onde vai explorar as pequenas industrias, creando monopolios, que elevam consideravelmente os preços de seus productos, ás vezes mesmo monopolizando industrias de maior folego, por meio de syndicatos, como acontece com a carne fresca em S. Paulo, ou elle se expatria com o peculio accumulado, porque nada o prende á terra, onde a propriedade o fixaria e a cultura da videira o enriqueceria, **ou transporta-se para a Republica Argentina**, onde a carne, o pão e vinho são baratos, porque o produzem para o consumo (MINAS GERAES, 3 de abril de 1895, p. 5).

O autor sentencia que na Argentina existiria uma "agencia bem organizada" voltada a fomentar o fluxo migratório das terras brasileiras para as platinas. Tudo isso para afirmar que não seria recomendável investir vultosos recursos no cultivo do café, posto que tal cultura não contribuiria para o imigrante se fixar na lavoura e assim facilitaria a debandada para as terras platinas (MINAS GERAES, 3 de abril de 1895, p. 5).

²⁸ Nesse momento, o debate a respeito de modernização agrária era permeado por propostas que buscavam diversificar a produção agrícola, vislumbrando a policultura como sendo um mecanismo que contribuiria para reduzir a elevada dependência que a economia do estado tinha em relação aos pés-de-café (AGUIAR, 2006).

Em metáfora que parecia traduzir com perfeição estes alegados vãos esforços, Paz reclamava que o governo se portava como quem “apanha água em cesto²⁹”:

Vê-se por ahi que, para accudir a lavoura com os braços de que ella carece e que incessantemente pede para o cultivo de seu café, o governo despende grossas sommas, **como quem apanha agua em cesto**, porque o immigrante não se fixa na lavoura, ficando, portanto, desperdiçada a somma empregada com a passagem e mais gastos da immigração com os que se vão para os centros populosos, com os que se expatriam, e com os que emigram para a Republica Argentina"

Essa situação incomodava tanto ao ponto Paz sugerir – em alusão à fábula do alemão Gotthold Ephraim Lessing – que os brasileiros se pareciam se comportar feito *galinhas cegas*:

Em relação a estes ultimos bem se podia aplicar a fabula de Lessing: Conta elle que uma galinha cega ciscava por instincto, mas não poderia se aproveitar dos grãos que punha a descoberto, porque os não podia apprehender por não encherгал-os; outras gallinhas, mais expertas seguiam a cêga e iam appnhando com o bico os grãos que a cêga ia descobrindo.

O Brazil está nas condições da galinha cêga, em relação á immigração: vae pagando e pagando sempre as passagens do immigrante de que a Republica Argentina vae-se aproveitando (MINAS GERAES, 3.abril de 1895, p. 5).

E aqui caberia um parênteses para informar que dos 58.892 imigrantes introduzidos em Minas Gerais nos anos de 1894 e 1892, somente 2001 ainda residiam no estado (MONTEIRO, 1973). Vê-se que, de certa feita, o governo mineiro estava mesmo se portando como a “galinha cega” da fábula de Lessing.

Em virtude de tudo isso, o autor tornava a reforçar que a viticultura contribuiria para fixar o imigrante no solo e ainda permitiria o desenvolvimento de culturas como a do milho, trigo, cevada, batata, alfafa, algodão, amoreira, cana, árvores frutíferas, hortaliças, criação de porcos, galinha, entre outros:

Essas culturas, além de fazerem a abastança para o camponio, a abastança para o povoamento dos proximos primeiro, para as cidades depois e, excedendo mesmo o consumo, servirem para a exportação, trar-nos-ha de prompto 2 resultados: 1º, barateará os generos de consumo de primeira necessidade que não precisaremos importar, como acontece agora; 2º tirará aos nossos bons visinhos do Prata o mais forte argumento contra nós, que é tirado das pautes da alfandegas (MINAS GERAES, 3 de abril de 1895, p. 5).

²⁹ Afinado à tais pensamentos – e em uma metáfora que parecia dialogar com aquela de “apanhar água em cesto” – Barreto dizia que os imigrantes se retiravam para a Argentina, evaporando-se de forma mágica: “Temos introduzido milhares e milhares de immigrantes e todos esses milhares e milhares se têm evaporado como por encanto. Os que aqui chegam demoram-se 2, 3 ou 4 annos, apenas o tempo necessario para ajuntar um pequeno peculio, e daqui retiram-se em demanda ou de sua patria ou da Republica Argentina. O Brasil é para elles apenas um posto de escala” (MINAS GERAES, 5 abril. 1899, p.2).

Esse forte argumento era o de que o Brasil seria o *país do café* e da *febre amarela*. Em sua visão essas seriam as principais alcunhas mobilizadas pelos argentinos para esmorecer a imigração para as terras brasileiras.

E se falamos em alcunha, devemos mencionar que havia quem qualificasse o Brasil como o “País dos Macacos”. Essa expressão – versada para o italiano – compunha o título do livro “Nel Paese De'Macacchi” publicado em 1897 pelo jornalista italiano Ubaldo Moriconi. Ao longo das páginas da mencionada obra o autor destilou maledicentes palavras contra as terras e costumes brasileiros. Objetivava-se assim desalentar a imigração de seus conterrâneos para o Brasil:

O bom do idioma italiano, e de seus diversos dialetos, em relação ao português, é quase não precisar de tradução. A ofensa do título deste tópico e do livro de Ubaldo Moriconi, publicado na Itália em 1897, dispensa maiores explicações. Não se trata de um tratado de biologia símia. A intenção do autor, jornalista que vivera no Brasil por quase 10 anos, era enlamear o “país dos macacos” (SCHOMMER, 2012, p. 205).

O autor "descreve o país e seus habitantes, valendo-se da retórica da negação e da descaracterização dos brasileiros" (MORICONI, 2010, p. 2958). Ainda que se arrogasse da capacidade de realizar um relato imparcial, há no texto grande carga de rancor em relação ao Brasil (MORICONI, 2010)³⁰.

Por conta do tom da obra e de todo contexto, não se pode descartar a possibilidade de Moriconi ter sido contratado pelo próprio governo argentino:

A Argentina, disputando arduamente a primazia no aliciamento [...] [da] massa desesperada [de imigrantes europeus], fazia propaganda diretamente (chegou a comprar jornais e jornalistas italianos) não só do paraíso à espera do emigrante no extremo sul das Américas, como das desvantagens do vizinho concorrente, o Brasil, país dos macacos. Não seria nada surpreendente se Moriconi estivesse na folha de pagamento dos argentinos (SCHOMMER, 2012, p. 208).

Independente da veracidade dessa hipótese, cristalino é perceber que a *propaganda* se configurava em um elemento medular na competição pela captação de imigrantes. Não por acaso, tendo ciência dessa feroz concorrência, o governo lançou mão de recursos para dinamitar as desastrosas imagens sobre o Brasil e erigir um requintado imaginário sobre as Gerais.

³⁰ Exemplo: ao versar sobre os hábitos alimentares, ele dizia que a feijoada se tratava de uma mistura nojenta que causaria asco até nas galinhas (SCHOMMER, 2012).

CAPÍTULO 3 – ESTRATAGEMAS PROPAGANDÍSTICOS

A atuação de David Campista se confundia com a própria Superintendência de Emigração³¹ e, não por acaso, suas ações na direção deste órgão eram aplaudidas com frequência. Consideremos, aliás, que esses aplausos – orquestrados provavelmente pelo próprio governo – também podem ser compreendidos como um gesto propagandístico que teria o intuito de destacar o quão organizado seria o serviço de imigração no estado.

Sustentamos tal consideração com base na notícia publicada pelo jornalista italiano Alexandre D'Atri que fora contratado para engendar propaganda em prol das Gerais. Sua atuação pode ser acompanhada de perto através de uma matéria publicada n'O Paiz³² em que lemos derramados elogios:

Não queremos ser os ultimos a louvar a obra eminentemente patriótica do distincto mineiro dr. David Campista, superintendente do Estado de Minas na Europa.

Por isso, associando-nos de bom grado aos jornaes francezes, italianos e brasileiros em tudo quanto têm dito nestes ultimos dias a seu respeito e sobre a sua actividade no desempenho da missão de superintendente de um Estado da União, não podemos deixar de averiguar e de fazer publicas as razões pelas quaes, em menos de um anno de trabalho, o dr. Campista conquistou inteira confiança do seu paiz e a geral sympathia da imprensa européa, particularmente da italiana.

Quem sabe? Os bons exemplos são sempre salutaes (MINAS GERAES, 10 jun. 1896, p.2)³³.

Entre outros aspectos, o jornalista afirmava que o recrutamento de imigrantes se assemelhava a um tráfico de carne humana. Só que ao invés de indivíduos negros escravizados, estariam cativos brancos. Críticas também eram endereçadas às inúmeras e ilusórias promessas que os agentes de imigração propunham:

³¹ Como dissemos, a Superintendência fora instalada em Gênova. Tal escolha se deu em virtude de essa cidade abrigar um dos principais portos emigratórios da Europa e também porque a Itália já era o país com maior afluxo de imigrantes para as Gerais (MONTEIRO, 1973).

³² A mencionada matéria fora publicada na edição de 5 de junho de 1896 – segundo informações contidas no jornal “Minas Geraes” – e reproduzida nesse mesmo jornal no dia 10 de junho de 1896.

³³ Nos anos que sucederam sua instalação, além das funções de propaganda, a Superintendência assumiu novas feições: “Nos moldes do que já haviam feito outras nações, como os Estados Unidos, passou a Superintendência a controlar e fiscalizar diretamente a emigração. Torna-se necessário recordar que as atividades executivas continuaram a ser exercidas por agentes e subagentes italianos, de acordo com a lei, agora, porém sob a responsabilidade direta da própria Superintendência” (MONTEIRO, 1973, p. 96).

O recrutamento em massa de emigrantes, tal como tem sido feito até hoje, na Europa foi sempre considerado commercio de carne humana, trafico de escravos brancos em substituição aos dos negros.

Não obstante as imprecações do publico e as maldições da imprensa, os poucos escolhidos têm continuado e continuarão a recrutar emigrantes; mas, na maior parte dos paizes europeos que fornecem melhor contingente a nossa emigração, ficou e ficará ainda por muito tempo a impressão pela qual é considerado criminoso de lesa patriotismo e de lesa humanidade todo aquelle que se occupa de emigração (MINAS GERAES, 10 jun. 1896, p.2).

Na visão de D'Atri, além das promessas não cumpridas, a ganância e corrupção seriam vícios que contaminavam as agências emigratórias. No entanto, de forma assaz competente Campista teria conseguido mudar este cenário ao eliminar o “agente de emigração” que era considerado um intruso (um parasita) nas relações entre os emigrantes e os governos dos estados brasileiros³⁴. Esse êxito, deveras louvado, era narrado no trecho que se segue:

Agora, porém, o comissario de Minas Geraes, homem perspicaz e espirito democratico, apenas chegou á Italia, dedicou-se a estudar a causa da antipathia que naquelle paiz inspira o serviço da emigração e, baseando-se na opinião publica e particularmente na de eminentes politicos e jornalistas conceituados, não levou muito tempo a descobrir que a causa dessa antipathia é o agente de emigração (MINAS GERAES, 10 jun. 1896, p.2)³⁵.

A partir de estas palavras temos a dimensão de como a atuação de David Campista era festejada pelo governo. Todo esse tom efusivo pode ser compreendido como uma estratégia que ambicionaria sucumbir as sombrias

³⁴ “Diziam uns e provaram, que o agente de emigração é um intruso entre os emigrantes e os governos dos Estados brasileiros; outros que é o compadre, o parasita que pesca nas águas turvas da política brasileira. Aconselharam todos o dr. Campista a dirigir pessoalmente o serviço de emigração para o seu paiz, optimo conselho, na verdade porquanto o comissario de Minas, vendo mais longe que os conselheiros, logo calculou as immensas vantagens que, da eliminação do agente de emigração, proviriam para o emigrante e para o paiz que ele representa. De accôrdo, pois, com a Companhia La Veloce [Companhia de Imigração], o dr. Campista começou a embarcar por sua conta os emigrantes dirigidos a Minas, escolhendo-os entre a verdadeira gente do campo, sã, robusta, morigerada e amiga do trabalho” (MINAS GERAES, 10 jun. 1896, p.2, acréscimos nossos).

³⁵ Chamava-se atenção também para as economias que Campista teria obtido no que diz respeito às passagens dos imigrantes: “E não foram estes os unicos beneficios feitos ao serviço de emigração: ha um outro, para o qual não podemos deixar de chamar a atenção dos Estados da União, e é a grande economia feita pelo Estado de Minas, pagando a La Veloce 125 francos por cada passageiro de 3ª classe. Assim ganham os contribuintes, ganha a companhia de navegação, que recebia do agente apenas 100 francos por cada emigrante transportado de Genova ao Rio, e, finalmente ganham os emigrantes, aos quaes a La Veloce, por fornecer, sem sacrificios, um pedaço de carne a mais e conceder maior espaço e mais ar a bordo de seus vapores. Quem perde com tudo isso é o agente de emigração, mas é chegada a ocasião dos Estados repudiarem esse parasita” (MINAS GERAES, 10 jun. 1896, p.2). Portanto, “eis as razões porque, muito justamente, a imprensa europea e brasileira elogia o superintendente de Minas Geraes (MINAS GERAES, 10 jun. 1896, p.2).

representações que pesavam sobre o serviço de imigração mineiro³⁶. Esse desvelo – somada à vontade de sublinhar as virtudes do território – era tão grande que dedicamos este capítulo para retratar alguns dos ardis usados pelo governo de Minas Gerais.

3.1. Mostrar ao Brasil e ao estrangeiro o que temos e o que valemos!

Entre os mecanismos mobilizados na divulgação das potencialidades mineiras não poderíamos deixar de versar sobre a Revista Industrial de Minas Geraes. Trata-se de uma publicação dirigida pelo Sr. Alcides Medrado, bibliotecário da Escola de Minas e reconhecido jornalista:

É uma publicação de grande utilidade e que está destinada a prestar excellentes serviços ao desenvolvimento industrial do nosso Estado, tão pujante em riquezas naturaes (MINAS GERAES, 21. out, 1893, p. 2).

No artigo do programa da Revista Industrial (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 15. out. 1893), entre informações outras destacava-se que o objetivo da publicação estava “[...] consignado em seu próprio título”, na medida em que a mesma fora criada com a finalidade de ser “o orgam representativo dos interesses industriaes” (MINAS GERAES, 21. out, 1893, p. 2). Informava-se ainda que através de seu raio de ação ela procuraria:

desenvolver e dar a publicidade todos os assumptos attinentes ás industrias do Estado, principalmente aquellas que se prendem á mineração em geral, - as mais importantes e futuras do rico solo Mineiro; estudar as condições actuaes das industrias, seu valor e importância, methodos empregados e a empregar, vantagens e defeitos, quantidade e qualidade dos productos explorados e a explorar, vias de comunicação, **agricultura, colonização e imigração**, tudo enfim que com ellas tiver intima aliança (MINAS GERAES, 21. out.1893, p. 2, grifos nossos).

Por tudo isto, considerava-se que a Revista cumpriria elevado papel na divulgação das virtudes mineiras. Afirmava-se que ela seria um dos principais meios propagandísticos do estado:

³⁶ É revelador notar que em 1894 e 1895 entraram, respectivamente, 5.689 e 6.631 estrangeiros no estado. Já em 1896 os números subiram de forma considerável e registraram 22.496 estrangeiros (MONTEIRO, 1973). De certa forma, poder-se-ia especular que tal acréscimo se relaciona ao êxito dos serviços comandados por Campista. Válido acrescentar ainda que 1896 foi o ano em que a União transferiu, de forma definitiva, as responsabilidades relacionadas à imigração aos Estados.

Vae ser a Revista um dos melhores meios de propaganda de nosso Estado, **mostrando ao Brasil e ao estrangeiro o que temos e o que valemos**, para Minas felizmente é quanto basta para attrahir o colono e capital (MINAS GERAES, 25. out. 1893, grifos nossos).

Como a Revista era publicada em português, inglês e francês, esperava-se que a mesma pudesse "[...] ser lida pelo mundo inteiro" vez que ela falaria "[...] lá fora a linguagem que mais convêm, em pról de um povo, como o de Minas que só diz o que faz e não diz que tudo faz" (MINAS GERAES, 25. out. 1893, p. 3).

Em discurso veiculado no Congresso Mineiro, em 1893, o deputado estadual Theophilo Marques declarava apoio a uma emenda que visava auxiliar financeiramente a *Revista*. Em sua ótica, a mencionada publicação constituía-se, desde o início, em um "[...] dos maiores factores da propaganda, perante o estrangeiro, das riquezas do sólo e do sub-solo mineiro" (MINAS GERAIS, 1. out. 1893, p.3). Segundo ele, a "propaganda inteligente" realizada estava atraindo "[...] uma corrente de industriaes e capitaes europeus – no sentido de explorar as multiplas e inesgotaveis riquezas que a natureza prodigalizou a mancheias ao privilegiado sólo mineiro" (MINAS GERAIS, 1. out. 1893, p.3).

Nesse mesmo tom, em discurso pronunciado na sessão de 1º de Junho de 1894, Camillo Prates argumentava sobre a importância da *Revista* e defendia a necessidade de consignar auxílio à mesma. Ao se dirigir ao Presidente ele destacava que o periódico preencheria importante lacuna:

Ha muito tempo que sentiamos a necessidade de um jornal de propaganda, não só com a relação a nossas industrias, como com relação á lavoura mais particularmente.

A propaganda feita pela imprensa é um dos mais poderosos elementos de vulgarização de nossa riqueza, e de attrahir ao nosso sólo trabalhadores uteis e esforçados (MINAS GERAES, 12 de jun. 1894, p.4).

O político fazia questão de enfatizar que, apesar do título, a publicação apresentava abordagem diversificada e não era contrária aos interesses da lavoura. Como se pode perceber, havia um grande temor em colocar em risco as atividades vinculadas às rendas dos latifundiários. A passagem abaixo fornece certa dimensão desse temor:

Sr. Presidente, nessa revista têm-se publicado artigos referentes a muitas indutrias de Minas.

E eu posso garantir á Camara que ella não é extranha, apesar do seu titulo de Revista Industrial, aos interesses mais immediatos da lavoura e ensino agricola do Estado (MINAS GERAES, 12 de jun. 1894, p.4).

Por tudo isso, Prattes afirmava ser imprescindível que o Congresso concedesse a "sua mão, seu auxílio a essa publicação", pois esses atos certamente garantiriam bons frutos ao estado. Afinal, projetava ele:

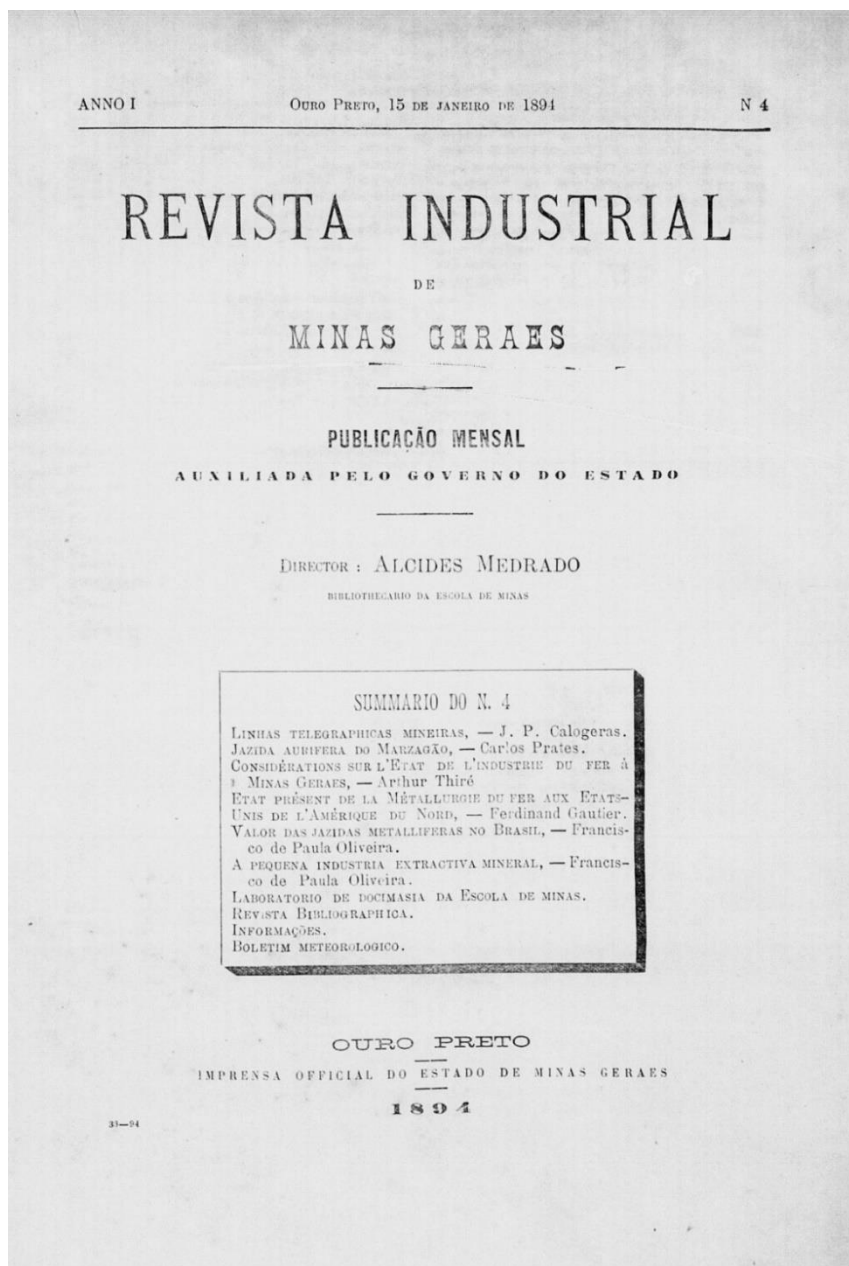
A revista terá o merito de vulgarizar as nossas riquezas mineraes, e industriaes em geral, e será um meio de fazer convergir para Minas as atenções dos exploradores europeus, que absolutamente não conhecem, e é esse o nosso mal, as grandes riquezas naturaes de que é dotado o nosso paiz (MINAS GERAES, 12. jun. 1894, p.4).

A Revista Industrial circulou entre 1893 e 1899 (SANTOS, 2009)³⁷ e tratava-se de uma publicação mensal – auxiliada Pelo Governo do Estado. Adiante podemos avistar sua contra-capa e em momentos diversos neste trabalho deparamos com seus excertos nos quais a temática da imigração era assunto pululante³⁸.

³⁷ Para maiores informações sobre a mencionada Revista, consultar: Santos e Lopes (2008) e Santos (2009).

³⁸ Como podemos ver, por exemplo, nas seguintes páginas que costuram essa dissertação: 34; 35; 85; 150 151; 180.

Figura 7 – Contracapa da Revista Industrial de Minas Geraes (1894)



Fonte: (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 15. jan.1894)

Mas, além dessa publicação, considerava-se que a obtenção de uma carta geológica também seria de grande importância para a divulgação das riquezas do estado.

3.2. Da necessidade de se conhecer o “território”

A construção da nação é a conquista e submissão da natureza selvagem, o controle sobre o território.

[...]

A descoberta do território, pela história, geomorfologia, geografia e cartografia foi uma dimensão crucial desse esforço de produção de uma identidade nacional" (MAGNOLI, 1997, p. 108).

Essa necessidade de conhecer o substrato físico do território salta aos olhos em discussão sobre a organização das secretarias do estado. Nesta oportunidade, ao discorrer sobre a propaganda imigratória, Costa Sena³⁹ mencionou a importância de se coligir informações de cunho geológico. Argumentava ele:

Na Europa não se poderá fazer uma propaganda seria sobre a imigração para Minas, antes de serem conhecidos, ao menos summariamente, os principaes dados geologicos sobre o nosso estado (MINAS GERAES, 12. out. 1891, p.1).

Xavier da Veiga disse que se a propaganda imigratória dependesse de uma carta geológica, eles teriam que esperar um século. Mas Costa Sena não via problema algum em aguardar tanto tempo caso tal espera se revertesse em propaganda séria:

Pois bem: gastaremos mais um seculo, reunindo elementos para uma propaganda seria, não continuemos, porem, a perder tempo, com uma propaganda nulla e excessivamente dispendiosa (MINAS GERAES, 12. out. 1891, p. 1).

Para embasar esse posicionamento ele acrescentava:

Quando se trata de encaminhar a corrente de imigração para um paiz, os consules, os diplomatas, que se occupam seriamente dos negocios de sua nação, antes de primarem pela elegancia dos trajes e regras da etiqueta, de receptação official das cortes, os consules e os diplomatas, que merecem esse nome, procurarão immediatamente saber quaes são as condições do solo, qual o clima da região para onde vão emigrar os suos patricios (MINAS GERAES, 12. out. 1891, p. 1).

³⁹ Foi político, engenheiro, professor e acadêmico; nascido em Conceição do Serro (MG) – atual Conceição do Mato Dentro. "Adepto do regime republicano, elegeu-se Senador Constituinte Estadual de 1891 e para a 1ª e a 2ª Legislaturas Ordinárias (1891-1898). Eleito para a 3ª Legislatura (1899-1902), renunciou ao assumir a direção da EMOP. Vice-Presidente do Estado no quadriênio 1898-1902, esteve no exercício da Presidência de 21 de fevereiro ao fim do período, em substituição a Francisco Silviano de Almeida Brandão, afastado da Chefia do Governo por motivo de doença. Em 1894-1895 foi Delegado do Governo mineiro junto à Exposição de Minerais de Santiago do Chile, para o qual organizou completo mostruário e catálogo dos recursos minerais do Estado [...]. Pertenceu ao PRM" (MONTEIRO, 1994, p. 627).

Xavier da Veiga disse que mesmo sem possuir uma carta geológica, a imigração para São Paulo se desenvolvia muito bem. Silviano Brandão, por sua vez, afirmava que ninguém duvidava da importância da carta geológica, o grande problema, no entanto, estaria em obtê-la.

Em réplica, Sena informava que São Paulo possuía uma comissão, composta por distintos geólogos, destinada a tratar sobre esse assunto. Ele ainda lembrava que o estado paulista era muito conhecido tanto na Europa quanto nos Estados Unidos:

O estado de S. Paulo é hoje bem conhecido na Europa e Estados Unidos.

E como se pode saber, se o sólo se presta a esta ou aquella cultura, para estudos especiaes, ainda mesmo summarios sobre natureza deste sólo?

O nobre senador sabe que os individuos que se encarrregam da propaganda para S. Paulo, a fazia com perfeito conhecimento dos differentes logares (MINAS GERAES, 12. out. 1891, p. 1).

Sena fez questão de enaltecer que os homens responsáveis pela propaganda paulista tinham pleno conhecimento das especificidades geológicas do território:

Os que fazem na Europa propaganda á favor de S. Paulo, conhecem bem a composição chimica desta terra, importa ao consul e aos propagandista[s] que, expondo as suas idéas a pessoas que tenham responsabilidade scientifica, estas se encarregarão depois de uma propaganda efficaz, junto ao governo, e junto aquelles a quem cabe a responsabilidade da sorte de seus conterraneos (MINAS GERAES, 12. out. 1891, p. 1).

Ainda argumentando sobre a vitalidade da carta geológica, o político lembrava que não havia necessidade de uma carta extremamente detalhada, bastaria uma que apresentasse dados de interesse dos colonos. Tal carta poderia especificar a natureza do solo e reunir explicações sobre as produções relacionadas a cada tipo pedológico. Essa carta não necessitaria apresentar as “sutilezas da sciencia”, posto que isso seria mais fácil de realizar em nações como a França que, além de possuir um território diminuto, contava com profissionais técnicos mais numerosos. Ouçamos o que Sena dizia:

Penso estarmos perfeitamente no caso de ter uma carta que dê a conhecer a natureza das rochas, a disposição das camadas, as culturas a que se prestam.

A estas informações se ajuntarão analyses das terras, dosando-se de preferencia os principaes elementos fertilissadores, taes como o acido phosphorico, alcalis etc.

A mesma commissão encarregada destes trabalhos com instrumentos baratissimos, reunirá dados importantes sobre o clima, fazendo observações barometricas e thermometricas determinando

com os pluviômetros, a média das chuvas anuais (MINAS GERAES, 12. out. 1891, p. 1).

Ao discorrer sobre o vocábulo a ser utilizado, ele ponderava que a linguagem técnica não seria [...] compreendida pelos colonos, que não sabem o que são rochas, e muito menos qual a importância de sua composição”, mas, seria “[...] compreendida pelas sumidades científicas, que podem fazer a propaganda de maneira eficaz” (MINAS GERAES, 12. out. 1891).

O político acreditava que o país ficaria conhecido com seriedade, mas apesar disso reconhecia que o governo não estava preparado para levantar uma carta geológica completa do território. Admitia-se que uma carta modesta poderia oferecer bons resultados para uma propaganda séria e eficiente.

Tais declarações revelam que na concepção de alguns políticos uma propaganda eficaz dependia do conhecimento do “território – e, este, não custa reforçar, era enxergado acentuadamente pelo viés fisiográfico. Nota-se também que não havia elevada preocupação no que diz respeito aos jargões excessivamente técnicos empregados, pois acreditava-se que as autoridades científicas se encarregariam de propagar as mensagens que até eles chegassem. Somado a tudo isso, notamos ainda a propaganda mineira era permeada por uma logística locacional, como narraremos a seguir.

3.3. Estratégias locacionais e perfil almejado

As ações propagandísticas guardavam certo comprometimento espacial. Dizemos isso ao analisar o Decreto n. 795 de 28 de novembro de 1894 que fornecia instruções à Superintendência de Emigração. Dois artigos em especial revelam notória preocupação geográfica.

O de número três preconizava que o escritório da Superintendência deveria se localizar em uma cidade europeia que viabilizasse condições mais satisfatórias à realização da propaganda. O quarto, por sua vez, estipulava que o superintendente poderia propor a criação de agências em portos nos quais houvesse emigrantes se dirigindo para o Brasil. Tratava-se de cuidados que intentavam aumentar o raio de ação das propagandas. Através de agência instalada próximo a um porto tentar-se-ia, por exemplo, convencer que um emigrante prestes a embarcar escolhesse Minas Gerais como seu itinerário.

Observamos também que o lugar onde era realizada a propaganda se vinculava ao *perfil* de emigrante mais cobiçado pelo governo. Isso é perceptível através do artigo “A Imigração em Minas IV”. De acordo com os informes, recomendava-se que o estado deveria buscar pessoas que tivessem aptidão para o trabalho rural:

Será de bôa vantagem para este Estado que os immigrants fossem procurados de preferencia nas regioes europeas em que se dedicassem á vida rural.

Os habitantes desses lugares facilmente se resolveriam á emigrar desde que pudessem, conseguir vantagens superiores ás que tiram do trabalho no lugar de seu nascimento; a espectativa da formação de um peculio, a remuneração vantajosa de seus esforços, a cultura de um terreno mais fertil e productivo, são sem duvida bons incentivos para a vinda de uma bôa e morigerada imigração (MINAS GERAES, 9. ago de 1894, p. 4).

Enfatizava-se que o *locus* da propaganda se constituía em um diferencial de inefável valor. Segundo as exortações, dever-se-ia privilegiar centros e zonas agrícolas e pastoris:

Os logares de agentes de propaganda na Europa em favor da imigração para o Brazil são de summa conveniencia e importancia, porquanto se forem criteriosamente exercidos nos centros e zonas agricolas e pastoris, por certo que serão proficuos e corresponderão á espectativa de sua criação e em pouco tempo veremos essas fontes de nossa riqueza natural prosperarem e progredirem; mas, se esses agentes fizerem a propaganda de boulevards e cafés, villegiaturas pelas cidades elegantes, então, teremos as nossas cidades repletas de individuos que virão tornar mais precaria a nossa situação economica, augmentado o consumo e enchendo as ruas e quiçá as prisões (MINAS GERAES, 9. ago.1894, p. 4).

Não fortuitamente, linhas depois, nos deparamos com a seguinte conclusão⁴⁰: “É essencial, pois, que a imigração para este Estado, actualmente, seja antes para o impulsionamento da lavoura, que para o povoamento de seu território” (MINAS GERAES, 9. ago. 1894, p. 4). Ou seja: ainda que, a despeito de suas ocupações, a introdução de imigrantes, por si só, já implicasse em um incremento populacional, esse aumento não redundava, necessariamente, em mais braços para a lida na lavoura.

O pensamento parecia ser o seguinte: “se os *braços* estiverem ocupados com o trabalho na lavoura, *as pernas* estarão enraizadas ao solo e, portanto, sobre controle”. Isso é exatamente o que sugere o relato feito em 1896, por Estevam de Oliveira – fiscal do primeiro distrito de imigração (sediado em Juiz

⁴⁰ O Decreto 612 de 6 de março de 1893 estabelecia que seriam aceitas famílias de agricultores, trabalhadores agrícolas, operários (ligados ao ofício manual ou industrial), artistas e criados.

de Fora) e dono do jornal Correio de Minas⁴¹. Segundo sua narrativa, entre os imigrantes introduzidos havia muitos que, embora se declarassem agricultores, rejeitavam o trabalho agrícola. Por isso, ao invés de engrossarem o contingente de trabalhadores, eles acabavam por aumentar o número de indivíduos ociosos nas cidades, dizia Oliveira. Em face de esse quadro considerado indesejável, ele ainda explanava:

Uma questão para mim capital e que deve merecer profunda cogitação por parte do governo é a que diz respeito ao operariado, que tende a immigrar em escala superior á de que necessitamos. Não me refiro propriamente ao operario artifice, sempre util em paiz onde abunda o trabalho e apenas agora principiam a ter incremento as industrias. **Refiro-me, porém, ao facto de serem introduzidos individuos que se dizem agricultores, mas não o são e nunca o foram e, uma vez alojados, na hospedaria, rejeitam collocação nas lavouras para augmentarem improductivamente as populações urbanas.**

Dos proprios quadros parciaes que vos tenho remettido após a distribuição dos imigrantes alojados pelos destinos respectivos, podereis deduzir o que deixo ligeiramente esboçado.

A população italiana, sem profissão definida, augmenta progressivamente nesta cidade, donde se deve concluir o mesmo facto para outros centros de população (CORREIO DE MINAS, 21.ago.1896, p.1, grifos nossos).

Na visão de Estevam de Oliveira, dificilmente poderia se encontrar uma leva de imigrantes que não deixasse como rastro um sobrelevado número de indivíduos que se diziam operários, mas que na verdade se engajavam somente em atividades comerciais. O problema disso, adverte ele, é que esses imigrantes não contribuíam para o objetivo mais cardeal que era o de incrementar a população trabalhadora:

Rara é a leva de immigrants que aqui não deixa grande numero de individuos, a título de que são operarios, e que pouco depois se entregam exclusivamente ao commercio de fructas, peixe e outras miudezas, como mascates ou vendeiros ambulantes, **sem modo algum concorrerem para a resolução do nosso grande problema economico – o agumento da producção pelo agumento reproductivo da população propriamente trabalhadora** (CORREIO DE MINAS, 21.ago.1896, p.1, grifos nossos).

⁴¹ "Personalidade destacada em Juiz de Fora, autor de livros e manuais didáticos, possuía características peculiares para o período, pois aliava sua função pública com a de militar e de jornalista, além de ser profundo defensor da República. Já havia sido redator do jornal Minas Livre, da mesma cidade e de O Povo, impresso em Cataguases. O Correio de Minas foi fundado em 16 de maio de 1894, por coincidência, no mesmo ano em que começaram a adentrar as primeiras levadas de imigrantes subvencionados. Iniciou circulando três vezes por semana, segundas, quartas e sextas. Em 1895, passou a diária, com exceção das segundas-feiras. Sofreu breve interrupção em 1897 e outra em 1898. Suspendeu a circulação em 1899 e restabeleceu-a em 1904. Em 1913, passou às mãos de Inimá e Itagiba de Oliveira, filhos do fundador. Foi editado até 1949" (GRECO, 2009, p. 29).

Como insistimos, mais que pessoas, procurava-se *braços* habituados à labuta na lavoura. Com efeito, é revelador atinar que os fazendeiros não se empolgassem tanto com os imigrantes que tivessem muitas crianças. Por isso, eles “davam preferência a famílias que, embora grandes, fossem constituídas por elementos qualificados para o trabalho” (MONTEIRO, 1973, p. 32).

No bojo de toda essa discussão salientamos que de acordo com o Decreto n. 612 de 1893 – artigo de número 5 do Capítulo I – os favores especificados na Lei n.32 de 18 de Julho⁴² seriam concedidos à: i.) famílias de agricultores; ii.) trabalhadores agrícolas solteiros (com idade entre 18 e 50 anos) e iii.) operários mecânicos ou industriais e artesãos.

art. 5. Somente terão direito aos favores de que trata o art. 1º da lei n. 32 de 18 de julho de 1892:

I - As famílias de agricultores, limitados aos respectivos chefes ou aos seus ascendentes ou indivíduos maiores de 50 anos;

II - Os varões solteiros maiores de 18 anos e menores de 50 uma vez que sejam trabalhadores agrícolas;

III - Os operários de artes mecânicas ou industriais, os artesãos e os indivíduos que se destinarem aos serviços domésticos e cujas idades se acharem compreendidas entre os limites dos números antecedentes.

Entretanto, como o escopo da imigração privilegiava os trabalhadores agrícolas, o interesse em relação aos indivíduos especificados no item III era reduzido. A vinda deles estava condicionada à assinatura de um documento em que os mesmos declarariam não mais solicitar favores ao governo:

Art. 10. Nenhum imigrante terá direito aos favores concedidos pela lei n. 32 de 18 de julho de 1892 sem que declare expressamente qual o destino e ocupação que pretende tomar no Estado. Os que se destinarem ao serviço agrícola reclamarão o transporte para o ponto de seu destino. **Os operários mecânicos, industriais, etc; assignarão declaração de que nenhum favor solicitarão do governo, além das autoridades, bem como o transporte para as localidades onde desejarem ficar-se** (MINAS GERAES, 7.mar.1893, grifos nossos).

Tendo em vista as especificações acima, notamos uma “[...] quase imposição legislativa para a vinda apenas do trabalhador rural” (MONTEIRO, 1973, p. 58). Isso é totalmente previsível quando nos lembramos que o

⁴² Favores estes especificados no artigo primeiro da Lei n.32 de 18 de Julho de 1892: “a) Indemnização de passagem aos imigrantes destinados ao Estado, e estabelecimentos determinadamente em seu território quatro meses depois de chegados, á vista de provas completas especificadas em regulamento; b) Passagens livres estradas de ferro subvencionadas pelo Estado aos agentes das empresas particulares, concessionárias de favores para este serviço”.

congresso era comandado, sobretudo, por proprietários agrícolas. Com efeito, poucas eram as vozes que defendiam o direcionamento de mão de obra para atividades outras (MONTEIRO, 1973).

Uma das consequências de não se introduzir *braços* com o perfil desejado era ilustrada ao se falar na proliferação de cortiços. Segundo Oliveira, em Juiz de Fora já havia

o exemplo pernicioso de se aglomerarem duas e mais famílias de italianos em habitações que se denominam cortiços o que, além do mais, constitue gravissimo perigo á saude publica no caso de epidemias invasoras (CORREIO DE MINAS, 21.ago.1896, p.1, grifos nossos).

Por tudo isso, Oliveira, nas linhas finais de seu relato, era categórico ao apregoar:

Augmentemos quanto pudermos a immigração de agricultores, porque é destes que necessitamos.

E os operarios agrícolas, além de se afeiçoarem ao sólo que lhes garante a subsistencia, **não se constituem elemento perturbador da ordem publica**. Si o amar da patria os impelle á repatriação, voltam não poucas vezes a recommençar o trabalho interrompido e, quando não se realize esta hypothese, já uma somma de producção deixam atraz de si.

Eis a imigração que convem a um paiz de grande extensão territorial, de população rarefeita e cuja riqueza se origina da producção agrícola.

(CORREIO DE MINAS, 21.ago.1896, p.1, grifos nossos).

Sua visão, como notamos, era inabalável: os imigrantes ideais seriam aqueles afeiçoados à faina na terra. Trabalhadores colhendo café – e produtos outros – abririam margem para ampliar a riqueza e garantir a paz. Mas não nos enganemos: nem todos pensavam assim. Uma discussão travada em 1892, entre Carlos Alves e Camillo de Brito nos oferece certa medida disso. Na ocasião, estes dois senadores discordavam de forma fervorosa a respeito da melhor forma de se utilizar o trabalho dos imigrantes.

Carlos Alves era voraz defensor do latifúndio cafeicultor e por isso priorizava a contratação de trabalhadores rurais. Camillo de Brito, por seu turno, valorizava a pequena propriedade e defendia a contratação de trabalhadores que se engajassem em atividades diversas. Essas opiniões divergentes aparecem com nitidez nas linhas a seguir:

O sr. C. Alves: V. exc. é democrata e liberal por indole; o ideal de v.exc. é o povoamento do territorio, esquecendo o pé de café.

O sr. C. de Brito: em materia de democracia, recebo lições de v. exc; a differença está em que **v. exc. considera a immigração**

exclusivamente sob o ponto de vista do trabalhador agrícola; protege a agricultura e fecha os olhos às outras indústrias; ao passo que eu quero o povoamento do solo e o desenvolvimento de fabricas, de manufacturas, das cidades e a criação de novas povoações. Estamos em campos opostos.

O sr. C. Alves: Não olhe o Estado para a grande propriedade e v. exc. verá qual ha de ser a renda do nosso orçamento. O Estado vive com ella e com ella morrerá (MINAS GERAES, 28 abril, 1892, p.3, grifos nossos).

Como se verifica, Alves e Brito estavam mesmo em campos diametralmente opostos. Mas divergências havia mesmo entre aqueles que defendiam a vinda de imigrantes para a agricultura⁴³. Exemplo notório é o de Campos da Paz que afirmava ser imprescindível alterar os rumos da propaganda imigratória que vinha sendo engenhada. Argumentava ele:

Para attrahir a immigração espontanea é preciso que nos **convençamos de que o café não pode ser a cultura exclusiva.** É preciso que se faça uma propaganda diametralmente diferente da que se tem feito até hoje, que tem sido procurar obter braços para o café, quando devíamos fazer propaganda de nossas riquezas naturaes, demonstrando ao mundo que o Brazil pôde explorar todas as qualidades de cultura que o velho mundo explora, demonstrando-se ainda mais que para certas especies, como, por exemplo, a videira, o Brazil tem solo privilegiado (MINAS GERAES, 27 abril. 1895, p.4, grifos nossos).

Isto é, além de criticar a predominância do café, Campos da Paz reafirmava sua defesa em prol do cultivo de uva. Como podemos perceber, os díspares interesses em torno do projeto imigratório mineiro resvalavam também no perfil adotado nas propagandas. Mas diante tudo isso, eis a pergunta que não quer se calar: quais eram as nuances perceptíveis nas propagandas mineiras? O que era propagandeado? De que forma isso era feito?

No capítulo a seguir, através da análise de opúsculos propagandísticos, tentaremos amearhar elementos para responder essas e outras indagações.

⁴³ Sobre as diferentes propostas ao redor da imigração nas Gerais, ver: Santos (2014).

CAPÍTULO 4 – O CANTO DA SEREIA: UMA NARRATIVA SOBRE O “TERRITÓRIO” A PARTIR DE OPÚSCULOS PROPAGANDÍSTICOS

O Brasil necessita, talvez mais do que qualquer outro paiz da America, de fazer na Europa uma propaganda intelligente e tenaz, para não se deixar ficar na posição humilhante em que o collocam as rivalidades de uns ou a ignorancia de outros.

Desde os recursos exuberantes do sólo, das forças productoras e dos elementos de vida que possuímos, até o conhecimento de nossa posição geographica e das nossas condições climatologicas, da indole e habitos da população, das instituições e governo que temos – tudo necessita ser ensinado a quem não nos conhece, sem exaggero, sem ostentações superfluas e prejudiciaes, – na imprensa, nos comicios, nas cidades e nas aldeias (BRASIL, MENSAGEM, 1896, p.86).

4.1. Apresentação das obras

4.1.1. Guia do Emigrante Portuguez

A legislação construída ao redor da política de imigração trazia em suas diretrizes a manifesta necessidade de divulgar os atributos físicos do território. A principal lei acerca desse tema – a Lei n. 32 de julho de 1892 – estabelecia a obrigação de as empresas envolvidas na contratação de imigrantes se responsabilizarem pela propagação de notícias sobre o território:

Quanto o serviço for confiado a alguma empreza particular, deverá esta tornar conhecido o território do Estado, por meio de descripção feita em diversas linguas e mappas chorographicos que mostrem ao immigrante as vantagens de preferil-o para seu estabelecimento (MINAS GERAES, 23.jul.1892, p.1).

Mas será que essas determinações eram mesmo colocadas em prática⁴⁴? A resposta é positiva e isso pode ser visto através do “Termo de Contracto celebrado entre o Governo do Estado de Minas Geraes e o sr. Antônio Gomes da Silva Sanches para a introdução de dois mil (2000) immigrants

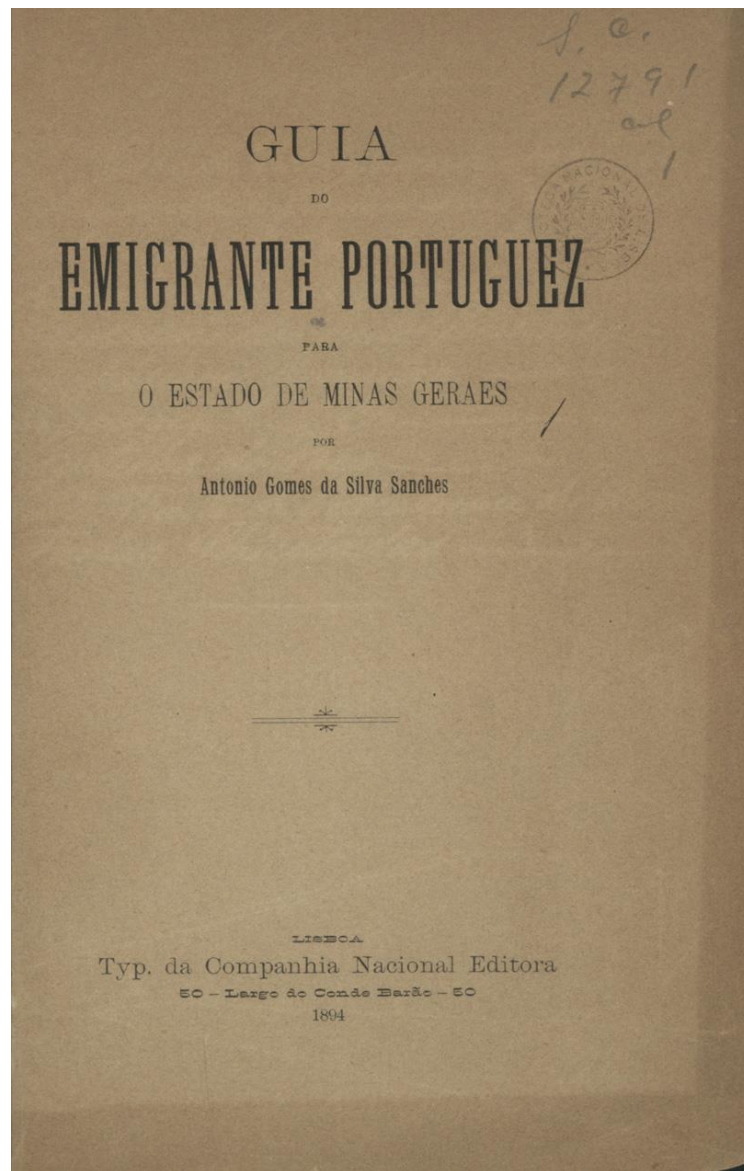
⁴⁴ O *Projecto n.23* – embrião da Lei n. 32 de julho de 1892 – era ainda mais incisivo. Em seu artigo quinto – redigido aos 20 de abril de 1892 – dizia-se que as empresas ficariam obrigadas a propagandear informações relacionadas à viação férrea, culturas, indústria, diversidade climática, entre outros: “Quando o serviço for confiado a alguma empreza, o governo imporá, como condições, a propaganda, por meios de folhetos e jornaes nas linguas que julgar conveniente, sobre o Estado de Minas e especialmente contendo uma carta de sua viação ferrea, **especificações das culturas e industrias que nelle prosperam; os preços de custos das produções, as variedades de seus climas e zonas productoras**, e o mais que o governo entender conveniente, tudo com verdade e clareza; e essa propaganda será comprovada com atestações de autoridades reconhecidas pelos representantes do Brazil, nos paizes estrangeiros. §1. A falta dessa condição será severamente punida com multa que o governo estipulará no regulamento. §2. De qualquer modo, porém, que seja feito o serviço, o governo providenciará no sentido deste artigo” (MINAS GERAES, 6. mai. 1892, p. 78, grifos nossos).

portuguezes” (MINAS GERAES, 25 ago. 1895, p. 1). De acordo com o item XIII da Cláusula 1, informava-se que Antônio Gomes da Silva Sanches seria obrigado

a fazer, por todos os meios adequados e em particular por meio de distribuição profusa da segunda edição do guia do imigrante portuguez com os accrescimos que julgar convenientes o governo de Minas propaganda efficaz e completa em favor do Estado patenteando os seus recursos, as garantias legais, as vantagens offercidas aos que nelles se localizam, as condições de circunstancias favoraveis das diversas zonas do mesmo estado (MINAS GERAES, 25. ago. 1895, p. 1).

É no contexto dessa lei que estaria inserido o *Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Geraes* – de autoria atribuída justamente ao português Antonio Gomes da Silva Sanches e publicado em 1894. Ademais, é importante esclarecer três questões: **i.** a edição que temos do *Guia do Emigrante* é a primeira; **ii.** conforme é possível ler, o governo de Minas poderia fazer quaisquer acréscimos na obra. Ou seja, embora a autoria seja do português Sanches, ao final das contas, somente seriam publicadas aquelas informações que contassem com a anuência do governo mineiro; **iii.** embora, logo no início mencione-se a possibilidade de se publicar uma segunda edição, somente temos conhecimento sobre a publicação da primeira edição cuja capa pode ser avistada abaixo:

Figura 8 – Capa do Guia do Emigrante



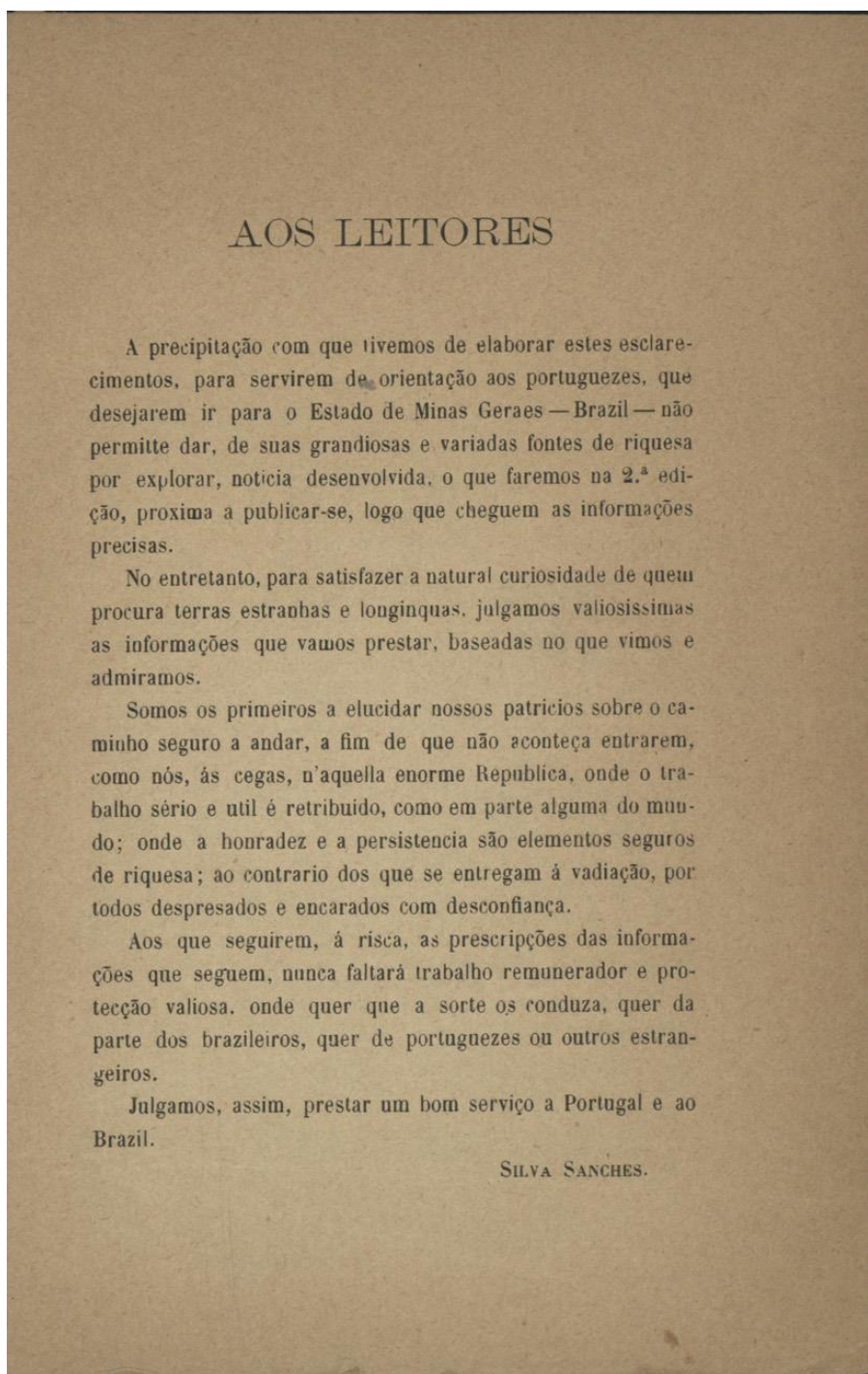
Fonte: Minas Geraes (1894)

Com 32 páginas, escrito em português e sem fotografias, o livro estava subdividido através das seguintes seções:

- Aos leitores;
- Clima;
- Terrenos;
- Estradas;
- Instrucção Publica;
- Industrias e Agricultura;
- Premios;
- Lei nº 32 de 18 de julho de 1892;
- Regulamento a que se refere o decreto nº 612.

Logo de início, na seção “Aos Leitores”, há um envolvente discurso que exaltava o manancial de possibilidades ofertado para aqueles que se dedicassem ao trabalho. No *fac-símile* abaixo podemos ler esses dizeres iniciais que, embora diminutos, estão embebidos de otimismo:

Figura 9 – Seção “Aos Leitores” do opúsculo “Guia do Emigrante Portuguez”



Fonte: Minas Geraes (1894)

Nota-se que Minas Gerais é colocada como uma espécie de paraíso onde toda gota de suor se transformaria em torrencial fortuna. Não havia floreios, o recado era cristalino: nas terras mineiras não existe espaço para vadiagem, só há vez para aqueles que se dedicam com afinco à labuta. Estes sim poderiam ficar serenos pois estariam protegidos sob a tutela do estado e gozariam de benefícios inúmeros.

Se nos lembrarmos que para alguns políticos o grande problema mineiro seria o excesso de pernas, podemos dizer que as palavras introdutórias do livro são um convite para a “vinda de braços robustos e laboriosos”. Um convite ao trabalho. Um combate aos ociosos.

4.1.2. Lo Stato di Minas Geraes

No artigo 26 do Decreto N. 612 de 1893⁴⁵ estabelecia-se que os superintendentes e emissários (nacionais ou estrangeiros) deveriam: "promover a imigração de trabalhadores e tornar conhecidas no paiz onde residirem, as riquezas naturaes do Estado, amenidade do clima, indole pacífica de seus habitantes e todas as vantagens que o immigrante pode obter".

Com efeito, especulamos que no intuito de contemplar as diretrizes expressas no artigo supracitado, o superintendente David Campista⁴⁶ publicou em 1896 o livro cuja capa vemos abaixo:

⁴⁵ Referimo-nos ao Capítulo II intitulado: Dos Superintendentes e Agentes do Governo.

⁴⁶ Na obra não identificamos a assinatura de Campista, havia apenas os seguintes dizeres: "*Publicação da Superintendência na Europa*". Na análise de Carvalho (1968, p. 42) – que escrevera uma biografia sobre o superintendente – este era um contraste, posto que "outrora, o político escrevia e, em geral, não assinava. Hoje, não escreve e assina. Uma verdadeira apropriação de idéias".

Figura 10 – Capa do opúsculo Lo Stato di Minas



Fonte: Minas Geraes (1896)

Com a finalidade de apresentar o opúsculo selecionamos uma matéria, veiculada na Revista Industrial de Minas Gerais, que trazia estes informes:

Lo Stato di Minas Geraes

Com este titulo e o sub-titulo - Informazioni utili agli emigranti, operai e capitalisti - foi publicado em Genova, pelo dr. David Campista, um eccellente opusculo de propaganda em favor de nosso Estado. É já bastante avultada a somma de serviços que tem patrioticamente prestado o illustrado mineiro que superintende na Europa a immigração para este Estado. Agora, com a publicação deste livro, não menos recommendavel serviço presta elle, pondo ao alcance dos europeus, em uma lingua assás conhecida, informações preciosas sobre as condições naturaes e os recursos do vasto sólo mineiro, e

concorrendo ao mesmo tempo de um modo indirecto para espancar a deploravel ignorancia que no velho mundo reina no que diz respeito aos conhecimentos geographicos sobre o nosso paiz (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 15. set, 1896, p. 245, grifos nossos).

Além de exaltar os feitos de Campista, verificamos que o livro era considerado como um meio de fornecer informações de cunho geográfico sobre as Gerais. Outro ponto digno de realce é que nessa, e também em outras notícias congêneres, a estruturação da obra, na forma de perguntas e respostas, era enfatizada de maneira jubilosa, como abaixo podemos notar:

Com effeito, o excellento livrinho do dr. Campista escripto na lingua italiana e baseado no methodo da exposição socratica, para mais facilitar a sua consulta, é um tratado completo e precioso sobre a geographia physica, economica e politica do Estado de Minas Geraes (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 15. set, 1896, p. 245).

Acreditava-se que a disposição na forma de perguntas e respostas tornaria a consulta mais ágil, como abaixo podemos ler:

Escripto em linguagem simples e fluente, sob a forma clara e insinuante de perguntas e respostas, esse utilissimo trabalho dará ao campones italiano uma exacta noticia de Minas Geraes e a convicção irrecusavel das vantagens que aguardam aqui ao trabalhador europeu. Deslizando dos methodos, em regra, adoptados pelas publicações destinadas a propaganda emigrantista, limita-se aquella a uma descripção sincera da nossa natureza, do nosso clima, das opulencias do nosso solo, dos habitos de nossa sociedade, do nosso estado politico, religioso e economico; as affirmações são, quando necessarias, illustradas por algarismos ou abonadas pelo testemunho de observadores europeus, auctorizando e insuspeitos (O ESTADO DE MINAS GERAES, 30 abril, 1896, p.1).

Como se vê, em se tratando de textos propagandísticos, a mencionada estruturação aparentava certo ineditismo. Outrossim, somos também informados que a obra se constituiria em um tratado sobre a geografia física, econômica e política de Minas Gerais. Exatamente por isso, para contemplar tais nuances, o livro estava assim segmentado:

Em cerca de 80 paginas, vem resumido tudo o que de notavel se possa dizer sobre o nosso Estado e interessar ao immigrante, ao operario e ao capitalista europeu.

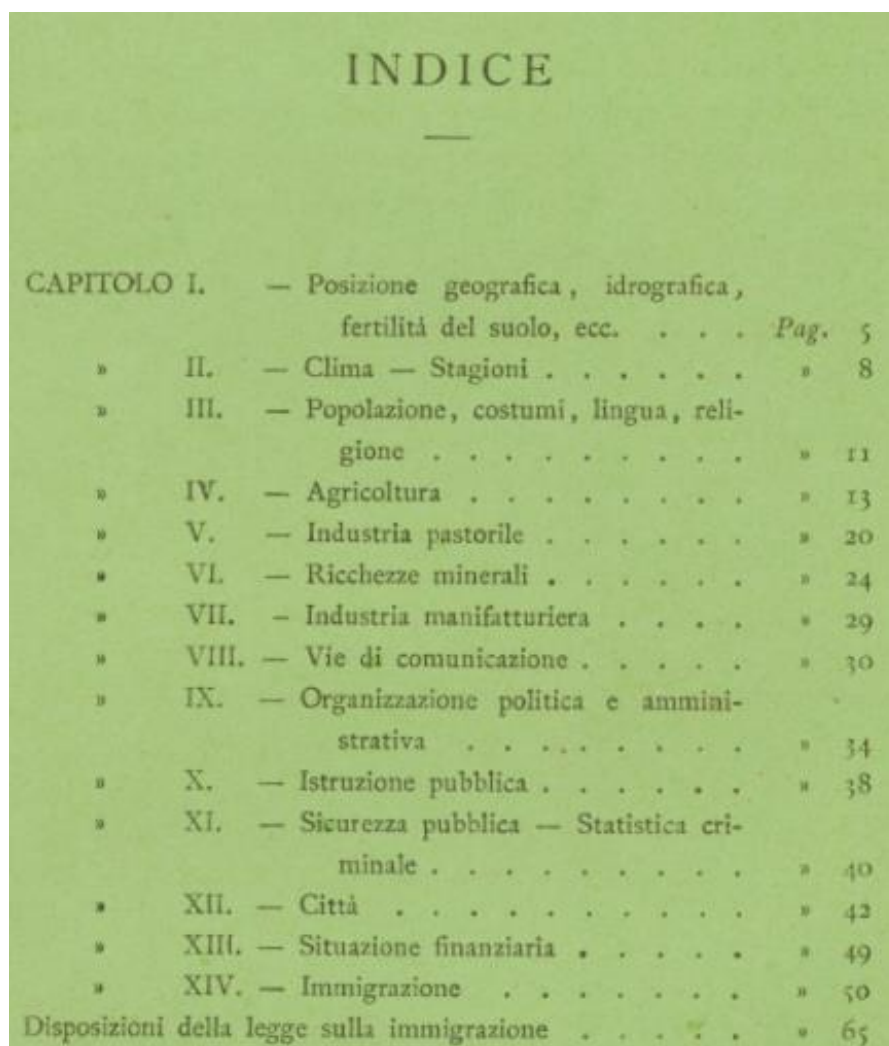
Posição geographica, hydrographia fertilidade do sólo, clima, estações, população, costumes, lingua, religião, agricultura, industria pastoril, riquezas mineraes, manufactura, vias de comunicação, organização politica e administrativa, instrucção publica, policia, estatistica, cidades importantes, situação financeira e imigração: - taes são os assumptos que vêm tratados no esplendido opusculo e expostos em linguagem amena e simples, ao alcance de todas as comprehensões.

Por fim vêm insertas as leis sobre a imigração em Minas e tambem uma carta geographia [geographica] do Estado e varias vistas de fazendas, de cidades e dos principaes edificios da nova capital, o que

faz com esse livrinho seja apreciado ainda com mas interesse (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 15. set, 1896, p. 245).

Tais assuntos, explicitados no excerto, resultaram no índice abaixo:

Figura 11 – Índice do opúsculo Lo Stato di Minas



The image shows a page from a book with the title 'INDICE' at the top center. Below the title is a horizontal line. The main content is a table of contents listing chapters (CAPITOLO I to XIV) and their corresponding page numbers. The text is in Italian. The table is as follows:

Chapter	Description	Page
CAPITOLO I.	— Posizione geografica, idrografica, fertilità del suolo, ecc. . . .	Pag. 5
» II.	— Clima — Stagioni	» 8
» III.	— Popolazione, costumi, lingua, religione	» 11
» IV.	— Agricoltura	» 13
» V.	— Industria pastorile	» 20
» VI.	— Ricchezze minerali	» 24
» VII.	— Industria manifatturiera	» 29
» VIII.	— Vie di comunicazione	» 30
» IX.	— Organizzazione politica e amministrativa	» 34
» X.	— Istruzione pubblica	» 38
» XI.	— Sicurezza pubblica — Statistica criminale	» 40
» XII.	— Città	» 42
» XIII.	— Situazione finanziaria	» 49
» XIV.	— Immigrazione	» 50
	Disposizioni della legge sulla immigrazione	» 65

Fonte: Minas Geraes (1896, s/p)

O índice que acima vemos integrou os 5.000 exemplares que foram distribuídos de forma gratuita⁴⁷ e disponibilizadas nas principais livrarias genovesas (MINAS GERAES, 29 jun. 1896, p.4).

Dito isto, nas páginas subsequentes principiámos nossa jornada a fim de conhecer as nuances das propagandas mineiras. Para tanto, na tentativa de

⁴⁷ Conforme evidenciado na contracapa.

contemplar os principais assuntos presentes em ambos livros, estruturamos nossa interpretação a partir dos seguintes eixos:

- i.) extensão territorial e características da população;
- ii.) vias de comunicação;
- iii.) aspectos climáticos;
- iv.) riqueza mineral;
- v.) terrenos;
- vi.) núcleos coloniais;
- vii.) o mundo urbano.

Outrossim, quando possível, os textos analisados em cada um desses eixos serão acompanhados por discursos que ultrapassam as páginas dos opúsculos. Afinal, mais que desnudar as peculiaridades das obras, interessa-nos ampliar o debate e visualizar o discurso propagandístico como um grande – e quiçá coeso – texto.

4.2. O que os livros narravam sobre as Gerais?

4.2.1 Extensão territorial e características da população

O *Guia do Emigrante* descortina uma apresentação que fornece algumas asserções mais gerais sobre o Brasil. Entre informes a respeito da localização, constituição e justiça, nos chama atenção o esmero de realçar os laços históricos com Portugal⁴⁸. Isso sem falar ainda da preocupação em se destacar que o país

⁴⁸ “A Republica dos Estados Unidos do Brazil occupa uma decima parte da superficie do globo terrestre, uma quinta parte de toda a America ou quasi metade da parte meridional, ficando situada entre 5° 10'N e 33° 45' S, abstraindo as ilhas de Fernando Noronha e da Trindade. Avalia-se a sua area em 8.308:633 kilometros quadrados, comprehendendo os terrenos, que confrontam com as Guyanas, Colombia e Confederação Argentina. O Brazil foi descoberto pelos portuguezes em 1500; de 1580 a 1640 esteve com mãe-pátria sob o poder dos hespanhoes, cujos vestigios ainda se encontram em muitos dos costumes dos brasileiros; entre 1630 a 1654, uma parte do paiz, na região do norte, esteve também em poder dos holandezes, cujo governo se concentrou principalmente em Pernambuco. Entregue, porém, inteiramente aos portuguezes a partir de 1654, foi dividido em capitancias sob administração de governadores, depois sob o governo geral de vice-reis até 1808, em que a familia reinante, fugindo de Portugal, diante da invasão franceza, no regimen de Napoleão, se fixou no Brazil, instituindo a sua côrte na cidade do Rio de Janeiro até 1821, em que, regressando D. João VI, deixou como lugar tenente o filho D. Pedro; este collocando-se á frente do movimento separatista em 1822; foi aclamado imperador apoz a independencia, proclamada a 7 de setembro do mesmo anno. Abdicando em

era laico⁴⁹. Tratar-se-ia de uma estratégia lançada para sugerir que, pelos vínculos históricos, Portugal e Brasil se irmanariam e, dessa forma, os portugueses poderiam se sentir em casa e livres para professar a região que quisessem.

Linhas adiante, o foco é direcionado para Minas Gerais, momento em que as dimensões do estado eram valorizadas ao se dizer que sua superfície seria “muitas vezes maior” que as de um país:

O estado de Minas Geraes, cuja area é a do mapa junto, é muitas vezes maior, em superficie, a Portugal.

Seus habitantes, nos costumes, bondade e hospitalidade, se parecem, em tudo, com os das nossas Beiras. Exemplaes nos cumprimentos de seus contractos, respeitadores de Deus e das leis, orgulham-se de ser Mineiros, e com rasão, com a experiencia vos mostrará;

Governam-se por leis suas. A sua constituição politica, de 15 de junho de 1891, é uma das mais perfeitas e liberaes da Grande Republica. Sempre em paz interna e com os visinhos, o trabalho e o progresso são a aspiração constante de todas os seus despretenhosos desejos. Ali, o estrangeiro que trabalha e é honesto, é um irmão que se estima e respeita.

Para todos e para todas as profissões ha larguissimos e rendosos elementos de riqueza (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p.8).

Como se vê, além de realçar as generosas dimensões do território, enfatizava-se também a amabilidade dos mineiros. Seria essa uma tentativa de cristalizar uma identidade regional – uma certa mineiridade⁵⁰ – edificada a partir dos relatos de viajantes oitocentistas responsáveis por enaltecer a imagem dos mineiros como seres hospitaleiros, serenos e moderados⁵¹ (REIS, 2007). Esse caráter pacífico dos filhos das Gerais – pavoneado habilmente pelos políticos – pode ser vislumbrado em notícia veiculada no jornal *Caffaro de Gênova* aos 24 de Junho de 1894⁵². Neste texto, de forma ensoberebecida narrava-se aos quatro ventos:

O Estado de Minas Geraes, onde nunca tiveram echo as perturbações e as revoltas que têm agitado o Brazil, esforçou-se nestes ultimos tempos a pôr a proveito as riquezas naturaes do

7 de abril na pessoa do seu filho D. Pedro II, governou este até 15 de novembro de 1889, em que foi deposta sua dynastia e substituido o regimen monarchico pelo republicano federativo, formando cada um das provincias um Estado - 20 -, alem da Capital Federal, - Rio de Janeiro - antiga corte” (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p.5).

⁴⁹ "O Estado não tem religião, todos os cultos são permittidos, os cemiterios são seculares e o casamento civil é o unico que as leis reconhecem" (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p.5).

⁵⁰ Ainda que não fosse nomeada como tal. Ver: Dias (1985).

⁵¹ Mas também como propensos à inércia, conforme adiante discutiremos.

⁵² Essa notícia fora reproduzida, em português, no jornal Minas Geraes, aos 24 de Junho de 1894.

seu vasto territorio, estabelecendo e promovendo a colonização européa.

Até 1893 Minas Geraes era o Estado da União que possuía uma lei própria, regulando, em ótimas condições, o serviço de imigração em seu território, a concessão de terrenos aos colonos, etc., etc..etc.

Minas Gerais é o mais povoado dos Estados Brasileiros; conta 115 cidades, sédes de districtos; possui extensa rede de via-ferra, que constantemente aumenta e desenvolve-se⁵³ (MINAS GERAES, 24 jun. 1894, p. 12).

O parágrafo primeiro é visceralmente emblemático ao insinuar que as revoltas e problemas políticos verificados no Brasil *já* encontrariam ressonância em Minas. É exatamente por isso que sublinhamos a mineiridade como um componente ideológico assaz relevante no processo de forjamento do paraíso mineiro. Tal mineiridade, cumpre acrescentar, é

[...] uma construção imaginária, com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos regionais, e, portanto, de particularidades de uma região de Minas, tornando-a universal, reconhecida pelos brasileiros e mineiros, para preservar-se no exercício do poder, mantendo seus privilégios. Essa elite elaborou uma auto-imagem com atributos originados do passado e reconstruídos para legitimar sua diferença em relação aos outros políticos brasileiros (REIS, 2007, p. 90).

Além dessa nítida vontade em diferenciar as Gerais com uma ilha de paz em meio a águas revoltas, outra preocupação é a de deixar explícito, logo de início, que o estrangeiro, comprometido à faina, uma vida abençoada teria:

Não esqueçam o rifão portuguez – *de vagar para chegar depressa*. Devem todos começar por se contractarem com agricultores ou industriaes, serem honestos, serviçaes e cumpridores de contracto e de suas obrigações, para obterem a consideração dos patrões e dos estranhos. É preciso evitar o mais possível andar a mudar de fazendas e de casas.

Depois de bastantes mezes de residencia, de conhecerem os usos e costumes da terra, poderão então tomar de renda as fazendas, a meias, por empreitada ou de qualquer modo, inclusive aforal-as. Podem mesmo comprar as fazendas do Estado, do Municipio ou da Parochia ou Confrarias. Em tudo encontrarão facilidade e barateza. Devem fugir das tabernas. Quem quizer alegrar-se, faça-o em casa. (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p. 24).

⁵³ Na continuidade da matéria ainda se informava: “Em virtude da elevada situação da maior parte do seu territorio, o Estado de Minas goza de um clima saudavel, agradável e temperado, com bom nome em todo o Brazil. Os generos de occupação dos habitantes são tão variados quanto é grande a riqueza natural do território do Estado, que comprehende: minas de ouro, de diamantes, de ferro, etc., etc., ricas florestas, plantações de café, cereaes, vinhas, etc., etc. Actualmente estão sendo realizados em todo o Estado trabalhos grandiosos e extraordinarios, entre os quaes merecem menção especial: a fundação de uma nova cidade, para onde será transferida a Capital do Estado; a alfandega de Juiz de Fôra; vastas linha de caminho de ferro; edificios para as escolas de agricultura, de zoologia, etc., etc” (MINAS GERAES, 24 jun. 1894, p. 12).

“De vagar para chegar depressa”. De certa feita, esse aforisma simbolizava a posição refratária das autoridades em relação à perturbação da ordem pública. O conselho expresso por tal sentença seria uma tentativa de amainar a ansiedade dos emigrantes e deixar bem claro que de nada adiantaria eles chegarem afoitos carregando a – falsa – certeza de que logo adquiririam grandes posses.

Instigante também se atentar para a existência de uma narrativa que indicava com precisão os passos necessários à aquisição do tão anelado naco de terra. Para que essa marcha fosse triunfal, em um primeiro momento os imigrantes deveriam ser fazendeiros ou industriais, necessitariam conhecer os usos e costumes da terra e ainda residir por um bom tempo no estado.

Se muitas vezes Minas Gerais era identificada como um lugar paradisíaco, poderíamos dizer, guardadas as devidas proporções, que o excerto apresentava exatamente as esferas as quais os imigrantes deveriam percorrer em direção ao Paraíso – à exemplo da Divina Comédia de Dante Alighieri⁵⁴. Bastaria apenas que o mencionado receituário fosse seguido à risca e assim se alcançaria o sonho de se converter em um proprietário.

Nesse mesmo sentido, também havia no opúsculo *Lo Stato di Minas Geraes* o zelo em ressaltar o caráter ordeiro dos mineiros e a paz reinante. Tal cuidado não aparece nas páginas introdutórias da obra, mas ganha vida no capítulo dedicado a versar sobre a população. Oportunidade esta em que nos deparamos com a seguinte indagação:

É onesta e laboriosa la popalzione di Minas?

- Il mineiro è generalmente conosciuto nel Brasile come **pacífico, laborioso, religioso, onestissimo. La ospitalità degli abitanti dello Stato è proverbiale.** Basta ricordare, in onore di quel paese, che durante le ultime rivoluzioni che avvennero nel Brasile, Minas no fun menomamente perturbata, nè il governo dovè ricorrere a misure di represione e di violenza. Tutti coloro che si giudicarono perseguitati, si raccolsero nello Stato di Minas; e ciò nonostante, le sue leggi furono sempre rispettate, come pure la sua costituzione politica, la quale no ebbe a subire nessuna modificazione causa qualche movimento popolare, mentre che tutti gli altri Stati brasiliani si videro costretti ad introdurre riforme nelle loro costituzioni.

Proclamata la Repbbulica, lo Stato di Minas fu il primo dell'Uninone brasiliana ad elegere un presidente scelto direttamente con voto popolare (MINAS GERAES, 1896, p. 12)⁵⁵.

⁵⁴ Obra cuja terceira parte apresentava o Paraíso como um conjunto de esferas concêntricas.

⁵⁵ Tradução: “ – É honesta e trabalhadora a população de Minas? O mineiro é geralmente conhecido no Brasil como pacífico, trabalhador, religioso e honestíssimo. A hospitalidade dos cidadãos do estado é notória. Basta recordar, em honra daquele país, que durante a última

De forma habilidosa, as palavras acima jogam luzes sobre a *mineiridade* ao descreverem os mineiros como pacíficos, laboriosos, religiosos⁵⁶, honestos e hospitaleiros. Outro cuidado nessa mesma direção é o de se afirmar, com todas as letras, que Minas Gerais não se envolveria em imbrólios que assolariam as demais unidades da Federação. Não fosse o suficiente, esse caráter ordeiro⁵⁷ – assim como as características do território – eram ainda reforçados através de pergunta que gravitava em torno da raça e da ocupação da população:

Qual é la razza ed in che cosa si occupa la maggior parte della poplazione?

- La maggioranza della poplazione di Minas è di razza europea; è vigorosa, intelligente, amante dell'ordine. La sua occupazione è cosi variata, come le ricchezze del territorio, che abbraccia dalla cultura del caffè dei cereali, della vigna, della canna di zucchero, del tabacco, del cotone ecc. ecc.: all' esplorazione delle miniere di oro, ferro, pietre preziose, all'industria pastorile e fabbricazione di tessuti e di altri prodotti (MINAS GERAES, 1896, p. 12)⁵⁸.

revolução ocorrida no Brasil, Minas não foi minimamente perturbada, nem o governo foi obrigado a recorrer a medidas de repressão e violência. Todos aqueles que julgaram perseguidos, reuniram-se no Estado de Minas; e ainda, suas leis foram respeitadas em todos os momentos, assim como a sua constituição política, que não sofreu qualquer modificação motivada por algum movimento popular, enquanto todos os outros estados brasileiros foram forçados a introduzir reformas em suas constituições. Proclamada a República, o Estado de Minas foi o primeiro da União brasileira a eleger um presidente pelo voto e popular”.

⁵⁶ No opúsculo *Lo Stato di Minas* dizia-se que os mineiros professaria a religião católica, apostólica, romana e seriam muito religiosos. A despeito disso, informava-se que não haveria uma religião oficial.

⁵⁷ Tal esmero emerge vezes outras nas notícias divulgadas na Europa a respeito do estado. Exemplo disso é um dos trechos de um artigo supostamente publicado no hebdomadário francês *Lé Brazil*, em 1896, que trazia a seguinte narrativa: “É verdade que Minas Geraes, dos Estados interiores do Brazil, é o mais rico e o mais prospero, nada tendo a invejar aos Estados marítimos do Rio de Janeiro, S. Paulo e Bahia. É também um dos mais prudentes da União e **poder-se-hia chamar-lhe Estado modelo**, por ocasião das recentes revoluções que agitaram todas as regiões do vasto litoral brasileiro. Sua posição geographica e a indole pacifica do mineiro puzeram-no quasi completamente ao abrigo das perturbações que se produziram depois da fundação da Republica em 1899; e por ocasião da ultima revolta da armada elle tornou-se o refugio da liberdade e o asylo dos suspeitos perseguidos pela ditadura florianista. Esta tranquilidade e o espirito eminentemente pratico e laborioso dos filhos de Minas contribuiram bastante, para o desenvolvimento economico e para a prosperidade financeira do Estado...” (MINAS GERAES, 3.jun.1896, p. 4, grifos nossos). A versão traduzida de tal fora transcrita na edição de 3 de junho de 1896 do jornal *Minas Geraes*.

⁵⁸ Tradução: “Qual é a raça e de que se ocupa a maior parcela da população? A maioria da população é de raça europeia; é vigorosa, inteligente, amante da ordem. A ocupação dessa população é tão diversa quanto a riqueza do território que abarca a cultura do café, dos cereais, da vinha, da cana de açúcar, do tabaco, do algodão, etc, etc; a exploração de minas de ouro, ferro, pedras precisas, a indústria pastoril, fabricação de têxteis e produtos outros”.

Além do caráter racista e falacioso – escancarado pela afirmativa de que a maioria da população era *branca*⁵⁹ –, nos dois livros fica patente o desvelo em evidenciar que somente seriam aceitos imigrantes pacíficos e laboriosos. O recado era direto: a ordem está estabelecida e não toleraremos insubordinação alguma.

Estes últimos parágrafos nos lembram que, além da serenidade e moderação, alguns viajantes descreviam os mineiros como propensos à inércia (REIS, 2007). Mas, a despeito disso – como já era imaginável – tal característica pejorativa não é abordada nos opúsculos e tampouco em momentos outros. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, por exemplo, exibiu elevado esmero ao destacar que se Minas não progredia, não era por falta de suor no rosto de seus filhos. Ele fazia questão de enfatizar que o portentoso território mineiro era “ocupado por **população laboriosa**, mas insuficiente, **energica**, mas segregada [...]” (MINAS GERAES, MENSAGEM, 1892, p.17, grifos nossos).

No entanto, em certas ocasiões uma suposta tendência ao ócio acabava ganhando voz nos discursos, sobretudo quando se versava a respeito da *vadiagem*. Mas o busílis da questão é que nem todos mineiros eram considerados vadios. Ilustração disso é o texto da Secretaria da Agricultura que, ao defender a viabilidade da imigração, de forma pesarosa asseverava que praticamente não havia brancos na classe operária mineira.

Nessa esteira, em virtude do alegado predomínio de caboclos e africanos, concluía-se que a classe trabalhadora estaria sujeita aos vícios dos progenitores negros (MINAS GERAES, 10. set. 1893, p. 1). Tal constatação não apenas invalida a informação de que a maioria dos mineiros seria de raça europeia, como reaviva o preconceito dos governantes em relação aos negros.

Já no que diz respeito ao território, verificamos que a seguinte pergunta estampa uma das páginas do *Lo Stato di Minas*: “Qual é o aspecto geral do território mineiro?”. Questionamento esse que fora respondido através de essas palavras:

- Appoggiandosi alla catena del Mar e coricandosi sulle montagne della Mantiqueira, Espinhaço, Canastra e ramificazioni, il territorio di Minas Geraes abbraccia la zona più elevata dell' altipiano brasiliano. Non per questo la configurazione del suo suolo si allontana dall' aspetto normale delle regioni del continente sud-americano, le quali, com' è risaputo,

⁵⁹ Diga-se de passagem: em determinados municípios cafeeiros, o número de indivíduos escravizados representaria 75% da população (MONTEIRO, 1973).

sono accentuatamente ondulate, senza essere però propriamente montagnose. Ed il tracciato ed il traffico di quasi tutte le sue strade rotabili, le quali corrono da una cima all' altra delle colline, evitando, per garanzia della propria conservazione, le valli dei fiumi, provano evidentemente che lo Stato di Minas Geraes non è un paese montagnoso, nel riogore del termine (MINAS GERAES, 1896, p.6)⁶⁰.

Além de esse cuidado em sublinhar que o aspecto montanhoso não seria impeditivo para a realização das mais diversas atividades, a extensão era também realçada ao se mencionar que os 574,855 quilômetros de superfície faziam de Minas Gerais um estado maior que boa parte dos países europeus. A título de comparação, apresentava-se esta tabela:

Figura 12 – Tamanho do território mineiro frente alguns países

Minas Geraes ha la superficie di	574,855	km. q.
Gran Brettagna ed Irlanda » »	314,628	» »
Francia »	528,572	» »
Alemagna »	540,599	» »
Spagna »	497,244	» »
Italia »	296,323	» »
Portogallo »	92,947	» »
Svizzera »	41,346	» »
Olanda »	32,999	» »
Belgio »	29,455	» »

Fonte: Minas Geraes (1896, p.6)

A eloquência dos números está em notar que apenas dois dos países – França e Alemanha – apresentariam dimensões próximas àquelas registradas nas Gerais⁶¹. Logo após estes superlativos números, os informes focalizavam o

⁶⁰ Tradução: “Repousando na Serra do Mar e deitado sobre as Montanhas da Mantiqueira, Espinhaço, Canastra e ramificações, o território de Minas Gerais abraça a zona mais elevada do planalto brasileiro. Ainda assim, a configuração do relevo se difere da aparência peculiar das regiões do continente sul-americano, que, como é de conhecimento, são marcadamente onduladas, mas sem ser essencialmente montanhosa. E o traçado e o tráfego de praticamente todas as suas estradas – as quais esticam-se de uma ponta a outra das colinas, evitando, por zelo de sua própria conservação, os vales dos rios – provam efetivamente que o Estado de Minas Gerais não é uma região montanhosa, no rigor do termo”.

⁶¹ É válido assinalar, aliás, que de forma providencial nenhum país com extensão superior foi mencionado. Com feito, ao menos na tabela, Minas Gerais se apresenta como a detentora das maiores dimensões.

sistema hidrográfico e a diversidade do território. Esse era o ensejo para que fossem apresentados dados de ordem mais geral:

Tutto il vasto territorio di Minas Geraes va diviso in due grandi regioni relativamente alle condizioni del clima, alla natura del suolo e ricchezza dei regni animale, vegetale e minerale. La prima regione è compresa tra le catene Centrale e del Mar e si compone di varie montagne e contraforti, valli fluviali e colline, quasi tutte coperte de boschi foltissimi, da vaste culture di caffè e da ricchissime foreste.

Questa regione si eleva dai 150 alli 800 metri.

La seconda è la regione del campo, dove predominano le campagne naturali e nella quale si trova l'altipiano superiore. L'altezza di questa regione è di 520 metri nei luoghi bassi e da 1000 a 2000 metri nei piú elevati. Abbondano lá le vaste pianure, generalmente fertilissime; e le montagne e le colline sono coperte di ottime erbe da pascolo (MINAS GERAES, 1896, p. 7)⁶².

Como se vê, o “território” mineiro – em virtude de variações climáticas, pedológicas e da riqueza animal, vegetal e mineral – é subdividido em duas grandes regiões. A primeira delas seria a “boschiva” (ou “região da mata”) na qual se destacaria a cultura do café. Já a segunda delas – a do campo – apresentaria vastas planícies férteis, além de “montanhas” e colinas próprias para pastagens.

Ainda sobre a extensão do território, cumpre dizer que ao final do livro vemos a seguinte ilustração:

⁶² Tradução: “Todo o vasto território de Minas Geraes pode ser dividido em duas regiões quando são levadas em conta as condições climáticas, a natureza do solo, a riqueza do reino animal, vegetal e mineral. A primeira região está compreendida entre a Serras do Mar e Planalto Central e é composta por várias montanhas e contrafortes, vales fluviais e morros; quase toda coberta por densos bosques, vastas plantações de café e por riquíssimas florestas. Essa região se eleva de 150 a 800 metros. A segunda é a região do campo, com a natureza predominantemente rural. A altura desta área é de 520 metros nos lugares baixos e de 1000 a 2000 metros nas maiores elevações. Há abundância de vastas planícies férteis, generosamente férteis; e as montanhas e “colinas” são cobertas com excelentes pastagens de gramíneas forrageiras”.

Figura 13 – Posição do Brasil na América do Sul e de Minas Gerais no Brasil



Fonte: MINAS GERAES (1896, s.p)

Se a revista “O Imigrante” – publicada pelo governo paulista – estampava em sua capa uma imagem que desenhava o estado de São Paulo em privilegiada posição, artifício semelhante era empregado pelos mineiros. Isso é explicitado não só pela utilização de tinta rubra para pintar o estado das Gerais, mas também por conta de suas dimensões aparecerem de forma avultada enquanto as dos demais estados simplesmente inexistem.

Reparamos também que o nome do estado fluminense é o único que aparece grafado. A explicação para essa exclusividade estaria na linha que conecta o território mineiro ao oceano. Era quase um grito que bradava: não

temos mar, mas não temos dificuldade em acessá-lo! Essa parecia ser, em última instância, a configuração ideal do “território mineiro” ansiada pelos governantes⁶³.

Outrossim, a despeito da busca por melhor precisar a posição do Brasil na América do Sul, causa estranheza atinar que há no mapa o nome de dois países do mencionado continente. Poder-se-ia argumentar que a presença do Uruguai colaborava para ilustrar que a extensão do estado mineiro sobrepujava a de um país. No entanto, porque chamar atenção para a Argentina e sua capital? Afinal, apesar da notória importância da República Platina, não podemos esquecer que ela era um dos principais concorrentes do Brasil em matéria de imigração.

Independente de esse lapso, notamos que se nessa imagem havia certa precaução do governo em frisar a comunicação com Rio de Janeiro, esse cuidado emergirá em outros momentos.

4.2.2. Vias de comunicação

A respeito das estratégias arquitetadas para fisgar o imigrante, o senador Mello Franco asseverava de maneira veemente:

Não é bastante que o Estado offereça terras ao colono, vendidas ou gratuitamente, já dermarcadas, ou por meio de adjudicação conforme o systema que for preferido; é preciso mais que, quanto antes, o Estado cuide da viação publica, porque um bom systema de viação é tambem condição indispensavel para a introdução de immigrantes. **Emquanto não tivermos, como têm os Estados Unidos, uma bôa rede de**

⁶³ Esse sonho demonstra que as cicatrizes impostas pelo governo português na geografia de Minas ainda traziam dores aos mineiros. Tais dores já apareciam relatadas, por exemplo, em 1885 no jornal *O Pharol*. Na ocasião, afirmava-se, inclusive, que essa ausência traria prejuízos ao projeto imigrantista do governo. Dizia a matéria: “Um dos maiores obstaculos para a prompta colonisação desta provincia é, a nosso ver, a falta de um porto de mar que nos ponha em relação directa com a Europa, **o que faz com que provincia de Minas seja lá menos conhecida que suas irmãs**. Os nossos productos, passando pela côrte, perdem o nome de sua procedencia, e são conhecidos nos mercados europeus debaixo da denominação de – Rio –, o que não sómente altera-lhes a origem, como ainda diminue-lhes o valor; e a prova desta ultiam asserção obtivemol-a o anno passado, quando alguns dos fazendeiros deste municipio lembrarão-se de exportar directamente os seus cafés: forão, conforme publicamos na occasião, os que obtiverão os melhores preços entre todos os cafés de diversas procedencias, vendidos no Havre no mesmo dia. Essa tutella da Côrte, debaixo da qual têm vivido os nossos fazendeiros, não sómente offende-lhes os interesses, exigindo intervenção de numeroas intermediarios nas suas relações commerciaes com o velho mundo, como ainda conserva-os segregados quasi que o do resto do mundo, acostumando-os a se dirigirem unicamente á capital para tudo de quando possão necessitar” (*O PHAROL*, 18.nov.1885, p.1, grifos nossos).

estradas de ferro que encurtem as distâncias, e dêem sahida aos grandes centros de consumo, para as diversas producções, a questão de immigração ficará quasi insolvavel (O ESTADO DE MINAS GERAES, 2.abril. 1892, p.2, grifos nossos).

Nesse momento, além de atrelar a vinda dos estrangeiros à presença de vias férreas, comuns eram os discursos que colocavam a existência de tais elementos como alicerces indispensáveis ao progresso das Gerais:

O futuro do nosso Estado é grandioso, sem duvida; porem é preciso preparal-o, e os dois factores mais importantes são – a immigração e a estrada de ferro. Descuidar delles, na epoca actual, sejam quaes forem as difficuldades, é um crime imperdoável (MINAS GERAES, 6.mai. 1894).

Como alguns enxergavam nas ferrovias os trilhos de um futuro auspicioso, havia nos livros o notável capricho em sublinhar a malha viária do estado. Exemplo disso é que na obra escrita em língua portuguesa lemos as seguintes asserções:

As estradas de ferro, construídas, em construção e em estudos, atravessando o Estado de Minas, em diversas direcções, em breve o tornarão o primeiro da Republica em exportação, se o desenvolvimento da agricultura das industrias fôr correlativo, como tudo parece indicar (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p.10).

Além de demonstrar que os investimentos em estradas seguiam à pleno vapor, é digno de registro a ambição em projetar o estado como o primeiro do Brasil em exportações. Tal megalomaniaca descrição era sucedida por informações acerca das principais estradas do estado:

Depois da Estrada de Ferro Central do Brazil, que, partindo da cidade do Rio de Janeiro, vae já até onde se anda construindo a nova capital – Bello Horisonte – e que é a mais rica de todas as vias férreas do Brazil – tão cobiçada dos ingleses – por ser a artéria d'onde partem todas as outras, temos a Oeste de Minas, para cujas oficinas e continuação de construção, estamos encarregados de contractar crescido numero de artistas e trabalhadores. Seja-nos, pois, permitido dar informações especiais sobre ella (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p.10).

Em relação às estradas já construídas, grandiloquente observação era utilizada com o fito de realçar toda a fartura alcançada pelos portugueses:

Nas [estradas já] construidas, vimos portuguezes no serviço de cantoneiros, o que facilmente era de conhecer, pelas bonitas vivendas construidas á beira da estrada, como hortas, batataes, ervilhaes, cobolaes, videiras, figuerias, pecegueiros, lorangeiras etc., e numerosos rebanhos de bois, cavallhos, porcos, cabras, galinhas etc., pastando nas encostas (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p.12).

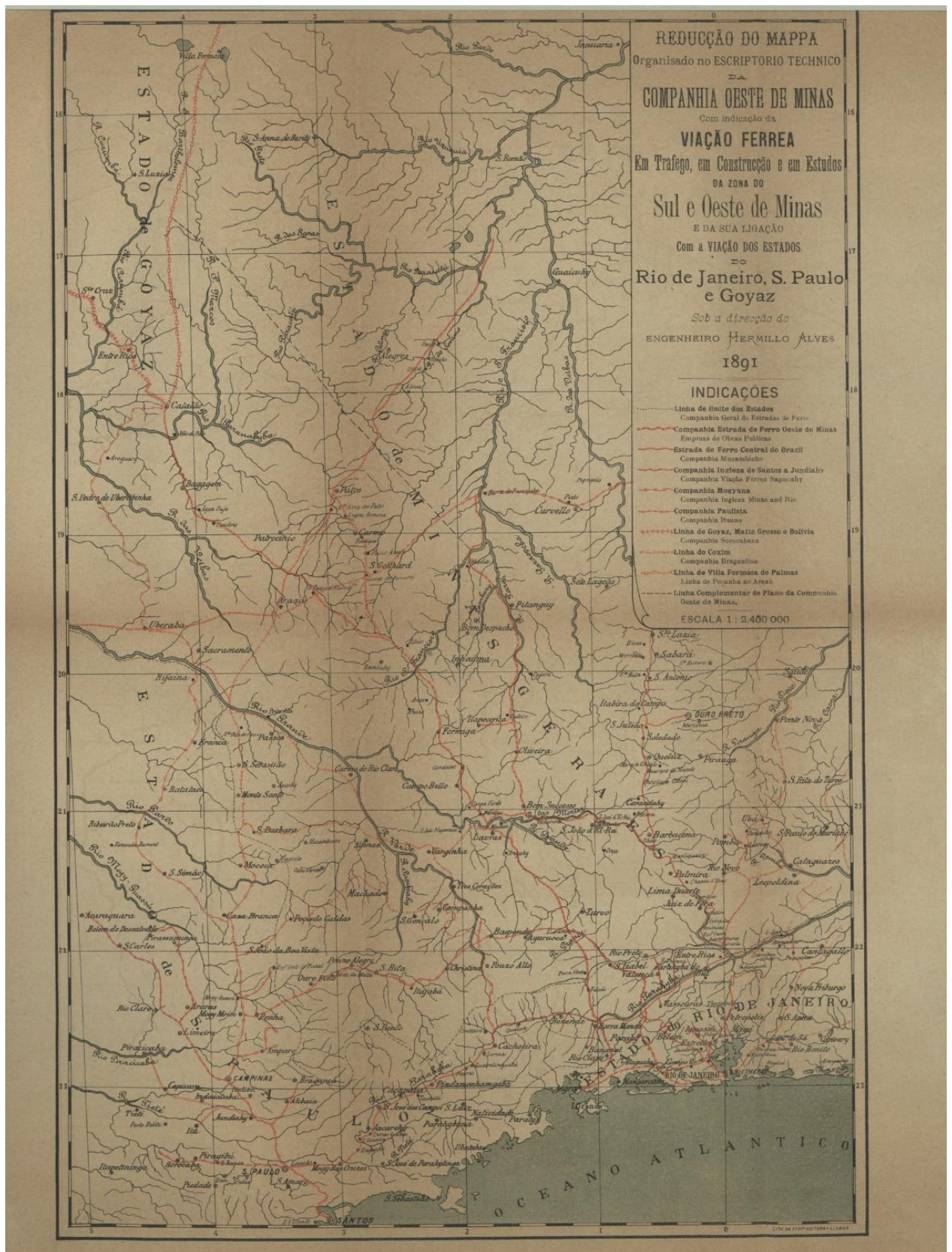
Nesse mesmo sentido, um relato envolvendo uma conversa com algumas mulheres à beira da estrada abria caminho para informes aptos a atizar os ânimos dos imigrantes. Dizia-se:

Conversamos com alguns, e n'outras partes com as mulheres ou filhas, ocupadas em lavar roupa, e nos informaram, que as casas e terrenos annexos e os gados, tudo era d'elles. Os terrenos lhes foram dados pelo Governo ou pelas companhias constructoras: que os maridos e pais ganhavam cinco e seis mil réis diarios, como cantoneiros, em que não era preciso mecher, porque as hortas, gado e outros serviços, davam para vestir, calçar e comer. Contentes, diziam, que, aqui, voltariam, mas de passeio. Alguns chegaram a contar-nos que tinham pago o que haviam ficado a dever, que já tinham comprado bens e estavam mandando mesadas aos pais e até a alguns parentes que seguiam os estudos, alem do que estava a render em parte segura. Perguntando-lhes, porque não mandavam vir os parentes; responderam que iam tratar de obter do Governo as passagens, pois era melhor ter ali tudo, do que passar privações na sua terra, embora tivessem saudades, as quaes, em havendo dinheiro, era facil matar!" (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p.13).

A mencionada passagem funciona como sedutor convite aos estrangeiros. Por meio dela enaltecia-se a existência de trabalho, de cultivos sortidos, criações variadas e a possibilidade de adquirir casas e terrenos. Como não fosse o bastante, ainda se afirmava que os portugueses residentes não apenas tinham conseguido quitar suas dívidas, como enviavam mesadas aos parentes que ficaram em Portugal.

Tratava-se de um persuasivo relato coroado pela imagem de dinheiro sendo enviado das Gerais em direção a Europa. Aliás, se o assunto são as estradas e se versamos sobre imagem, é oportuno mencionar que ao final do Guia do Emigrante, exibiam-se dois mapas:

Figura 14 - Viação Férrea em tráfego, em Construção e em Estudos da Zona do Sul e Oeste de Minas



Fonte: Guia do Emigrante (1894)

Os dois mapas evidenciam que havia especial atenção em sobrelevar não apenas as estradas existentes, mas também aquelas que estavam sendo construídas. A presença de esses produtos cartográficos – posicionados ao final do livro – intencionaria oferecer uma demonstração dos constantes investimentos que o governo realizava na malha viária. Tratava-se de uma forma de reforçar tudo aquilo que fora dito a respeito das estradas que costuravam as Gerais.

Já no livro escrito por Campista, o movimento primevo é o de afirmar que em Minas não há mar. Mas, mais que depressa, cuidava-se de dizer que isso não acarretaria em problema algum, uma vez que haveria prodigiosa rede de estradas de ferro em franca expansão:

- Lo Stato di Minas dispone di vie di comunicazione facili come sono i porti del Brasile?

- Sebbene Minas Geraes sia uno Stato separato dall'Oceano Atlantico per mezzo degli Stati di Rio de Janeiro, Espirito Santo, e Bahia, pure non gli mancano porti facili per l'uscita dei suoi prodotti e l'estrata degli elementi necessari al suo sviluppo. Grazie alla sua ricca rete di strade, la quale si va sempre piú estendendo, sia in vie ordinarie che in linee ferroviarie, cui il governo dedica ogni sua cura, i suaccennati Stati gli offrono comodi e sicuri porti di comunicazione (MINAS GERAES, 1896, p.30)⁶⁴.

Adiante, a exemplo do que ocorrera no Guia do Emigrante, o discurso assume megalomaniáco tom quando se afirmava que nenhum estado brasileiro se compararia a Minas Gerais no que diz respeito à construção de estradas de ferro:

Non v' ha altro Stato nel Brasile che abbia protetto come Minas Geraes la costruzione delle strade ferrate, nè queste costruzioni, in altri paesi della Repubblica, sono cosi attive e costanti come nello Stato di Minas (MINAS GERAES, 1896, p.31)⁶⁵.

A fim de comprovar o empenho do governo em alastrar a malha viária, outra estratégia era evidenciar como a quilometragem das vias férreas teria aumentado ao longo dos anos:

⁶⁴ Tradução: “O Estado de Minas dispõe de vias de comunicação acessíveis como são os portos do Brasil? Embora Minas Gerais seja um estado separado do Oceano Atlântico pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, nem por isso faltam portos para saída de seus produtos, e estradas [que transportem] os elementos necessários ao seu desenvolvimento. Graças a sua vasta rede de estradas – que continuam se expandindo (quer seja em vias ordinárias ou em linhas ferroviárias) e contam com a esmerada atenção do governo – os estados supracitados (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia) garantem seguros e cômodos portos de comunicação”.

⁶⁵ Tradução: “Não existe outro estado no Brasil que tenha protegido tanto a construção de vias férreas; essas construções, em outros estados da Republica, não são assim tão ativas e constantes como no estado de Minas”.

Tabela 5 – Progresso da rede de estradas em Minas Gerais (1875-1889)

Período	Aumento
1875 a 1879	31km,5m
1880 a 1884	59km,289m
1885 a 1889	120km,398m

Fonte: Minas Geraes (1896, p.31)

Mas toda essa quilometragem, nunca é demais lembrar, não estava distribuída de forma igual pelas diversas regiões do mosaico mineiro. Havia áreas mais aquinhoadas e outras mais carentes. Não por acaso, externando parcialmente esse desequilíbrio, informava-se que quase todas as cidades da "zona boschiva" (Zona da Mata) estavam agraciadas por tal benesse⁶⁶.

Citava-se ainda que na "principale regione per la produzionel del caffè⁶⁷" havia a Estrada de Ferro Leopoldina considerada uma das mais importantes do Brasil.

Quasi tutte le città della zona boschiva, al sud ed all'ovest, sono già provviste di ferrovie. Al nord ed all'est parecchie strade sono in costruzione, mentre altre sono in esercizio.

[...]

Nella zona del bosco e del centro la strada ferrata Centrale mette direttamente in comunicazione 10 città, e cioè: Juiz de Fora, Alem-Parahyba, Palmyra, Barbacena, Lualuz, Ouro Preto, Sabará, Marianna ecc. Nella medesima zona, che è la principale regione per la produzione del caffè, esiste ancora la strada ferrata Leopoldina, una delle più importanti del Brasile, con una estensione di 842 km e 156 m nel territorio, e che continua nello Stato di Rio de Janeiro (MINAS GERAES, 1896, p.31)⁶⁸.

No livro de Campista são abordadas outras vias de comunicação. Falava-se a respeito da navegação fluvial – momento em que de forma breve citam-se os seguintes cursos hídricos: Rio das Velhas, São Francisco, Paracatú,

⁶⁶ Na parte primeira deste trabalho, capítulo 1, ver subtópico: 1.2. Trilhos do progresso.

⁶⁷ Tradução: Principal região responsável pela produção do café.

⁶⁸ Tradução: “Quase toda zona da mata, ao sul e oeste, já se encontra equipada por ferrovias. Ao norte e para leste, várias estradas estão em construção e outras em operação. Na zona da mata e no centro, a Estrada de Ferro Central coloca diretamente em ligação 10 cidades a saber: Juiz de Fora, Alem-Parahyba, Palmyra, Barbacena, Lualuz, Ouro Preto, Sabará, Marianna, etc;. Na mesma zona, que é a principal região produtora de café, há ainda a Estrada de Ferro Leopoldina, uma das mais importantes do Brasil, com uma área de 842km e 156m ao longo do território. Essa estrada ainda adentra o estado do Rio de Janeiro”.

Sapucahy, Verde – e sobre o serviço de telégrafo. Após tais asserções, o capítulo foi encerrado quando a seguinte indagação veio à baila:

- Sono buone strade rotabili nello Stato?
 - Esistono per ogni dove ed in tutti i municipi ottime strade rotabili. Annualmente il Governo spende ingenti somme per la costruzione e conservazione di queste strade. Da parte loro i municipi, e gli stessi proprietari degli satabilimenti agricoli, aumentano e migliorano sempre le strade comunali.
- La più bella strada rotabile del Brasile è quella detta dell' Unine e Industria, la quale può rivaleggiare con le migliori strade d'Europa. E nella sua maggior parte questa strada batte il territorio di Minas, dal municipio di Juiz de Fora a Rio de Janeiro (MINAS GERAES, 1896, p.33)⁶⁹.

Ainda que de forma geral as estradas do estado tenham sido vangloriadas, os holofotes se dirigiam à Rodovia União Indústria que, de tão soberba, fazia concorrência até às melhores estradas da Europa. E aqui cabe um parênteses para recordar que tal rodovia, inaugurada em 1861 – ligando Juiz de Fora a Petrópolis – colaborou sobremaneira para a expansão da cafeicultura na região matense.

Se, no que diz à produção de café, a cidade juiz-forana já atuava como um centro catalisador, diante da construção da mencionada estrada suas funções foram ampliadas e mesma se transformou no pólo econômico, político e social da Zona da Mata⁷⁰ (OLIVEIRA, 2000).

4.2.3. Aspectos climáticos

Uma passagem burlesca, extraída do periódico “O Bêbé” de Tabuleiro Grande⁷¹ (MG), nos ajuda a descortinar o assunto climatológico. Em tal oportunidade lemos este diálogo:

⁶⁹ Tradução: “São boas as estradas de rodagem do estado? Existem em toda a parte e em todos os municípios excelentes estradas de rodagem. Anualmente, o governo investe grandes somas para a construção e manutenção dessas estradas. O governo, os municípios e mesmos os proprietários de estabelecimentos agrícolas sempre procuram melhorar e aumentar as estradas. A mais bela estrada de rodagem do Brasil é aquela chamada “União e Indústria” que pode até fazer frente às melhores estradas da Europa. E sua maior parte abarca o território de Minas, da cidade de Juiz Fora até o Rio de Janeiro”.

⁷⁰ “A Estrada União Indústria, como uma das mais modernas da época, tornou-se factível pelo rápido processo de expansão da cafeicultura que disponibilizava recursos a serem investidos na malha viária. O efeito difusão da cafeicultura na Mata, ao facilitar o contato com Rio de Janeiro, acabou por assegurar as possibilidades de expansão do café e a dinamização de seu processo produtivo, até a chegada definitiva da malha ferroviária que se iniciou em 1870” (OLIVEIRA, 2000, p.271).

⁷¹ Atual Paraopeba (MG).

Um estrangeiro recém-chegado informa-se miudamente das cousas d'este paiz.

- *Então, dizem que no Brazil a peor cousa é a febre amarella?*

- Qual...

- *Então ha cousa peor?!*

- Sem duvida!

E o que vem a ser isso, então?

- São as sogras senhor!

(O BÉBÉ, 5.jul. 1897, p.3)

A despeito da aleivosia dirigida às sogras, essa passagem contribui para sublinhar o quão atemorizante era considerada a *febre amarela*. Diante do medo que os estrangeiros sentiam de tal enfermidade, o governo exhibia avultada precaução em realçar a salubridade climática. A tentativa era a de sugerir que o clima das Gerais seria propríssimo de um lugar paradisíaco.

Assim, se lembrarmos que em relatos antigos o clima do paraíso terreal fora definido como “nem muito frio, nem muito quente” (CHAUÍ, 2000), não se torna surreal perceber que nas duas obras possamos respirar estes aprazíveis ares. Isso pode ser sentido quando o *Guia do Emigrante Portuguez* apresenta o clima mineiro da seguinte forma:

É abençoado. Melhor que o de Lisboa, nunca o cobertor deixa de andar na cama. Tem annos e altitudes de geadas fortes; mas não tem nortadas, como, ás vezes, açoitam Portugal.

Temperatura amena, quasi fria, como na serra da Mantiqueira, **é para este Estado que, nas epocas de calor, vão os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, passar os mezes quentes, em que a febre amarela faz mais victimas.** Nunca esta peste ali entrou. Os proprios habitantes de Minas, quando descem á Capital Federal, são victimas, como os recém-chegados de Portugual; tal é a egualdade do clima (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p. 9, grifos nossos)⁷².

Na obra *Lo Stato di Minas*, a exemplo da passagem supramencionada, o tópico climático também era principiado por adjetivação curta, porém efusiva:

- È buono il clima di Minas Geraes?

È magnifico. Grazie all'altezza delle sue terre, di cui abbiamo già parlato, lo Stato di Minas gode in generale di un clima temperato, la cui salubrità è nota in tutto il Brasile. **Nell' epoca del calore gli abitanti di Rio de Janeiro recansi a villeggiare nello Stato di Minas.** I malati, cui si prescrive la purezza dell'aria, si portano nelle case di salute di Barbacena, Juiz de Fôra, João Ayres ecc. Durante la stagione estiva le città meridionali di Minas Geraes, come Caldas, Caxambú, Lambary ecc. si popolano di forastiere, che in quei luoghi, oltre che del buon

⁷² Além de essas informações, páginas depois, caminhando para o final do livro, em um momento no qual eram fornecidos alguns conselhos aos emigrantes, nos deparamos com as seguintes frases: “A agricultura em Minas é pouco trabalhosa e extraordinariamente rendosa. Pode-se andar ali, ao sol, desde manhã até á tarde, sem perigo. O clima é benigno e melhor que o de Lisboa” (GUIA DO EMIGRANTE PORTUGUEZ, 1894, p. 24).

clima, approfittano delle migliori acque mineraali del Brasile. La febbre gialla non penetró mai nello Stato di Minas, dove non si conoscono neppure le altre malattie epidemiche (MINAS GERAES, 1896, p.8)⁷³.

As frases introdutórias – “é abençoado”; “é magnífico” – podem ser lidas como um brado de um governo que tinha a urgência em esclarecer que o clima mineiro definitivamente seria um valioso aliado e não um elemento a ser temido. O intuito era apagar, ou ao menos esmorecer, as funestas imagens nas quais o Brasil era pintado como o país da *febre amarela*. E aqui vale lembrar que os argentinos eram considerados um dos principais pintores desse quadro desalentador da imigração para as terras brasileiras.

Além de rechaçar a febre amarela, verificamos outra rima: é que nos dois casos buscava-se ressaltar que o clima seria tão afável ao ponto de, nos períodos mais quentes, os moradores do Rio de Janeiro marcharem para as Gerais. Essa estratégia não apenas enaltecia o clima mineiro, como o qualificava como um dos mais agradáveis do Brasil. Era como se dissesse: “você emigrantes, tem a oportunidade de *morar* onde os fluminenses partem em busca de dias mais amenos!”.

Todo esse esmero era justificável na medida em que o “[...] clima com todas as suas implicações, como diferença de solo, de culturas e de técnicas agrícolas, constituía para o europeu um forte obstáculo para sua adaptação e sobrevivência” (LAZZARI, 1980, p. 108). Além disso, acreditava-se que muitas doenças que acometiam aos europeus estariam atreladas exatamente às questões climatológicas. Porém, não se pode olvidar que em um contexto no qual não havia recursos adequados para combater endemias tropicais, era comum imputar ao clima tropical a existência de doenças que mais relação tinham com problemas sanitários (LAZZARI, 1980).

Atento a essas intemperes sanitárias, em 1896 os políticos mineiros iniciavam as discussões sobre o projeto 152 que discorria a respeito do

⁷³ Tradução: “– É bom o clima de Minas Geraes? É magnífico. Graças à altura de suas terras, que já discutimos, o Estado de Minas geralmente goza de um clima temperado, cuja salubridade é conhecida em todo o Brasil. No período de calor, os habitantes do Rio de Janeiro vão descansar/repousar neste estado. Os doentes – para os quais se prescrevem ares puros – podem desfrutar das casas de saúde em Barbacena, Juiz de Fora, João Ayres, etc. Durante a temporada de verão, as cidades meridionais mineiras, como Caldas, Caxambú, Lambari, etc, são povoadas por forasteiros que, nesses locais, além do clima agradável, se beneficiam também da melhor água mineral do Brasil. A febre amarela não penetrou o Estado de Minas, onde nem se tem notícias de outras epidemias”.

saneamento da zona da Mata – região que estaria ameaçada pela presença da febre amarela. A fim de argumentar sobre a constitucionalidade e viabilidade de tal projeto, o político juiz-forano Raul Penido discursava:

O saneamento da matta é uma questão que deve pertencer unica e exclusivamente ao Estado, é uma questão, poderei dizer [...] universal, porque universal é a nossa vida.

[...]

A utilidade do projecto, sr. Presidente, é evidente, porque das nossas condições sanitarias depende incontestavelmente o desenvolvimento gradativo do nosso progresso.

Vós sabeis perfeitamente que, desde que o povo de um Estado não esteja em condições salubres, o seu progresso, o seu commercio, a sua industria e viação hão de forçosamente paralyzar-se em detrimento não só das zonas contagiadas mas tambem em o seu proprio.

Porque, força é confessar que incontestavelmente **a zona da Mata, que tenho a honra de representar nesta casa, é uma das que mais contribue para a riqueza do nosso Estado, e é um dos principaes factores, sinão o principal, do nosso progresso e civilização** (MINAS GERAES, 17.jul.1896, p.2, grifossos nossos).

É instigante observar o que os outros políticos presentes na discussão argumentaram. Nunes Pinheiro, por exemplo, dizia que a febre amarela era observada, sobretudo, na zona que mais mereceria a atenção do estado:

O certo é que se observa principalmente na zona onde é mais desenvolvida a cultura do café, isto é, na zona que mais merece a nossa atenção; trata-se portanto de beneficiar a zona, que á a garantia do nosso credito no estrangeiro, extinguindo justamente aquillo, que nos desacredita, a febre amarella (MINAS GERAES, 17.jul.1896, p.2).

Mas além disso, como últimas palavras dedicadas à questão climática, valeria trazer à tona as informações veiculadas no Congresso Internacional de Geógrafos realizado no México em fins do XIX. Na ocasião, tratava-se justamente a respeito dos laços entre a questão climática e a imigração. Ao realizar uma resenha sobre o evento, o barão von Brachel – representante da Sociedade Geográfica do México – afirmou que febres como a malária não passariam de “febres de aclimatação” que acometeriam apenas os recém-chegados.

Afirmava-se ainda que um modo de vida racional poderia evitar os danos provocados por tais febres. Como se observa, os argumentos buscavam encorajar os imigrantes a viverem no trópico. Isso fica ainda mais nítido quando o barão tecia a seguinte constatação: “Tudo demonstra que a raça branca é

perfeitamente apta a viver e trabalhar nos tropicos” (MINAS GERAES, 26 nov. 1899, p. 3).

Tal qual fica patenteado, a questão climática constituía-se em um elemento percuciente nos debates relativos à imigração. Isso é perceptível não apenas a partir da mencionada conferência, mas também por meios dos esforços das autoridades brasileiras em dismantelar a imagem do Brasil como o país da febre amarela. Ao fim e ao cabo, tudo isso ainda evidencia que embora se dissesse que tal enfermidade não causaria maiores estragos nas Gerais, os políticos debatiam exatamente sobre formas para se livrar desse infortúnio que de fato parecia ser mesmo uma das piores coisas do país.

4.2.4 Riqueza mineral

Como já era de se esperar, a riqueza mineral é também assunto explorado nas duas obras. No Guia do Emigrante (1894) alegava-se que a abundância mineral era tamanha ao ponto de ser vislumbrada através até do nome escolhido para o estado:

O proprio nome – Minas – está indicando o quanto é rico aquelle immenso Estado, que tem brilhantes, diamantes, saphiras, tudo o que ha de mais caro e apreciado em joias. Ali vimos formosos brilhantes pretos, encontrados á flôr da terra, e outros engastados em pequenos bocados de pedra! (p. 14).

Explicação semelhante era fornecida na obra de Campista em que encontramos este colóquio:

- Da che chosa proviene il nome di Stato Minas Geraes?
- Minas Geraes vuol dire Miniere generali: il nome dello Stato, quindi, dice da per sè solo della ricchezza che quell' enorme territorio possiede in prodotti minerali. Molte città si fondarono causa l' importanza dei minerali che si estrassero nel loro territorio, onde presero il nome dai minerali medesimi (MINAS GERAES, 1896, p. 24)⁷⁴.

Mas além de mencionar a riqueza mineral – que cravejara até o epíteto “Minas Gerais” –, buscou-se relatar as denominações de algumas localidades que também expressariam a opulência do estado. Dizia-se: “L' attuale capitale chiamasi *Ouro Preto* (oro negro) e anticamente chiamavasi Villa Rica, dall' oro

⁷⁴ Tradução: “ –Do que provém o nome do Estado de Minas Geraes? Minas Geraes significa “*Miniere Gerai*”: o nome do estado diz, por si só, a riqueza que o enorme território abriga em produtos naturais. Muitas cidades foram fundadas por causa da importância dos minerais que eram extraídos do território e ainda ajudava a nomear tais localidades”.

che produce. *Diamantina* è celebre per i suoi brillanti e pietri preziose⁷⁵ (MINAS GERAES, 1896, p.24).

Essa estratégia toponímica configurava-se em eloquente maneira de se jogar luzes sobre as virtudes do estado. Outra ação mobilizada com esse mesmo fito se realizou através do questionamento a respeito da importância da mineração. Esse foi o ensejo para que se mencionasse uma poética frase atribuída a Henri Gorceix⁷⁶. Este mineralogista francês teria dito que o território das Gerais se assemelharia a um peito de ferro com coração de ouro:

Qual' è l' importanza dell industria mineraria nello Stato?

- I proventi che lo Stato di Minas può ricavare dalle sue miniere, sono incalcolabili, perchè molte delle sue ricchezze minerarie sono persino sconosciute. L' oro esiste in grande quantità; quanto al ferro v'ha delle vere montagne di questo metallo. A questo proposito il professore francese H. Gorceix diceva che il territorio di Minas Geraes era un petto di ferro con cuore di oro (MINAS GERAES, 1896, p.25)⁷⁷.

Além de essa afirmação deveras benéfica às terras mineiras – de importância catapultada por ter sido proferida por uma respeitada figura científica da época – é essencial avivar o papel que as exposições universais⁷⁸ assumiam no sentido de divulgar os predicados nacionais. Aproveitando-se de tais

⁷⁵ Tradução: “A atual capital tem por nome de Ouro Preto e antigamente chamava-se Vila Rica em virtude do ouro que produz. Diamantina é famosa pelos seus brilhantes (?) e pedras preciosas”.

⁷⁶ Gorceix foi um renomado mineralogista francês contratado no ano de 1874 por D. Pedro II com a tarefa de organizar o ensino de mineralogia e de geologia no Brasil. Entre outros feitos, o francês Gorceix desempenhou papel importante na fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, em 12 de outubro de 1876. Registra-se ainda que entre os anos de 1876 a 1891 ele atuou como diretor desta escola. Já em dezembro de 1889, Gorceix fundou a Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes (SANTOS e COSTA, 2005).

⁷⁷ Tradução: “ – Qual a importância da indústria mineral no estado? Os recursos do estado de Minas derivados de suas minas são incalculáveis, pois muitas de suas riquezas minerais são ainda desconhecidas. Existe ouro em grandes quantidades. Quanto ao ferro, existem verdadeiras montanhas deste metal. A este respeito, o professor francês H. Gorceix disse que o território de Minas Gerais era um peito de ferro com coração de ouro”

⁷⁸ “A participação do Brasil nas Exposições Universais iniciou-se em 1862, em Londres, sendo incentivada e até subsidiada por Dom Pedro II e por uma parte da elite que almejava a modernização do país. Essa elite, que buscava a melhoria das técnicas de produção no Brasil, valorizava o trabalho manual e condenava (em alguns casos) o sistema escravista, visto por alguns ilustrados como um entrave à modernização do país. Participando de várias dessas Exposições Universais, o Brasil enviara, na maioria das vezes, produtos relacionados ao setor agrícola, principalmente o café, e mostrários dos recursos minerais, entre outros produtos. Os expositores brasileiros receberam medalhas e premiações em várias dessas Exposições Internacionais. Entretanto o lugar ocupado pelo Brasil, nas exposições, era bastante secundário e modesto, se comparado aos EUA e à Europa. A seleção dos produtos que seriam enviados para as diversas feiras internacionais era realizada através das exposições regionais e nacionais, que precediam as feiras mundiais” (SANTOS e COSTA, 2005, p. 282). Informações pormenorizadas em: SANTOS (2009); SANTOS e COSTA (2005); SANTOS e LOPES (2008).

exposições, a riqueza mineral das Gerais era enaltecida de forma bastante jubilosa por meio do diálogo que se segue:

- I prodotti minerali dello Stato hanno ami conseguito premi in qualche esposizione straniera?

- Per non parlare se non di fatti recentibasta ricordare che lo Stato di Minas ottenne il primo premio nell' esposizione universale mineraria, realizzata nel Chili l' anno 1895. Furono premiati l'oro di Minas, il ferro ed altri prodotti minerali dello Stato, il quale fu l' unico dell' Unione brasiliana che concorse a quell' esposizione⁷⁹ (MINAS GERAES, 1896, p. 28).

Ilustração fulcral de esse assunto pode ser visualizada através de uma matéria – assinada por Henrique Gorceix, entre outros⁸⁰ – que noticiava a futura participação da então província mineira na Exposição Universal de Paris, realizada em 1889:

Tendo sido votada pela ilustre assembléa provincial mineira uma verba destinada á representação da provincia de Minas Geraes na Exposição Universal de Pariz em 1889, fomos pelo Exm. Sr. presidente da provincia nomeados membros da commissão central, afim de angariar e remetter para Pariz os productos da provincia que possam tornar conhecidos no estrangeiro os numerosos recursos de seu solo abençoado (A UNIÃO, 15.set.1888,p.1).

Diante da mencionada relevância, conclamava-se a reunião de todos esforços a fim de viabilizar uma participação expressiva da província mineira:

Convencidos das grandes vantagens que desta exposição ha de resultar para a provincia, solicitamos e esperamos de todos os mineiros seu valioso concurso e auxilio para que Minas, a mais rica e populosa provincia do Imperio, seja representada de um modo digno de seus filhos e de seu uberrimo solo, naquelle grande festim da intelligencia e do trabalho (A UNIÃO, 15.set.1888,p.1).

Toda essa proeminente preocupação seria justificada na medida que as exposições eram consideradas como

[...] os meios mais poderosos de tornar conhecidas as riquezas de cada paiz, attrahindo para elles a immigração e commercio estrangeiro.

São ellas que collocando diante dos olhos dos capitalistas, operarios e industriaes os diversos productos naturaes e artificiaes de cada nação, mostram-lhes de um modo ao alcance de todos qual o clima e as condições da vida nestas nações e quaes as possibilidades

⁷⁹ Tradução: “– Os minerais do estado já conquistaram prêmios em alguma exposição estrangeira? – [...] basta rememorar que o Estado de Minas obteve o primeiro lugar na exposição universal mineral realizada no Chile no ano de 1895. Foram agraciados o ouro, ferro, entre outros produtos do estado que foi o único da União brasileira a participar da exposição”.

⁸⁰ Ao final da nota aparecem grafados os seguintes nomes: Henrique Gorceix, Joaquim Candido da Costa Sena, Francisco Luiz da Veiga, João Victor de Magalhães Gomes, Modesto de Faria Bello, Antonio Luiz Maria Soares de Albergaria e Carlos Gabriel Andrade.

de poderem viver e prosperar em terras cujas condições são compatíveis com sua natureza e hábitos do trabalho.

São as exposições que removem de um para outro paiz grandes capitaes que, quasi esterilizados em um ponto, fazem nascer em outros industrias que, sem elles ficariam para sempre ou em estado embryonario ou então em completo abandono.

São as exposições que hão de mostrar aos estrangeiros que o clima de nossa vasta provincia é quasi em toda ella tão ameno, salubre e temperado como nos paizes meridionaes da Europa, e que nosso solo presta-se a todas as culturas destes mesmos paizes.

É preciso mostrar a toda a Europa que o solo da provincia de Minas não é inferior em fertilidade ao das outras provincias e que seu clima temperado convem perfeitamente aos trabalhadores europeus (A UNIÃO, 15.set.1888,p.2).

A participação nas exposições era admitida como uma valiosa oportunidade de exhibir, aos olhos europeus, toda a sorte de recursos e de condições favoráveis que abundariam nas terras mineras. Isso era concebido como relevante passo a fim de que as Gerais recebessem afluxo semelhante aos de países vizinhos. Por isso, argumentava-se:

É de toda a necessidade que com exposições conscienciosamente organisadas imitemos as Republicas do Sul que deste modo tem attrahido para seu territorio uma corrente sempre crescente de immigrantes e com ella o importante commercio das nações europeas (A UNIÃO, 15.set.1888,p.2).

Já que o assunto era a divulgação das riquezas mineiras, a notícia não deixou de mencionar um francês que muito teria contribuído nessa empreitada. Estamos nos referindo ao naturalista Saint Hilaire cujas obras teriam se difundido por toda a Europa:

É certo que muito se tem escripto sobre a provincia de Minas e as obras do emintente sabio Sainte Hilaire vulgarisaram até certo ponto, por toda a Europa, conhecimentos utilissimos sobre o clima de Minas, sobre suas grandes riquezas, uberidade de seu solo e sobre o character hospitalero de seu brioso e excellente povo (A UNIÃO, 15.set.1888,p.2).

A despeito de todos esses favores prestados através dos escritos de Saint Hilaire – e de autores outros – considerava-se que o poder de abrangência das asserções veiculadas era limitado:

As obras, porém, de Sainte Hilaire, com as de muitos outros pertencem ao mundo scientifico, só são lidas por pessoas de certa instrucção e posição social que não emigrão, nem dão-se ao trabalho de fazerem propaganda de emigração e deste modo, obras embora importantes, não podem produzir os efeitos que temos em vista, isto é, attrahir para Minas a e immigração e commercio estrangeiro (A UNIÃO, 15.set.1888,p.2).

O cuidado em refletir sobre o conteúdo da informação difundida e a capacidade de compreensão dos receptores é notável. Ao meditar sobre essa questão, os autores do texto concluíram que – em comparação com obras como as de Saint-Hilaire – as exposições eram formas muito mais abrangentes.

É por tudo isso que, já caminhando para o final, a notícia reaviva a importância da exposição. Afirmava-se que essa seria uma possibilidade de tornar mais conhecido um estado que além de viver insularizado, ainda em 1888 não havia criado um órgão de propaganda na Europa:

Privada da comunicação directa com outros paizes, por ser provincia central, não possuindo na Europa um orgão que tornem conhecidos seus immensos recursos, Minas como que vive segregada do resto do mundo, ao passo que suas irmãs, marcham pressuoras na vanguarda do progresso, como que acompanhando o passo glorioso dos Estados-unidos do Norte, do Uruguay e Republica Argentina.

A exposição de 1889 é certamente a occasião mais propria para fazermos ver ao mundo inteiro que o solo de Minas, além de prestar-se bem ao plantio dos cereaes cultivados na Europa, produz, pelo menos tão bem como qualquer outra provincia do Brazil, o fumo, o café, a canna de assucar, tendo ainda a seu favor innumeradas minas de ouro ainda no caso de serem vantajosamente exploradas.

Os minerios de ferro, formando verdadeiras montanhas, se acham espalhados por toda parte e uma vez intelligentemente explorados, tornar-se-hão imensas fontes de renda e prosperidade (A UNIÃO, 15.set.1888,p.2).

Todas essas linhas apontam não só o valor das exposições, mas também a necessidade de tornar Minas conhecida aos olhos do mundo. Não deve ser por acaso que o livro de Campista enaltecesse a premiação do estado na Exposição Universal do Chile realizada em Santiago nos anos de 1894 e 1895. Para deixar o relato ainda mais crível, apresentava-se a seguinte imagem:

Figura 16 – Ouro das Gerais exibido na Exposição Universal do Chile (1895)



Fonte: MINAS GERAES (1896, s.p)

4.2.5 Terrenos

Imagens de uma “vegetação luxuriante e bela” – propriíssimas do paraíso (CHAUÍ, 2000) – nos tomam de assalto nas passagens que versam sobre o solo mineiro. Nas páginas do *Guia Emigrante Portuguez* podemos avistar essas cenas quando se afirmara que em Minas seria possível cultivar tudo o que se produzia na Europa:

São fertilíssimos, dando tudo o que produz a Europa, e por tanto duplamente ricos. Ao lado do cafeeiro está o batatal; ao lado mangueira vive o pecegueiro, a figueira, a macieira e a videira. O milho, o trigo e o feijão produzem abundantemente. O porco, o cavallo, os bois e as vaccas pastam nos montes, sem pastor sem curraes. Dormem ao ar livre. Quando, no comboio, se atravessam aquellas enormes campinas, como é encantador vêr, a todo o instante, numerosas manadas, pastando nas encostas e planicies! e nem uma casa, nem um pastor se veem!

Proprios para todas as produções de lá e de cá, a actividade de cada um, segundo a sua especialidade ou gosto, terá, em todos os pontos do Estado, ainda os mais afastos, terreno de sobra para sua grandes e pequenas culturas.

O governo e os particulares são prodigos na facilidade da venda ou arrendamento. Compram-se legoas e legoas de optimos terrenos,

com quantias que aqui não chegavam para a produção d'um alqueire de milho! e agricultura, foi e ha de ser sempre a maior e mais segura fonte de riqueza de todas as nações (p.9).

No livro de Campista, os elogios são ainda mais avultados. Dizia-se não haver terrenos mais férteis que os mineiros. Isso seria tão verídico que Saint Hilaire teria proferido célebre frase repetida com orgulho pelos políticos mineiros:

- Sono fertili i terreni di Minas Geraes?

- In nessun'altra parte si trovano terreni piú fertili di quelli di Minas Geraes. Il suolo di Minas può tutto produrre senz' altro lavoro che quello di seminare e cogliere, riproducendosi le piante per molti anni. La ubertà dei terreni è tale che il celebre naturalista de Saint Hilaire diceva di Minas Geraes: **Se esiste alcun paese che possa un giorno vivere indipendentemente dal resto del mondo, questo paese sarà certamente la provincia di Minas Geraes**⁸¹.

Egli alludeva alle straordinarie ricchezze che racchiudono il suolo ed il sotto-suolo di Minas Geraes (MINAS GERAES, 1896, p.8)⁸².

Através dos depoimentos de Saint-Hilaire e de outros mais, Minas Gerais era descrita como possuidora de inefável riqueza pedológica. Quase desnecessário dizer que tal cuidado marca presença indelével nas duas obras. Essa torna-se uma preocupação natural se lembramos que o perfil desejado de imigrantes era, sobretudo, o de agricultores.

Com efeito, é compreensível o tamanho esmero em pintar o solo mineiro como sendo o próprio terreno do paraíso. É nesse sentido que o livro escrito por Sanchez afirmava que, de forma geral, poder-se-ia cultivar qualquer coisa. Tratava-se da reverberação da famosa assertiva de Pero Vaz de Caminha que – em sua epístola redigida em 1500 – teria dito o seguinte em relação a terra brasileira: “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”.

Ainda com os pés sob apregoado fértil solo mineiro, mas agora nos atendo ao aspecto imagético, verificamos que o livro escrito em italiano se destacava por apresentar vistas de algumas fazendas:

⁸¹ Tratava-se de uma espécie de assertiva coringa acionada em momentos nos quais se desejava exaltar a opulência das terras mineiras. Não é à toa que essa frase tenha aparecido tantas vezes neste trabalho.

⁸² Tradução: “– São férteis os terrenos de Minas Gerais? – Em nenhum outro lugar as terras são mais férteis que as de Minas Gerais. O solo de Minas pode produzir sem muito esforço de “semear” e colher, o que garante a reprodução das “plantações” por muitos anos. A exuberância da terra é tamanha que o famoso naturalista Saint Hilaire disse a respeito de Minas Geraes: Se há alguma região do globo que sobreviver à revelia do resto do mundo, essa região é a província de Minas Gerais. Fez referências às extraordinárias riquezas que brinda o solo e subsolo de Minas Gerais”

Figura 17 – Plantação de Café



Fonte: Minas Geraes (1896, s/p.)

Figura 18 – Vista de uma fazenda (1896)



Fonte: Minas Geraes (1896, s/p).

A imagem que acima vemos nos rememora uma notícia veiculada na Revista Industrial de Minas Geraes. Dizemos isso pois, sob o título *Photographias de Fazenda*, deparamo-nos com o seguinte relato:

O sr. barão de S. Geraldo, importante fazendeiro do municipio de Mar de Hespanha, offereceu á secretaria da Agricultura deste Estado grande numero de excellentes vistas photographicas de sua vasta propriedade rural, comprehendendo casa de residencia dependencias, machanismos, culturas e sciencias do campo.

Essas vistas, que mostram o zelo e esmero com que é tratada aquella fazenda mineira, foram remetidas á Superintendencia de immigração para Minas, em Genova, destino que tambem tem sido dado a outras photographias do mesmo genero, recebidas por aquella secretaria (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 15.abril.1896, p.165).

Trata-se de um caso alegórico. Afinal, mais que se preocupar em auxiliar o estado em sua atividade propagandística, podemos especular que umas das intenções do barão era a de divulgar a sua fazenda e, assim, incitar o interesse dos imigrantes em rumarem para lá. Embora nenhuma das imagens mencionadas permitam identificar o nome da fazenda e tampouco de seu dono, não podemos deixar de levantar tal possibilidade. Assim como não podemos nos esquivar de questionar o critério usado para a seleção das imagens veiculadas nas obras. Se nos atermos ao *Lo Stato di Minas* notaremos que na seção da agricultura o único cultivo destacado foi o da rubiácea que, não por coincidência, era o carro-chefe da economia mineira. Também não existiria coincidência em verificar que em nenhum dos livros apareciam, de forma clara, questões vinculadas à estrutura fundiária do estado.

4.2.6 Núcleos coloniais

"[...] todos sabem que os nucleos coloniaes são uns principios de propaganda para a immigração de que tanto carece o Estado" (MINAS GERAES, 8.jun.1892, p.3)⁸³.

A frase acima colabora para ilustrar o prestígio dos núcleos coloniais enquanto elementos de propaganda. A crença era a de que essas infraestruturas exibiriam substancial importância no processo de atração de imigrantes. Não sem razão, no ano de 1894 a seguinte matéria era veiculada no *Minas Geraes*:

Estamos acostumados a ouvir os maiores encomios ao progresso do visinho Estado de S. Paulo ás vantagens que alli obtêm os immigrants.

⁸³ A mencionada frase foi proferida pelo deputado Bernadino de Lima.

E essas vantagens têm seduzido para allí não pequena corrente immigratoria, concorrendo e muito para a facilidade do governo em satisfazer as necessidades imperiosas da lavoura.

Entretanto, nos parece que o Estado de Minas em nada fica inferior a S. Paulo em semelhante assumpto e apenas o que não temos tido é o conveniente cuidado de estudar tão importante questão e formar propaganda conveniente aos nossos interesses.

O que é facto é que de certo tempo a esta parte tem o governo do Estado recebido diversos pedidos para vinda de immigrantes para esse Estado e especialmente para o nosso municipio do Estado de S. Paulo e do Rio e ainda em breve tempo, lhe será dirigido o pedido para 10 familias que allí se acham collocadas em Porto Feliz.

[...]

Necessariamente não se faz esse movimento expontaneamente, mas sim provocado por noticias lisongeiras a respeito da prosperidade das familias aqui collocadas e das correspondencias que mantém com os conhecidos e que se acham em S. Paulo (MINAS GERAES, 6.mai.1894, p.2).

Por isso mesmo, com a finalidade de realçar a fortuna das famílias instaladas em Minas, na continuidade do texto dizia-se:

Temos já no Estado algumas fazendas em que se acham collocadas familias europeas e que vivem fartamente, como economias feitas, alegres e satisfeitos; fazendas dos quaes têm sahido emissarios directamente para a Italia, afim de para ellas trazerem outras familias conhecidas e parentes.

Seria muito conveniente que o governo do Estado incumbisse aos srs. fiscaes de visitarem esses propriedades agricolas e obtivessem as informações que lhes fossem prestadas pelos immigrantes e que fossem depois enviadas aos centros immigratorios e lá distribuidas em larga escala.

É um meio pratico, de facil execução e que produziria resultado infalível (MINAS GERAES, 6.mai.1894, p.2).

O zelo em se divulgar informações a respeito da prosperidade das fazendas e colônias se revela vivaz no livro de Campista. Nesta obra o autor mencionava a existência de vários núcleos, dentre os quais os seguintes eram nominados: Rodrigo Silva (Barbacena), Maria Custodia (Sabará), Ferreira Alves (S. J. Nepomuceno), São João d'El Rey (na cidade de homônima) e Colônia de Barreiro.

Essas menções eram acompanhadas por breves dados sobre cada um dos estabelecimentos. Sobre a **Colônia Barreiro**, por exemplo, declarava-se que ela estava situada nos arrabaldes daquela que seria a nova capital do estado. Destacava-se ainda que, embora recente, ela já contava com um número significativo de colonos. Outrossim, a proximidade com a capital era colocada como presságio de grandeza e prosperidade.

Sobre o **Núcleo Ferreira Alves**, por seu turno, era dito que ele exibia importância elevada, produzia muito café, grãos e contava com criações diversas. Informava-se ainda pormenores a respeito da população e sobre as atividades produtivas:

La popolazione di questo nucleo è attualmente di 207 persone, delle quali 96 sono italiane, 65 brasiliane, 7 portoghesi, 5 francesi e 4 belghe. Il valore dei lotti ceduti ai coloni ammonta a 121,641\$595 e la produzione, nel primo semestre di quest'anno – 1895 – diede per 62,835,000.

Gli italiani raccolsero 1,815 arrobas di caffè (ogni arroba è di 15 chili), 93 carri di grano, 86 alqueiras di fagioli (ogni alqueiras è di 40 litri), e fabbricarono 300 mila mattoni. Posiedono 367 teste bovine ed altre specie di animali. I brasiliani raccolsero 405 arrobas di caffè, 74 carrete di grano, 34 carri di canna da zucchero, 120 alqueiras di fagioli, e fabbricarono 120 milla mattoni. Posseggono 541 capi di bestiame di varie specie. I portoghesi raccolsero 4 carrri di grano e tengono 30 capi di bestiame. I francesi tengono 90 capi di animali, i belgi 8 e raccolsero insieme 4 carrte di grano.

Sono nel nucleo 54 edificci con 4 case di amministrazione⁸⁴ (MINAS GERAES, 1896, p.56).

Interessante notar que na descrição acerca dos núcleos fazia-se questão de sublinhar a quantidade de colonos residentes e a nacionalidade dos mesmos. Não é gratuito, portanto, que no capítulo destinado a versar sobre a *população* a seguinte pergunta tenha sido lançada:

- È grande il numero degli stranieri esistente nello Stato?

- Per l'amenità del suo clima e per le sue condizioni naturali lo Stato di Minas fu uno dei preferiti paesi del Brasile, dove accorse l'emmigrazione europea. Per il che esistono grandi colonie tedesche in Juiz de Fôra e nel municipio di Tehophilo Ottoni. Sono là pure in grande numero Italiani, Spagnoli e Portoghesi, calcolandosi in 100 mila i primi, gli Italiani residenti nello Stato, i quali sono molto ricercati e bene trattati dai proprietari. La corrente emigratoria va grado a grado crescendo, essendo essa efficacemente e con apposite leggi protetta dal governo dello Stato. Solo nel primo trimestre del 1896 lo Stato di Minas ricevè e collocò convenientemente oltre 9000 immigranti (MINAS GERAES, 1896, p.11)⁸⁵.

⁸⁴ Tradução: “A população desse núcleo é de atualmente 207 pessoas, sendo 96 italianos, 65 brasileiros, 7 portugueses, 5 franceses e 4 belgas. O valor dos lotes cedidos aos colonos monta 121.641\$595 e a produção no primeiro semestre deste ano – 1895 – foi de 52.835.000. Os italianos colheram 1.815 arrobas de café, 93 carros de milho, 86 alqueires de feijão, e fabricaram 300 mil tijolos. Possuem 367 cabeças de criações de diversas espécies. Já os brasileiros colheram 405 arrobas de café, 74 carros de milho, 34 vagões de cana, 120 alqueires de feijão e produziram 120 mil tijolos. Possuem 541 cabeças de criações diversas. Os portugueses colheram 4 carros de milho e tem 30 cabeças de espécies diversas. Os franceses têm 90 cabeças de criações diversas e os belgas 8. Estes últimos colheram 4 carros de milho. São 54 as construções no núcleo, incluindo 4 casas de administração”. Tais informações, conforme escrito no próprio livro, foram colhidas a partir da edição de 7 de setembro de 1895 do Minas Geraes. Ver: Minas Geraes (7.set.1895, p.4).

⁸⁵ Tradução: “– São muitos os estrangeiros residentes no Estado? – Por conta da amenidade do clima e das condições naturais, o Estado de Minas foi um dos prediletos do Brasil. Por isso

Parecia-se partir do pressuposto de que a presença de conterrâneos estimularia a vinda de outros imigrantes. Pensamento este que era compartilhado por Camillo de Brito que em 1892 teria relatado:

Constantemente chegavam no Juiz de F6ra *wagons* cheios de imigrantes que ficavam alguns dias na hospedaria e depois retiravam-se para S. Paulo.

Isto, por6m, n6o se p6de atribuir 6 culpa nem do governo, nem do contrato, porquanto este exodo de imigrantes, 6 devido ao convite que, os italianos residentes naquele Estado, fazem aos seus compatriotas, encarecendo-lhe as riquezas (O ESTADO DE MINAS GERAES, 26.mar.1892, p.1).

O n6cleo colonial seria relevante mecanismo no sentido de atrair e maximizar as chances de perman6ncia dos estrangeiros. Assim, quando poss6vel, buscava-se real6çar as atividades produtivas dos n6cleos com o intuito de patentear a opul6ncia e as diferentes possibilidades de cultivo.

A despeito disso, embora nas p6ginas do Guia do Emigrante a presen6a e a prosperidade dos estrangeiros sejam alvo de coment6rios – sobretudo quando se versara sobre as estradas – n6o verificamos informa66es comprometidas a destacar os n6cleos coloniais.

4.2.7. O mundo urbano

Mirar como as cidades foram representadas pode nos oferecer certa compreens6o acerca da geografia mineira. Na obra de Campista, as primeiras localidades s6o exatamente as capitais. Sim, isso mesmo, no plural. A flex6o se fez necess6ria na medida em que havia informa66es tanto sobre a ent6o atual sede do governo como tamb6m sobre a cidade que estava sendo constru6da para ocupar este lugar.

A nova capital simbolizava o ideal de modernidade perscrutado com afinco pelo governo. Por isso mesmo, de in6cio falou-se sobre Ouro Preto e, logo

existem grandes col6nias alem6es em Juiz de Fora e no munic6pio de Teophilo Ottoni. H6 tamb6m um grande n6mero de italianos, espanh6is, portugueses, chegando 6 casa dos 100 mil o n6mero de italianos residentes no estado, os quais s6o muito procurados e bem tratados pelos propriet6rios. A emigra66o atualmente est6 crescendo gradativamente gra6as a efic6cia das leis e prote66o do Estado. Somente no primeiro trimestre de 1896, o Estado de Minas recebeu mais de 9000 imigrantes”.

em sequência, sobre o empreendimento que enchia de júbilo parte das autoridades⁸⁶.

- Quali sono le principali città di Minas Geraes?

- Dicemmo già che lo Stato di Minas conta 115 città. Fra esse si notano: Ouro Preto, l'attuale capitale, legato alle altre città ed a Rio de Janeiro per mezzo della strada di ferro centrale del Brasile.

Il clima di Ouro Preto è molto ameno. La media annuale della sua temperatura nel 1894 - secondo le diligenti osservazioni fatte nella Scuola di Minas - fu di 18°. Ha acqua potabile buona ed abbondante, della quale sono fornite tutte le abitazioni. Nulla lascia a desiderate il servizio di scolo come pure l'igiene e la nettezza pubblica. È illuminata a luce elettrica, ha servizio di telegrafo, telefono e posta (MINAS GERAES, 1896, p. 43)⁸⁷.

Além de essa descrição que nos remete ao Éden – haja vista a presença de água abundante e de clima ameno – versava-se também sobre a existência de escolas⁸⁸, do aspecto montanhoso e da presença de alguns outros edifícios. Já em relação a Belo Horizonte, os informes eram os seguintes:

Bello Orizzonte, che sarà la capitale col nome di Minas, dove, per la fine dell'anno 1897, si trasporterà il governo dello Stato - è situata in un magnifico altipiano, a 19°, 55', 2" di latitudine sud, 1°, 10', 6" di longitudine occidentale, dal meridiano di Rio de Janeiro, e ad oltre 800 metri sul livello del mare.

La temperatura media annuale di Bello Orizzonte, secondo le osservazioni fatte nel 1894 é di 18°. La città è costruita, colle più moderne perfezione architettoniche ed igieniche, per una polazioni di 30 mila abitanti. Sono già aperte le fontane, le quali provvederanno di eccellente acqua gli abitanti in ragione di 323 litri al giorno nella stagione fredda e 600, per ogni abitante, durante la estate (MINAS GERAES, 1896, p.43)⁸⁹.

⁸⁶ Dizemos *parte* das autoridades na medida em que não eram todos os que estavam contentes com mudança da capital para Belo Horizonte. Havia aqueles que lutaram pela permanência da sede do governo em Ouro Preto e existiam políticos que até encorajavam a mudança, mas, por interesses bairristas, desejavam a escolha de outra localidade. Ver: Siqueira (1972); Resende (1974); Aguiar (2006); Viscardi (2007).

⁸⁷ Tradução: “ – Quais são as principais cidades de Minas Gerais? – Dissemos que o Estado de Minas possui 115 cidades. Entre elas está Ouro Preto, a atual capital, interligada a outras cidades e ao Rio de Janeiro por meio da Estrada de Ferro Central do Brasil. O clima de Ouro Preto é muito ameno. A temperatura média anual em 1894 – de acordo com as diligentes observações realizadas na Escola de Minas – foi de 18°. Tem água em abundância e de boa qualidade que é fornecida a todas habitações. Nada deixa a desejar o serviço de drenagem, bem como higiene e limpeza urbana. É iluminada por luz elétrica, conta com serviço de telégrafo, telefone e correios”

⁸⁸ Escola de Farmácia, Escola de Direito, Escola Normal e Escola de Engenharia de Minas.

⁸⁹ Tradução: “ – Bello Orizzonte, que será a capital com nome de [Cidade] di Minas, para onde, até o final de 1897, será transportado o governo do Estado - está situada no magnifico planalto, em 19°, 55', 2 de latitude sul, 1°, 10', 6' de longitude a oeste do meridiano do Rio de Janeiro, e está a mais de 800 metros acima do nível do mar. A temperatura média anual de Belo Horizonte, é de 18 ° segundo observação realizada em 1894. A cidade construída, com a mais moderna perfeição arquitetônica e higiênica, para uma população de 30.000 habitantes. Já estão abertas as fontes que irão fornecer água de muita qualidade na proporção de 323 litros por dia na temporada”.

A descrição acima – que em sua sequência contempla pormenores acerca dos edifícios, detalhes da planta, presença de italianos e sistema de iluminação – é encerrada por esperançoso tom quando se dizia que o governo estaria envidando todos esforços para que a futura capital se tornasse uma cidade de “primeira classe⁹⁰”.

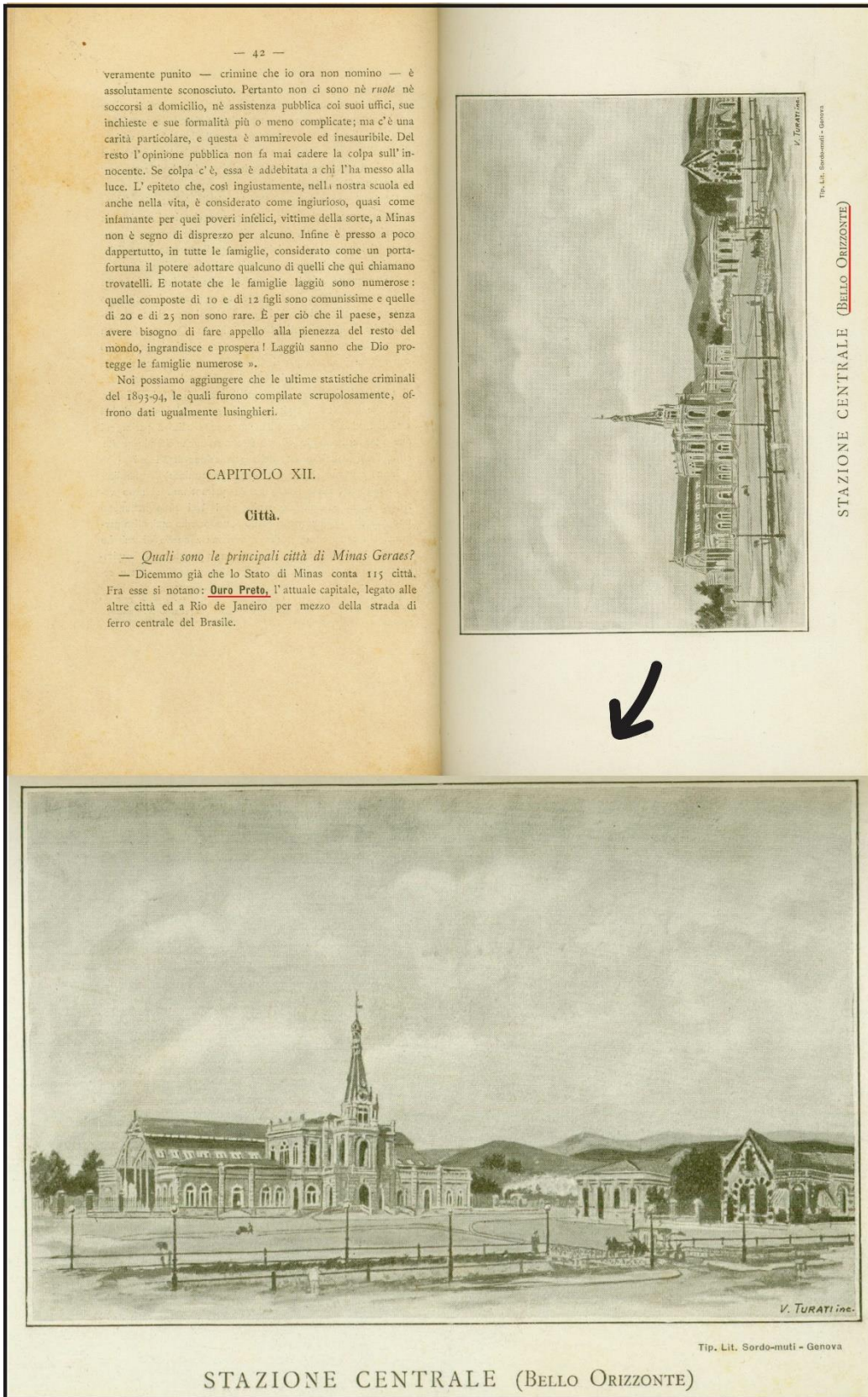
À luz de tudo isso, é revelador notar que mais que uma simples diagramação, as informações – a respeito de Ouro Preto e em sequência sobre Belo Horizonte – expressam a “renovação” idealizada por parte das elites estaduais⁹¹. A ideia era abandonar os escombros daquilo considerado “velho” e “atrasado” e marchar em direção ao “novo” e “moderno”⁹². Tal ânsia é percebida quando vemos que, mesmo antes de findarem os comentários sobre a antiga capital, logo ali, na página ao lado, havia uma suntuosa imagem retratando a Estação Central de Belo Horizonte.

⁹⁰ “Il governo ha meso ogni impegno acciò la futura capitale sia una città di prim'ordine, provvista di tutti i progressi...” (MINAS GERAES, 1896, p.45).

⁹¹ Dizemos parte pois, não custa avivar, a mudança da capital em Minas Gerais foi alvo de intensos debates. Ver: Viscardi (2007) e Aguiar (2006).

⁹² Sem que isso significasse, diga-se de passagem, o sepultamento das reminiscências vivenciadas em Ouro Preto. Buscava-se romper com as estruturas físicas arcaicas, mas conservando-se as imagens de um passado digno de orgulho vivenciado pelos inconfidentes.

Figura 19 – Lado a lado: o “velho” e o “novo”



Fonte: Lo Stato di Minas (1896, p.42-43).

Tamanha era a importância atribuída às ferrovias que, das três fotos estampadas no capítulo sobre cidades, duas ostentavam estações. A primeira, como vimos, trazia a Estação Central e esta, aqui abaixo, a de General Carneiro:

Figura 20 – Estação de General Carneiro (Belo Horizonte)



Fonte: Lo Stato di Minas (1896, p.48).

O sonho acalentado pelas elites mineiras era o de que as instalações da nova capital – a exemplo dos trilhos acima visualizados – pudessem levar as Gerais em direção ao progresso. Essa era uma forma de tentar alcançar o estágio de “desenvolvimento” ostentado por São Paulo, Rio de Janeiro e, sobretudo, pelas cidades europeias e norte-americanas.

Essas imagens aqui reunidas reavivam que os tijolos reservados para construir a nova capital assumiam também função outra: a de estibar uma sociedade permeada por novos valores. Tratava-se de uma cidade concebida “não para uma massa ignorante, mas para uma população que pudesse aprender a viver em meio urbano delineado de acordo com padrões técnicos

avançados, dotado de uma infraestrutura urbana sofisticada [...]” (AGUIAR, 2006, p.59).

E aqui cabe um parêntese para registrar que o *Guia do Emigrante Portuguez* não se detém na descrição das cidades. Em suas páginas há apenas comentários acerca de uma localidade e isso acontece quando é realizada uma breve apresentação do estado. Em tal ensejo afirmava-se que a capital era Ouro Preto, mas que outra estava sendo edificada:

A sua capital é Ouro Preto. Está, porém, em constução, a futura, no Bello Horisonte, entre as estações de Sabará e Santa Luzia, na estrada de ferro central. Para sua construcção votou o congresso mineiro, no anno passado, a importante verba de dezeseis mil contos. Rivalisará, segundo o projecto feito, com as principais capitais da Europa (p.8)

Tudo isso só reforça que ao olhar de forma ensoberbecida para os canteiros de obras belo-horizontinos, o governo projetava a construção de uma nova cidade – nos moldes europeus – que, de tão moderna, seria um trunfo propagandístico assaz relevante⁹³. Lançar-se-ia não somente a pedra fundamental de uma nova cidade, mas sobretudo as fundações que sustentariam o surgimento de dias marcados por uma maior coesão entre as diferentes regiões do estado e pela modernização da economia. A capital seria fulgurante injeção de dinamismo em um estado em que tudo estaria estacionado.

Nessa esteira, é extremamente oportuno sublinhar que tal projeção carregava a intenção de um governo que ambicionava alinhar as peças do mosaico mineiro e promover a modernização regional por meio da diversificação da economia – que viabilizar-se-ia não apenas através do desenvolvimento das indústrias, mas também a partir da modernização agrária (AGUIAR, 2006). Com

⁹³ O publicista Alessandro d’Atri escreveu, em 1897, o opúsculo “Bello Orizonte” que era destinado a divulgar as etapas da construção da nova capital. Uma notícia acerca de tal publicação pode ser lida adiante: “Chega-nos da Europa um bello opusculo com este titulo [Bello Orizonte] mimo do conhecido publicista Alessandro d’Atri, e tendente á propaganda que tomou a peito em prol do nosso Estado. É uma bella monographia que traz informações, vistas e um mappa da Nova Capital. O estylo do sr. d’Atri, fluente e cheio de iriações, que attrahem, revela-se na propriedade, que já todos lhe conhecem, de o tornar lido com interesse. Este volume é fructo das impressões da viagem que fez ultimamente á Minas” (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 20.abril.1897, p.299). Nessa mesma linha, ao investigar materiais impressos associadas à construção de Belo Horizonte, Arruda (2011, p. 209) afirmou que as imagens veiculadas “além de serem vendidas e distribuídas para os empreiteiros e, possivelmente para agentes do serviço de imigração [...]”, concorriam para cimentar a imagem de nova capital como uma cidade moderna.

efeito, erguer fundações de uma nova cidade para abrigar a capital do estado foi a forma encontrada para

[...] assegurar que essa mudança pudesse efetivamente estabelecer um centro urbano capaz de impulsionar a modernização do estado. Portanto, a criação dessa Cidade de Minas pode e deve ser compreendida como uma iniciativa de modernização regional de cunho eminentemente urbano (AGUIAR, 2006, p. 394).

A ênfase conferida à nova capital era tamanha que ao retornamos ao opúsculo *Lo Stato de Minas* verificamos que a única imagem de uma localidade diferente de Belo Horizonte é aquela que representava Juiz de Fora. A respeito dela valorizava-se a localização na considerada importante Zona da Mata e também se falava sobre a existência de fábricas diversas, belos edifícios, instituições de ensino e hospedaria.

Outro ponto de realce era a presença de vários italianos, alemães e portugueses. Tratar-se-ia de uma estratégia com vistas a ressaltar que a cidade seria um destino aprazível aos estrangeiros e também para evidenciar que lá eles não se sentiram sozinhos:

Juiz de Fora é situata in una importante zona agricola, e conta diverse fabbriche di tessuti, ceramica, mobili ecc. Possiede belli edifici pubblici e particolari e la Scuola superiore di commercio, unica nel Brasile - dovuta all' inciziativa privata. Nel municipio sono moltissimi italiani, tedeschi, portoghesi ecc. Ha inoltre un grandissimo albergo per gl' immigranti, tenuto a spese del governo (MINAS GERAES, 1896, p.46)⁹⁴.

As lisonjeiras palavras acima impressas eram acompanhadas pela não menos imponente imagem:

⁹⁴ Tradução: " – Juiz de Fora está localizada em uma importante área agrícola, e possui várias fábricas têxteis, de cerâmica, móveis, etc. Possui belos edifícios públicos e particulares, Escola Superior de Comércio, única no Brasil - graças à iniciativa privada. Na cidade há muitos italianos, alemães, portugueses, etc. Também conta com um grande albergue/hospedaria para imigrantes que é custeado pelo governo".

Figura 21 – Vista parcial de Juiz de Fora



Fonte: Minas Geraes (1896, p.46).

Além de informes pormenorizados a respeito das localidades citadas, há também descrições – mais comedidas – sobre as cidades de Barbacena, S. João d'El Rey e Uberaba. Da primeira, destacava-se a existência do núcleo colonial Rodrigo Silva e a presença de um clima descrito simplesmente como magnífico. De São João d'El Rey, chamava-se atenção para a Estrada de Ferro Oeste de Minas, para os edifícios elegantes, belas igrejas, instituições de ensino, teatro, biblioteca pública e para o núcleo colonial que levava o mesmo nome da cidade. Em Uberaba, enaltecia-se comércio, fertilidade do solo, a estrada de Ferro Mogyana e o desenvolvimento da agricultura e da indústria pastoril.

Em momento posterior, optou-se por apresentar grupos de cidades com base nas regiões que elas estavam situadas. As duas primeiras áreas são exatamente aquelas que gozavam de maior prestígio econômico e político: a Zona da Mata e o Sul de Minas. Em relação à primeira, dizia-se que era a mais importante e responsável pela maior produção de café do estado.

Le città di Alem Parahyba, Carangola, Cataguazes, Leopoldina, Manhuassù, Mar de de Hespanha, Palma, Pomba, Ponte Nova, Palmyra, Rio Preto, Rio Branco, S. Paulo de Muriahe, S. Joao

Nepomuceno, Ubá, Viçosa sono tutte situate nella zona piú importante dello Stato, essendo quella che produce maggiore quantità di caffè. Sono allacciate per mezzo di ferrovia e sono delle piú ricche di Minas, causa il grande numero di fattorie di caffè esistenti nei varí municipi (MINAS GERAES, 1896, p. 47)⁹⁵.

Em relação ao sul de Minas, concedeu-se destaque para a indústria pastoril e para a produção cafeeira que, segundo informes, começava a rivalizar com a da Mata:

Al Sud di Minas sono degne di menzione: Baeependy nel cui municipio esistono le celebri acque mireali di Caxambú; Campanha, una della piú attive città del mezzogiorno; Caldas, con eccellenti acque mirali; oltre Christina, Itajubá, Jacuhy, Lavras, Musambinho, Ouro Fino, Passos, Pouso Alto, S. Antonio do Machado, S. Gonçalo do Sapucahy, S. Rita do Sapucahy, S. Sebastião do Paraíso, San José do Paraíso, Tres Corações, Tres Pontas, Pouso Alegre, Varginha ecc – dove esistono, oltre che importanti industrie pastorili, grandi piantagioni di caffè, la cui importanza cominci a rivaleggiare con la zona boschiva (MINAS GERAES, 1896, p. 47)⁹⁶.

Em seguida eram também apresentados dados sobre a zona central, norte e oeste. As informações são mais sucintas, embora, vez ou outra, algumas poucas linhas tenham sido dedicadas para retratar algumas localidades. Este é o caso de Peçanha que, em virtude da qualidade de seu solo, era colocada como cidade de futuro promissor:

Peçanha – città situata in un municipio rimarchevole per la fertilità del suo suolo, onde si ha ragione di credere che avrà uno splendido futuro. L'industria principale è l'agricoltura che consiste nella piantagione del caffè e di varí cereali⁹⁷ (MINAS GERAES, 1896, p.48).

De forma geral, com pequenas nuances, nas descrições sobre as cidades percebemos a frequente preocupação em destacar a produção, a presença de

⁹⁵ Tradução: “– As cidades de Alem Parahyba, Carangola, Cataguazes, Leopoldina, Manhuassù, Mar de de Hespanha, Palma, Pomba, Ponte Nova, Palmyra, Rio Preto, Rio Branco, S. Paulo de Mirahe, S. Joao Nepomuceno, Ubá, Viçosa estão todos situados na zona mais importante do Estado, aquela que produz a maior quantidade de café. [Tais cidades] são ligadas/servidas por estradas férreas e são as mais ricas de Minas em virtude do grande número de fazendas de café existentes”.

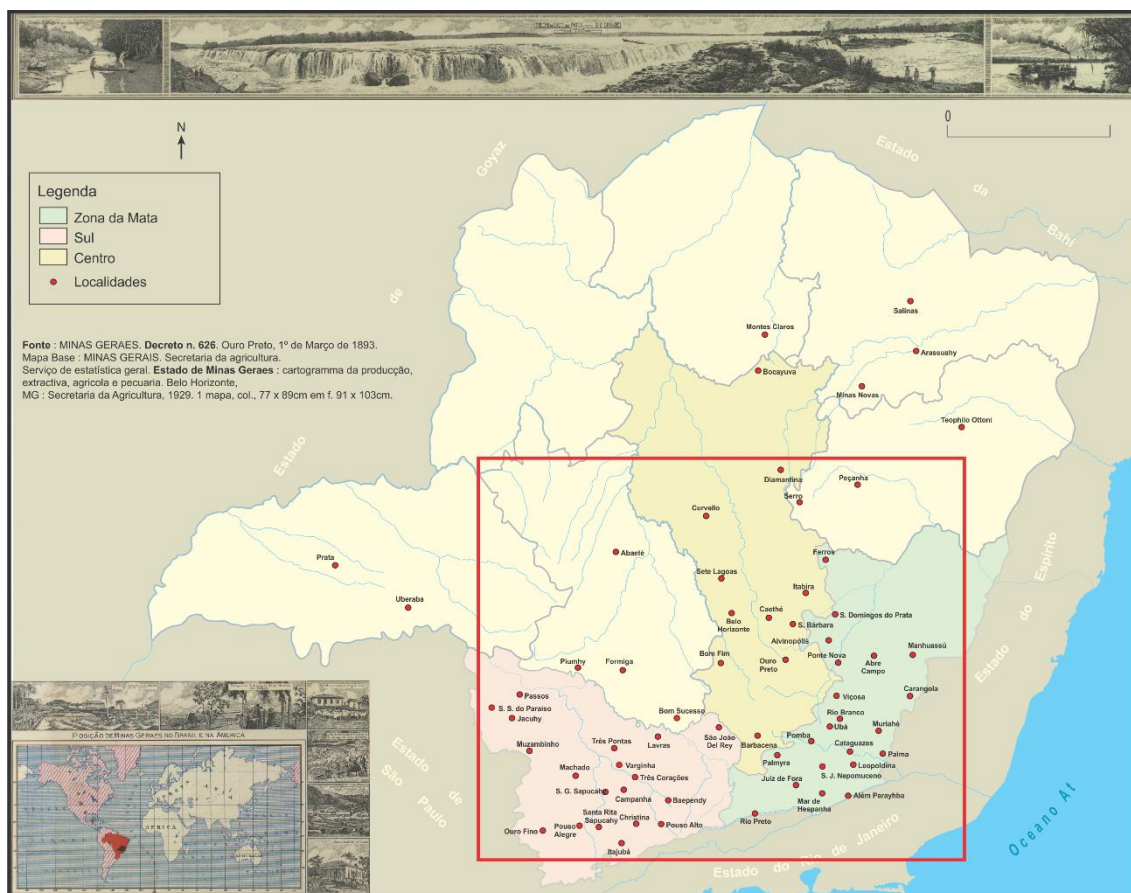
⁹⁶ Tradução: “– Ao sul de Minas são dignas de nota: Baeependi, cidade onde existem as famosas águas minerais de Caxambú; Campanha, uma das cidades mais dinâmicas do Sul. Caldas com sua excelente água mineral, [além disso,] outras [cidades] são: Christina, Itajubá, Jacuí, Lavras, Musambinho, Ouro Fino, Passos, Pouso Alto, San Antonio do Machado, S. Gonçalo do Sapucaí, St. Rita do Sapucaí, S. Sebastião do Paraíso, San José do Paraíso, Três Corações, Três Pontas, Pouso Alegre, Varginha etc. – onde existem, importantes indústrias pastoris, vastas plantações de café cuja importância começa fazer frente à zona da Mata”. Como se nota, ainda que de forma assaz sutil, essas linhas acabam mencionando uma certa disputa entre a zona da Mata e o sul de Minas.

⁹⁷ Tradução: “– Peçanha – cidade situada em um município conhecido pela fertilidade do solo, onde há razões para acreditar que gozará de um futuro esplendido. A indústria principal é agricultura que na plantação de café de vários cereais”.

estradas de ferro e o clima. Ressalta-se, ademais, que a apresentação sobre variadas cidades era ainda uma maneira de evidenciar que o paraíso mineiro exibia tantas matizes ao ponto de satisfazer aspirações dos mais sortidos espectros. Mas apesar disso, deixava-se claro que a zona da mata, maior produtora de café, era a região mais rica.

Quiçá, não é por acaso que a maioria das cidades apresentadas no opúsculo *Lo Stato di Minas* estejam situadas em uma área que abarca justamente a Zona da Mata, o rico Sul de Minas⁹⁸ e a região que abrigaria as “duas capitais” do estado:

Figura 22 - Cidades representadas no opúsculo *Lo Stato di Minas*



Fonte: *Lo Stato di Minas* (1896). Concepção: Santos (2015) a partir da base elaborada por Brunel (2015)

O mapa acima – e as discussões pretéritas – ajudam a deslindar que o mosaico mineiro era composto por algumas peças que exibiam prestígio mais

⁹⁸ Vale lembrar que, segundo informações do opúsculo *Lo Stato di Minas*, as fazendas de café do Sul já começariam até a fazer frente às matenses.

avultado que as demais. Tal prestígio, conforme tornou-se perceptível, estava diretamente enlaçado ao potencial econômico e ao poderio político de cada uma das localidades. Esse retrato da geografia mineira revela que embora se argumentasse a necessidade de introduzir imigrantes que beneficiariam todo estado, os representantes de algumas regiões possuíam maior capacidade de impor seus interesses.

No ensejo de camuflar tais diferenciações, o deputado Bueno Brandão declarou: “Minas pertence aos mineiros...[...] não distingo no Estado, o representante do sertão do representante da matta ou do sul” (MINAS GERAES, (25.mai.1894, p.4). Como a leitora ou o leitor pôde perceber, a realidade nas Gerais definitivamente não espelhava a semântica professada por meio de tal frase. Aliás, é no mínimo revelador atinar que a assertiva elaborada pelo deputado tenha sido estribada a partir de dois extremos. De um lado, mencionava-se o *sertão* – termo comumente empregado para se referir a espaços estigmatizados por não ostentarem pujança econômica⁹⁹ –; do outro, aludia-se às portentosas áreas cafeeiras localizadas na Zona da Mata e ao sul de Minas.

Diante tudo isso, fica-nos a impressão de que uma tradução mais fidedigna talvez fosse: “Muitos de nós fingimos não distinguir as áreas menos aquinhoadas daquelas repletas de dinamismo e de pés-de-café. Minas pertence aos mineiros – mas desde que estes mineiros exibam elevada relevância no jogo político e econômico”.

Com efeito, em virtude de esse retrato revelador dos matizes do mosaico mineiro, é oportuno rememorar que o opúsculo de Campista era divulgado como sendo “um tratado completo e precioso sobre a geographia physica, economica e politica do Estado de Minas Geraes (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS

⁹⁹ “Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados”. (MORAES, 2003, s/p). Ver também: Barroso (1947); Amado (1995); Lima (1999); Bartelt (2009).

GERAES, 15. set, 1896, p. 245)¹⁰⁰. Com tal lembrança, nossa intenção é assinalar que o contato com as propagandas nos obrigou, mesmo que *an passant*, a abordar temas variegados¹⁰¹ e assaz indispensáveis para o entendimento desse quinhão da história das Gerais.

Contudo, fica-nos evidenciado que os opúsculos e demais propagandas acabaram se consubstanciando em um apazível subterfúgio para que conhecêssemos – mesmo que de forma incompleta – algumas das nuançadas peculiaridades do mosaico mineiro.

4.3. Do sonho à quimera

4.3.1. Imagens do Éden

“Porque me ufano do meu país¹⁰²”. Este é o nome do opúsculo que Afonso Celso¹⁰³ publicara em 1900 com a finalidade de alcançar dois propósitos: **i.)** comemorar o quarto centenário da chegada dos portugueses à Pindorama; **ii.)** ensinar princípios patrióticos aos seus filhos – e por essa via a todos jovens brasileiros (OLIVEIRA, 1990; CARVALHO, 1999). Mas quais motivos o levariam a manifestar sentimento tão risonho em relação ao Brasil?

¹⁰⁰ Lembremos, aliás, que o vocábulo *tratado* comporta “[...] entre outros, os seguintes significados: i. Estudo aprofundado; ii. Convênio, convenção; coisa convencionada. Pode-se argumentar que o termo foi empregado em consonância com a primeira das acepções, pois havia a manifesta intenção de que a obra se constituísse em uma espécie de material completo sobre a geografia do estado mineiro. No entanto, o segundo verbete também exhibe estreita relação com o que discutimos. Dizemos isto pois através das descrições veiculadas intentava-se disseminar uma representação padrão do território. Um tratado; uma convenção sobre o quão afortunado seria o estado de Minas Gerais” (SANTOS, 2015, p.11).

¹⁰¹ O discurso da mineiridade; as querelas envolvendo a construção de vias férreas; a instalação de hospedarias; o ambicioso projeto da Cidade de Minas; a alvoroçada tensão entre as localidades; as múltiplas vozes dos hebdomadários, entre outros.

¹⁰² Logo na página primeira, abaixo do título, podemos ler estes dizeres: “right or wrong, my country” (em tradução literal: “certo ou errado, meu país”). É no mínimo curioso notar que, apesar do exacerbado tom ufanista, o autor preferiu o inglês ao idioma oficial do Brasil.

¹⁰³ Poeta, professor, historiador e político. “Filho do visconde de Ouro Preto (último presidente do Conselho de Ministros do Império), Afonso Celso foi conde papal e diretor do Instituto Histórico e Geográfico, Pertenceu a um grupo de intelectuais - do qual também participou Eduardo Prado – que pretendeu no início da República reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira. Suas interpretações contrariavam aqueles que viam no Brasil as confirmações das teses de inferioridade racial, assim como aqueles que acusavam o português de responsável pelo atraso brasileiro” (OLIVEIRA, 1990, p. 131).

Essa resposta pode ser encontrada quando o autor enumerara razões que comprovariam a superioridade das terras brasileiras. Entre essas justificativas, estariam os seguintes fatores¹⁰⁴: grandeza territorial; beleza; variedade e amenidade climática; riquezas; ausência de calamidades; predicados do caráter nacional¹⁰⁵, entre outros. Diante de tamanhas virtudes, o autor fora enfático ao afirmar:

Ficou demonstrado que:

- O Brasil constituiu um dos mais vastos países da terra, capaz de conter toda a população nela existente;
- Reúne imensas vantagens a essa grandeza territorial, quais a situação geográfica, a homogeneidade material e moral, o progresso constante;

¹⁰⁴ O opúsculo é composto pelos seguintes itens: Dedicatória; I – Para quem e para que foi composto este opúsculo; **II – Primeiro motivo da superioridade do Brasil: a sua grandeza territorial**; III – Vantagens unidas à grandeza territorial do Brasil; IV – Outras vantagens da grandeza territorial do Brasil; **V – Segundo motivo da superioridade do Brasil: a sua beleza**; VI – Amazonas; VII – A Cachoeira de Paulo Afonso; VIII – A floresta virgem; IX – A Baía do Rio de Janeiro; X – Mais belezas do Brasil; **XI – Terceiro motivo da superioridade do Brasil: a sua riqueza**; XII – Riquezas naturais do Brasil; XIII – Mais riquezas do Brasil; **XIV – Quarto motivo da superioridade do Brasil: a variedade e amenidade de seu clima**; **XV – Quinto motivo da superioridade do Brasil: ausência de calamidades**; **XVI – Sexto motivo da superioridade do Brasil: excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional**; XVII – Costumes curiosos dos índios no Brasil; XVIII – Os negros; XIX – Os portugueses; XX – Não foi de degredados que se povoou o Brasil; XXI – O mestiço brasileiro; XXII – **Sétimo motivo da superioridade do Brasil: nobres predicados do caráter nacional**; XXIII – Oitavo motivo da superioridade do Brasil: nunca sofreu humilhações, nunca foi vencido; XXIV – Guerras depois da independência; XXV – A batalha de Ituzaingo; XXVI – A guerra do Paraguai; XXVII – Nono motivo da superioridade do Brasil: seu procedimento cavalheiresco e digno para com os outros povos; XXVIII – Décimo motivo da superioridade do Brasil: as glórias a colher nele; XXIX – Undécimo motivo da superioridade do Brasil: a sua história; XXX – Os jesuítas; XXXI – Serviços dos jesuítas ao Brasil; XXXII – Os bandeirantes; XXXIII – A República de Palmares; XXXIV – A guerra holandesa; XXXV – A retirada, da Laguna; XXXVI – A independência do Brasil; XXXVII – Grandes nomes da nossa história; XXXVIII – D. Pedro II; XXXIX – A escravidão no Brasil; XL – Resumo das grandezas do Brasil; XLI – Perigos que ameaçam o Brasil; XLII – O futuro do Brasil; Nota.

¹⁰⁵ Neste tópico, o autor enumera os seguintes predicados como característicos do brasileiro: “— 1.º Sentimento de independência, levado até à indisciplina; — 2.º Hospitalidade. No interior, raro se encontram hospedarias. Quem chega é acolhido, com afabilidade e lhaneza, na primeira casa a que bata. [...]; — 3.º Afeição à ordem, à paz, ao melhoramento; — 4.º Paciência e resignação; — 5.º Doçura, longanimidade, desinteresse; — 6.º Escrupulo no cumprimento das obrigações contraídas. Julgar-se-ia desairado quem, no interior, alegasse prescrição de dívida; — 7.º Espírito extremo de caridade. Elisée Reclus observa que nenhures se acha como no Brasil tão notável organização de estabelecimentos de solidariedade, mantidos por esmolas, sem intervenção do Governo. Produz resultado o menor apelo, em nome dos que sofrem; — 8.º Acessibilidade que degenera, às vezes, em imitação do estrangeiro; — 9.º Tolerância; ausência de preconceitos de raça, religião, cor, posição, decaindo mesmo em promiscuidade. Só há exemplo de um jornalista estrangeiro expulso. Durante a guerra do Paraguai, um francês publicava no Rio de Janeiro um jornal simpático ao inimigo, caricaturando os nossos generais; — 10.º Honradez no desempenho de funções públicas ou particulares” (CELSO, 1900, p. 86). Como o/a leitor(a), pôde notar, muitas desses predicados eram manejados justamente para cunhar a *mineiridade*. De certa feita, esse seria um indício que reforçaria o nível de generalidade que recaí sobre tal constructo forjado pelos mineiros.

- É belíssimo - encerrando maravilhas sem êmulas no universo [...].
- Possui riquezas incalculáveis, – tudo quanto de precioso se encontra no globo;
- Goza de perpétua primavera, sem jamais conhecer temperaturas extremas;
- Não sofre as calamidades que costumam afligir a humanidade; – vulcões, terremotos, ciclones, inundações, abundância de animais ferozes
- resulta a sua população da fusão de três raças dignas e valorosas raças;
- bom, pacífico, ordeiro, serviçal, sensível, sem preconceitos, não deturpa o caráter desse povo nenhum vício que lhe seja peculiar, ou defeito insusceptível de correção (CELSO, 1900, p. 190).

Adiante, por conta dessas e de outras qualidades, Celso tecera as seguintes considerações – no capítulo derradeiro oportunamente intitulado "O futuro do Brasil":

É verdade que a grandeza não deriva da simples posse de dons valiosos, mas do seu sábio aproveitamento. Porque, porém, deixaremos de pôr em ação os nossos prodigiosos recursos? [...] Somos ainda uma aurora. Chegaremos necessariamente ao brilho e ao calor do meio dia (CELSO, 1900, p. 197).

Para se ultrapassar essa fase de alvorecer e marchar em direção aos esplendorosos dias reservados ao Brasil, no parágrafo final o autor sublinhara a necessidade de nunca se perder a fé. Em sua visão, um país com o alegado cabedal de riquezas não poderia desfrutar de um destino que não fosse alvissareiro. Por isso, com voz profética, suplicara ele:

Confiemos. Há uma lógica iminente: de tantas premissas de grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo, em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos (CELSO, 1990, p. 199).

A esperança propagada neste trecho – e no decorrer de todo o texto – muito se assemelha aos discursos nos quais governo projetava um futuro auspicioso para as Gerais. Isso não é uma mera coincidência na medida em que desde o “descobrimento” a ideia de grandiosidade ecoa em momentos diversos. Tal “[...] pensamento tem uma genealogia que se inicia com a Carta de Pero Vaz, passa por Afonso Celso e tem muitos outros continuadores¹⁰⁶” (OLIVEIRA, 1990, p. 129-130).

¹⁰⁶ "O conde de Afonso Celso é, assim, apenas mais um elo nessa cadeia ininterrupta de tradição edênica. Até mesmo a expressão 'ufania nacional' já tinha aparecido nos panfletos da independência. A fama de criador do ufanismo atribuída ao conde justifica-se apenas pelo fato

Assim, não é extraordinário verificar que tal crença de grandiosidade também encontrasse ressonância nas propagandas imigratórias. Vale lembrar, aliás, que tal ideia fora alimentada por viajantes, como Martius e Spix¹⁰⁷, que percorreram o Brasil narrando os tesouros do país:

A nova visão propiciada pelos viajantes repercutia sobre o paisagismo literário, ficcional ou instrumental. **As maravilhas da natureza tropical são manipuladas, como paisagem útil, na propaganda imigratória que**, já no início do Império, tenta seduzir os europeus (MAGNOLI, 1997, p. 107, grifos nossos).

Nesse contexto, o “mundo americano” não era caracterizado pelo adjetivo “Novo” por ser diferente daquele mundo conhecido no “senil” continente europeu. Tratava-se de um *novo mundo* na medida que ele apresentaria um “retorno à perfeição da origem, à primavera do mundo” que se contrapunha à “velhice outonal”, “à decadência do velho mundo” (CHAUÍ, 2000, p. 63).

Pensando nas terras brasileiras, verificamos que tais imaginários relativos à natureza se alastraram de forma tão visceral ao ponto de se configurarem em um mito fundador. É nesse sentido que a bandeira nacional, diferentes de outras, não evocaria aspectos políticos e tampouco narraria a história do país. A bandeira quadricolor, tal como hoje a conhecemos, seria símbolo da Natureza, símbolo de um “Brasil-paraíso”. “Nesse estado de Natureza paradisíaco em que nos encontramos, há apenas nós – pacíficos e ordeiros – e Deus, que, olhando por nós, nos deu o melhor de Sua obra e nos dá o melhor de Sua vontade” (CHAUÍ, 2000, p. 63).

Tudo isso para dizer que tal crença parece ser o que inspirou a composição de um poema que pintava as Gerais através de belíssimas e generosas cores:

de ter ele sistematizado de maneira didática as razões de orgulho nacional baseadas nas belezas e riquezas naturais” (CARVALHO, 1998, p. 3).

¹⁰⁷ “Martius ocupou um lugar especial. O *Reise in Brasilien*, que publicou com Spix em 1823, aborda os habitantes negros e índios e a fusão das culturas. Os dois cientistas fundam uma etnologia sistemática brasileira, substituindo a dicotomia colonial dos tupis e tapuias pela classificação das oito famílias linguísticas indígenas. A Flora Brasiliensis, na sua obra definitiva, inaugura a fitogeografia e representa a primeira proposta de divisão regional do Brasil, em 1843, apoiada nas cinco províncias vegetais: Naiades, Hamadryades, Dryades, Oreades, Napaeade. A vontade de aplicar a ciência para organizar o conhecimento do Brasil tinha, portanto, percorrido um longo percurso antes de se manifestar no plano para elaboração da história nacional (MAGNOLI, 1997, p. 106).

MINAS

Minas parece uma aguia alcandorada
Nas arduas grimpas de alcantil gigante
Cantam-lhe em torno a brisa sussurrante
E os rios e a floresta perfumada

Dos cimos lá de aerea cumeada
Espraia a vista impavida e arrogante...
vê minas de ouro, ferro, diamante
Vê a liberdade, de seu peito amada...

Vê mais ainda o campo florescente,
E o gado a ruminar todo indolente
Como pintado a calma do Mineiro

Povo, que enquanto aos outros eu cotejo,
Por mais que pense, francamente vejo:
Não tem outro melhor no mundo inteiro.

Campanha, 1895

Jonas Olyntho

(O ESTADO DE MINAS GERAES, 5.jan.1896, p.3, grifos nossos)

Como examinamos, o tom ufanista que encharca essas palavras também poderia ser percebido nos livros publicados pelo governo mineiro. Vale lembrar, afinal, que os elementos mobilizados nos opúsculos, além de acentuarem a mineiridade, sugeriam que Minas Gerais seria a própria expressão do “Paraíso Terrestre”. Paraíso este, cumpre salientar, que é,

antes de tudo, o **jardim perfeito: vegetação luxuriante e bela (flores e frutos perenes), feras dóceis e amigas (em profusão inigualável), temperatura sempre amena (“nem muito frio, nem muito quente”**, repete toda a literatura), primavera eterna contra o “outono do mundo” de que falava o fim da Idade da Média, referindo-se ao sentimento de declínio de um velho mundo e à esperança de restituição da origem, idéias vigorosamente retomadas pela Renascença, particularmente pelos neoplatônicos herméticos que, como Campanella, elaboraram utopias de cidades perfeitas guiadas pelo Sol e pelos “sete planetas”, fonte da futura elaboração da imagem do Brasil como Eldorado (CHAUÍ, 2000, p. 62, grifos nossos).

Em menor ou maior grau, esses e outros ingredientes foram adicionados no esforço de talhar uma imagem lisonjeira do “território mineiro”. Se Afonso Celso se empenhava em catequizar seus filhos – e demais pessoas – sobre as virtudes brasileiras, poderíamos dizer que a intenção do governo era a de doutrinar os emigrantes a respeito dos predicados de uma edênica Gerais. Com efeito, não é espantoso verificar que em ambos casos, em uma visão extremamente romântica, os aspectos negativos simplesmente não tenham vez.

4.3.2. – Ser imigrante em terra de latifundiários

A despeito de narrativas que exalavam ares paradisíacos, a realidade encontrada pelos imigrantes era muito menos convidativa do que aquela retratada nas propagandas. Muito menos mesmo! Basta ler, por exemplo, o relato de 1895 sobre a situação dos imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa e daremos conta disso:

O modo irregular e deshumano por que está sendo feito o serviço de transporte e alojamento de imigrantes neste estado reclama do governo de Minas as mais serias e energicas providencias.

Na hospedaria "Horta Barbosa" que mal comporta mil imigrantes, têm-se alojado nestes ultimos dias mmais de dous mil quinhentos, na mais horrorosa promiscuidade e no meio de indescriptivel immundicie.

[...]

Como era de esperar, a aglomeração de tantas pessoas, sem a minima condição de asseio e sem os mais rudimentares cuidados de hygiene, tem produzido o apparecimento de molestias graves, sendo consideravel o numero de obitos, mormente de creanças (O PHAROL, 8.jan.1895, p. 1).

Diante de melindrosa situação, os imigrantes teriam se recusado a rumar para a Hospedaria:

[...] ante-hontem, á noite, chegaram a Mariano Procopio cerca de mil e duzentos imigrantes italianos, que, tendo sabido, nao desembarcaram, que na hospedaria havia casos de molestia grave, recusaram-se terminantemente a seguir para alli e permaneceram toda a noite expostos á chuva, sem alimentação e completamente desabrigados.

Era um quadro horroroso aquella multidão de mulheres e creanças, depois de penosa viagem, fatigadas e somnolentas, a pedirem abrigo e pão pelas ruas da cidade! (O PHAROL, 8.jan.1895, p. 1).

E, apesar da insistência, muitos italianos não quiseram mesmo ir para a Horta Barbosa:

Depois de muita reluctancia, conseguiu a policia, auxiliada por alguns cidadãos, resolver esses infelizes estrangeiros a seguirem para a hospedaria de imigrantes.

A maior parte delles, porém, recusou-se obstinadamente a isso e permaneceu toda a noite e todo o dia de hontem em um rancho proximo a estação de Mariano Procopio, pessimamente abrigada e sofrendo fome (O PHAROL, 8.jan.1895, p. 1).

Além desse relato, outros mais enalteciam os maus tratos, a alimentação precária, desmazelo administrativo, acomodações inadequadas, ausência de cuidados elementares de higiene e surto de doenças (TEIXEIRA, 2011; SANTOS, 2013). Tal situação, encontrada logo na chegada, é emblemática: ela ilustra que muitos estrangeiros, ao invés de marcharem para as portas paraíso,

na verdade teriam que percorrer as esferas concêntricas do inferno¹⁰⁸. O sonho, amiúde, se esboroava ao encontrar a realidade.

Tais agruras ficam ainda mais dilacerantes quando lembramos dos obstáculos que os imigrantes enfrentavam para conquistar um naco de terra. Isso porque parte esmagadora dos proprietários agrícolas não concordavam em ceder porções de suas terras para a divisão entre os imigrantes. Nas raras ocasiões em que isso ainda sim acontecia, as Câmaras Municipais, ou os proprietários, costumavam destinar terrenos improdutivos e, portanto, impróprios para a fundação de colônias agrícolas (MONTEIRO, 1973).

Outrossim, devemos sublinhar que, em grande medida, a Lei de Terras (1850) pode ser apontada como um dos principais elementos que contribuíam para sufocar a pequena propriedade e estreitar os horizontes dos imigrantes. Afinal, era

[...] impossível fazer progredir a pequena propriedade onde a grande propriedade funcionava de maneira autossuficiente. A expansão da lavoura cafeeira, monopolizando as melhores terras, deixava ao imigrante os lugares distantes e pouco produtivos. Era o resultado de uma legislação dúbia. Com o propósito de desenfeudar o solo, para limitar o latifúndio e atrair o imigrante, criando condições para a implantação da pequena propriedade, a Lei de 1850 continha também meios de afirmação da grande propriedade. Ao mesmo tempo que estabelecia a obrigatoriedade de aquisição de terras devolutas pela compra, legitimava todas as posses verificadas sem cogitar de sua extensão, desde que se achassem realmente cultivadas ou com princípio e cultura e morada habitual (MONTEIRO, 1973, p.20).

Ademais, essa lei ainda estabelecia que cairiam em comisso as terras dos posseiros que não conseguissem realizar a medição de suas posses nos prazos estipulados. No entanto, e aqui repousa o busílis da questão, o que devemos nos lembrar é que basicamente apenas os grandes proprietários tinham condições de realizar, em tempo hábil, a medição das terras que possuíam. Com efeito, em virtude de tal especificidade, os latifundiários continuavam a

¹⁰⁸ Atritos também poderiam ser observados através de documentos disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Em 1891, por exemplo, o telegrama de número 42, emitido pela Delegacia ao Inspetor Geral da Hospedaria Horta Barbosa, apresentava os seguintes dizeres: “Os imigrantes existentes n’esta hospedaria, em número superior a mil insuflados pelo vice-consul Jecehi revoltaram-se por não seguirem já para São Paulo evadiram a cosinha e armam do fornecedor. O pessoal ameaçado e forçado a dar de ração dupla de alimentação. Peça providencia urgente”. De maneira semelhante, em 1892, o Barão de Santa Helena dizia: “Os colonos, que o Governo Federal faz internar na hospedaria de Juiz de Fora nas epochas de calor e epidemia no Rio de Janeiro, recusam-se absolutamente a ficar em Minas, que para elles não é mais de que um trajecto incomodo que os distancia do seu objectivo (MINAS GERAES, 13.nov.1892, p. 3).

concentrar os melhores terrenos em suas mãos. Em poucas palavras: essa “era a vitória do latifúndio” (MONTEIRO, 1973, p. 20)¹⁰⁹.

Tal acachapante vitória traz à baila o embate em que os senadores Carlos Alves e Camilo de Brito discutiam a respeito da melhor forma de se aproveitar o braço imigrante. Este último era enfático ao asseverar a importância do latifúndio e, por isso mesmo, ele vociferava: “Não olhe o Estado para a grande propriedade e v. exc. verá qual ha de ser a renda do nosso orçamento. O Estado vive com ella e com ella morrerá” (MINAS GERAES, 28 abril, 1892, p.3). Em contrapartida, Brito – declarado defensor da pequena propriedade – retrucava:

Si actualmente e na grande propriedade está a fonte de rendas, de futuro o Estado ha de tiral-a tambem de outras industrias. Quem sabe si o café terá um dia o seu inseto como a uva teve a phyloxera?

[...]

Não é cedo ainda para ensaiar culturas novas, e animar a pequena propriedade.

Os nucleos de Santa Catharina e de S. Paulo são officiaes. Note, porém, que eu os quero officiaes neste sentido: o imigrante vem e é recebido em terras que são preparadas pelo Estado. **O que faz a imigração é a terra fértil, dividida em lotes, proxima a rios navegaveis e estradas de ferro** (MINAS GERAES, 28 abril, 1892, p.3).

A acanhada predisposição dos latifundiários e do governo em ceder terrenos para fins de colonização revela que raras vezes frutificou o modelo de imigração idealizado por Camilo de Brito. Não custa reforçar, aliás, que as poucas terras destinadas para venda aos trabalhadores estrangeiros exibiam baixa produtividade e estavam situadas em locais distantes dos centros consumidores. Como se vê, a mentalidade dos fazendeiros se afinava muito mais aos pensamentos de Alves que, de maneira profética, asseverara que o Estado vivia com a grande propriedade e com ela morreria.

Mas as experiências infernais não se limitavam às exíguas possibilidades que o imigrante possuía para se transformar em pequeno proprietário. Ocorre que, impossibilitado de alcançar tal condição, lhe restava a tentativa de vender sua força de trabalho. No entanto, como se tudo não pudesse ficar pior, a estadia nas fazendas era marcada por restrições e conflitos com patrões que, já

¹⁰⁹ A Lei de Terras teria viabilizado a existência da pequena propriedade em estados cuja economia não se voltava ao mercado externo – vide Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por exemplo (MONTEIRO, 1973).

habituaados ao regime escravagista, não se esforçavam em tratar o trabalhador livre de maneira leal¹¹⁰.

Como se observa, não só não havia leis dedicadas à concessão gratuitas de terras, como vários outros eram os obstáculos para aqueles que sonhavam adquirir um terreno. Todo esse cenário, com posições bem demarcadas, só nos evidencia que ser imigrante em terra de grandes proprietários era um desafio deveras amargo. As terras indubitavelmente possuíam senhores pouco dispostos a abrir mão de tal condição.

4.3.3. – A arte da prestidigitação

No ano de 1893, Faure Nicolay – aclamado prestigiador francês – levaria seu espetáculo para o palco do Theatro Ouro Pretano:

O artista que, dentro em pouco, se vae apresentar á apreciação do povo ouro-pretano, destaca-se dessa vulgarissima classe de prestidigitadores que, de ha seculos, deslumbram os papalvos, com muito palavreado, muitos aparelhos de fundos falsos e de escaninhos invisiveis e que com uma tal ou qual ligeireza de dêdos, fazem crêr, as plateias, em intervenções miraculosas, em especiaes poderes magneticos [...].

A prestidigitação, para Faure Nicolay, é como que uma arte séria, susceptivel de constantes progressos e melhoramentos e, seguindo a lei que preside á evolução de todas as artes, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, conseguiu dar aos seus prodigiosos e difficilimos trabalhos, o cunho da mais severa simplicidade.

A "presença ás massas" soffreu, no systema de Faure Nicolay, grandes reduções. Expõe laconicamente a sorte que vai executar e, minutos depois, **o publico acha-se absorto, admirado, interdito, diante de cousas**, para que olha com a mais tenaz intensidade de vistas e que não vê, por mais sinceros exforços que para isso faça!

Diante dos trabalhos do celebre prestidigitador francez, é que se realisa, a todo o momento, o rifão popular "**entre olhar e ver, ha uma grande distancia**".

Os trabalhos de cartas são delicadissimos: passando ligeiramente e á distancia a mão por cima do baralho, transforma-se a carta noutra absolutamente differente no valor e no naipe; traz, á mão, a carta que pedimos e faz desapparecer um baralho ou mesmo um objecto qualquer de grandes dimensões, como se tudo se esvahisse como o fumo.

[...]

Eis o artista que, dentro em poucos dias, se vai habilitar a um novo triumpho, na nossa terra (MINAS GERAES, 24.out.1893, p.3, grifos nossos).

¹¹⁰ Exemplo disso são as desavenças motivadas pelas vezes em que os contratos de parceria (garantidores de ganhos um pouco maiores) foram arbitrariamente substituídos por minguados salários (MONTEIRO, 1973).

Diante esse relato, a leitora ou leitor – com total razão – poderia especular que a arte da prestidigitação não guarda muitos laços com a temática aqui exposta. Poder-se-ia dizer ainda que o supracitado excerto destoa abrupta e radicalmente do restante do trabalho.

Mas um olhar mais atento nos revelaria que os políticos mineiros e os prestigiadores comungavam de um princípio elementar: a arte da ilusão. Lembremos, afinal, que o êxito do prestidigitador em grande medida está atrelado a sua capacidade de manipular a atenção da plateia ao seu bel prazer¹¹¹. Assim,

se o ilusionista quer os seus olhos concentrados no rosto dele, olha diretamente para você. Se, ao contrário, quer que você desvie o olhar para determinado objeto, ele mesmo vira o corpo, a cabeça e os olhos em direção a tal objeto, e a sua cabeça e os seus olhos o acompanham prontamente (MACKNIK e MARTINEZ-CONDE, 2011, p. 82).

Processo semelhante não ocorreria em relação à boa parte dos discursos aqui apresentados? Quando erguemos tal indagação estamos pensando nas autoridades que, ao chamarem atenção para o imobilismo que pararia nas Gerais, deixavam certas questões esvanecidas.

Nessa esteira, poderíamos até afirmar que *o clima, o solo, os cursos d'água, as infraestruturas e a mineiridade* seriam alguns dos elementos para os quais desejava-se que todos voltassem seus olhares. Não é circunstancial, aliás, que os substantivos supramencionados fossem acompanhados por generosos adjetivos responsáveis pela composição de uma espécie de “retórica do atraso” acionada para sugerir que um estado cujo território contava com dons inúmeros não poderia exibir progresso que não fosse esplêndido.

No entanto, para que essa condição se tornasse real, algo deveria ser feito! Haveria de ser aplicado um antídoto contra a inércia! Assim, essa narrativa em prol da ação redundava no nascimento de uma “retórica do otimismo” mobilizada para bradar que dias alvissareiros apenas dependiam do braço estrangeiro.

¹¹¹ Aos que preferirem alusão futebolística: "Quando um goleiro vê uma bola de futebol ir em direção ao gol, ele atenta explicitamente para a bola. Mas o atacante esperto do time adversário, que está tentando chutar para o gol, pode desviar de forma intencional a atenção do goleiro, desviando os olhos do gol (como se dissesse, em uma comunicação não verbal, 'Ei, olhe! Agora estou indo para lá!', quando, na verdade, sua próxima virada será no sentido inverso). Esse gesto é chamado de "drible de cabeça" nos esportes, e a ideia é enganar o goleiro, fazendo-o direcionar seus recursos de atenção para o lugar errado. O atacante pode olhar o tempo todo para a região fictícia de interesse, mas atenta disfarçadamente para o gol, a fim de planejar o chute" (MACKNIK e MARTINEZ-CONDE, 2011, p. 70).

Tratava-se, em suma, de uma ideologia geográfica positiva. Afinal, e é Moraes (1996) quem diz, as ideologias geográficas podem abarcar discursos profetizadores da "aptidão", do "caráter", ou do "destino" de certos lugares. No caso interpretado, tal qual foi possível observar, tínhamos discursos que vaticinavam a sina bem-aventurada dos mineiros. E aqui valeria resgatar as ponderações de Del Gaudio (2007) que escrevera acerca da existência de duas percepções dominantes em relação à natureza brasileira: uma incensadora das feições edênicas e, outra, de viés pessimista, que classificava o Brasil como um lugar infernal.

No entanto, a primeira ótica se faria prevalecte justamente por auxiliar a construção de uma imagem positiva da nação. Ademais, ainda nas vezes em que a visão mais fúnebre se fez mais vívida, o objetivo também fora o de erigir a identidade nacional. Isto porque através de tal ótica os problemas não eram imputados à sociedade, mas sim à natureza. Tratava-se, ao fim e ao cabo, de um mecanismo que promovia a desistoricização e naturalização de processos econômicos, políticos e sociais.

Caso semelhante ocorreria nas Gerais, vez que por meio de diferentes retóricas – seja a retórica propagadora de imagens do *Éden Mineiro* ou aquela alardeadora do atraso – acabava-se atribuindo avultado peso às questões naturais na tentativa de cristalizar a ideia de que um futuro afortunado deveria necessariamente passar pela imigração. Poderíamos dizer, aliás, que a constatação do “atraso” andava de mãos dadas com as projeções de tom mais “otimista”. Em síntese: “perplexidade diante da letargia”, “necessidade de movimento” e “crença em dias auspiciosos” são questões inextrincáveis¹¹².

A mensagem era a de que a miraculosa presença imigrante permitiria o florescimento dos adormecidos tesouros incrustados nas Gerais. Através desse despertar, vociferava-se – por meio de discurso exaltador da dimensão pública – que os mineiros seriam sobejamente agraciados.

Mas isso não é tudo! A urgência em atrair imigrantes abria ainda vereda para o surgimento de uma sedutora “retórica da perfeição” que era responsável por pintar as Gerais como a verdadeira expressão do paraíso. Basta ouvir o

¹¹²Em virtude de esse entrelaçamento valeria consultar o trabalho em que Pádua (2012) perscruta a presença do conceito de “progresso” nas Mensagens dos Presidentes do Estado de Minas Gerais (1891-1930).

discurso propagandístico para notar que tudo aparentava fluir de forma quimérica. Simplesmente parecia não existir agruras ou obstáculos de maior monta.

Tal cenário idílico fora forjado ao novamente se chamar atenção para o *território* e seus elementos. Pavoneava-se a amenidade climática, a fertilidade dos solos, os caudalosos cursos d'água, o progresso do mundo urbano, entre predicados outros. Tratava-se de uma narrativa que versava tanto a respeito dos objetos geográficos *naturais* como também sobre aqueles ditos *artificiais*. É nessa medida que lembramos de Castro (2006) quando ela diz que

Os objetos geográficos como a natureza – clima, praias, rios, montanhas, florestas, campos, planícies, planaltos – e as construções humanas – ruas, praças, monumentos, indústrias, ferrovias, cidades, bairros – participam da prática social, que lhes confere valor simbólico, e transformam-se em imagens, caminhos, cotidiano etc, ajudando a compor as representações da alma coletiva. Estas representações geográficas constituem então um modo de ser, um modo de falar da Terra, teatro da aventura humana (CASTRO, 2006, s/p).

Com seu modo de falar das Gerais, os opúsculos destacavam que o suor dos mineiros, aliado à natureza generosa¹¹³, teria viabilizado a construção de um estado repleto de cidades, de paisagens estonteantes e belíssimos edifícios. Contudo, a partir de discursos portadores de distintos matizes – a perplexidade diante o atraso; a projeção de dias auspiciosos; a imagem de um território agraciado por inúmeras possibilidades – mas compositoras de um mesmo enredo, o governo *representava, valorava e normatizava* a realidade de forma a atender os objetivos de grupos específicos¹¹⁴.

Diríamos até que as ilusões criadas quando o governo chamava atenção para o *território* poderiam ser identificadas, grosso modo, em três principais momentos:

- 1) Nas variadas declarações que além de focalizarem a falta de braços¹¹⁵, ainda professavam que somente através do trabalho livre – para qual

¹¹³ Como basicamente concedia-se realce ao aspecto paisagístico, é oportuno lembrar de quando Nelson Rodrigues, em sua obra “A cabra vadia – novas confissões”, nos brindou com a seguinte declaração: “Ah, o Brasil não é uma pátria, não é uma nação, não é um povo, mas uma paisagem” (RODRIGUES, 1997, p. 14).

¹¹⁴ Não é por acaso, aliás, que Garcia (1982, p. 25) tenha afirmado que as ações simbolizadas pelos três verbos em destaque (representar, valorar e normatizar) sejam ideias básicas presentes nas *ideologias*.

¹¹⁵ Leia-se: a rarefação populacional do território.

apenas o imigrante era considerado qualificado – seria possível alcançar o progresso. Não se tratava, afinal, simplesmente da falta de braços, mas sim da falta de braços brancos. Não por acaso, nas entrelinhas dos discursos insinuava-se que os nacionais – por serem tidos como vadios e entregues a vícios – não se adaptariam ao trabalho livre. Situação díspar ocorria com os imigrantes europeus vistos como civilizados e laboriosos. Em poucas palavras: acreditava-se que músculos capazes de erguer as Gerais haviam de ser oxigenadas por sangue europeu. Assim, ainda que diminutas fossem as chances, aos estrangeiros eram ofertadas condições para que eles se transformassem em pequenos proprietários; já, aos trabalhadores nacionais, esses mesmos direitos não eram facultados¹¹⁶.

- 2) Ilusões também eram criadas nas vezes em que as potencialidades do território eram exaltadas com o fito de sugerir que os emigrantes gozariam de uma vida repleta de uma miríade de possibilidades. Alardeava-se que para esse sonho se consubstanciar bastaria somente exhibir um comportamento ordeiro e se dedicar com afinco à labuta. Para solidificar essa crença, conforme verificamos, as propagandas estavam embebidas por hiperbólico e, por vezes, falacioso tom¹¹⁷. E isso é compreensível

¹¹⁶ Havia até políticos como Aristides de Araújo Maia que questionavam este aspecto e defendiam a concessão gratuita de terras aos brasileiros em moldes semelhantes ao *Homestead Act*. A esse respeito consultar Santos (2014).

¹¹⁷ Sem hipérboles. De forma concisa, esse é o principal ensinamento que podemos extrair de um texto veiculado em 1890 pela Sociedade Central de Imigração. No ensejo, enfáticas eram as exortações sobre a necessidade de as propagandas brasileiras não pintarem o país como se fosse um paraíso onde só houvesse vantagens. Nessa mesma direção, como quem quisesse reavivar exemplos negativos de outrora, denunciava-se que muitas das informações eram divulgadas por meio de tintas carregadas em demasia: “Basta lembrar que nada há pior nas relações entre homens do que faltar à lealdade. Já muito soffreu a causa da immigração com o detestavel systema, em voga antes da criação da Sociedade Central, de **pintar o Brazil aos olhos dos immigrants europêos como um paraíso, uma região edenica, só de gozos e vantagens, excepecional, em que não havia senão immediatos proventos e condições estupendas de felicidade e riqueza**. Esse era o empenho de todas as informações de character official; e na burocracia essa é ainda a tendencia mais vulgarisada. Tudo quanto não seja apregoar a sobre a excellencia do Brazil em relação aos outros países de immigração parece-lhe obra pernicioso e antipatriotica. E o mais curioso é que esses mesmos que se mostram tão optimistas e tão entranhados nativistas, não concorrem, podendo e devendo fazê-lo, com o minimo contingente de actividade e até simples boa vontade para justificarem até certo ponto as promessas de que haviam sido tão prodigos e obviarem de algum modo os terriveis desenganos e crueis decepções dos infelizes que haviam corrido atrás da miragem” (A IMMIGRAÇÃO, fev. 1890, p. 6, grifos nossos). No ano de 1894, em tom afinado aos dizeres anteriores, Antonio Olynth dos Santos Pires – diretor do ministério da agricultura – argumentava sobre a precisão de se realizar uma propaganda que não fosse exagerada e tampouco permeada por ostentações supérfluas. No entanto, como o leitor pôde notar, fazendo jus ao discurso propagandístico, os

quando nos lembramos que as informações veiculadas pelas propagandas costumam ser caracterizadas por adjetivos contundentes e pela ausência de espaço para contestações (SANI, 1998). No discurso propagandístico o emissor assume a posição de dono da verdade e, por extensão, a única realidade possível aparenta ser aquela que ele pinta através de cores generosas e extravagantes. Nos casos aqui analisados, como vimos, um dos principais estratagemas mobilizados para impingir essa tal “verdade” perpassava pela exaltação dos atributos do território¹¹⁸.

- 3) Também percebemos engodos nas vezes em que se alegava que a presença de imigrantes beneficiaria todo o estado. Mas, ao fim e ao cabo, boa parte dos discursos dissuadiam que o braço estrangeiro seria direcionado, sobretudo, para as áreas cafeeiras. Basta lembrar, por exemplo, que de 1894 a 1901 entram 52.582 imigrantes no estado¹¹⁹, sendo que a maioria deles se concentraram nas lavouras de café da Mata e Sul¹²⁰. Não fosse o suficiente, tais áreas foram ainda agraciadas por variadas benesses consideradas indispensáveis ao processo de atração de imigrantes – vide: estradas de ferro, hospedarias, albergues e núcleos

opúsculos analisados não deixam dúvidas de que o governo mineiro ignorou solenemente tais recomendações.

¹¹⁸ Tal artimanha imediatamente nos lembra de Vlach (2004) que, ao interpretar as particularidades do ensino de geografia no Brasil – no findar dos oitocentos e início do século seguinte –, assinalou que a mencionada disciplina exibiu relevante papel no processo de educação do povo. Isso porque, a geografia escolar “de um lado, [...] fazia do território brasileiro o elemento central de seu conteúdo, porque sua descrição valorizava sua dimensão, suas riquezas, sua beleza; de outro lado, porque a idéia de território por ela veiculada permitia a substituição do sujeito pelo objeto. Em outras palavras: **a idéia de território dissimulou as ações concretas dos líderes** (políticos, intelectuais etc.) que conduziam, “de cima para baixo”, a construção da nação e do cidadão para consolidar o Estado brasileiro, dissimulando mesmo o fato de que o Estado construía a nação brasileira” (VLACH, 2004, p. 195, grifos nossos).

¹¹⁹ Segundo Monteiro (1973), não teria havido imigração espontânea no estado, pois Minas não atrairia os emigrantes. Com efeito, diz a autora, toda imigração seria solicitada e promovida oficialmente. Ainda que essa informação mereça ser relativizada, não podemos deixar de perceber o insucesso das propagandas realizadas pelo governo.

¹²⁰ Monteiro (1973, p. 156) assinalara: “Possuindo uma área incalculável, Minas não soube aproveitá-la. Governo representativo dos interesses da lavoura cafeeira, seu campo de ação foi bastante limitado, não concedendo às demais regiões do Estado condições favoráveis ao seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à abertura de vias de comunicação e ampliação dos meios de transporte. O que se fez, nesses setores, relacionava-se quase com o café e, por isto mesmo, as Zonas da Mata e Sul foram as únicas beneficiadas. Até mesmos os núcleos coloniais foram, preferencialmente, localizados nessas áreas”. Embora não situemos as áreas cafeeiras como as *únicas* beneficiadas – haja vista, por exemplo: a contribuição dos imigrantes na construção de Belo Horizonte e os núcleos suburbanos instalados ao redor da nova capital – não deixamos de concordar com a autora no que diz respeito ao peso assumido que as áreas cafeeiras assumiam no mosaico mineiro.

coloniais¹²¹. Nessa história valeria também assinalar que o sentimento de mineiridade – que transpassa os variados discursos analisados – era um recurso que contribuía para as elites assegurarem seus objetivos. Isto porque a mineiridade era a cola mobilizada na tentativa de amalgamar as frações do mosaico mineiro em torno de questões consideradas de inefável valor. De forma simultânea, esse discurso incensador de uma identidade *sui generis* era também utilizado em âmbito nacional na tentativa de angariar verbas federais.

Apesar de todas essas “artimanhas argumentativas” esculpirem uma miragem sugestiva de que todos só tinham a ganhar, devemos nos lembrar que os fazendeiros-políticos é que seriam os maiores beneficiados ao contarem com braços que receberiam minguados salários enquanto trabalhavam engrossando a fortuna da oligarquia rural. Como tudo estava estacionado, o objetivo era, sim, romper com a inércia. Mas desde que tudo – leia-se: o *status quo* – quedasse como antes. Assim,

sem desmerecer a atuação de políticos que efetivamente se preocupariam com os imigrantes e com o futuro do Estado, deve-se dizer que, em boa parte, a transfiguração daquilo que foi produzido em termos normativos e do que foi realmente colocado em prática, na sociedade e no território, **dependeu muito das manobras daquela parte importante da classe política mineira constituída pelos fazendeiros ex-escravistas, tradicionalistas, sem dinheiro líquido, mas com imensas propriedades fundiárias. Foram eles, mas que quaisquer outros, que controlaram a expressão numérica e ação dos imigrantes em Minas Gerais** (CAMPOLI, 2013, p. 97, grifos nossos).

A grande arte desses políticos-fazendeiros estaria na destreza em obnubilar o verdadeiro sentido oligárquico que o território possuía. De forma intencional ou não, em certas vezes as autoridades conseguiam camuflar – ou ao menos esmaecer – as relações de poder cristalizadas nas Gerais. Por isso mesmo, dificilmente deixava-se escancarar os interesses classistas/regionalistas que alimentavam cada uma das palavras proferidas com notável eloquência¹²².

¹²¹ Nesse caso poderíamos resgatar as palavras grafadas no Correio de Minas onde liamos: "Tendo vasta circulação em todo o Estado de Minas, principalmente na rica e fértil zona da Mata, a cujos interesses mais de perto se dedica, sem aliás descuidar os interesses de todo o Estado..." (CORREIO DE MINAS, 4.jul.1898,p.4). Os discursos imigrantistas pareciam adotar postura semelhante, considerava-se que todas as regiões seriam igualmente importantes, mas umas mais importantes que as outras.

¹²² E aqui é assaz oportuno trazer à baila as ponderações de Dutra (1990) que se dedicou a deslindar ideias que caracterizariam a prática política da burguesia mineira no início do século

Um dos principais ardis estava em *diluir* do território aquilo que lhe é essencial: as relações de poder. O sentido pleno ficava comprometido. Era como se versasse sobre o oceano sem que se mencionasse a existência de água. E com isso queremos avivar que o *território*, na dicção dos políticos, “[...] não seria oriundo de arranjo assimétrico – guardado estrategicamente pelo Estado – entre grupos dominantes e dominados que repercutiria de cima para baixo até as fronteiras da textura socioespacial” (AMBROZIO, 2013, p.3).

XX. Seu estudo é calcado nos exemplares da Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira – publicados pela Sociedade Mineira de Agricultura (1911, 192, 1917, 1923, 1924, 1925) – nos Anaes do Congresso das Municipalidades Mineiras (1923) e nos Relatórios e Conclusões propalados pela Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903. De acordo com suas reflexões, o discurso de tal burguesia é "1) [...] sempre em nome da '*classe econômica*', das '*classes conservadoras*', sempre evitando que apareçam para o público externo suas diferenças de interesse, e sempre revestido de uma certa universalidade também relação aos diferentes setores (e/ou) frações da burguesia. [...]; 2) "O *caráter de generalidade* que assume esse seu discurso, em relação às demais classes, é corporificado nas metáforas do '*bem comum*', do '*progresso*', da '*construção da nacionalidade*', da '*moral pública*' [...]; 3) "A *idéia de construção da história* que envolve a defesa dos seus empreendimentos. No caso da agricultura, por exemplo, há um corte claro na escravidão, no antes e no depois. O regime agrícola anterior é associado às imagens de '*escumbros*', '*abalos*', '*mundo incivilizado*', à '*e escravidão*'. No pós-escravidão as imagens são associadas à '*reordenação*', '*modernização*', '*novos métodos de trabalho*', sinônimos de um regime econômico moderno para enfrentar a concorrência"; 4) A *positividade do Trabalho* - surge como um ponto claro nestas representações. O trabalho é apresentado como princípio instituinte do social. É fonte de riqueza e bem-estar, fonte de aperfeiçoamento moral, razão de ser do homem e elemento definidor da sua existência" [...]; 5) "A *crença na positividade do saber técnico e científico* dará um tom particular a este mundo discursivo da burguesia. Os saberes técnico e científico surgem como depositários da expectativa da '*racionalidade*' e da libertação de um mundo de miséria, ignorância e incultura. Com a educação, a cultura e o saber profissional, alcança-se o progresso, e o desenvolvimento moral e intelectual [...]; 6) A *negação da exploração do trabalhador* vem se somar com mais um elo nesta cadeia lógica do discurso burguês. Os males, se existem, são atribuídos aos operários e camponeses atrasados, miscigenados, sentimentais (sentem mais do que raciocinam), incultos, sem higiene e ociosos. Se são mal alimentados, é porque não possuem hábitos corretos de alimentação, se são doentes é porque não têm hábitos de higiene e vivem em promiscuidade; se são ociosos e ignorantes é porque são miscegenados e sem educação. A exploração não existe; se miséria existe é por ócio, ignorância e atraso. Assim também raciocinam com o país que tem terras férteis e abundantes recursos naturais, faltando-lhe o '*trabalhador ideal*', a técnica e a racionalidade para sair do atraso econômico" (DUTRA, 1990. p.28-30, grifos da autora). Embora a mencionada a pesquisa ultrapasse o período de nosso trabalho, fica pateando o congraçamento entre os diversos pontos de tal reflexão e aqueles oriundos de nossas ponderações. Afinal, não custa enaltecer, o discurso da imigração dissimulava interesses; assumia pretensão universal; incitava a modernização via métodos de trabalho que se contrapusessem ao arcaísmo associado à escravidão; incensava o trabalho livre como elemento propulsor de saberes técnicos e científicos e do progresso; imputava aos considerados vadios e ignorantes trabalhadores nacionais a culpa pelo atraso das Gerais. De fato, esse conjunto de ideias constituía-se em fulcral instrumento para que a burguesia intervisse na realidade mineira.

No vocábulo das autoridades, o *território* não passaria de uma palavra empregada para descrever um substrato que abrigava belezas naturais, infraestruturas e uma população cujos indivíduos pareciam viver em harmonia e irmanados pela *mineiridade*. Mas enquanto os holofotes propagandísticos recaíam sobre tais ingredientes, em uma zona turva ficavam os informes sobre a estrutura agrária do estado, por exemplo. E, não custa reforçar, foi exatamente essa estrutura – constituída por latifúndios e vastas terras devolutas – o obstáculo que tornara amargo o sonho que os imigrantes acalentavam de se tornarem proprietários.

Mas, espere, poder-se-ia inquirir: já que se reclamava tanto a existência de terrenos subaproveitados, porque o governo não procurou meios para que os estrangeiros se convertessem em proprietários? Afinal, não havia terras devolutas em abundância? Sim, de fato havia, mas o cerne da questão é que elas

[...] significavam para o governo estadual fonte de renda e poder político. Nenhum interesse, portanto, havia, por parte dele, em cedê-las gratuitamente, mesmo que propalando a necessidade de povoar-se o território. Se de um lado o Estado prefere guarda suas terras, por outro são freqüentes, na legislação colonizadora, os apelos aos empresários e particulares para que nas suas propriedades instalem colônias agrícolas, mediante incentivos oferecidos pelo próprio governo. É claro que esta política nunca foi considerada pelo poder privado. Como exigir do particular que fragmente suas terras quando o Estado possuidor do maior número delas, não o faz? (MONTEIRO, 1973, p. 163).

No final das contas, o apego que os latifundiários conservavam pela terra tornava-se maior que a ambição dos imigrantes. E não somos nós quem sugerimos isso, mas sim as linhas que costuravam uma edição d'O Pharol de 1885. A partir delas, após se mencionar a existência de “centenares de legoas de terras devolutas” – num raro momento em que enxergamos com nitidez aquilo que os prestigiadores insistiam em esconder –, indagava-se:

Porque não se ha de organizar nellas nucleos coloniaes, dividindo-as em lotes, que podião ser vendidos aos colonos por preços baixos?

Procedendo assim, daria o governo um salutar exemplo aos grandes proprietarios (e são elles numerosos na provincia) que por sua vez irião retalhando as suas terras, das quaes a maior parte jaz em abandono, e facilitando assim o estabelecimento dos immigrants, ou admittindo-os de parceria nos seus trabalhos agricolas.

O sentimento que domina entre nós é o amor á – terra –, embora ella não possa ser cultivada; comprar – terras – é uma das maiores aspirações dos nossos fazendeiros.

No dia porém em que elle certificar-se de que um pedaço de terra bem aproveitada vale mais do que centenas de alqueiras mal tratados, desaparecerá esse mal entendido amor.

E o unico meio de o convencer é pôr a seu lado homens acostumados ao trabalho intelligente, como hoje se pratica nos paizes mais adiantados e já em muitos lugares do Brazil (O PHAROL, 18.nov.1885, p.1).

No crepúsculo dos oitocentos, o desenvolvimento da política imigratória evidencia que, para o infortúnio dos imigrantes, a arrebatadora paixão que os latifundiários nutriam pela terra floresceu incólume e vigorosa. Amiúde, evitar falar desse amor – dissimulá-lo – seja, quiçá, um dos principais álibis das autoridades.

Considerações Finais

Vós todos sabeis que a opinião corrente, principalmente no Estado de Minas, é que o melhor emprego de capital é a terra - sobre ella passa o ladrão, mas não pode carregar-a.

Conheço diversos fazendeiros, possuidores de grandes extensões de terras e que vivem quasi na miseria, simplesmente pelo respeito superticioso que consagram á conservação do terreno.

Isso não só lhes é prejudicial, como também ao Estado, que soffre com a improductividade das terras (MINAS GERAES, 16.out.1898, p.3).

As palavras acima dificilmente conseguiriam ofertar retrato mais revelador. Elas são expressão vivaz do ferrenho apego que os fazendeiros cultivavam pela terra. E nunca é demais reforçar que entre esses “fazendeiros, possuidores de grandes extensões de terra”, estavam muitos políticos. Tal constatação nos leva a visualizar um ponto nefrágico: as autoridades reclamavam a vasta existência de terras subtilizadas – bradava-se que *tudo estava estacionado!* – entretanto, várias delas muito pouco procuraram facilitar a venda de terras aos imigrantes.

Aliás, não é de se espantar que os lotes destinados a tal fim tenham sido aqueles que possuíam baixa produtividade e que estavam situados em locais distantes dos centros consumidores. Quiçá até pudéssemos parafrasear Ribeiro Junqueira – político autor do excerto supracitado – e dizer: “no Estado de Minas, sobre a terra passava o imigrante, mas dificilmente dela poderia usufruir”.

Em contraste a essa observação, as páginas de opúsculos – como o Guia do Emigrante Portuguez para Minas Geraes e *Lo Stato di Minas Geraes* – e hebdomadários versavam sobre um verdadeiro paraíso-mineiro. Só que, amiúde, ao chegar nas Gerais os estrangeiros eram submetidos a maus tratos, alimentação precária, enfrentavam doenças, óbitos nas hospedarias¹²³, entre agruras outras. Não fosse o suficiente, eles ainda descobriam que diminutas e penosas eram as chances de adquirirem o sonhado naco de terra.

Mas nem tudo estava findado: restava a possibilidade de vender a força-de-trabalho nas fazendas. Nesse momento, porém, mais uma vez a realidade se descortinara amarga: as condições de trabalho eram melindrosas, os senhores de terra não agiam com muita lhaneza, aplicavam castigos, sonegavam salários

¹²³ Chrysostomo e Vidal (2014) – em artigo que, entre aspectos outros, reflete sobre o funcionamento das hospedarias – assinalam que a estadia dos imigrantes na mencionada construção poderia se assemelhar ao percurso que as almas faziam no Purgatório descrito por Dante Alighieri em sua Divina Comédia.

e, ao bel prazer, descumpriam contratos de parceria. Essas eram as esferas concêntricas do inferno mineiro¹²⁴. Não é difícil compreender, portanto, porque dos 58.892 europeus egressos nas Gerais, de 1894 a 1902, somente 2001 indivíduos tenham permanecido no estado¹²⁵. Ser imigrante em terra de latifundiários definitivamente era uma condição lancinante.

Ademais, é sintomático notar que o *território* – tão efusivamente ressaltado ao plano discursivo – tenha sido representado de forma dissociada daquilo que lhe é imanente: as relações de poder. E aqui é oportuno que abramos breves parênteses: se recuarmos até funerais dos ingleses e franceses, nos idos dos séculos XV a XVII, verificaremos que o corpo do rei morto permanecia escondido enquanto um corpo de cera ou de madeira¹²⁶ era apresentado aos súditos (CHARTIER, 2011).

Quiçá, processo análogo aqui ocorra: o território, como o concebemos, não tinha vez nos discursos. O que aparecia era um *território* de cera, vazio de poder e habilmente modelado para figurar de forma incrivelmente sedutora. Esse *território-cera* assumia as funções de *véu* e *arma*: ele operava como um *véu* ao obnubilar que o suposto Éden Brasileiro, localizado nas Gerais, já possuía senhores da terra pouco interessados em parcelar aquilo que lhes era mais caro.

De forma simultânea, o território se metamorfoseava em *arma* na medida em que venerar as virtudes territoriais era uma estratégia manejada de maneira recorrente por políticos que mais preocupados estavam em defender seus interesses particulares.

Prova disso é que ao falarem do progresso de *todo o estado*, muitos deles estavam pensando era, sobretudo, no desenvolvimento de regiões/localidades específicas. Tínhamos, como se nota, um território de cera que apresentava as feições das Gerais, mas que, ao fim e ao cabo, era acionado para reivindicar os interesses de uma localidade ou região. Assim, se lembrarmos que no período de 1889 a 1930 boa parte dos núcleos coloniais instalados se concentrou na Zona da Mata e no Sul de Minas, notaremos a força que tais elites regionais

¹²⁴ Não é gratuito, portanto, que no Velho Mundo existissem notícias que buscavam desalentar a imigração para as terras brasileiras.

¹²⁵ Sendo 1.556 italianos, 121 portugueses, 36 alemães, 47 austríacos, 15 russos, 215 franceses e um suíço (MONTEIRO, 1973).

¹²⁶ O corpo político que nunca perece (CHARTIER, 2011).

possuíam de impor seus interesses. De fato, o senso de lugar falava alto entre os mineiros.

Se a questão imigratória exigia da burguesia mineira “[...] um grande esforço de argumentação e retórica para justificar politicamente suas propostas” (DUTRA, 1990, p. 32), podemos asseverar que, indubitavelmente, os discursos geográficos operavam como ingredientes assaz relevantes na criação de um cenário propício às práticas imigratórias.

Por tudo isso, admitindo-se que os projetos, as representações e imagens atreladas ao espaço são “um dos condutos mais eficazes do *poder*” (MOARES, 2002, p.33), podemos dizer que as alusões territoriais acabaram se constituindo em um relevante mecanismo legitimador dos desígnios das elites mineiras. Aliás, não é por acaso que a matéria a respeito da apresentação do prestigiador francês tenha nos ensinado que “entre olhar e ver, ha uma grande distancia”. Diríamos nós: entre projetar um futuro afortunado e esses dias auspiciosos de fato florescerem, para todos, há um oceano¹²⁷.

Agora, parágrafo final, aproveitamos para dissecar o título deste trabalho: lançamos mão da expressão *alusões territoriais* na medida em que elas rimam com as propagandas que pavoneavam certos elementos do território. Mas, além disso, elas nos ajudaram a compreender que os imigrantes eram visualizados como peças *vitais* para que as elites – quase ia dizendo reis e rainhas – seguissem ditando as regras do tabuleiro. Eis aqui, portanto, as alusões que nos são mais caras. Eis aqui o xeque-mate.

¹²⁷ E, como fizemos questão de assinalar, não há como versar satisfatoriamente sobre o oceano, sem que se verse sobre a água.

Fontes Primárias

Material Cartográfico

MINAS GERAIS. Secretaria da agricultura. Serviço de estatística geral. **Estado de Minas Geraes**: cartogramma da produção, extractiva, agrícola e pecuária. Belo Horizonte, MG: Secretaria da Agricultura, 1929. 1 mapa, col., 77 x 89cm em f. 91 x 103cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1409630/cart1409630.jpg>. Acesso em: 20 out. 2015. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1409630/cart1409630.html>. Acesso em: 20 out. 2015.

Livros

GROSSI, Felippo. **Lo Stato di Minas Geraes**. Editores: S. Nesi e F. Grossi, 1911.

MINAS GERAES. **Lo Stato di Minas Geraes**. Genova, 1896.

PENNA, Gustavo. **Imigração Chinesa para o Estado de Minas**. In: Autores Mineiros – Assuntos Mineiros 1892, APM.

SILVA, Antônio Gomes Sanches da. **Guia do Emigrante Portuguez para Minas Geraes**. Lisboa. 1894.

Mensagens

MINAS GERAES. **Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião da instalação dos Trabalhos da Segunda Sessão da Vigésima Primeira Legislatura**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/484/000083.html>>. Acesso em: 08.jun.2015.

_____. **Mensagem dirigida pelo Presidente Do Estado de Minas Geraes Dr. Affonso Augusto Moreira Penna**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720429&PagFis=132>>. Acesso em 08 de ago. 2014.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte, 1894. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2403/>>. Acesso em: 22 out. 2012.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte, 1899, p.51.

_____. **Mensagem dirigida pelo Presidente Do Estado de Minas Geraes Dr. Affonso Augusto Moreira Penna**. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720429&PagFis=132>>. Acesso em 08 de ago. 2014.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte, 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720429&PagFis=246>>. Acesso em 19 de set. 2014.

_____. **Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro**. Belo Horizonte, 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720429&PagFis=246>>. Acesso em 19 de set. 2014

Periódicos

A CIDADE DO TURVO – ORGÃO REPUBLICANO FEDERAL

A CIDADE DO TURVO. **A Cidade do Turvo**. Cidade do Turvo, 27 de setembro de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217891&PagFis=263>>. Acesso em: 15. nov. 2014.

_____. **A Cidade do Turvo**. Cidade do Turvo, 7 de junho de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217891&PagFis=203>>. Acesso em: 18.jun.2015.

_____. **A Cidade do Turvo**. Cidade do Turvo, 6 de dezembro de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217891&PagFis=303>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. **Emigração**. Cidade do Turvo, 16 de agosto de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217891&PagFis=239>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

A IMMIGRAÇÃO – ORGÃO DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMMIGRAÇÃO

A IMMIGRAÇÃO. **Ao deixar a pátria**. Rio de Janeiro, Boletim n. 40. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=239984&PagFis=366>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

_____. **Imitemos a Argentina**. Boletim n. 41. Rio de Janeiro, Janeiro de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=239984&PagFis=383>>. Acesso em: 4. jan. 2015.

_____. **O Emigrante**. Boletim n. 38. Rio de Janeiro, Maio de 1887. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=239984&PagFis=306>>.
Acesso em 04 jan. 2015.

_____. **Sessão da directoria em 16 de janeiro de 1890**. Boletim n. 64. Rio de Janeiro, Fevereiro de 1890. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=239984&PagFis=559>>.
Acesso em 04. jan. 2015.

A LAVOURA

A LAVOURA. **Locação do serviço agrícola**. Barbacena, 9 de Julho de 1899. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=828467&PagFis=1>>.
Acesso em: 17.jan.2016.

A PROVÍNCIA DE MINAS

A PROVÍNCIA DE MINAS. **A miseria na Europa**. Ouro Preto, 28 de Maio de 1887. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747b&PagFis=976>>.
Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. **Assembléa Provincial – 20ª Sessão Ordinaria** aos 12 de Agosto de 1887 – Segunda parte da ordem do dia: Imigração. Ouro Preto, 19 de agosto de 1887. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747b&PagFis=1077>>.
Acesso em: 02. mar. 2015.

_____. **A Provincia de Minas Geraes**. Ouro Preto, 31 de março de 1881. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&PagFis=2770>>.
Acesso em: 27. mai. 2015.

_____. **Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Domingos Viotti na Sessão de 24 de agosto de 1887**. Ouro Preto, 7 de setembro de 1887. Disponível:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&PagFis=1118>>.
Acesso em 22 mar. 2013.

_____. **Immigração**. Ouro Preto, 22 de Novembro de 1883. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&PagFis=3337>>.
Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. **Imigração.** Ouro Preto, 19 de Agosto de 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747b&PagFis=1077>>. Acesso em: 12.jun.2015.

A ORDEM

A ORDEM. **Commettimento patriotico.** Ouro Preto, 18 de Janeiro 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=031054&PagFis=61>>. Acesso em: 12. jan.2015.

_____. **Que é Emigrar?.** Ouro Preto, 12 de maio de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031054&PagFis=178>>. Disponível em: 15.jan.2015.

AURAUTO DE MINAS

ARAUTO DE MINAS. **Chronica** – Nucleo colonial em S. João D'El-Rei. São João del-Rei. 19 de Janeiro de 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=715131&PagFis=1327>>. Acesso em: 10.jul.2015.

_____. **Hospedaria de Immigrantes.** São João del-Rei, de Novembro de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=715131&PagFis=1305>>. Acesso em 9.jul.2015.

_____. **Imigração.** São João del-Rei, de Novembro de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=715131&PagFis=1305>>. Acesso em 9.jul.2015.

_____. **Immigrantes.** São João del-Rei, 4 de dezembro de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=715131&PagFis=1314>>. Acesso em: 08. jul. 1888.

A VERDADE POLÍTICA

A VERDADE POLÍTICA. **Agência de Imigração.** São João d'El-Rey, 1 de Novembro de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=815519&PagFis=13>>. Acesso em 09.jun.2015.

_____. **Imigração.** São João Del-Rei, 6 de dezembro de 1888. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=815519&PagFis=21>>.
Acessom 10 jun. 2015.

_____. **Poesia – Trabalho livre.** São João Del-Rei. 25 de Janeiro de 1889.
Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815519&PagFis=39>>.
Acesso em: 1. dez.2015.

A UNIÃO

A UNIÃO. **Assembléa Geral – Discurso pronunciado na sessão de 27 de agosto de 1888.** Ouro Preto, 1. set. 1888. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714640&PagFis=774>>.
Acesso em: 08.out.2015.

_____. **Assembléa Geral – Discurso pronunciado na Sessão de 27 de agosto de 1888:** Orçamento da despeza da Fazenda. Ouro Preto, 1 de setembro de 1888. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714640&PagFis=774>>.
Acesso em: 13.out.2015.

_____. **Assembléa Geral – Senado – Discurso pronunciado na sessão de 12 de outubro de 1888.** Ouro Preto, 24 de outubro de 1888. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714640&PagFis=834>>.
Acesso em: 08.out.2015.

_____. **Colonização.** Ouro Preto, 2 de setembro de 1887. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714640&PagFis=367>
>. Acesso em: 08.out.2015.

_____. **Exposição universal de Pariz.** Ouro Preto, 15 de setembro de 1888.
Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714640&PagFis=790>>.
Acesso em: 12.out.2015.

_____. **Notas políticas.** Ouro Preto, 8 de fevereiro de 1888. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716790&PagFis=588>>.
Acesso em: 11.nov. 2014.

CORREIO DE MINAS

CORREIO DE MINAS. **A Colonização.** Juiz de Fora, 15 de jul. de 1896.
Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090190&PagFis=161>>.
Acesso em 05. jul. 2014.

_____. **Colonização.** Juiz de Fora, 4 de setembro de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090190&PagFis=269>>. Acesso em: 30. jul.2015.

_____. **Correio de Minas.** 4 de julho de 1898, Juiz de Fora. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090190&PagFis=1157>>. Acesso em: 30. jul.2015.

_____. **Imigração.** Juiz de Fora, 21 de agosto de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090190&PagFis=249>>. Acesso em: 23. jun. 2015.

_____. **Imigração.** Juiz de Fora, 10 de setembro de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090190&PagFis=289>>. Acesso em: 23. jun. 2015.

_____. **Navigazione Italo-Brasiliana.** Juiz de Fora, 1º de julho de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090190&PagFis=1145>>. Acesso em 16. Jul. 2015.

_____. **Um estudo interessante.** Juiz de Fora, 6 de setembro de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090190&PagFis=277>>. Acesso em: 22.nov.2015.

_____. **Uma questão econômica.** Juiz de Fora, 24 de maio de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090190&PagFis=21>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

DIARIO DE MINAS

DIARIO DE MINAS. **Assembléa Legislativa Provincial.** Ouro Preto, 17 de Novembro de 1874. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376523&PagFis=3178>>. Acesso em: 10.mai.2015.

_____. **Estado da Lavoura.** Juiz de Fora, 1º de agosto de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=373460&PagFis=69>>. Acesso em: 8.jun.2015.

_____. **Imigração.** Juiz de Fora, 6 de agosto de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=373460&PagFis=89>>. Acesso em: 28. nov. 2014.

_____. **Imigração**. Juiz de Fora, 21 de setembro de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=373460&PagFis=273>>. Acesso em 8.jun.2015.

_____. **Interesses gerais da província – Imigração I**. Juiz de Fora, 5 de setembro de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=373460&PagFis=210>>. Acesso em 8. jun.2015.

_____. **Serviço de imigração**. Juiz de Fora, 18 de ago. 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=373460&PagFis=89>>. Acesso em: 18. nov. 2104.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Imigração – A propaganda na Europa**. 13 de agosto de 1886. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369365&PagFis=1758>. Acesso em: 22 jul. 2014.

LIBERAL MINEIRO – ORGÃO DO PARTIDO LIBERAL

LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 7 de abril de 1885. Variedade. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=248240&PagFis=2266>>. Acesso em: 22.nov.2015

MINAS GERAES – ORGÃO OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

MINAS GERAES. **38ª Sessão Ordinária, aos 6 de agosto de 1896**. Ouro Preto, 18 de agosto de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=10084>>. Acesso em: 12.set.2015.

_____. **A Imigração em Minas**. Ouro Preto, 5 de Agosto de 1894, p. 5. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4864>>. Acesso em 08. Set. 2014.

_____. **A imigração em Minas II**. Ouro Preto, 6 de agosto de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4869>>. Acesso em: 31.mai. 2016.

_____. **A imigração em Minas III**. Ouro Preto, 8 de agosto de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4885>>. Acesso em: 31. mai. 2016.

_____. **A Imigração em Minas IV.** Ouro Preto, 9 de agosto de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4891>>. Acesso em 22.mai. 2014.

Minas Geraes. **A Imigração em Minas V.** Ouro Preto, 10 de agosto de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4899>>. Acesso em: 31.mai.2016.

_____. **A Italia em Minas Geraes.** Ouro Preto, 1 de Outubro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=7794>>. Acesso em: 02.mar. 2014.

_____. **A vadiagem.** Ouro Preto, 27 de junho de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4450>>. Acesso em 20.dez.2014.

_____. **Camara dos deputados – Discurso pronunciado na sessão de 1 de junho de 1894.** Ouro Preto, 12 de Junho de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4415>>. Acesso em 02 set. 2014.

_____. **Conferência.** Ouro Preto, 21 de Julho de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9874>>. Acesso em 22 dez. 2014.

_____. **Congresso Mineiro – Camara dos Deputados – Discurso pronunciado na sessão de 9 de julho de 1892.** Ouro Preto, 26 de Julho de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=624>>. Acesso em: 05. Jul. 2014.

_____. **Congresso Mineiro – Camara dos Deputados – 15ª Sessão Ordinaria aos 7 de Julho de 1896.** Ouro Preto, 17 de julho de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9838>>. Acesso em: 18.set.2015.

_____. **Congresso Mineiro – Camara dos Deputados – 23ª Sessão ordinaria aos 15 de julho de 1899.** Ouro Preto, 21 de julho de 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=16661>>. Acesso em: 22. dez. 2014.

_____. **Congresso Mineiro – Camara dos Deputados – 33ª. Sessão Ordinaria da Camara dos Deputados do Estado de Minas Geraes, em 2 de Junho de 1892.** Ouro Preto, 8 de Junho de 1892. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=271>>. Acesso em: 9.dez.2015

_____. **Congresso Mineiro – Camara dos Deputados** – Discurso pronunciado na sessão de 16 de agosto de 1898. Ouro Preto, 16 de Outubro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=15296>>. Acesso em: 15.set.2015.

_____. **Congresso Mineiro – Discurso pronunciado na Sessão de 19 de Julho de 1893**. Ouro Preto, 31 de Agosto de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=2856>>. Acesso em: 15.set.2015.

_____. **Congresso Mineiro – Discurso Pronunciado na Sessão de 26 de agosto de 1896**. Ouro Preto, 5 de outubro de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=10519>>. Acesso em 20. dez. 2014.

_____. **Decreto n. 612**. Ouro Preto. 7 de Março de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=1741>>. Acesso em: 23. out. 2012.

_____. **Decreto n. 626**. Ouro Preto, 1º de Março de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=2231>>. Acesso em: 6. ago. 2015.

_____. **Decreto n. 795**. Ouro Preto, 30 de Novembro de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=5583>>. Acesso em: 23. out. 2012.

_____. **Decreto n. 806**. Ouro Preto, 26 de Janeiro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=5963>>. Acesso em: 6. ago. 2015.

_____. **Desenvolvimento Agrícola**. Ouro Preto, 18 de Setembro de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=291536&pagfis=874>>. Acesso em: 29.jul. 2014.

_____. **Dr. David Campista**. Ouro Preto, 20 de setembro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=15179>>. Acesso em: 10.dez. 2015.

_____. **Dr. David Moretzsohn Campista**. Ouro Preto, 10 de setembro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=15014>>. Acesso em: 10.dez.2015.

_____ . **Discurso pronunciado na sessão de 7 de julho de 1892.** Ouro Preto, 20 de Julho de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=589>>. Acesso em: 29.jul. 2014.

_____ . **Discurso pronunciado na sessão de 13 de julho de 1893.** Ouro Preto. 29 de Julho de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=2631>>. Acesso em: 23. jul. 2014.

_____ . **Discurso pronunciado na sessão de 20 de maio de 1895 - Serviço de Imigração.** Ouro Preto, 5 de junho 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=6832>>. Acesso em: 23. jul. 2104.

_____ . **Discussão das emendas ao projecto de orçamento.** Ouro Preto, 1º de Outubro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=10487>>. Acesso em: 02.set. 2014.

_____ . **Economia rural.** Ouro Preto, 15 de setembro de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=650>>. Acesso em: 26.jun.2015.

_____ . **Escola Normal.** Ouro Preto, 25 de maio de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4275>>. Acesso em: 10.mai.2015.

_____ . **Emigração Italiana.** Ouro Preto, 30 de outubro de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=13195>>. Acesso em: 07.dez.2015.

_____ . **Exposição Metallurgica do Chile.** Ouro Preto, 24 de dezembro de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=5748>>. Acesso em: 14.dez.2015.

_____ . **Imigração e Colonização.** Ouro Preto, 15 de novembro de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=10826>>. Acesso em: 7.nov. 2015.

_____ . **Imigração Modelo.** Ouro Preto, 10 de Junho de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9570>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

_____ . **Imigração para Minas Geraes.** Ouro Preto, 3 de Junho de 1896. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9529>>. Acesso em: 7.nov.2015.

_____. **Imprensa mineira**. Ouro Preto, 6 de Maio de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=4137>>. Acesso em: 5 de jul. 2014.

_____. **Imprensa Mineira**. Reforma Tributária. Ouro Preto, edição, n 41, 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=15931>>. Acesso em: 5 de jul. 2014.

_____. **Inauguração de Ouro Fino**. Ouro Preto, 18 de abril de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9207>>. Acesso em: 23. dez.2014.

_____. **Industrias – A Industria de Ferro**. Ouro Preto, 6 de julho de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=487>>. Acesso em: 02.fev.2015.

_____. **Lei N. 32 de 18 de Julho de 1892**. Ouro Preto, 23 de Julho de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=607>>. Acesso em: 18.jul.2015.

_____. **Livro de Propaganda**. Ouro Preto, 23 de Julho de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9889>>. Acesso em: 04.out. 2015.

_____. **Mensagem Presidencial**. Ouro Preto, 28. De abril. De 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=1975>>. Acesso em: 10.dez.2014.

_____. **Minas Geraes**. Ouro Preto, 8 de Julho de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9778>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **Minas Geraes e a salubridade de seu clima**. Ouro Preto, 21 de maio de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9433>>. Acesso em: 07.dez.2015.

_____. **Minas e a Emigração Italiana**. Ouro Preto, 24 de Junho de 1894. <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=7222>>. Acesso em: 20.out. 2015.

_____. **Minas na Europa.** Ouro Preto, 3 de Junho de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=9528>>. Acesso em: 20.out. 2015.

_____. **Minas Geraes no Exterior.** Ouro Preto, 20 de maio de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=291536&PagFis=9423>>. Acesso em: 10.dez. 2015.

_____. **Minas Geraes na Italia.** Ouro Preto, 2 de Novembro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=8036>>. Acesso em: 20. out. 2015.

_____. **Noticiario – Minas Geraes.** Ouro Preto, 30 de Abril de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=53>>. Acesso em: 17.jun.2015.

_____. **Nova Capital.** Ouro Preto, 12 de Setembro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=7650>>. Acesso em 16. nov. 2014.

_____. **Nucleo Ferreira Alves.** Ouro Preto, 7 de setembro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=7621>>. Acesso em: 10.dez.2015.

_____. **O Europeu nos Tropicós.** Ouro Preto, 26 de Novembro de 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=17432>>. Acesso em: 10.dez. 2015.

_____. **O Nosso Programa – Revista Industrial.** Minas Geraes, Ouro Preto, 15 de Outubro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=053783&PagFis=11>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. **Os italianos em Minas Geraes.** Ouro Preto, 24 de Outubro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=7971>>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. **Pareceres.** Ouro Preto, 9 de setembro de 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=15009>>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. **Propaganda Agricola – Cultura do trigo.** Ouro Preto, 5 de abril de 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=16139>>. Acesso em 18. nov. 2014.

_____. **Propaganda Agricola – Economia Rural I.** Ouro Preto, 1º de Março de 1895. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=6160>
>. Acesso em: 7.dez.2015.

_____. **Propaganda Agricola – Viticultura.** Ouro Preto, 3 de abril de 1895. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=6367>
>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. **Propaganda agrícola – Viticultura.** Ouro Preto, 4 de abril de 1895. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=6374>
>. Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. **População da Itália.** Ouro Preto, 6 de março de 1897. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=16467>
>. Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. **Projecto N. 23.** Ouro Preto, 6 de Maio de 1892. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=78>>.
Acesso em: 12 set. 2014.

_____. **Propaganda Agricola – Cultura do trigo.** Ouro Preto, 5 de abril de 1899. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=16139>
>. Acesso em: 18. nov. 2014.

_____. **Propaganda agricola – Ensino agricola em Minas.** Ouro Preto, 27 de Abril de 1895. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=6510>
>. Acesso em: 19. set. 2014.

_____. **Propaganda Agricola – Viticultura – Minas geraes.** Ouro Preto, 3 de abril de 1895. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=6367>
>. Acesso em: 18. nov. 2014.

_____. **Publicação.** Ouro Preto, 28 de janeiro de 1898, p.2. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=13695>
>. Acesso em: 18. mai. 2014.

_____. **Questões Agrícolas – Chronica Roceira.** Ouro Preto, 21 de abril de 1892, Minas Geraes. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=7>>.
Acesso em: 29. jul. 2014.

_____. **Questões de Autalidade – Viação Ferrea no norte do Estado de Minas Geraes.** 30 de abril de 1892, Ouro Preto. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=273>>. Acesso em: 29. jul. 2014.

_____. **Redação final do projecto n. 23, do senado.** Ouro Preto, 27 de Maio de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=202>>. Acesso em: 12 de set. 2014.

_____. **Relatório do sr. dr. Francisco de Sá.** Ouro Preto, 26 de agosto de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=10165>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. **Repartição de Terras – Termo de Contracto celebrado entre o Governo do Estado de Minas Geraes e o sr. Antônio Gomes da Silva Sanches para a introdução de dois mil (2000) imigrantes portuguezes.** Ouro Preto, 25 de Agosto de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=7515>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

_____. **Representação dirigida ao Congresso Pelo Povo Ouro-Preitano.** Ouro Preto, 2 de dezembro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=3336>>. Acesso em: 31.jan.2016.

_____. **Relatorio semestral apresentado ao sr. Dr. Secretario de estado da agricultura pelo fiscal do 4º districto de immigração com séde na cidade de uberaba.** Ouro Preto, 18 de julho de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=7182>>. Acesso em: 23.dez. 2014.

_____. **Revista Industrial.** Ouro Preto, 21. Out. De 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=3124>>. Acesso em: 02.set. 2014.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes.** Ouro Preto, 25 de outubro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=1130>>. Acesso em: 02.set. 2014.

_____. **Seção Alheia – Immigração.** Ouro Preto, 20 de Novembro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=8234>>. Acesso em: 19.set. 2014.

_____. **Secretaria da Agricultura.** Ouro Preto, 10 de setembro 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=2907>>. Acesso em: 11.nov. 2014.

_____. **Secretara da Agricultura.** Ouro Preto, 11 de fevereiro de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=8743>>. Acesso em: 19.set.2014.

_____. **Segunda parte da ordem do dia.** Ouro Preto, 21 de julho de 1899. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=16661>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Serviço de imigração.** Ouro Preto, 27 de Agosto de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=2836>>. Acesso em: 07. jun. 2015.

_____. **Theatro Ouro Pretano – Faure Nicolay.** Ouro Preto, 24 de Outubro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=3141>>. Acesso em: 26.jan.2015.

_____. **Trabalhadores Rurais.** Ouro Preto. 28 de Abril de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=37>>. Acesso em: 22. out. 2015.

_____. **Viticultura – a uva e a civilização.** Ouro Preto, 8 de Março de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=6204>>. Acesso em: 16. nov. 2014.

O APOSTOLO

O APOSTOLO. **No's Cassandras.** 24 de Junho de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343951&PagFis=1294>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

O BÉBÉ

O BÉBÉ. Secção Alegre. Taboleiro Grande, 5 de Junho de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=824909&PagFis=3>>. Acesso em: 07.set.2015.

O ESTADO DE MINAS GERAES

O ESTADO DE MINAS GERAES. **O ensino agrícola em Minas III.** Ouro Preto, 20 de fev. de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=898>>. Acesso em: 19 set. 2014.

_____. **Concessão de terras devolutas e introdução de imigrantes.** Ouro Preto, 21 de Julho de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=305367&PagFis=41>>. Acesso em: 25. out. 2015.

_____. **Congresso Mineiro – 3ª Sessão Extraordinaria aos 18 de Março de 1892.** Ouro Preto, 26 de março de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=513>>. Acesso em: 14.dez.2015.

_____. **Congresso Mineiro – 6ª Sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes, aos 5 de Maio de 1891.** Ouro Preto, 23 de Maio de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=766208&PagFis=703>>. Acesso em: 09.mai.2015.

_____. **Correspondencia.** Ouro Preto, 20 de Janeiro de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=624>>. Acesso em: 23. out. 2015.

_____. **David Campista.** Ouro Preto, 20 de Abril de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=305367&PagFis=948>>. Acesso em: 25. out. 2014.

_____. **Embroglio.** Ouro Preto, 22 de Julho de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=305367&PagFis=1013>>. Acesso em: 20.jan, 2015.

_____. **Minas.** Ouro Preto, 5 de janeiro de 1896. Diposnível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=862>>. Acesso: em 10.jan.2015.

_____. **O ensino agricola no estado de Minas Geraes II.** Ouro Preto, 5 de fevereiro de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=887>>. Acesso em: 19. set. 2014.

_____. **Ordem do dia.** Ouro Preto, 12 de outubro de 1891. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=234>>. Acesso em 23 jul. 2014.

_____. **Ordem do dia.** Ouro Preto, 20 de novembro de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=337>>. Acesso em: 15.jun.2015.

_____. **Revista Industrial de Minas Geraes.** Ouro Preto, 25 de outubro de 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=305367&PagFis=1132>>. Acesso em: 13. mar. 2014.

_____. **S. Paulo.** Ouro Preto, 6 de maio de 1896. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=952>>. Acesso em: 14.dez.2015.

_____. **Terras Devolutas**. Ouro Preto, 2 de Abril de 1892, p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&PagFis=526>>. Acesso em: 10.jan.2014.

_____. **Quatro crianças de um só parto**. Ouro Preto, 20 de jan. 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=305367&PagFis=433>>. Acesso em: 10. jan. 2014.

O IMMIGRANTE

O IMMIGRANTE, São Paulo, n. 1, ano 1, jan. 1908, capa. Apesp.

O PHAROL

O PHAROL. **Academia de Commercio**. Juiz de Fora, 2 de dezembro de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=7498>>. Acesso em: 19.nov.2015.

_____. **Alfandega em Juiz de Fora**. 29 de maio de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=9276>>. Acesso em: 19.nov.2015.

_____. **De Omni Re...** Juiz de Fora, 3 de maio de 1887. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=4717>>. Acesso em: 27.nov.2015.

_____. **Hospedaria de Immigrantes**. Juiz de Fora, 21 de fevereiro de 1892. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=8924>>. Acesso em: 30.nov.2015.

_____. **Immigração**. Juiz de Fora, 15 de novembro de 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=3445>>. Acesso em: 27.nov.2015.

_____. **Immigração**. Juiz de Fora, 18 de novembro de 1885. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=3453>>. Acesso em: 27.nov.2015.

_____. **Immigração**. Juiz de Fora, 5 de janeiro de 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=6386>>. Acesso em: 24.nov.2105.

_____. **Immigração**. Juiz de Fora, 12 de fevereiro de 1891. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=7741>>. Acesso em: 30.nov.2015.

_____. **Imigração.** Juiz de Fora, 30 de agosto de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=12442>>. Acesso em: 22.nov.2015.

_____. **O nosso café.** Juiz de Fora, 19 de fevereiro de 1884. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&PagFis=1921>>. Acesso em: 27.nov.2015.

_____. **O problema agrícola.** Juiz de Fora, 5 de outubro de 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=5886>>. Acesso em: 27.nov.2105.

_____. **Serviço de Imigração.** Juiz de Fora, 8 de Janeiro de 1895. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=11723>>. Acesso em: 25.nov.2015.

_____. **Transcrição.** Juiz de Fora, 1 de fevereiro de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/258822/per258822_1888_00026.pdf>. Acesso em: 27. jul. 2015.

PROPAGANDA

PROPAGANDA. Diamantina, 26 de junho de 1888. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=23293>>. Acesso em: 05.dez.2015.

REVISTA DE ENGENHARIA

REVISTA DE ENGENHARIA. **Estudos economicos.** Rio de Janeiro, n. 194, 1888. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709743&PagFis=2692>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

REVISTA DO ARCHIVO PUBLICO MINEIRO. A imprensa em Minas Geraes. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=321389&PagFis=1792>>. Acesso em 30 mai 2015.

REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES

REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES. **Agricultura – Assumptos Agrícolas.** Ouro Preto, 15 de janeiro de 1895. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=368>>. Acesso em 09 de nov. 2014.

_____. **Agricultura** – Assumptos Agrícolas. Ouro Preto, 15 de Julho de 1894. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=284>>. Acesso em 09 nov. 2014.

_____. **A Exposição Internacional de Turim**. Ouro Preto, 20 de abril de 1897. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=700>>. Acesso em: 22 de jul. 2014.

_____. **A Imigração em Minas**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de agosto e 15 de setembro de 1896, Anno. III, n. 20 e 21,, Anno III, n. 14, p. 240. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=645>>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. **A nova capital de Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de maio 1896, Anno III, n. 17, p. 193. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=502>>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. **Bello Orizzonte**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 20 de abril, 1897, Anno IV, n.23, p.299. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=708>>. Acesso em: 2.nov. 2015.

_____. **Chile e Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de Novembro de 1893. Anno I. N.2, p.28-29. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=33>>. Acesso em: 07.jun. 2014.

_____. **Lo Stato di Minas Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de agosto e 15 de setembro de 1896, Anno. III, n. 20 e 21, p. 245. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=053783&PagFis=652>>. Acesso em: 27. out. 2015.

_____. **O Clima do Planalto do Estado de Minas-Geraes**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de novembro de 1897, Anno V, n. 30, p. 73. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=053783&PagFis=950>>. Acesso em: 27. out. 2015.

_____. **O nosso aniversário**. Ouro Preto, 15 de Janeiro de 1895, p. 3. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=321>>. Acesso em 17 de setembro de 2014.

_____. **O nosso programa**. Ouro Preto, 15 de outubro de 1893. Anno I, N.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=11>>. Acesso em 02 set. 2014.

_____. **Photographias de fazenda**. Ouro Preto, 15 de abril de 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=053783&PagFis=480>>. Acesso em 25. jun. 2015.

Relatórios do Ministério da Agricultura

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Relatório [do ano de 1893] apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1894. Rio de Janeiro, 1894**. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago. 2001. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1979/>>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. **Relatório [do ano de 1894] apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1895. Rio de Janeiro, 1895**. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago. 2001. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1980/>>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. **Relatório [do ano de 1895] apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1896. Rio de Janeiro, 1896**. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago. 2001. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1981/000083.html>>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. **Relatório [do ano de 1901] apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1902. Rio de Janeiro, 1902**. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago. 2001. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1992/>>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. **Relatório [do ano de 1905] apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1906. Rio de Janeiro, 1906**. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago. 2001. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1996/>>. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. Ministério da Agricultura. **Relatório [do ano de 1907] apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1908. Rio**

de Janeiro, 1908. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago. 2001. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1990/>>. Acesso em: 30 out. 2012.

Outros

ACERVO DIGITAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/>>. Acesso em: 12.set.2015.

Fontes Secundárias

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte.** 2006. 443f. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ALVES, Jorge Fernandes. Terra de esperanças - O Brasil na emigração portuguesa. Portugal e Brasil – **Encontros, desencontros, reencontros.** Cacaís: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001. pp. 113-128.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América.** São Paulo: EDUSP, 2000. p. 39-52.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>>. Acesso em: 12.mar. 2015.

AMBROZIO, J. O Conceito de Território como Campo de Poder Microfísico. **Revista de Geografia** – UFJF, Juiz de Fora, v. 3, nº.2 (2013). Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistageografia/edicoes/edicao-atual/volume-3-no2-2013/>>. Acesso em 03. dez. 2014.

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A Imigração Italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: **A Presença Italiana no Brasil.** BONI, Luís A. de (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Do Regional ao Nacional: Atuação Política das Elites Mineiras.** In: X Encontro Anual da ANPOCS, 1986, Campos do Jordão. X Encontro Anual da ANPOCS, 1986. v. 1.

ARRUDA, R.P. **Cidades-capitais imaginadas pela fotografia:** La Plata (Argentina) e Belo Horizonte (Brasil), 1880-1897. 2011. 273f. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARRETO, Gustavo. **Brasil imigrante**: o colono é a melhor propaganda. Uma tese de 1882. Disponível em: <<http://midiacidade.org/brasil-imigrante-o-colono-e-a-melhor-propaganda-uma-tese-de-1882/>>. Acesso em 24 ago. 2014.

BARROSO, G. "A origem da palavra 'Sertão'". Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, V(52): 401-403, junho, 1947.

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. São Paulo, Edusp, 2009.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de População**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

BENEDUZI, Luís Fernando. 'Sanguinatio Patriae': O luto e a esperança nas narrativas de viagem sobre a imigração italiana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

BERNASCONI, Alicia. **Imigrantes Italianos na Argentina (1880-1930)**. In: FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BERNASCONI, A.; TRUZZI, O. **Política Imigratória no Brasil e na Argentina nos Anos 30**: aproximações e diferenças. In: SALES, T.; SALLES, M. (orgs.). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Paulo: EdUFSCar: Sumaré, 2002, p.111-138.

BLASENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora, v.2, n.2, 1996.

_____. A Zona da Mata em Minas Gerais. 1888-1904: as dimensões políticas. **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora, v.36, n.1, 2010.

BOBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26.out.2014.

BRAGA, Márcio Bobik. O pensamento econômico de Juan Bautista Alberdi. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1/2011, p. 19-37, 2011.

BRASIL. **Constituição de 1891**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Senado: Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 30. nov. 2014.

BRAUDEL, Fernand. A produção ou o capitalismo em casa alheia. In: _____. **Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII**. Volume 2: **Os Jogos das Trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, capítulo 3, p. 199-217.

BRITO, Fausto. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. In: **Revista Brasileira de Estudos de População** [online]. 2013, vol.30, n.1, pp. 77-97. ISSN 0102-3098. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000100005>.

_____. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol.21, n.1, jan-jun de 2004

_____. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.12, ns 1-2, jan/dez de 1995.

BROWNE, George P. **A lei das terras de 1850 e a imigração**. In: Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo, 1976.

BURKE, Peter. A esperança tem história?. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 75, Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200014>.

BYTSENKO, A. **Imigração da Rússia para o Brasil no século XX: visões do paraíso e do inferno**. Dissertação. (Mestrado em Literatura e Cultura Russa). FFLCH/USP. São Paulo, 2006.

CAMPOLI, Federico. **Camponeses de engenho e arte: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Manuscritos, 2013. 397p.

CARNEIRO, J. Fernando. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CARVALHO, Antônio Gontijo. **Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista**. Rio de Janeiro: Arte nova, 1968.

CARVALHO, Antônio Gontijo. David Campista. In: CARVALHO, Antônio Gontijo. **Vultos da república: David Campista, Carlos Peixoto, Gastão da Cunha. Esforços Biográficos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1936.

CARVALHO, José Murilo de. **O Brasil e seus nomes**. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-brasil-e-seus-nomes>>. Acesso em: 07. mar. 2014.

_____. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n.38, 1998.

_____. **Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, Organização e Introdução**. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARVALHO, Nelly. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 1998.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. **Entre a Locomotiva e o Fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870 – 1918)**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: 2009.

CASTRO, Iná Elias de. Do imaginário tropical à política: a resposta da geografia brasileira à história da maldição. **Scripta Nova**, Barcelona, v.X, N. 218 (11), 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-11.htm>>. Acesso em: 26. fev. 2014.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 24, 2011, p. 15-29.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2000.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014005000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11.abril. 2014.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Imigração estrangeira nos confins da Zona da Mata Mineira (1850s-1875): entre civilização dos sertões e controle do território**. Projeto de Pesquisa, 18f, 2012.

CLAVAL, Paul. **O Nascimento da Geografia Científica**: Dos pioneiros ao evolucionismo. In: _____. História da Geografia. Lisboa: Edições 70, 2006, p.59-77.

CORRÊA, Lucelinda Schramm. As políticas públicas de imigração europeia não portuguesa para o Brasil – de Pombal à República. Revista geo-paisagem (on line). Ano 4, n.º 8, 2005. Julho/Dezembro de 2005. ISSN Nº 1677-650 X.

CORDOVIL, Wilton Dias. **Territorialidades Urbanas**: A colônia alemã de Dom Pedro II e a industrialização de Juiz de Fora – Minas Gerais. Monografia, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2011.

_____. **Do caminho Novo a Manchester Mineira**: as dinâmicas sócio-espaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no Contexto regional da Zona da Mata Mineira. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2013.

CORRÊA, Lucelinda Schramm. As políticas públicas de imigração europeia não-portuguesa para o Brasil - de Pombal à República. **Revista Geo-paisagem**, v. 08, p. 01, 2005.

COSENTINO, Daniel do Val. **Um Múltiplo de Transições**: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Minas Gerais, Campinas: IE/UNICAMP, 2006. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6ª edição, São Paulo: Brasiliense. 1994.

COSTA, Maria Lúcia Prado. **Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes**: contexto histórico. Estudos Críticos. 2012. Disponível em: <<http://www.albumchorographico1927.com.br/texto/estudo-critico-contexto-historico>>. Acesso em 14 abril 2013.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2004.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo, Edusp, 1992.

_____. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DAL'MAS, Ítalo. **Da Colonização à Imigração no Brasil**. 1ª edição, São Paulo, Gráfica Editora Hamburg Ltda., s/d.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DEL GAUDIO, Rogata Soares. Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira. **Lutas Sociais (PUCSP)**, v. 17/18, p. 48-63, 2007.

DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. Em: **Ci. & Trop.** Recife, v. 13, jan/jun, 1985.

DIAS, Leila Christina. **Redes**: emergência e organização. In: Castro, I. E. de; Costa Gomes, P.C. da e Corrêa, R. L. (orgs) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

DIAS, Reinaldo. **A Imigração: O Destino de Muitas Vidas**. São Paulo: Faculdade de Direito de Pinhal, 1995.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Propaganda**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=propaganda>>. Acesso em: 5. dez. 2014.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização, Industrialização**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1964.

DONATO, Hernâni. **O éden americano**. Palestra conferida em reunião do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FCESP no dia 19 de outubro de 2000. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/compartilhar/793_O+EDEN+AMERICA+NO>. Acesso em: 09 jan. 2015.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Editora Cortez, 1984.

_____. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. República e Trabalho no Registro da Burguesia. Cadernos do Departamento de Ciência Política, UFMG, n.8/. **Revista do Departamento de História**, n. 10 (Número Conjunto), Belo Horizonte, 1990.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

FAISSOL, Speridião. Que é colonização? **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XIV, nº 3, julho-setembro de 1952. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, pp. 363-367.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: **Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. SP: Editora 34, 2004.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte**: passado e presente. 2011. 348f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FLEISCHER, David V. A cúpula mineira na República Velha. In: MONTEIRO, Norma de G. (org.). **V Seminário de Estudos Mineiros**: A República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

FRANZINA, Emilio. A Grande Emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil; tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Unicamp, 2006. 480 p.

FURTADO, Júnia Ferreira. Trajetórias de franceses em Minas Gerais no século XIX. In: LUCA, Tania Regina de; VIDAL, Laurent. (Org.). **Franceses no Brasil**: séculos XIX-XX. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2009, v. 1, p. 369-386.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, Brasil, n. 120, p. 153-162, jul. 1989. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599/20662>>. Acesso em: 11 Fev. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i120p153-162>.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. [S. l.]: Nobel, 1982. (Coleção primeiros passos).

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. Imigração na Zona da Mata Mineira: fases e características entre 1850 e 1914. In: **Anais do I Encontro de Pesquisadores da História da Zona da Mata Mineira**. Rio Pomba, 2010. (a)

_____. “Lo Stato di Minas Geraes”: a propaganda como elemento da política imigratória. In: **Anais do III Simpósio do Laboratório de História Política e Social**. Juiz de Fora, 2010. (b)

GIAROLA, Flávio Raimundo. Imigrantes e imigração nos discursos da imprensa política de São João del-Rei (1877-1889). **História e-História**, v. SN, p. 1-28, 2009. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=180>> Acesso em 06

_____. Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico. **História e-História**, v. SM, p. 1-21, 2010. (a)

_____. **Imigrantes x nacionais**: projetos para a nação e a injeção de sangue-novo na perspectiva da imprensa sanjoanense (1871-1889). In: XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. XIV

Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio - Anais, 2010. v. SM. p. 1-10. (b)

GIOVANINI, Rafael Rangel. **Regiões em movimento**. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930**. Juiz de Fora: ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

GIRON, L. S. Leituras da imigração. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA, 10. 996, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: EDUSCS, 1999. p. 116-131.

GRECO, Angelo Antonio. **Em Busca de Braços Fecundantes**: política, economia e preconceito no discurso da imprensa mineira sobre a imigração (1888-1898). 133 pg. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

GOLDFEDER E CASTRO, Pérola Maria. Imprensa, história e separatismo: o movimento separatista de 1892 através das páginas do monitor sul-mineiro. **Revista Eletrônica Cadernos de História, Ouro Preto**, v. VI, ano 3, n. 2, p. 65-76, 2008. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/117>>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. Imprensa política e separatismo no Sul de Minas Gerais, século XIX. **E-hum Revista Científica do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do UNI-BH**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/410>>. Acesso em: 15 maio 2013.

GOMES, Sueli de Castro. No rastro do café chegaram nossos avós: uma revisão dos estudos sobre a imigração na República. **Boletim de Geografia (Online)**, v. 30, p. p.141, 2012.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; ALVES FILHO, Eloy; NABUCO, M. R. A agricultura em Minas Gerais, Brasil, na Primeira República (1889-1930). In: **América Latina En La Historia Económica Boletín de Fuentes**, San Juan (MÉXICO), INST. MORA, v. 10, p. 101-112, 1998.

GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de braços**: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo. Tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, Departamento de História Econômica, São Paulo, 2008.

GUEDES, Sebastião N. R. Análise comparativa do processo de transferência de terras públicas para o domínio privado no Brasil e EUA: uma abordagem institucionalista. Curitiba: **Revista de Economia**. Vol 32, n1, 2006, pp 7-36.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Minas Gerais: A nova construção da nova ordem e a nova capital. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.8, n.2/3, maio/dez, 1993, p. 17-31.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Peter. A cidade da noite apavorante. In: **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. Tradução Perola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2009 p.17-56.

HOBBSBAWN, E. **A era dos impérios**: 1875-1914. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**. 2ª Ed. rev, e amp. São Paulo: EDUSP/Nacional, 1969, prefácio à 2ª ed.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HORTA, Cid Rebelo. **Famílias Governamentais de Minas Gerais**. In: Segundo Seminário de Estudos Mineiros, Belo Horizonte: UFMG, 1956.

IANNI, Octavio. O negro e o mulato. In: **As metamorfoses do Escravo**. São Paulo: Difel, 1962.

IGLESIAS, Francisco. **Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)**, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTOS. **Patronos - Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior**. Disponível em: <<http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/afonsocelsofigueiredo.html>>. Acesso em: 12. fev. 2015.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização**. *Revista Justiça e História*, Porto Alegre, v.3, n.5. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_lotti.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2014.

KAERCHER, Nestor André. A Geografia escolar: gigante de pés de barro comendo pastel de vento num fast food. **Terra Livre**, v. 1, p. 27-44, 2007.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do Rei**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

KERBER, Alessandra. **O que é que a bahiana tem?** – representações da nação brasileira nas canções interpretadas por Carmen Miranda na década de 30. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

KLEIN, H. S. Migração internacional na história da América. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 13-31.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **O Café e o Trabalho “Livre” em Minas Gerais – 1870/1920**. Revista Brasileira de História, n.12, volume 6. São Paulo, mar./ago. 1986.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia**: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. 13 ed. Trad. Renato Janine Ribeiro; Silvio Lara; São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEFEBVRE, Henri. O capital e a propriedade da terra. In: **A cidade do capital**. 2 edição. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

LEONÍDIO, Adalmir. Em torno das origens: Leroy-Beaulieu e o pensamento social brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 13, p. 119-138, 1999.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v.8 (supl.), 1974.PP49-90.

LIBBY, Douglas Cole. **A Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista**. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOPES, José da Paz. Imigrantes Italianos em São João del-Rei: Passeata, polícia e dispersão: 1888-1889. In: BONI, Luiz A. de (org.). **A presença Italiana no Brasil** – vol. II. Porto Alegre: Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

MACHADO, Lia Osório. Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: Castro, I.E., Gomes,

P.C.C., Corrêa, R.L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

_____. As Idéias no Lugar. O Desenvolvimento do Pensamento Geográfico no Brasil no Início do Século XX. In: **Terra Brasilis: Geografia e Pensamento Social Brasileiro**, julho/dezembro, São Paulo, 2000.

MACKNIK, Stephen L.; MARTINEZ-CONDE, Susana. (2011). **Truques da Mente**. Rio de Janeiro: Zahar. Nicoletis, M, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade**. **Revista Famecos**, Porto Alegre, PUCRS, n.15, ago. 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo, Unesp-Moderna, 1997.

MARQUES, Ana Paula Dias. **Evolução da Imigração no Brasil**. Disponível em http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Artigo_Imigracao_Estadao2.pdf. Acessado em: 11 abril. 2014.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

_____. **O imaginário na Imigração Italiana**. São Caetano do Sul: Fundação Pró-memória de S.C.S., 2003.

MARX, Karl. A teoria moderna da colonização. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 2. [26. ed]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 879-891. (O processo de produção do capital; Tradução de Reginaldo Sant'Anna)

_____. A chamada acumulação original. In: MARX, Karl; ENGELS, F. In: **O Capital**. Obras escolhidas. Lisboa: Avante; Moscou: Progresso, 1983. p. 104-158.

_____. A origem do capital – **A acumulação primitiva** (Coleção Bases, Economia, nº 3). São Paulo: Global Editora, 1977.

_____. A chamada acumulação original. In: MARX, Karl; ENGELS. **O Capital: crítica da economia política**. In: Abril Cultural (Os Pensadores), trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kotha, 1983.

_____. **O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista**. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. 3ª Edição. Editora: Civilização Brasileira -. 1983. P. 705-1079.

_____. **O Capital. (Crítica da Economia Política)** – Volume I. Tomo II. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Koethe. Editora Abril Cultural, São Paulo. 1984.

MASSEY, D. S. Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. **Population Index**, v. 56, n. 1, spring/1990, p. 3-26.

MASSEY, D; ARANGO, J; GRAEME, H; KOVAOCI, Ali; PELLEGRINO, A y TAYLOR, E. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, 19. 3 September 1993, 431-66.

MELLO FILHO, Marcelo Soares Bandeira de; SANTOS JÚNIOR, José Maria dos. População e Geografia Econômica: a conformação da população no espaço em Minas Gerais, no século XIX. In: XV encontro nacional de estudos populacionais, 2006, Caxambu - MG. Anais, 2006.

MENDES, Jairo Faria. O precursor nos estudos sobre jornalismo em Minas. In: Observatório da Imprensa. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/o-precursor-nos-estudos-sobre-jornalismo-em-minas/>>. Acesso em: 30.dez.2015.

MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais**: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. Tese (Doutorado em Comunicação Social). 2007. Universidade Metodista de São Paulo.

MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais**: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-1085-2.pdf>>. Acesso em 02. out. 2015

MENDES, Jairo Faria. 2005. **Memória dos jornais mineiros do século XIX**: revisão crítica das fontes historiográficas. III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Novo Hamburgo/RS.

MIZUBUTI, Satie. Sobre a formação da mão-de-obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira (1890-1930). **GEOgraphia**. Universidade Federal Fluminense. Ano III, nº 5, jul-dez, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama**: Ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. 1ª Edição. Florianópolis/SC. Editora da UFSC. 2002.

MONTEIRO, Norma Góes. **Imigração e Colonização em Minas**: 1889-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

_____. **Dicionário biográfico de Minas Gerais** (período republicano 1889-1991). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Capitalismo, geografia e meio ambiente**. 2000, 202f. Tese (Livre Docência) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Ideologias geográficas**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Geografia, História e História da Geografia. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro - AGB, v. 2, p. 127-135, 2000.

_____. **Geografia**: pequena história crítica. 17ªed., São Paulo, ed. Hucitec, 1999.

_____. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 29-98.

_____. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

_____. **O Sertão**: Um “Outro” Geográfico. s/p. In: Terra Brasilis – Revista de História de Pensamento Geográfico no Brasil Anos III – IV, N. 4-5 – **Território**, 2002-2003. Rio de Janeiro, RJ.

MORICONI, A. L. S. Jornais Brasileiros no final Do Século XIX: Marcas Ideológicas No Discurso De Ubaldo Moriconi Em La Stampa Brasiliana . In: **XIV Congresso Nacional de Filologia e Linguística**, 2010, Rio de Janeiro. Almanaque CIFEFIL, 2010. v. IV. p. 1102-1111.

_____. O discurso racista de Moriconi sobre o Brasil em fins do século XIX: um estudo à luz da análise do discurso. Rio de Janeiro, **Cadernos do CNLF**, vol. XIV nº 4, 2010.

MUMFORD, Lewis. Paraíso paelotécnico: Coketown. In: **A cidade na história**: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. São Paulo Martins Fontes, 1982.

NASCIMENTO, Milton e BRANT, Fernando. Sonho Imigrante. In: RIBEIRO, M. V.; ALENCAR, C.; CECCON, Claudius. **Brasil Vivo**: uma nova história da nossa gente. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. p. 110.

NAVA, Pedro. **Chão de ferro**: memórias 3.2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.436.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Sobre a cor da noite: as teorias raciais e as visões sobre o negro em meio aos debates científicos da passagem do século XIX para o XX. **Revista Múltipla** (UPIS), Brasília, v. 8, n. 13, p. 61-97, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Cafeicultura Mineira: formação e consolidação - 1809-1870. **Anais do IX Seminário Sobre a Economia Mineira**. Diamantina: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

_____. Imigração e Industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888-1920). In: **A Presença Italiana no Brasil**, Vol. III. BONI, Luis A. de. (Org.). Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

_____. **Imigração e Industrialização: Alemães e Italianos em Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado): Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 1992.

PÁDUA, Pedro Geraldo. **O Conceito de Progresso nas Mensagens dos Presidentes do Estado de Minas Gerais (1891-1930)**. Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica. CEFETMG, Belo Horizonte, 2012.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

PAGANINI, Luiz Antônio. **Os simbolistas mineiros e o drama da modernidade**. Tese de Doutorado em Estudos Literários da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PAZ, Campos da. **Manual Prático do viticultor**. São Paulo: Eclectica, 1898.

PEIXOTO, J. As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-sociológicas I. In: **Socius Working Papers**, n. 11, pp-3-32, 2004.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824 -1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PINHO, José Benedito. **Propaganda, publicidade e relações públicas: uma delimitação conceitual**. In: PINHO, José Benedito. Propaganda institucional: usos e funções da propaganda em RP. São Paulo: Summus, 1990.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro. La historia de la propaganda: una aproximación metodológica. **Historia y Comunicación Social**, n. 4, 1999. p.145-171.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro. Elsevier. 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.9, n.19. p.15-47. 2003.

RAVENSTEIN, E.G. 1885. The laws of migration - I. **Journal of the Statistical Society**. 48: 167–227.

_____. 1889. The laws of migration - II. **Journal of the Statistical Society**. 52: 214–301.

RESENDE, Maria E. L. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte**, UFMG, n. 39, 1974.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**. Belo Horizonte: v.9, n. 11, 2007.

RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. A economia do varejo: agricultura, governo e mercados locais no Nordeste de Minas Gerais nos começos do século XX. In: IX Seminário sobre economia mineira, 2000, Belo Horizonte. **Anais do IX Seminário sobre economia mineira**, 2000. p. 179-210

RICHMOND, Anthony H. **Immigration and ethnic conflict**. London, MacMillan Press, 1988.

RODRIGUES, Maysa Gomes. **Sob o céu de outra pátria: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais (1888-1912)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

RODRIGUES, Nelson. **A cabra vadia – novas confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROMERO, José Luis. As cidades burguesas. In: _____. **As cidades e as idéias**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROVINA, Melina Roberto. **Fogo cruzado: os imigrantes italianos entre o barrete frígio e o saco de café**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012.

SAES, Alexandre; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago. Sul de Minas em transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre; LOBATO, Marcos (Orgs). **Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX**. Bauru: Edusc, 2012.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANDMANN, Antônio. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Contexto, 1993.

SANI, Giacomo. Propaganda. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SANTOS, Higor Mozart Geraldo. Da esperança e suas ilusões. Disponível em: <<http://terriat.hypotheses.org/851>>. Acesso em: 28 de ago. 2013.

_____. Notas sobre os projetos territoriais em torno da política de imigração e colonização em Minas Gerais (1892-1900). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 94-106, jun. 2014. ISSN 2318-2962. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/7594>>. Acesso em: 29 Jun. 2014. doi:10.5752/94.

_____. Você já foi a Minas? Não? Então vá – Notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar dos oitocentos. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v.1. 2015. Número Especial. ISSN 2236-837X.

_____. **Um Horizonte Geográfico nas Entrelinhas da Política de Imigração e Colonização em Minas Gerais (1892-1907)**. Monografia (Graduação em Geografia). 2013. 123 f. – Universidade Federal de Viçosa, 2013.

SANTOS, Mauro Augusto; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno de; MACHADO, Carla Jorge. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Texto para discussão, nº 398. Belo Horizonte/Cedeplar, 2010, 18 p.

SANTOS, Milton (et all). **O Papel ativo da geografia**. Um manifesto. Florianópolis, Laboplan-USP, 2000.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. **O Brasil nas exposições universais, 1862-1911: mineração, negócios e publicações**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. A Escola de Minas de Ouro Preto, a "Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes" e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX. **Rev. Esc. Minas** [online]. 2005, vol.58, n.3, pp. 279-285. ISSN 0370-4467. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0370-44672005000300014>>. Acesso em 30 out. 2012.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; LOPES, Maria Margaret. **Os periódicos Revista Industrial de Minas Gerais e Brazilian Engineering and Mining Review e a participação do Brasil nas Exposições Universais de Santiago (1894) e Saint Louis (1904)**. 09/2008, Científico Nacional, Encontro Regional de História (ANPUH/SP)., Vol. s/n, pp.13-18, São Paulo, SP, BRASIL, 2008.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra prometida**. Emigração italiana: mito e realidade. Itajaí, Ed. da Univali, 1998.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHOMMER, Aurélio. **História do Brasil vira-lata: as razões históricas da tradição autodepreciativa brasileira**. Bahia: Casarão do Verbo, 2012.

SCLIAR, Moacyr. **Sonho em Movimento: a Imagem do Imigrante na Literatura Brasileira**. Dossiê 30 Anos sem Guimarães Rosa, n. 36, pp. 136-9, dez./1997-fev./1998.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana** [online]. 1997, vol.3, n.1, pp. 95-131. ISSN 0104-9313.

_____. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político**. Trabalho apresentado na 26. Reunião Brasileira de Antropologia, 1-4 jun. 2008. Porto Seguro. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2012/giralda%20seyferth.pdf> Acesso em: 5 maio 2013. 2008.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, 53, 2002.

SILVA, A M. Dicionario da lingua portugueza – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Lígia Osório. Propaganda e realidade: a imagem do Império do Brasil nas publicações francesas do século XIX. **Revista Theomai** (Buenos Aires, 2001). Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero3/artligiaosorio3.htm>>. Acesso em: 14 de abril de 2014.

SILVA, Karla Leal Luz de Souza e. **A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem: as colônias correccionais agrícolas em Minas Gerais (1890-1940)**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós – Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Magister Scientiae - UFV, 2006.

SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia**: a colonização italiana no oeste catarinense. Florianópolis, SC, 2003. 221 p.

SIQUEIRA, M. Moema. Mudança da Capital de Minas: Uma Questão Ideológica. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. v. 33, n.1, p. 89-101, 1972.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. **Imigração espanhola na Amazônia**: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920). 212f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

_____. “Inmigración y colonización”: A propaganda da “Amazônia Brasileira” na Espanha. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 6, p. 50, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e racionalidade no pensamento brasileiro. 2 ed. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 (Coleção Estudos Brasileiros, vol. 9).

SOARES, Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais**: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 2009.

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SOUSA, I. I. **Espanhóis**: história e engajamento. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (Série Imigrantes no Brasil)

SOUZA, Rafael de Freitas e. A Contratação de Imigrantes Europeus para o Trabalho na Mineração Aurífera em Minas Gerais na Segunda Metade do Século XIX. In: **Anais do I Encontro de Pesquisadores da História da Zona da Mata Mineira**. IFSMG: Rio Pomba, 2009.

TEIXEIRA, Mariana Eliane. A opção pelos imigrantes europeus no Brasil, em Minas e na cidade de São João Del-Rei. In: **Anais do XIII Encontro Regional de História da ANPUH – MG, 2012, Mariana, MG**. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1339624978_ARQ_UIVO_ArtigoparaaANPUH2012.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2014.

_____. Balanço historiográfico sobre o tema da constituição do mercado de trabalho livre em Minas Gerais. **Anais do II Simpósio do Laboratório de História Política e Social. Juiz de Fora, 2009, p. 72**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahps/files/2010/03/Anais_II_Simpósio_LAHPS.pdf> (Acesso em 14 de dezembro de 2010).

_____. **Ser italiano em São João del Rei (1888-1914)**. Tese (Mestrado) – Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2011.

TENÓRIO, Guilherme Mendes. **Conhecei o Brasil, crianças**: representações do território brasileiro na Primeira República. Tese (doutorado) apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2014.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. 299p.

VAINER, Carlos B. Estado e migrações no Brasil: Anotações para uma história das políticas migratórias. **Travessia**. São Paulo, CEM, n. 36, janeiro-abril de 2000.

VEIGA, Xavier da. **A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)**. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, 1898. 3: 169-243p.

VIDAL, Laurent. Pour une histoire sociale de l'attente. In: _____. **Mazagão, la ville qui traverse l'Atlantique du Maroc à l'Amazonie (1769-1783)**. Paris: Aubier, p.301-306. 2005.

_____. Cidades em espera, sociedades em espera no Brasil colonial: alguns desafios metodológicos. In: Fridman, Fania; Abreu, Maurício (Org.). **Cidades latino-americanas**: um debate sobre a formação de núcleos urbanos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p.53-62. 2010.

_____. Sociétés, mobilités déplacements: les territoires de l'attente. **Revue urbanisme**, mai.-jun., p.87-90. 2012.

VIDAL, Laurent; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs). **Franceses no Brasil**. Séculos XIX-XX. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2009, v. 1, 487p.

VILLA D. **Storia dimenticata**, Vicenza, Offset F. Meneghini. 1995.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A Capital Controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIII, p. 28-41, 2007.

_____. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. **Revista Estudos Históricos**, vol. 8, n. 15, p. 39-56, 1995.

_____. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 5, p. 89-99.

_____. **O teatro das oligarquias**, uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.

VLACH, Vânia R. F. **O ensino de Geografia no Brasil**: uma perspectiva história. In: O ensino de Geografia no século XXI. VESENTINI, J. W. (org.). Campinas: Papyrus, 2004, p. 187-217.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo, Brasiliense. 1985.

WIRTH, John. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Endereços eletrônicos

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO. Joaquim Cândido da Costa Sena. Disponível em: <http://www.em.ufop.br/em/diretores/costa_sena.php>. Acesso em: 22. jun. 2014.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.cdpb.org.br/>>. Acesso em: 16.set.2015.

SOUZA, Ioneide Piffano Brion de Souza. Verbete: SILVA, Augusto Clementino da. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Augusto%20Clementino%20da.pdf>>. Acesso em: 16.set.2015.

ANEXOS

ANEXO A

Lei 32 de 18 de Julho de 1892

AUCTORIZA O PRESEDENTE DO ESTADO A PROMOVER IMMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES MEDIANTE A CONCESSÃO DE DIVERSOS FAVORES

O povo de Estado de Minas Gerais, por seus representantes decretou e eu, em seu nome, sancionou a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Presidente do Estado auctorizado a promover directa ou indirectamente a immigração de trabalhadores destinados principalmente ao serviço da agricultura, concedendo os seguintes favores:

a) Indemnização de passagem aos immigrants destinados ao Estado, e estabelecimentos determinadamente em seu territorio quatro mezes depois de chegados, á vista de provas completas especificadas em regulamento;

b) Passagens livres estradas de ferro subvencionadas pelo Estado aos agentes das empresas particulares, concessionarias de favores para este serviço.

Art. 2º Fica igualmente o Presidente auctorizado a promover localizaçõ de colono nacionaes ou estrangeiros, facilitando-lhes a aquisiçõ de terras de modo que junto dos grandes proprietarios possam tornar-se pequenos proprietarios lotes nunca inferiores de 25 hectares de terras de cultura e 50 de campo para cada familia.

§ 1º Para este fim os auxiliará na introduçõ de novas culturas, desenvolvimento da industria pastoril, da vinicultura, da agricultura, da sericultura, no aproveitamento dos meios mechanicos de lavrar a terra e em

outros empreendimentos que que favoreçam a sua sorte e contribuam para o estabelecimento do seu domicilio definitivo.

§ 2º Do mesmo modo pelos meios mais convenientes, deverá o governo animar e favorecer as exposições industriaes do Estado e as regionais concorrendo, sempre que fôr possível, nacionaes e estrangeiras.

§ 3º Por meio de passagens fornecidas pelo governo da União.

§ 4º Nesta ultima hypothese o governo do Estado, no caso que não seja possível conseguir que o governo federal lhe entregue a quota relativa à immigração, envidará os necessarios esforços, afim de obter, que os immigrants destinados a este Estado, quando se servirem das passagens facultadas pelo governo da União, venham em navio separados ou sejam logo entregues ao agente do Estado, na hospedaria geral no porto do Rio.

Art. 3º O serviço da introdução de colonos agricultores se fará directamente pelo Estado, por meio de agentes seus de immediata confiança e de repartições apropriadas.

Nº 1. Estes agentes poderão ser nacionaes ou estrangeiros que tornem conhecidas as riquezas naturaes do paiz, amenidade do clima, indole pacifica de seus habitantes e todas as vantagens que o immigrant europeu possa obter preferindo o territorio do Estado para seu estabelecimento.

Nº 2. As repartições serão encarregadas da recepção do immigrant e sua localização, dando-lhe praticamente, como mais conveniente fôr, algumas noções sobre os systemas de agricultura mais usuaes e sobre os costumes do paiz. Ensaio de plantação ser feitos em terrenos contiguos ás hospedaria coloniaes.

Nº 3. As camaras municipaes serão intermediarias dos pedidos de trabalhadores ou colonos de necessitarem os fazendeiros ou empresas agricolas. Estes pedidos deverão conter as especificações indispensaveis sobre o genero de lavoura, modo de remuneração, natureza de terreno e tudo o mais, cujo conhecimento possa interessar ao colono, conforme fôr determinado em regulamento.

Art. 4º Quando o serviço for confiado a alguma empresa particular, deverá esta tornar conhecido o territorio do Estado por meio de descripção feita em diversas linguas e mappas chorographicos que mostrem ao immigrante as vantagens de preferil-o para seu estabelecimento.

Art. 5º O governo terá no estrangeiro um superintendente e agentes emissarios que cuidem da propaganda do serviço de immigração, com escriptorio de informação e que seja ao mesmo tempo intermediario de relações commerciaes e industries com as nações estrangeiras.

Art. 6º Para execução da presente lei, fica o Presidente auctorizado a fazer as necessarias operação de credito até a quantia de 5.000:000\$000, e bem assim a desenvolver em instruções ou regulamentos, as disposições nella contidas, adoptando, conforme as circumstancia do tempo e logar as medidas mais covenientes e apropriadas para a realização das referidas disposições.

Art. 7º Revogam- se as disposições em contrario.

Mando, portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palacio da presidencia, do Estado de Minas Geraes, aos dezoito dias do mez de julho do anno de mil oitocentos e noventa e dois.

Affonso Augusto Moreira Penna.

Selada e publicada nesta secretaria, aos 23 de julho de 1892.

Theophilo Ribeiro

ANEXO B

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS GLOBAIS CONSTANTES DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS CONSTANTES DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS			
Períodos	De Imigração e Colonização	Globais	%
De 1891/1900	21.500:000\$000	159.444:099\$525	13,40
De 1901/1910	490:000\$000	190.966:556\$920	0,25
De 1911/1920	2.919:952\$000	317.050:560\$240	0,92
De 1921/1930	9.712:098\$704	1.161.451:755\$122	0,83

Fonte: Monteiro (1973, p.178)

ANEXO C

QUADRO DEMONSTRATIVO DA ENTRADA DE IMIGRANTES EM MINAS POR NACIONALIDADES, NO PERÍODO DE 1894/1901

Ano	Semestre	Total.	Ital.	Port.	Áust.	Esp.	Alem.	Greg.	Arm.	Canad.	Ital.etc	Franc
1894	2º	4.554	4.410	132	12	–	–	–	–	–	–	–
1895	1º e 2º	5.569	5.507	24	–	38	–	–	–	–	–	–
1896	1º e 2º	22.327	17.441	80	–	1.812	–	–	–	–	2.994	–
1897	1º e 2º	17.423	17.153	10	173	40	14	26	–	–	7	–
1898	1º e 2º	2.029	1.917	106	–	3	–	–	3	–	–	–
1899	1º e 2º	661	650	–	2	–	–	–	–	3	–	6
1900	1º e 2º	5	4	–	1	–	–	–	–	–	–	–
1901	1º e 2º	14	14	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total		52.582	47.096	352	188	188	14	26	3	3	3001	6

Fonte: MONTEIRO (1973, 173).

Observação: Na penúltima coluna, a abreviação "Ital. etc" foi utilizada pela autora pois, em virtude da história fragmentação da Itália em pequenas províncias, havia imigrantes italianos que se declaravam como vênnetos, beluneses, veroneses, lombardos, entre outros (FILGUEIRAS, 2011).